Maico Mares Vieira

Coordenador de Vigilância Sanitária

Vitória da Conquista – Ba..

RESOLUÇÃO

REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMAS Nº 006, DE 25 DE MARÇO DE 2026

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2026/2029, DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 25 de março de 2026, no uso de suas atribuições legais, na forma do Artigo 2º, da Lei nº 799/1995, alterada pelas Leis nºs 1.257/2005, 1.276/2006 e 1.707/2010.

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (art. 30);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de Dezembro de 2012, do CNAS (art. 14);

CONSIDERANDO o Ofício nº 053/2026 - GAB/SEMDES, de 2 de março de 2026, que encaminhou a solicitação de análise e deliberação do respectivo Plano; e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário acerca da necessidade de estabelecer prazo formal para a apresentação das contas anuais relativas às metas fixadas;
RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) referente ao quadriênio 2026-2029 e o Diagnóstico Socioterritorial 2025 do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no *caput* deste artigo passam a integrar esta Resolução na forma de seus Anexos I e II, respectivamente.

Art. 2º O Município deverá apresentar a este Conselho a prestação de contas anual referente à execução das metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social até o mês de março do ano subsequente ao da respectiva execução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua aprovação pelo Plenário.

Joabe Silva Oliveira

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Presidente do CMAS



VITÓRIA DA CONQUISTA PREFEITURA
EXEMPLO PARA A BAHIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Prefeita | Ana Sheila Lemos Andrade

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretário | Michael Farias Alencar Lima

Diretoria de Assistência Social
Irlane Gomes de Carvalho

Coordenação da Proteção Social Básica
Dayana Evelinne A. dos Santos Araújo

Coordenação da Proteção Social Especial
Tainá Alves de Oliveira Peixoto

Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial
Thayse Andrade Fernandes

Coordenação de Renda e Cidadania
Magno Aguiar Nogueira

Coordenação de Gestão do SUAS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Joabe Silva Oliveira

Diretoria de Habitação de Interesse Social
Josenildo Freitas Nascimento

Coordenação de Regularização Fundiária
Carlos Roberto Peçanha

Coordenação de Programas e Projetos Habitacionais
Yasmin Chaves de Santana

Coordenação Administrativa
Milena Naira Vieira Machado

Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional
Karine Barros Rodrigues

Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil
Severino Godson Santos

Coordenação do Centro de Convivência Conquista Criança
Erilza Carla Mascarenhas

Coordenação de Promoção da Igualdade Racial
Ricardo Alves de Oliveira

Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT
José Mário B. dos Santos

Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente
Jerry Lavelle Oliveira Lima

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

3

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ACESSUAS: Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS: Sistema de Cadastro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)

CADÚNICO: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social

COMDICA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência SocialDAS: Diretoria de Assistência Social

DHIS: Diretoria de Habitação de Interesse Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FEAS: Fundo Estadual de Assistencial Social

FMAS: Fundo Municipal de Assistência Social

FMDCA: Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente

FNAS: Fundo Nacional de Assistência Social

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IGD-M: Índice de Gestão Descentralizada Municipal

LA: Liberdade Assistida

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

NOB SUAS: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAEFI: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF: Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF: Programa Bolsa Família

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA: Plano Individual de Atendimento

PIS: Primeira Infância no SUAS

PMAS: Plano Municipal de Assistência Social

PMCMV: Programa Minha Casa, Minha Vida

8

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PPA: Plano Plurianual

RADCA: Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente

SCFV: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENARC: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SISC: Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fotalecimento de Vínculos

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

9

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Tabela 2: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Tabela 3: Diretoria de Assistência Social
Tabela 4: Fundo Municipal de Assistência Social
Tabela 5: Conselho Municipal da Assistência Social
Tabela 6: Quantidade de Trabalhadores da SEMDES por Proteção Social.
Tabela 7: Quantidade de Trabalhadores da Proteção Social Básica
Tabela 8: Quantidade de Trabalhadores da Proteção Social Especial de Média Complexidade
Tabela 9: Quantidade de Trabalhadores da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Tabela 10: Repasses do Cofinanciamento do SUAS – 2019 a 2023
Tabela 11: Repasses do Cofinanciamento Federal do SUAS – 2019 a 2023
Tabela 12: Repasses do Cofinanciamento Estadual do SUAS – 2019 a 2023
Tabela 13: Composição do CMAS
Tabela 14: Identificação 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – Vitória da Conquista /BA
Tabela 15: Identificação dos delegados da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – Vitória da Conquista /BA
Tabela 16: Deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para o Município – Vitória da Conquista /BA
Tabela 17: Deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para o Estado – Vitória da Conquista /BA
Tabela 18: Deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para a União – Vitória da Conquista /BA
Tabela 19: Resultados e Impactos das ações propostas pelo PMAS – Vitória da Conquista /BA

Sumário

1. Apresentação 12
2. Organização Administrativa e Caracterização do Órgão Gestor da Assistência Social ..15
3. Perfil dos Recursos Humanos da Política de Assistência Social no Município.....21

4. Financiamento da Assistência Social em Vitória Da Conquista.....25
5. Controle Social 30
6. Diretrizes da Política Municipal de Assistência Social 37
7. Objetivos do PMAS.....38
8. Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e/ou necessários e mecanismos e fontes de financiamento 39
9. Resultados e impactos esperados 39
10. Indicadores de Monitoramento e Avaliação 41
REFERÊNCIAS 43
11. ANEXO I - Metas e Ações do Plano Municipal de Assistência Social (2026–2029) ..45
12. ANEXO II - Diagnóstico Socioterritorial do Município de Vitória da Conquista 83

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

1. Apresentação

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) constitui exigência da Lei Orgânica da Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Norma Operacional Básica do SUAS, além das demais normativas que estruturam o Sistema Único de Assistência Social. Trata-se de instrumento central de planejamento, gestão e controle social, que consolida o diálogo institucional entre governo e sociedade civil na instância máxima de deliberação da Política de Assistência Social.

O PMAS tem por finalidade dar transparência ao planejamento técnico e financeiro do município, alinhando metas, prioridades e estratégias às deliberações das conferências, às demandas sociais identificadas nos territórios e às diretrizes pactuadas para o fortalecimento do SUAS em Vitória da Conquista. Fundamenta-se na compreensão da Assistência Social como dever do Estado e direito das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Este Plano configura-se como ferramenta estratégica para qualificar e aprimorar a gestão municipal do SUAS, reafirmando seus princípios estruturantes e orientando a atuação integrada da rede socioassistencial. Resulta de construção coletiva que envolve o Órgão Gestor, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), trabalhadores(as) e usuários(as), assegurando legitimidade democrática e corresponsabilidade na definição de prioridades.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), na condição de Órgão Gestor, exerce a coordenação, formulação e implementação da Política Municipal de Assistência Social, observando os princípios da descentralização, da participação e do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

controle social, em articulação permanente com o CMAS.

Nesse contexto, tem adotado diretrizes estratégicas voltadas à qualificação da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com ênfase na educação permanente das equipes, no aprimoramento dos processos de trabalho e na incorporação de referências técnicas consolidadas no âmbito do SUAS.

O PMAS orienta-se pela análise territorial das vulnerabilidades e riscos sociais, estruturando ações integradas e focalizadas nas especificidades de cada território referenciado pelas unidades socioassistenciais. Busca, assim, ampliar o acesso, elevar a

qualidade das ofertas e fortalecer a capacidade de resposta da política pública às demandas da população usuária.

Mais do que um documento formal, o Plano constitui instrumento político e técnico que reafirma compromissos institucionais, organiza prioridades e potencializa a participação social na condução dos rumos do SUAS no município. O desafio é permanente, mas a construção coletiva, planejada e orientada por evidências fortalece a governança e amplia as condições concretas de avanço.

Irlane Gomes Carvalho

Diretora de Assistência Social

Michael Farias Alencar Lima

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Ana Sheila Lemos Andrade

Prefeita Municipal

13

Tabela 1. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Prefeita	**Ana Sheila Lemos Andrade**
Período de Mandato	2025/2028
Nível de Gestão	Plena
Porte do Município e População	Grande Porte - IBGE/2025 – 396.613 habitantes
Endereço da Prefeitura	Pça. Joaquim Correia, 55
Telefone da Prefeitura	(77) 3424-8530
Site	www.pmvc.ba.gov.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

E-mail	gabinetedaprefeita@pmvc.ba.gov.br

Tabela 2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Gestor	**Michael Farias Alencar Lima**
Endereço	Avenida Juracy Magalhães, N° 182 - Jurema
Telefone	(77) 3229-3236
E-mail	semdes@pmvc.ba.gov.br

Tabela 3. Diretoria de Assistência Social

Gestora	**Irlane Gomes de Carvalho**
Endereço	Avenida Juracy Magalhães, N° 182 - Jurema
Telefone	(77) 3229-3224
E-mail	das@pmvc.ba.gov.br

Tabela 4. Fundo Municipal de Assistência Social

Gestor do FMAS	**Michael Farias Alencar Lima**
Endereço	Rua Sebastião Rodrigues Castro, Nº 335 - Jurema
Lei e data de criação do FMAS	Lei nº 800, de 13 de dezembro de 1995
CNPJ	17.021.344/0001-80
Fonte de Recursos	Municipal (X) Estadual (X) Federal (X) Outros ( )

14

Tabela 5. Conselho Municipal da Assistência Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	
Lei de Criação do CMAS	Lei nº 799 e alterada pelas Leis nºs 1.257/2004, 1.276/2005 e 1.707/2010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Endereço	Rua Dez de Novembro, 790, Recreio (Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente)
Telefone	(77) 3420-8958
E-mail	cmas@pmvc.ba.gov.br
Presidente do CMAS	Nome: Joabe Silva Oliveira
	Representação: Governamental
	Telefone: (77) 3420-8958
	E-mail: cmas@pmvc.ba.gov.br
Secretário Executivo	Nome: Matheus Barros Sousa
	Formação: Direito
	Telefone:(77) 3420-8958
	E-mail: cmas@pmvc.ba.gov.br

2. Organização Administrativa e Caracterização do Órgão Gestor da Assistência Social

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) possui, em sua estrutura organizacional, a Diretoria de Assistência Social (DAS), instância estratégica responsável pela coordenação técnica da Política Municipal de Assistência Social no âmbito do SUAS.

A DAS é composta por seis coordenações, cada qual estruturada com suas respectivas gerências, assegurando a organização, o monitoramento e a qualificação das ofertas socioassistenciais no município.

A seguir, apresentam-se informações sintéticas acerca das atribuições institucionais desempenhadas pela Diretoria de Assistência Social e por suas coordenações,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

evidenciando seu papel na operacionalização, supervisão e aprimoramento contínuo dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

2.1. Diretoria de Assistência Social – DAS

A Diretoria de Assistência Social possui as seguintes competências:

I – coordenar e implementar a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS – no Município;

II – definir diretrizes para a identificação e organização do conjunto de programas e serviços que compõem a Política de Assistência Social do município, tendo como referência a unidade, a hierarquização e a regionalização das ações;

III – participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual da SEMDES, bem como o acompanhamento de sua execução;

IV – acompanhar e executar as deliberações dos Conselhos relativos à sua área de competência;

V – monitorar a concessão de benefícios eventuais para as pessoas que deles necessitarem;

VI – orientar, acompanhar, avaliar e supervisionar serviços, programas e projetos socioassistenciais;

VII – planejar a expansão dos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

VIII – desenvolver ações de integração de políticas públicas, visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelos programas sociais do governo;

IX – estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para a oferta de programas complementares, a fim de beneficiar famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;

X – promover e subsidiar atividades de capacitação para aperfeiçoamento da gestão de serviços e programas da assistência social.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Composição:

A DAS se organiza em seis Coordenações:

- Coordenação de Proteção Social Básica – CPSB
- Coordenação de Proteção Social Especial - CPSE
- Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial – CPVS

16

- Coordenação de Gestão do SUAS – CGSUAS
- Coordenação de Renda e Cidadania - CRC
- Coordenação do Centro de Convivência Conquista Criança - CCCC

2.1.2. A Coordenação de Proteção Social Básica possui as seguintes atribuições:

I – garantir o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS mediante a oferta de serviços e programas de Proteção Social Básica para famílias e indivíduos em condições de risco pessoal e social, visando à proteção e promoção social;

II – definir as condições e os critérios de acesso aos direitos relativos à assistência social, visando à garantia da proteção social aos que dela necessitam, observadas as diretrizes emanadas da Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

III – coordenar a implementação de atenção ao idoso, em observância às Leis Federais nº 8.842/1994 e nº 10.741/2003, Estatuto do Idoso, em parceria com o Conselho Municipal do Idoso;

IV – estabelecer diretrizes para a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica e regular as relações de entidades e organizações não governamentais com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

V – incentivar a criação de instâncias públicas de defesa dos direitos dos usuários dos programas e serviços de Proteção Social Básica;

VI – articular e coordenar ações de fortalecimento das instâncias de participação e de deliberação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2.1.3. A Coordenação de Proteção Social Especial possui as seguintes atribuições:

I – coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos dos programas e serviços de Proteção Social Especial;

II – coordenar as equipes técnicas do programas/serviços relativos a sua área de competência, visando o cumprimento dos objetivos e diretrizes da Políticas Nacional de Assistência Social – PNAS, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;

III – coordenar as equipes juntamente aos gerentes de serviços afetos a sua área de competência, visando o cumprimento dos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

IV – garantir o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante a oferta de serviços e programas da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

17

para famílias e indivíduos em condições de risco pessoal e social e violação de direitos, visando à proteção, promoção social e reinserção social;

V – participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;

VI – subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de Vigilância Socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;

VII – coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;

VIII – definir as condições e os critérios de acesso aos direitos relativos à assistência social, visando à garantia da Proteção Social Especial aos que dela necessitem, observadas as diretrizes emanadas da PNAS;

IX – definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na unidade, adotando estratégias e ferramentas teóricas, metodológicas que possam qualificar a

unidade, adotando estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;

X – coordenar a implementação de serviços de acolhimento aos indivíduos, garantido proteção social especial de alta complexidade, em observância às leis;

XI – estabelecer diretrizes para a prestação de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial e regular as relações de entidades e organizações não governamentais com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

XII – incentivar a criação de instâncias públicas de defesa dos direitos dos usuários dos programas e serviços de Proteção Social Especial;

XIII – articular e coordenar ações de fortalecimentos das instâncias de participação e de deliberação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

2.1.4. A Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial possui as seguintes atribuições:

I - coordenar e subsidiar a produção de indicadores ou análises relativas à demanda e oferta por serviços e benefícios socioassistenciais;

II - promover a produção de indicadores/pesquisas ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos;

III - desenvolver e implementar a definição de instrumentos e fluxos de notificação das situações ou de violência e violação de direitos atendidos;

18

IV - coordenar e subsidiar a produção de indicadores ou análise de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CADÚNICO;

V - desenvolver e implementar produção de indicadores ou análise baseados em micro dados (dados dos setores censitários ou das áreas de ponderação) do Censo – IBGE;

VI - elaborar e/ou atualizar diagnóstico socioterritorial do Município e das áreas de abrangência dos CRAS;

VII – Coordenar, acompanhar e apoiar o processo de preenchimento do Censo SUAS e

VII - Coordenar, acompanhar e apoiar o processo de preenchimento do Censo SUAS e Índice de Gestão Descentralizado do Sistema Único de Assistência Social - IGD - SUAS;

VIII - fornecer sistematicamente informações territorializadas sobre as famílias beneficiadas pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) para os CRAS e CREAS, objetivando subsidiar as ações de busca ativa e as atividades de planejamento da unidade;

IX - planejar e/ou coordenar a busca ativa voltada a públicos prioritários; X. Monitorar as ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários;

XI - desenvolver instrumentos de coletas de dados para levantamento de informações junto aos serviços;

XII - desenvolver e implementar instrumentos e sistemas de regulamentação, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social;

XIII - orientar a elaboração de sistemas de informação, ferramentas informacionais e indicadores de avaliação e monitoramento sobre assistência social no âmbito das instituições vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município;

XIV - apoiar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais;

XV - organizar dados, indicadores e análises que contribuam para efetivação do caráter protetivo da Política de Assistência Social, assim como para a redução de danos;

XVI - coordenar e subsidiar a realização de estudos e pesquisas necessárias ao processo de planejamento, implementação e normatização da Política de Assistência Social.

2.1.5. A Coordenação de Renda e Cidadania possui as seguintes atribuições:

I - auxiliar na elaboração, implementar e acompanhar os programas e projetos de inclusão social, voltados especialmente para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social;

II - promover a intersetorialidade e a interinstitucionalidade para a implementação de políticas públicas de inclusão social, de geração de renda e cidadania;
III - planejar e implementar, conjuntamente com o Gabinete da Secretaria e outros setores do Governo, programas de geração de trabalho e renda;
IV - estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para a oferta de programas complementares aos beneficiários, especialmente ações de alfabetização, de capacitação profissional e de geração de emprego e renda, desenvolvidas em suas esferas de competências;
V - acompanhar o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiadas, segundo normas e instrumentos disponibilizados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal;
VI - Promover o desenvolvimento sustentável das famílias a partir de programas de ações no campo de geração de renda e trabalho, saúde e educação, lazer e esporte, cultura, a serem realizadas de forma integrada entre todos os órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, em parceria com órgãos de fomento;
VII - Auxiliar no planejamento, coordenar e supervisionar a implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico solidário socioterritorial;
VIII - Executar as ações estratégicas da Política Municipal de Renda e Cidadania.

2.1.6. A Coordenação do Programa Conquista Criança possui as seguintes atribuições:

I – executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando o atendimento às crianças e adolescentes, com idade entre 6 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social do Município;
II – gerir os recursos humanos e materiais a fim de garantir o funcionamento efetivo do serviço, bem como integrá-los à Rede Socioassistencial;
III – planejar ações com o intuito de assegurar e garantir os direitos estabelecidos em lei, voltados à criança, ao adolescente e à família, por meio da consolidação de planos de

trabalho, projetos e metodologias das atividades finalísticas do SCFV;

IV – efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

2.1.7. A Coordenação de Gestão do SUAS possui as seguintes atribuições:

I - coordenar o processo de elaboração e formalização dos parâmetros técnicos e instrumentos normativos para a regulação dos serviços, programas, projetos e benefícios,

bem como as ações de transferência de renda e do Cadastro Único para programas sociais, no âmbito do Município;

II - coordenar o aprimoramento e o desenvolvimento da vigilância socioassistencial do SUAS, fomentando a gestão e o modelo de atenção socioassistencial, em permanente interlocução com a Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial;

III - coordenar o desenvolvimento da gestão do trabalho e educação permanente, bem como as ações de formação e de capacitação dos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS;

IV - fomentar e apoiar as ações de controle e de participação social do SUAS;

V - fomentar e articular setores governamentais e parcerias da sociedade civil para o fomento da intersetorialidade e interinstitucionalidade necessárias para a qualificação das ações do SUAS;

VI - coordenar a Mesa Municipal de Gestão do Trabalho do SUAS;

VII - coordenar o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS;

VIII - coordenar, orientar e avaliar as ações de planejamento e gestão no âmbito do SUAS.

3. Perfil dos Recursos Humanos da Política de Assistência Social no Município

Com a implantação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) alguns aspectos importantes da gestão têm sido

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

apontados como fundamentais, como: a descentralização, o financiamento, o controle social e a gestão do trabalho. Assim, o SUAS vem se consolidando e a gestão do trabalho na Assistência Social requer uma atenção maior devido à sua relevância para a consolidação deste Sistema, tendo os trabalhadores como sua maior tecnologia.

Em Vitória da Conquista, percebe-se um considerável acréscimo em investimento na recomposição dos trabalhadores, ilustrado nas tabelas a seguir.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Tabela 6 - Quantidade de Trabalhadores da SEMDES por Proteção Social.

QUANT. TRABALHADORES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL												
	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Coordenação PSB	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Proteção Social Básica	7	1,79%	13	3,23%	11	2,81%	13	3,00%	17	4,00%	14	3,45%
Coordenação PSE	138	35,29%	159	39,45%	170	43,48%	183	42,90%	165	39,30%	174	42,86%
Proteção Social de Média Complexidade	11	2,81%	14	3,47%	13	3,32%	14	3,30%	15	3,60%	12	2,96%
Proteção Social De Alta Complexidade	83	21,23%	85	21,09%	75	19,18%	86	20,10%	83	19,80%	76	18,72%
Abrigo Provisório	72	18,41%	63	15,63%	72	18,41%	79	18,50%	78	18,60%	80	19,70%
Renda e Cidadania	80	20,46%	69	17,12%	50	12,79%	52	12,20%	62	14,80%	50	12,32%
TOTAL	**391**	**100,00%**	**403**	**100,00%**	**391**	**100,00%**	**427**	**100,00%**	**420**	**100,10%**	**406**	**100,00%**

Fonte: Setor de Gestão de Pessoas/SEMDES

Tabela 7 - Quantidade de Trabalhadores da Proteção Social Básica

QUANT. TRABALHADORES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA												
	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Técnicos de Nível Médio	62	44,93%	76	47,80%	78	45,88%	90	49,20%	68	41,20%	87	50,00%
Assistentes Sociais	24	17,39%	25	15,72%	26	15,29%	24	13,10%	29	17,60%	30	17,24%
Outros Profissionais do SUAS	1	0,72%	1	0,63%	0	0,00%	1	0,50%	0	0,00%	0	0,00%
Serviços Gerais	18	13,04%	23	14,47%	30	17,65%	38	20,80%	38	23,00%	28	16,09%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Gerentes	9	6,52%	9	5,66%	9	5,29%	9	4,90%	9	5,50%	9	5,17%
Psicólogos	24	17,39%	25	15,72%	27	15,88%	21	11,50%	21	12,70%	20	11,49%
TOTAL	**138**	**100,00%**	**159**	**100,00%**	**170**	**100,00%**	**183**	**100,00%**	**165**	**100,00%**	**174**	**100,00%**

Fonte: Setor de Gestão de Pessoas/SEMDES

Tabela 8 - Quantidade de Trabalhadores da Proteção Social Especial de Média Complexidade

QUANT. TRABALHADORES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE												
	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Técnicos de Nível Médio	35	42,17%	32	37,65%	20	26,67%	30	34,90%	32	38,60%	26	34,21%
Assistentes Sociais	12	14,46%	15	17,65%	14	18,67%	19	22,10%	15	18,10%	14	19,74%
Outros Profissionais do SUAS	4	4,82%	3	3,53%	2	2,67%	3	3,50%	3	3,60%	5	6,58%
Serviços Gerais	10	12,05%	18	21,18%	17	22,67%	17	19,80%	14	16,90%	9	11,84%
Gerentes	7	8,43%	7	8,24%	7	9,33%	6	7,00%	7	8,40%	7	9,21%
Psicólogos	15	18,07%	10	11,76%	15	20,00%	11	12,80%	12	14,50%	15	19,74%
TOTAL	**83**	**100,00%**	**85**	**100,00%**	**75**	**100,00%**	**86**	**100,10%**	**83**	**100,00%**	**76**	**100,00%**

Fonte: Setor de Gestão de Pessoas/SEMDES

Tabela 9 - Quantidade de Trabalhadores da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

QUANT. TRABALHADORES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE												
	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Técnicos de Nível Médio	41	56,94%	28	44,44%	31	43,06%	35	44,30%	35	44,87%	47	55,29%
Assistentes Sociais	4	5,56%	3	4,76%	4	5,56%	3	3,80%	4	5,13%	4	5,88%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Outros Profissionais do SUAS	3	4,17%	2	3,17%	3	4,17%	3	3,80%	1	1,28%	13	15,29%
Serviços Gerais	16	22,22%	22	34,92%	28	38,89%	28	35,40%	27	34,62%	12	14,12%
Gerentes	4	5,56%	3	4,76%	2	2,78%	5	6,30%	5	6,40%	4	4,71%
Psicólogos	4	5,56%	5	7,94%	4	5,56%	5	6,30%	6	7,69%	5	5,88%
TOTAL	**72**	**100,00%**	**63**	**100,00%**	**72**	**100,00%**	**79**	**100,00%**	**78**	**100,00%**	**85**	**100,00%**

Fonte: Setor de Gestão de Pessoas/SEMDES

4. Financiamento da Assistência Social em Vitória Da Conquista

O financiamento da Política Pública de Assistência Social em Vitória da Conquista é regido pelos princípios da descentralização político-administrativa e do comando único, operando por meio de um sistema de cofinanciamento tripartite. Este modelo envolve o aporte de recursos das três esferas de governo — União, Estado e Município — garantindo a sustentabilidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

4.1. O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

O braço operacional e financeiro desta política é o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Instituído pela Lei Municipal nº 800/1995, o FMAS é um fundo especial de natureza contábil e financeira, identificado pelo CNPJ nº 17.021.344/0001-80.

Embora não possua personalidade jurídica própria, sendo vinculado à estrutura da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), o FMAS constitui unidade orçamentária. Suas contas de movimentação financeira são estritamente vinculadas ao seu CNPJ específico, garantindo que os recursos transferidos "fundo a fundo" (pela União e pelo Estado) sejam aplicados exclusivamente nas finalidades previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

4.2. Fontes de Receita e Aplicação de Recursos

As receitas que compõem o financiamento da assistência social no município originam-se de Recursos Próprios (Tesouro Municipal), decorrente de aporte direto do município para garantir o funcionamento da rede e o pagamento de pessoal, de repasses Federais (Blocos de Financiamento), recursos estes transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o custeio de serviços e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e por Repasses Estaduais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/Bahia).

A gestão desses recursos observa os instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA), e as ações financiadas pela FMAS estão sujeitas à fiscalização e aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), assegurando o controle social e a transparência na aplicação do gasto público.

25

Tabela 10 – Repasses do Cofinanciamento do SUAS – 2019 a 2025

ANO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2019	R$ 4.548.271,59	R$ 1.019.462,64	R$ 4.831.490,13	R$ 10.399.224,36
2020	R$ 7.092.678,60	R$ 648.022,00	R$ 3.124.085,65	R$ 10.864.786,25
2021	R$ 3.245.900,88	R$ 1.164.683,28	R$ 9.752.051,16	R$ 14.262.635,32

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2021	R$ 3.345.900,88	R$ 1.164.683,28	R$ 9.753.051,16	R$ 14.263.635,32
2022	R$ 7.999.237,78	R$ 817.274,00	R$ 13.394.150,49	R$ 22.210.662,27
2023	R$ 4.270.359,19	R$ 1.205.232,00	R$ 10.119.594,82	R$ 15.595.186,01
2024	R$ 5.256.797,97	R$ 1.759.177,10	R$ 9.250.219,25	R$ 16.266.194,32
2025	R$ 5.641.058,11	R$ 1.568.346,00	R$ 3.131.456,94	R$ 10.340.861,05
Total	**R$ 38.154.304,12**	**R$ 8.182.197,02**	**R$ 53.604.048,44**	**R$ 99.940.549,58**

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES.

Ao analisar esses valores (Tabela 10), é impossível ignorar o impacto do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A inflação não é apenas um número; ela é o aumento do custo do aluguel social, do preço da cesta básica e do combustível das equipes volantes.
A Tabela 10 deixa claro quem está "segurando as pontas" do SUAS. Enquanto os repasses externos oscilam, a gestão municipal demonstrou um compromisso inabalável. O município saltou de um investimento de R$ 4,83 milhões em 2019 para um pico de R$ 13,39 milhões em 2022. Isso representa um aumento de quase 180%. Em 2022, o município investiu quase o dobro do que recebeu da União e mais de 16 vezes o que recebeu do Estado.

Gerir uma prefeitura exige lidar com limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e queda em outras arrecadações. Priorizar a assistência social com recursos próprios nesse nível é uma escolha política corajosa, que evita o colapso do atendimento às famílias vulneráveis diante da omissão relativa das outras esferas de governo.

Os dados revelam que o SUAS sobreviveu à pandemia e à crise econômica graças ao fôlego financeiro e à eficiência da gestão municipal. A "perda de ação" por causa da inflação só não foi total porque o município compensou a estagnação federal e estadual com recursos do próprio tesouro. É um modelo de sucesso de gestão local, mas que sinaliza um alerta sobre a sustentabilidade desse sistema se a União e o Estado não retomarem seu papel de co-financiadores reais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Tabela 11 - IPCA - (2019-2024)

Ano	Inflação (IPCA)	Impacto no Poder de Compra
2019	4,31%	Base de comparação.
2020	4,52%	Início da pressão nos custos de higiene e saúde.
2021	10,06%	O ano crítico: explosão de preços de alimentos e energia.
2022	5,79%	Manutenção de patamares elevados.
2023	4,62%	Estabilização em custo de vida já alto.
2024	~4,50% (proj.)	Acúmulo de perdas de anos anteriores.

Entre 2019 e 2024, a inflação acumulada ultrapassa os 35%. Qualquer recurso que não tenha crescido acima desse percentual representa, na prática, um corte no atendimento à população.

Tabela 11 – Repasses do Cofinanciamento Federal do SUAS – 2019 a 2025

ANO	FEDERAL				TOTAL
	BÁSICA	ESPECIAL	GESTÃO	PROGRAMAS + SIGTV	
2019	R$ 1.731.120,60	R$ 1.166.875,00	R$ 1.313.409,39	R$ 336.866,60	R$ 4.548.271,59
2020	R$ 2.115.490,52	R$ 1.732.545,68	R$ 1.427.216,34	R$ 1.817.426,06	R$ 7.092.678,60
2021	R$ 718.537,50	R$ 601.055,62	R$ 1.360.213,41	R$ 666.094,35	R$ 3.345.900,88
2022	R$ 849.093,24	R$ 707.976,69	R$ 1.431.973,70	R$ 5.010.194,15	R$ 7.999.237,78
2023	R$ 1.283.918,58	R$ 1.143.688,78	R$ 1.359.151,37	R$ 483.600,46	R$ 4.270.359,19

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2024	R$ 1.143.123,00	R$ 1.135.054,15	R$ 2.143.654,74	R$ 834.966,08	R$ 5.256.797,97
2025	R$ 1.259.832,34	R$ 1.188.578,88	R$ 2.211.971,61	R$ 980.675,28	R$ 5.641.058,11
Total	R$ 9.101.115,78	R$ 7.675.774,80	R$ 11.247.590,56	R$ 10.129.822,98	R$ 38.154.304,12

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES

Ao observarmos os dados, a palavra que define os repasses federais e estaduais é volatilidade. Relativo ao Recurso Federal, observa-se que, em 2019, o repasse era de R$ 4.548.271,59. Em 2023, esse valor caiu para R$ 4.270.359,19. Ou seja, houve uma redução nominal de quase 300 mil reais em um período em que tudo ficou mais caro. Mesmo com a recuperação em 2024 (R$ 5,25 milhões), o valor mal cobre a inflação acumulada desde 2019, resultando em uma estagnação que asfixia o planejamento a longo prazo.

27

Tabela 12 – Repasses do Cofinanciamento Estadual do SUAS – 2019 a 2025

ANO	ESTADUAL				TOTAL
	BÁSICA	ESPECIAL	BE	GESTÃO	
2019	R$ 274.626,00	R$ 730.620,00	R$ 14.216,64	R$ -	R$ 1.019.462,64
2020	R$ 174.762,00	R$ 468.360,00	R$ 4.900,00	R$ -	R$ 648.022,00
2021	R$ 299.592,00	R$ 817.091,28	R$ 48.000,00	R$ -	R$ 1.164.683,28
2022	R$ 199.728,00	R$ 609.746,00	R$ 7.800,00	R$ -	R$ 817.274,00
2023	R$ 438.792,00	R$ 742.440,00	R$ 24.000,00	R$ -	R$ 1.205.232,00
2024	R$ 804.956,00	R$ 925.240,00	R$ 18.483,80	R$ 10.497,30	R$ 1.759.177,10

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

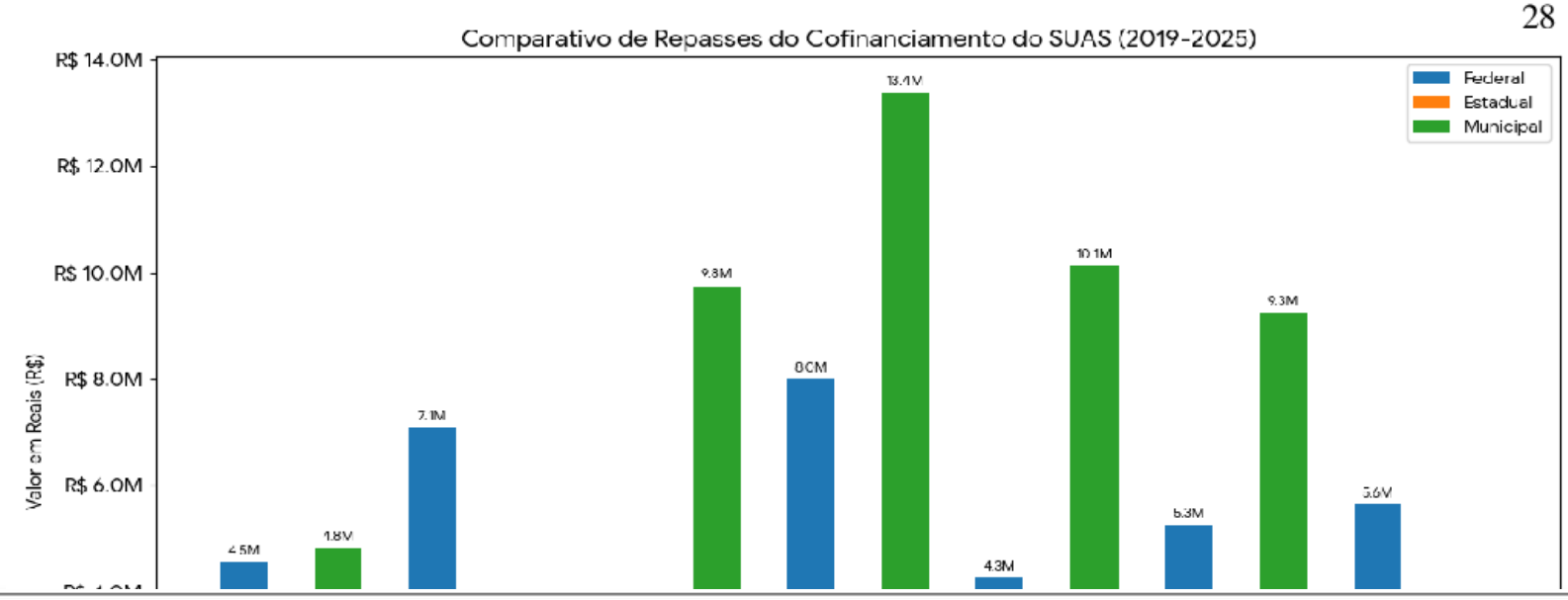
	804.936,00	923.240,00	18.483,80	10.497,30	1.739.177,10
2025	R$ 775.126,00	R$ 730.620,00	R$ 42.600,00	R$ 20.000,00	R$ 1.568.346,00
Total	**R$ 2.967.582,00**	**R$ 5.024.117,28**	**R$ 160.000,44**	**R$ 30.497,30**	**R$ 8.182.197,02**

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES

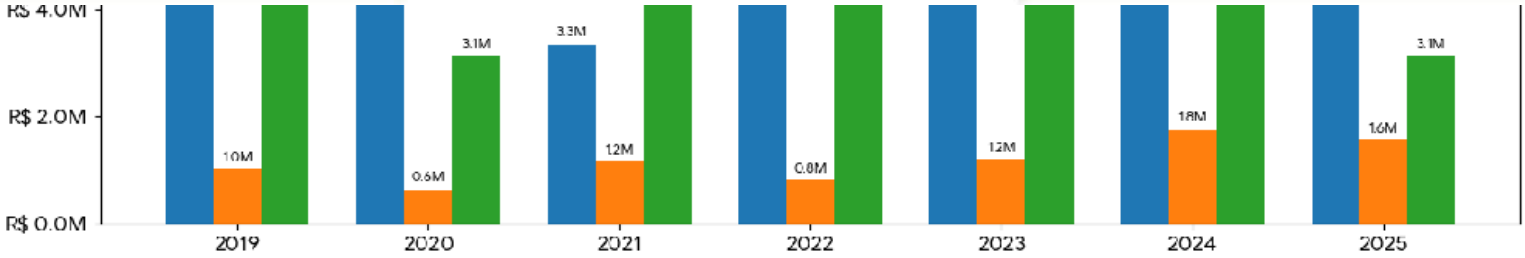
No que tange aos Recursos Estaduais, embora apresente um crescimento em 2024, o repasse estadual é historicamente o menor elo da corrente. Em 2020 e 2022, os valores ficaram abaixo do patamar de 2019 (R$ 1,01 milhão), atingindo o piso de R$ 648.022,00 em 2020. Essa falta de regularidade impede que o município conte com o Estado para investimentos estruturais.

O gráfico revela que, a partir de 2021, o Município assumiu o protagonismo do financiamento da Política de Assistência Social (barras verdes) assumindo a maior parcela da carga financeira do SUAS no município. O investimento saltou de R$ 3,1 milhões em 2020 para R$ 9,7 milhões em 2021, atingindo o recorde histórico de R$ 13,4 milhões em 2022.

28



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES

Já o investimento federal (barras azuis) apresentou picos em 2020 e 2022, mas manteve-se consistentemente abaixo do investimento municipal no período de maior aporte local (2021-2024).

Na esfera do cofinanciamento estadual (barras laranjas), verifica-se uma participação minoritária, mas constante, com um leve crescimento observado em 2024 (R$ 1,7 milhão) e 2025 (R$ 1,5 milhão) em comparação aos anos anteriores.

Tabela 10 - Representatividade do Financiamento da Política de Assistência Social no Município de Vitória da Conquista - 2019 a 2025

Esfera de Governo	Investimento Total	Representatividade (%)
Municipal	R$ 53.604.048,44	53,6%
Federal	R$ 38.154.304,12	38,2%
Estadual	R$ 8.182.197,02	8,2%
SOMA TOTAL	R$ 99.940.549,58	100%

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES

O atual cenário demonstra que a política de Assistência Social no município é sustentada, majoritariamente, por recursos próprios (Tabela 10). Esse protagonismo

assegura a execução dos serviços essenciais, protegendo-os das frequentes flutuações nos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

assegura a execução dos serviços essenciais, protegendo-os das frequentes flutuações nos repasses das demais esferas de governo.

Todavia, a análise técnica sinaliza um estado de alerta orçamentário devido à acentuada corrosão do poder de compra. O sistema enfrentou severos impactos decorrentes da inflação de dois dígitos em 2020 e 2021, sendo que apenas o aporte recorde de R$ 22,2 milhões em 2022 conseguiu superar a inflação acumulada do período. Como o tesouro municipal é o principal financiador da rede, respondendo por 53,6% do total acumulado, qualquer redução nominal — a exemplo da retração observada entre 2024 e 2025 — impacta diretamente a ponta dos serviços, como o CRAS, CREAS e as unidades de acolhimento.

A manutenção do orçamento "congelado" no patamar de R$ 10,3 milhões para o quadriênio 2026-2029 projeta um grave risco de insuficiência financeira. Estima-se que, em 2029, o valor real disponível equivaleria a apenas R$ 8,9 milhões em valores atuais, o que comprometeria seriamente a valorização e manutenção das equipes técnicas via reajustes salariais, a aquisição de insumos e a concessão de benefícios eventuais, ambos sensíveis à variação de mercado, além de inviabilizar a expansão da rede para áreas de nova vulnerabilidade.

Para preservar a sustentabilidade dos serviços, o planejamento estratégico da SEMDES deve estabelecer reajustes anuais mínimos de 4%, além de priorizar a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas no último exercício.

5. Controle Social

O Controle Social na Política de Assistência Social de Vitória da Conquista constitui-se como o mecanismo fundamental para a democratização da gestão pública, assegurando que a sociedade civil atue não apenas no acompanhamento, mas intervenha de forma direta na formulação, execução e fiscalização das ações governamentais. Esse processo garante que as provisões públicas atendam às reais necessidades da população, materializando a transparência e a participação popular no cotidiano administrativo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

5.1. Gênese Legal e Evolução Institucional

Diferente de muitos municípios, Vitória da Conquista antecipou-se na estruturação de seu controle social. Embora a Lei Municipal nº 894/1997 seja um marco de consolidação, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi formalmente criado pela Lei Municipal nº 799, de 13 de dezembro de 1995. Essa fundação precoce, apenas dois anos após a promulgação da LOAS nacional, demonstra o compromisso histórico da cidade com a descentralização política. Ao longo das décadas, o conselho foi aprimorado por legislações sucessivas (Leis nº 1.257/2004, 1.276/2005 e 1.707/2010), que ajustaram sua estrutura para a realidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado nacionalmente em 2005.

30

5.2. Pioneirismo e Espaços de Deliberação

De caráter permanente e composição paritária, o CMAS equilibra a representação entre o Poder Público e a Sociedade Civil, englobando usuários, entidades e trabalhadores. A força dessa instância reflete o pioneirismo de Vitória da Conquista na criação de serviços inovadores, como o Creas Rural (único no país) e o Creas Pop voltado especificamente para crianças e adolescentes, que se tornaram referências nacionais de proteção social custeadas, inicialmente, pelo Tesouro Municipal.

5.3. O Ciclo das Conferências: Do Planejamento à Resistência

O fortalecimento desse controle social é pautado pela regularidade das Conferências Municipais de Assistência Social, que funcionam como o "pulmão" democrático da política local. Em 2025, o município realizou sua 14ª Conferência Municipal, sob o tema "20 Anos de SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência", reafirmando o papel do conselho na

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

avaliação de diretrizes e na fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Esses espaços bienais, somados aos Fóruns de Trabalhadores e Usuários, garantem que a gestão dos recursos — que atingiu o montante inédito de R$ 21,7 milhões em investimentos exclusivos em 2023 por meio do programa "Acolhe Conquista" — ocorra sob vigilância rigorosa da sociedade. Todo esse ecossistema é sustentado pela transparência ativa, com a publicização sistemática de resoluções no Diário Oficial, assegurando que o controle social em Vitória da Conquista permaneça como um instrumento vivo de garantia de direitos.

5.4. Instância de Controle Social vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é uma instância colegiada de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e de controle social da política pública de assistência social no âmbito municipal. Instituído em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o CMAS integra a estrutura de gestão do Sistema Único de Assistência Social e tem como principal função acompanhar, avaliar e deliberar sobre a implementação da política socioassistencial no município.

Sua composição é paritária, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil, o que assegura a participação social na formulação, monitoramento e fiscalização das ações, programas, serviços e recursos destinados à assistência social, contribuindo para a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ações, programas, serviços e recursos destinados à assistência social, contribuindo para a transparência, o fortalecimento da gestão democrática e a efetivação dos direitos socioassistenciais.

Tabela 13. Composição do CMAS

Presidente:	Edileide Silva Freitas
Representação:	Sociedade Civil
Vice-presidente:	Joabe Silva Oliveira
Representação:	Governamental
Lei de criação:	Lei nº 799/1995
Vigência do mandato:	2025/2026
Periodicidade das reuniões:	As reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social acontecem uma vez ao mês, na 2ª semana; na última semana, ocorre a reunião das Comissões Temáticas/Câmaras Técnicas. Há também reuniões de Comissões Temáticas, que avaliam documentações, discutem e produzem pareceres destinados à plenária, para deliberação nas Reuniões Ordinárias.
Representações:	REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL a) 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; d) 01 (um) representante da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda;

	e) 01 (um) representante da Secretaria de Transparência e Controle; f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

	REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL a) 04 (quatro) representantes de usuário ou de organizações de usuários de assistência social; b) 03 (três) representantes de entidades e organização de assistência social; c) 01 (um) representante de trabalhadores do setor.
Percentual de participações (Gov e OSC):	8 (oito) titulares e 8 (oito) suplentes representantes governamentais e 8 (oito) titulares e 8 (oito) suplentes representantes das Organizações da Sociedade Civil
ENTIDADES INSCRITAS NO CONSELHO	
Instituto Social Padre Benedito Soares; Associação Conquistense de Integração do Deficiente – ACIDE; Instituto Social Vivendo e Aprendendo; Albergue Nosso Lar – União Espírita de Vitória da Conquista; Pastoral do Menor Nossa Senhora de Fátima; Comunidade de Aliança Anuncia-Me; Centro de Integração Empresa Escola – CIEE; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória da Conquista – APAE; Projeto o Bom Samaritano (OSCIP); Associação Comunitária Cristo Liberta - Casa do Andarilho; Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora das Graças; Fundação Conquistense Edivanda Maria Teixeira - Casa do Estudante; Associação Renascer; Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – ASBEAS; Instituto Social Creche Bela Vista - ISBV; FAMEC - Fundação de Assistência e Desenvolvimento Humano para Crianças, Adolescentes e seus Familiares de Vitória da Conquista – Bahia; União de Mulheres de Vitória da Conquista – Creche Dinaelza Coqueiro; Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista; Projeto Construindo Caminhos e Mudando Realidades; Programa Integração AABB Comunidade; SESI SUDOESTE – Serviço Social da Indústria; Projetos Desenvolvidos pela Empresa; Instituição Adventista Nordeste Brasileira de Educação e Assistência Social; Projeto: Saúde e Qualidade de Vida do Idoso.	

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

5.4. Realização da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista/2025.

A 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista foi realizada nos dias 9 e 10 de julho de 2025, pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em parceria com a Prefeitura Municipal, com o tema "20 anos do Suas: construções, proteção social e resistência". O evento ocorreu no auditório Lúcia Maria Dórea, no Complexo Municipal de Saúde (CEMAE), reunindo representantes do poder público, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas), representantes de entidades

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

socioassistenciais, usuários da política de assistência social e membros da sociedade civil.

A conferência constituiu uma etapa fundamental do processo democrático de avaliação e proposição de diretrizes para o fortalecimento da política de assistência social no município, integrando o ciclo de conferências que subsidia as etapas estadual e nacional. Como parte do processo preparatório, foram realizados 14 encontros de pré-conferência com usuários do SUAS, alcançando 449 participantes, espaços destinados à escuta, mobilização social e levantamento de demandas e propostas para qualificação da política pública.

Informações Gerais da Conferência Municipal:

Tabela 14: Identificação 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – Vitória da Conquista /BA

Nome do Município / UF	Vitória da Conquista – Bahia
Identificação da Conferência	"20 anos do Suas: construções, proteção social e resistência".
Datas e Período de Realização	09 e 10/07/2025
Porte do Município	Grande Porte
Número Total de Participantes	239

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

Tabela 15: Identificação dos delegados da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – Vitória da Conquista /BA

CARACTERIZAÇÃO DOS DELEGADOS	
Sociedade Civil	7
Governamentais	54
CMAS	21
Outros Públicos	57

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Número de Delegados (as):	139

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

Deliberações por eixo

Os debates e deliberações da conferência foram organizados a partir de cinco eixos estratégicos, alinhados às diretrizes do II Plano Decenal do SUAS: I – Universalização do SUAS: acesso integral com equidade e respeito às diversidades; II – Aperfeiçoamento contínuo do SUAS: inovação, gestão descentralizada e valorização profissional; III – Integração de benefícios e serviços: fortalecendo a proteção social, a segurança de renda e a inclusão social; IV – Gestão democrática e comunicação transparente: fortalecendo a

participação social; e V – Sustentabilidade financeira e equidade no cofinanciamento do SUAS. Esses eixos orientaram as discussões e a formulação de propostas voltadas ao aprimoramento da gestão e da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no município.

Tabela 16: Deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para o Município – Vitória da Conquista /BA

Nº	DELIBERAÇÕES PARA O MUNICÍPIO	Eixo ao qual está relacionada (Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4; Eixo 5)
01	Ampliar as ofertas voltadas à população em situação de rua no município: a) implantação de um Centro Pop na Zona Oeste; b) implantação de serviços de acolhimento para a população em situação de rua, com estrutura digna, atendimento humanizado e com número de vagas de acordo com diagnostico continuo; c) ampliação da equipe e atendimentos da abordagem social; d) implantação de um ponto fixo de informação nos terminais	1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

	d) implantação de um ponto fixo de informação nos terminais rodoviários e locais estratégicos.	
02	Criar a Política Municipal do Cuidado.	1
03	Criação do plano de carreira, cargos e salários e piso salarial para os trabalhadores do SUAS.	2
04	Recomposição e ampliação das equipes técnicas por meio de servidores concursados, diminuindo a rotatividade, auxiliando na vinculação com os usuários e garantindo a continuidade dos serviços.	2
05	Revisão da lei municipal de benefícios eventuais através da contratação de consultoria para diagnóstico e alteração da lei de acordo a atual demanda do município.	3
06	Ampliar o Programa SUAS na Comunidade com o objetivo de informar a população e realizar busca ativa em todo o território sobre os benefícios sociais, em especial na zona rural, tendo como principal característica a visita domiciliar.	3
07	Realizar reuniões itinerantes do CMAS, contemplando zona rural e urbana, com divulgação em diversos meios de comunicação, com datas e locais de realização, com o intuito de fortalecer os Conselhos como instâncias deliberativas efetivas, garantindo a participação social de grupos historicamente invisibilizados.	4
08	Fomentar a utilização de espaços públicos como escolas, espaços religiosos diversos, OSC's e outras estruturas públicas para a disseminação de informações em relação aos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS dentro dos territórios.	4
09	Que o orçamento destinado à Política Municipal de Assistência Social e sua execução não sejam inferiores aos valores praticados	5

	no ano anterior, sendo garantido atualizações anuais de acordo o IGPM.	
10	Que seja destinado no orçamento da Assistência Social valores para aquisição ou locação de veículos para os serviços socioassistenciais, os quais sejam adaptados e em quantidade suficiente que atenda a demanda real dos serviços, programas e projetos do SUAS.	5

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

Tabela 17: Deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para o Estado – Vitória da Conquista /BA

Nº	DELIBERAÇÕES DO MUNICÍPIO PARA O ESTADO, CONSIDERANDO OS 5 EIXOS DA CONFERÊNCIA	Eixo ao qual está relacionada (Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4; Eixo 5)
01	Criação de programas estaduais de expansão territorial e ampliação do cofinanciamento para execução dos serviços socioassistenciais, inclusive por meio de unidades móveis	01
02	Criação de uma linha específica de cofinanciamento para pagamento dos trabalhadores do SUAS dos municípios.	02
03	Aumentar o cofinanciamento para serviços e programas que integrem benefícios com foco em população em situação de maior vulnerabilidade, em especial os benefícios eventuais.	03
04	Promover formação em Controle Social de Conselheiros de Assistência Social por meio do Capacita SUAS de forma permanente, contemplando todas as representações: Usuários, OSC, Trabalhador e Governo.	04
05	Que se crie, via Projeto de Lei estadual, percentual de 1% da receita corrente líquida para aplicação de recurso na Assistência Social, assim como ocorre na política de Educação e Saúde.	05

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

Tabela 18: Deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para a União – Vitória da Conquista /BA

Nº	DELIBERAÇÕES DO MUNICÍPIO PARA A UNIÃO	Eixo ao qual está relacionada (Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4; Eixo 5)
01	Ampliação do cofinanciamento para as equipes de referência do SUAS.	01
02	Criação do plano de carreira, cargos, salários e piso salarial para os trabalhadores do SUAS, com apoio aos projetos de leis vinculados a estes.	02
03	Reformular e desburocratizar os critérios de acesso ao BPC considerando os graus de vulnerabilidade e as múltiplas deficiências, fazendo uma maior divulgação sobre o assunto, e assegurando a sua desvinculação dos demais benefícios socioassistenciais na computação de renda.	03

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

04	Promover campanhas nacionais para divulgação dos serviços socioassistenciais do SUAS e do controle social em diversos canais de comunicação, fortalecendo a ideia da Proteção Social como direito.	04
05	Que se crie, via Projeto de Lei, percentual mínimo de 1% da receita corrente líquida para aplicação de recurso na Assistência Social, assim como ocorre na política de Educação e Saúde.	05

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

6. Diretrizes da Política Municipal de Assistência Social

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Política Nacional de Assistência Social, o Plano Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista/BA – 2026 a 2029 tem as seguintes diretrizes:

1) Aprimorar a gestão municipal do SUAS, à luz da Política Nacional de Assistência Social – PNAS tendo como referência o PPA do município, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, NOB RH/SUAS e a NOB – SUAS 2012 e demais normativas do SUAS.
2) Aprimorar a oferta dos serviços relativos à Proteção Social Básica no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.
3) Aprimorar a execução dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais relativos à Proteção Social Básica no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.
4) Fortalecer a política de transferência de renda e a inclusão socioassistencial no município, por meio da qualificação do Cadastro Único, do aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família e da articulação de ações de enfrentamento à pobreza.
5) Aprimorar os serviços relativos à Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.

6) Aprimorar a execução dos serviços relativos à Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.
7) Aprimorar e fortalecer o Controle Social no município de Vitória da Conquista/BA.

7. Objetivos do PMAS

7.1 Objetivo geral

O Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 visa consolidar e qualificar a Política Municipal de Assistência Social em Vitória da Conquista, fortalecendo a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ampliando a oferta e a qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de modo a promover a proteção social, a prevenção de riscos e o enfrentamento das vulnerabilidades e violações de direitos no município.

7.2 Objetivos específicos

1. Fortalecer a gestão municipal do SUAS, assegurando o alinhamento às normativas da Política Nacional de Assistência Social, às diretrizes do planejamento municipal e aos instrumentos de gestão do sistema.
2. Qualificar e ampliar a oferta dos serviços da Proteção Social Básica, fortalecendo o trabalho social com famílias e comunidades e a prevenção de situações de vulnerabilidade social.
3. Aprimorar a execução dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

vinculados à Proteção Social Básica, ampliando seu alcance e efetividade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

4. Fortalecer a política de transferência de renda e a inclusão socioassistencial, por meio da qualificação da gestão do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família e da articulação com ações de enfrentamento à pobreza.
5. Qualificar a oferta dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, ampliando a capacidade de atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.
6. Aprimorar a execução dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, garantindo proteção integral a indivíduos e famílias em situação de afastamento do convívio familiar e comunitário.
7. Fortalecer os mecanismos de participação e controle social, promovendo a atuação qualificada do Conselho Municipal de Assistência Social e a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação da política pública.

8. Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e/ou necessários e mecanismos e fontes de financiamento

A disponibilidade de recursos financeiros para a execução do PMAS é um dos fatores determinantes para o sucesso da execução do mesmo. As projeções de repasses financeiros para a execução da Política Municipal de Assistência Social nos anos de 2022 a 2025 foram divididas em 04 grandes grupos: manutenção, repasses OSC, manutenção da equipe técnica e investimentos.

- Manutenção: Contém todas as despesas como aquisição de material de expediente, pedagógico, aluguéis de veículos, contratação de prestadores de serviços, etc.
- Repasses OSC: Previsão de repasses que serão realizados para Organizações da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Sociedade Civil que prestam serviços na rede socioassistencial municipal.

- Manutenção da Equipe técnica: Contém a despesa prevista para o pagamento de folha da equipe técnica vinculada ao SUAS Municipal.
- Investimentos: Valor previsto para ser utilizado em áreas como: Aquisição de material permanente, ampliações, construções e grandes reformas para os equipamentos do SUAS em Vitória da Conquista e também para aparelhagem da gestão do SUAS.

Importante informar que o município não possui controle dos repasses realizados pelo FEAS e FNAS, sendo um ponto de preocupação na execução do PMAS 2022-2025, em especial no que tange aos valores a serem repassados, visto que, mesmo possuindo instrumentos legais como os Planos de Ações assinados com o ente estadual e federal, os cronogramas de desembolso nos anos anteriores não respeitaram ao disposto nos regramentos legais, já que estas regras apontam que os repasses deveriam ser de forma regular e automática.

A incerteza dos repasses e os atrasos obrigam que o cofinanciamento municipal realize aumentos progressivos, gerando um desequilíbrio nos valores cofinanciados pelos entes federados, aumentando a carga municipal no cofinanciamento, embora, entre os entes federados, é o município que possui menor disponibilidade financeira.

9. Resultados e impactos esperados

Os resultados e impactos esperados expressam as mudanças institucionais e sociais que se pretende alcançar ao longo da execução do Plano Municipal de Assistência Social, considerando as diretrizes estratégicas definidas e as demandas identificadas no diagnóstico socioterritorial do município. (tabela 19)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Tabela 19: Resultados e Impactos das ações propostas pelo PMAS

RESULTADOS INSTITUCIONAIS DO SUAS - GESTÃO
• Consolidação do comando único da política de assistência social no município, com fortalecimento da capacidade institucional da gestão do SUAS. • Qualificação da gestão municipal da política de assistência social, com aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais. • Fortalecimento da articulação intersetorial com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos. • Ampliação da qualificação técnica de gestores, trabalhadores e conselheiros do SUAS, por meio de estratégias de educação permanente e fortalecimento da gestão do trabalho. • Aprimoramento das funções de Vigilância Socioassistencial, com ampliação da produção e utilização de informações socioterritoriais no planejamento da política pública. • Ampliação e qualificação da rede socioassistencial, com fortalecimento da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios à população.
RESULTADOS PARA A POPULAÇÃO USUÁRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS
• Ampliação do acesso da população em situação de vulnerabilidade social aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. • Fortalecimento das ações de prevenção de riscos sociais e de proteção às famílias e indivíduos nos territórios de abrangência da rede socioassistencial. • Ampliação do acesso da população aos direitos socioassistenciais e às políticas públicas setoriais. • Redução das situações de vulnerabilidade social e das violações de direitos acompanhadas pela rede socioassistencial. • Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e ampliação da participação social dos usuários da política de assistência social. • Redução das situações de isolamento social e fortalecimento das redes de apoio nos territórios

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

territórios.

• Qualificação das estratégias de proteção e acompanhamento a indivíduos e famílias em situação de violação de direitos.

40

• Ampliação das oportunidades de autonomia e desenvolvimento social para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Fonte: SEMDES/PMVC

10. Indicadores de Monitoramento e Avaliação

O Plano Municipal de Assistência Social constitui um instrumento estratégico de planejamento da política pública, cuja execução requer processos contínuos de monitoramento e avaliação, de modo a acompanhar a implementação das ações previstas, identificar avanços, desafios e necessidades de reorientação das estratégias adotadas.

Nesse sentido, o monitoramento e a avaliação configuram-se como instrumentos fundamentais para a gestão do Sistema Único de Assistência Social no âmbito municipal, possibilitando o acompanhamento sistemático das metas estabelecidas, a análise dos resultados alcançados e o aprimoramento permanente das ações desenvolvidas.

Além de subsidiar os processos de planejamento e gestão da política de assistência social, o monitoramento do Plano também contribui para o fortalecimento do controle social, ao produzir informações que permitem ao Conselho Municipal de Assistência Social e à sociedade acompanhar a execução das ações e avaliar seus resultados.

Durante a execução do Plano, o monitoramento e a avaliação terão caráter contínuo e retroalimentador, permitindo a identificação de eventuais ajustes necessários nas metas, estratégias e ações planejadas, em consonância com as demandas socioterritoriais identificadas no município.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

identificadas no município.

Para o acompanhamento da execução do Plano, serão utilizados diferentes sistemas de informação, bases administrativas e instrumentos de gestão da política de assistência social, dentre os quais se destacam:

- Censo SUAS
- Relatório Mensal de Atendimento – RMA
- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- Relatórios de Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Sistemas administrativos e instrumentos de monitoramento utilizados pelo município
- Metas e indicadores do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS

Esses instrumentos possibilitarão o acompanhamento periódico das ações e metas estabelecidas no Plano, subsidiando a análise da capacidade de execução das políticas, da

cobertura dos serviços socioassistenciais e dos resultados alcançados no enfrentamento das vulnerabilidades sociais no município.

No que se refere à Coordenação Financeira, os indicadores serão os seguintes:

- Índice de execução orçamentária do FMAS, sendo o cálculo baseado na razão entre previsão orçamentária inicial do FMAS e o executado.
- Fórmula: Índice de Execução Orçamentária = empenhado no FMAS/Prev. Orçamentária * 100.
- Período de Aferição: Trimestral.
- Índice de execução Financeira do SUAS, sendo o cálculo baseado na disponibilidade financeira pela execução financeira efetivamente executada.
- Fórmulas: Disponibilidade Financeira = Saldo em conta 31/12 + ∑ repasses.
- Índice de Execução Financeira = Pagamentos do ano / Disponibilidade Financeira * 100.
- Período de Aferição: Trimestral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Período de Abrangência: Trimestral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.1988.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS ANOTADA. Brasília, 2009.

_____. Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, e dá outras providências.

_____. Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social - LOAS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de dezembro, 1993, Seção 1.

_____. Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e altera alguns dispositivos da Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº 8742/1993. Brasília, DF, 2011.

_____. Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) "Proteção para todos/as os/as brasileiros/as". Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em 11de fevereiro de 2019.

_____. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2013.

_____. Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. MDS: Brasília, 2012.

_____. Portaria SENARC nº 177, de 16 de junho de 2011. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências.

43
_____. Resolução nº 13 do Conselho Nacional de Assistência Social de 13 de maio de 2011. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília-DF, reimpressão 2014.

_____. Resolução nº 18 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de julho de 2013. Pacto de Aprimoramento do SUAS. Brasília-DF, 2013.

_____. Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília – DF, 2012.

_____. Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 17 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

11. ANEXO I - Metas e Ações do Plano Municipal de Assistência Social (2026–2029)

GESTÃO (GSUAS, VIGILÂNCIA, GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA)

Diretriz: Aprimorar a gestão municipal do SUAS, à luz da Política Nacional de Assistência Social – PNAS tendo como referência o PPA do município, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, NOB RH/SUAS e a NOB – SUAS 2012 e demais normativas do SUAS.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Criar a Política Municipal do Cuidado.	Compor Grupo de Trabalho (GT) para estudos e consultas sobre o tema.	GT instituído	01 GT formalizado	Portaria Publicada	x			
	Realizar diagnóstico socioterritorial sobre demandas de cuidado (pessoas idosas, PCD, primeira infância, cuidadores familiares e sobrecarga feminina).	Diagnóstico concluído	01 Diagnóstico publicado até 2027	Relatório técnico validado pelo CMAS	x	x		
	Elaborar minuta da Política Municipal do Cuidado e submeter ao CMAS e à Câmara Municipal.	Projeto de Lei protocolado	01 PL encaminhado até 2028	Protocolo legislativo			x	
	Instituir Plano de Implementação da Política do Cuidado com metas e orçamento.	Plano aprovado	01 Plano aprovado e inserido na LOA	LOA e Resolução do CMAS				x
Criar plano de carreira, cargos e salários e piso salarial para os trabalhadores do SUAS.	Instituir Comissão Técnica para elaboração do PCCS do SUAS.	Comissão instituída	01 Comissão formalizada por Portaria até 2027	Portaria publicada no DOM		x		
	Realizar estudo técnico-financeiro e impacto orçamentário do PCCS.	Estudo concluído	01 Estudo técnico com simulação de impacto na LRF até 2029	Relatório técnico validado pela Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária		x	x	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Elaborar minuta do Plano de Carreira, Cargos e Salários com definição de níveis, progressão e piso salarial.	Minuta elaborada	01 Minuta concluída e pactuada com trabalhadores até 2028	Ata de pactuação			x	
	Encaminhar Projeto de Lei do PCCS à Câmara Municipal.	Projeto de Lei protocolado	01 PL protocolado até 2029	Protocolo legislativo				x
Recompor e ampliar as equipes técnicas por meio de servidores concursados, diminuindo a rotatividade, auxiliando na vinculação com os usuários e garantindo a continuidade dos serviços.	Realizar diagnóstico do quadro de pessoal do SUAS (déficit, vínculos precários, rotatividade e necessidade por unidade de atendimento/setor).	Diagnóstico concluído	01 Diagnóstico técnico publicado até 2026	Relatório da Gestão do Trabalho				
	Elaborar plano de recomposição do quadro com definição de cargos, quantitativos e cronograma de provimento.	Plano elaborado	01 Plano aprovado pela gestão municipal até 2027	Documento técnico validado pela Secretaria de Gestão e Inovação		x		
	Realizar concurso público para provimento de cargos efetivos do SUAS.	Concurso realizado	01 Concurso público realizado até 2028	Edital publicado e homologação			x	
	Nomear e lotar progressivamente servidores efetivos nas unidades e gestão.	Percentual de cargos efetivos ocupados	Alcançar mínimo de 70% de servidores efetivos nas equipes até 2029	Folha de pagamento				x
Garantir que o orçamento destinado à Política Municipal de Assistência Social e sua execução não sejam inferiores aos valores praticados no	Prever no PPA, LDO e LOA a manutenção do orçamento da Assistência Social com recomposição inflacionária anual.	Dotação orçamentária anual do FMAS	Manutenção do valor nominal do exercício anterior com atualização pelo índice oficial adotado pelo município até 2029	LOA publicada	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
ano anterior, sendo atualizado anualmente de acordo o IGPM.	Monitorar a execução orçamentária e financeira do FMAS garantindo execução mínima de 95% da dotação anual.	Percentual de execução orçamentária	Executar no mínimo 90% da dotação anual até 2029	Relatórios de Gestão Financeira	x	x	x	x
	Apresentar ao CMAS relatório quadrimestral de acompanhamento da execução orçamentária.	Nº de relatórios apresentados	3 relatórios por ano até 2029	Atas e Resoluções do CMAS	x	x	x	x
Destinar, do orçamento da Assistência Social, valores para aquisição ou locação de veículos para os serviços socioassistenciais, os quais sejam adaptados e em quantidade suficiente que atenda a demanda real dos serviços, programas e projetos do SUAS.	Realizar diagnóstico da necessidade de veículos por unidade socioassistencial e gestão	Diagnóstico concluído	Levantamento técnico com quantitativo ideal por unidade até 2026	Relatório da Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial	x			
	Prever na LOA dotação específica para aquisição ou locação de veículos adaptados.	Dotação orçamentária específica prevista	100% das loas de 2026 a 2029 com previsão específica para frota do SUAS	LOA publicada	x	x	x	x
	Adquirir ou contratar locação de veículos conforme demanda diagnosticada, garantindo acessibilidade.	Percentual de unidades com veículo disponível	100% das unidades com pelo menos 1 veículo disponível até 2028	Patrimônio municipal / Contratos administrativos	x	x	x	x
	Garantir que os veículos atendam critérios de acessibilidade para PCD e pessoas idosas	Percentual de veículos adaptados	Mínimo de 40% da frota adaptada até 2029	Termo de recebimento / Especificação técnica de compra		x	x	x
Garantir a saúde financeira e orçamentária da SEMDES, implementando	Implantar sistema interno de monitoramento orçamentário e financeiro da SEMDES com acompanhamento mensal.	Sistema de monitoramento implantado	Instrumento padronizado de acompanhamento mensal até 2026	Relatórios financeiros internos	x	x	x	x

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
controles e relatórios técnicos de forma a subsidiar a tomada de decisão.	Elaborar e apresentar relatórios técnicos mensais de execução orçamentária por unidade e por bloco de financiamento.	Nº de relatórios emitidos por ano	12 relatórios técnicos anuais até 2029	Sistema contábil municipal	**x**	**x**	**x**	**x**
	Instituir painel de indicadores financeiros estratégicos (execução, restos a pagar, saldo em conta, comprometimento da despesa).	Painel implantado	Painel ativo e atualizado mensalmente até 2027	Sistema financeiro municipal		**x**	**x**	**x**
	Realizar análise quadrimestral de sustentabilidade financeira da SEMDES considerando projeções de receita e despesa.	Nº de análises técnicas realizadas	3 análises técnicas por ano até 2029	Relatórios financeiros consolidados	**x**	**x**	**x**	**x**
	Capacitar equipe técnica da gestão financeira da Assistência Social em planejamento e execução orçamentária.	Nº de servidores capacitados	Capacitar 100% da equipe financeira até 2028	Certificados / registros administrativos	**x**	**x**	**x**	**x**
Identificar territórios com baixa cobertura dos serviços socioassistenciais e organizar estratégias específicas de priorização de atendimento. Envolve, ainda, o mapeamento territorial, análise de indicadores de vulnerabilidade, definição de áreas críticas e	Realizar mapeamento territorial da cobertura atual dos serviços socioassistenciais.	Relatório de cobertura territorial elaborado	Diagnóstico consolidado até 2027	Vigilância Socioassistencial / Cadastro Único / Prontuário SUAS	x	x		
	Analisar indicadores de vulnerabilidade social para definição de áreas prioritárias.	Nº de territórios classificados como prioritários	Classificar 100% dos territórios do município até 2026	Cadastro Único / dados de outras políticas públicas/ registros do SUAS	x	x		
	Definir plano de priorização com metas de ampliação da presença do SUAS nos territórios mais vulnerabilizados.	Plano de ação territorial elaborado	Plano aprovado até 2027	Documento técnico institucional	x	x		

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
implementação de ações direcionadas para ampliar a presença do SUAS nesses locais.	Implementar ações direcionadas para ampliação da cobertura (atendimento descentralizado, busca ativa, ampliação de vagas em serviços).	Percentual de aumento da cobertura nos territórios prioritários	Ampliar cobertura em pelo menos 30% até 2029	Relatórios de gestão / Prontuário SUAS	x	x	x	x
	Monitorar anualmente a evolução da cobertura territorial.	Relatório anual de monitoramento publicado	1 relatório anual até 2029	Vigilância Socioassistencial	x	x	x	x
Mapear, diagnosticar e planejar intervenções físicas nas unidades socioassistenciais, definindo necessidades estruturais, prioridades de manutenção, adequações de acessibilidade e parâmetros mínimos de funcionamento.	Realizar diagnóstico técnico das condições estruturais de todas as unidades socioassistenciais.	Percentual de unidades avaliadas	100% das unidades avaliadas até 2026	Laudo técnico de engenharia/arquitetura	**x**			
	Classificar unidades por grau de prioridade (crítica, moderada, preventiva).	Matriz de priorização elaborada	100% das unidades classificadas até 2026	Relatório técnico consolidado	**x**			
	Elaborar Plano Municipal de Requalificação Estrutural das Unidades do SUAS.	Plano aprovado	Plano com cronograma físico-financeiro aprovado até 2027	Documento técnico institucional	**x**	**x**		
	Adequar unidades às normas de acessibilidade e parâmetros mínimos de funcionamento.	Percentual de unidades adequadas às normas de acessibilidade	Adequar no mínimo 70% das unidades até 2029	Vistoria técnica / relatório de conformidade	**x**	**x**	**x**	**x**
	Executar manutenção preventiva semestral nas unidades socioassistenciais.	Nº de unidades com manutenção preventiva realizada	100% das unidades com manutenção semestral até 2029	Ordem de serviço / relatório técnico	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Organizar, atualizar e formalizar todo o conjunto de atos normativos, regulamentações internas, portarias, fluxos e documentos legais necessários ao funcionamento do SUAS no município. Abrange revisão normativa, elaboração de instrumentos regulatórios, padronização de procedimentos, adequação às legislações vigentes e fortalecimento jurídico-administrativo da política de Assistência Social em âmbito municipal.	Realizar auditoria normativa completa da Política Municipal de Assistência Social, com levantamento de todas as leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas vigentes e identificação de normas desatualizadas, conflitantes ou inexistentes	Diagnóstico normativo concluído	100% dos atos mapeados até 2026	Relatório técnico-jurídico	x			
	Revisar e atualizar a Lei Municipal da Assistência Social e regulamentações complementares.	Lei revisada e regulamentações atualizadas	Atualização concluída até 2027	Publicação oficial	x	x		
	Elaborar e padronizar instrumentos regulatórios internos.	Nº de instrumentos normativos formalizados	100% dos serviços com normativo regulamentado até 2028	Portarias e atos publicados	x	x	x	
	Instituir matriz oficial de fluxos intersetoriais e procedimentos técnicos do SUAS.	Matriz de fluxos institucionalizada	1 matriz aprovada e publicada	Documento normativo oficial	x	x		
	Implantar rotina permanente de revisão normativa.	Calendário de revisão instituído	1 ato normativo instituindo rotina permanente até 2026	Portaria publicada	x	x	x	x
Adequar, física e funcional, as unidades da Assistência Social, assegurando acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Contempla	Realizar diagnóstico técnico de acessibilidade em todas as unidades socioassistenciais.	Percentual de unidades avaliadas	100% das unidades avaliadas até 2026	Laudo técnico de acessibilidade	x			
	Executar intervenções estruturais prioritárias nas unidades classificadas como críticas.	Percentual de unidades críticas adequadas	Adequar no mínimo 60% das unidades críticas até 2028	Relatório de obra e vistoria técnica	x	x	x	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
intervenções estruturais, adequação de mobiliário, sinalização acessível e implementação de padrões alinhados às normas de acessibilidade vigentes, garantindo que todos os usuários — especialmente pessoas idosas e com deficiência — acessem os serviços do SUAS com autonomia e segurança.	Adequar mobiliário e sinalização acessível.	Percentual de unidades com mobiliário e sinalização adequados	80% das unidades adequadas até 2029	Relatório de conformidade e inventário patrimonial		x	x	x
	Implantar medidas de acessibilidade comunicacional.	Percentual de unidades com medidas comunicacionais implementadas	100% das unidades até 2028	Manual institucional e registro de capacitação		x	x	
Criar e padronizar fluxos, protocolos e instrumentos de integração entre os sistemas utilizados no SUAS, bem como à implantação da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente entre o SUAS, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e o Sistema de Justiça. Prevê, ainda, o mapeamento dos sistemas e rotinas	Mapear sistemas, instrumentos e rotinas utilizados no SUAS municipal.	Percentual de sistemas e rotinas mapeados	100% mapeados até 2026	Relatório técnico consolidado	x			
	Definir e formalizar processos integrados entre serviços e sistemas.	Processos integrados formalizados	1 matriz de integração publicada até 2027	Portaria ou Instrução Normativa publicada	x	x		
	Implantar protocolos intersetoriais padronizados.	Percentual de protocolos intersetoriais formalizados	100% dos fluxos críticos formalizados até 2028	Protocolos publicados	x	x	x	
	Instituir formalmente a Mesa Permanente de Diálogo entre SUAS, SGD e Sistema de Justiça.	Mesa instituída por ato normativo	1 ato de instituição publicado até 2026	Decreto ou Portaria publicada		x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
existentes, definição de processos integrados, construção de protocolos intersetoriais, organização de reuniões permanentes e criação de mecanismos de comunicação estruturada entre as instituições.	Realizar reuniões ordinárias periódicas da Mesa.	Número de reuniões realizadas por ano	Realizar no mínimo 4 reuniões ordinárias anuais a partir de 2027	Atas registradas e publicadas		x	x	x
	Realizar formação anual com rede do SGD	4 formações com no mínimo 3 políticas participantes	Realizar formação anual com rede do SGD	Programa de formação/Lista de Presença	x	x	x	x
Fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que executam serviços socioassistenciais, por meio da qualificação dos instrumentos de parceria, aprimoramento do acompanhamento técnico, padronização dos indicadores de monitoramento, ampliação das ações formativas e organização dos fluxos de comunicação entre gestão e entidades.	Implantar mecanismo estruturado de comunicação institucional.	Protocolo de comunicação instituído	1 protocolo formalizado até 2027	Documento institucional publicado		x	x	
	Revisar e padronizar os instrumentos jurídicos de parceria com OSCs.	Percentual de parcerias com instrumentos padronizados	100% das parcerias adequadas até 2027	Instrumentos publicados e assinados	x	x		
	Implantar protocolo padronizado de monitoramento técnico das OSCs.	Protocolo institucionalizado	1 protocolo formalizado até 2027	Portaria ou Instrução Normativa publicada	x	x	x	x
	Padronizar indicadores de monitoramento e avaliação.	Matriz de indicadores instituída	1 matriz publicada até 2027	Documento institucional aprovado	x	x		
	Realizar ações formativas anuais para OSCs parceiras.	Número de capacitações realizadas por ano	Realizar no mínimo 2 formações anuais a partir de 2026	Lista de presença e relatório de capacitação	x	x	x	x
	Organizar fluxo permanente de comunicação entre gestão e OSCs.	Percentual de OSCs com fluxo institucional implementado	100% das OSCs integradas até 2027	Atas e registro de reuniões	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Estruturar e implementar ações contínuas de enfrentamento ao racismo no âmbito da Política de Assistência Social. Abrange formação das equipes, revisão de fluxos e abordagens, desenvolvimento de materiais educativos, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e promoção de ações comunitárias que fortaleçam a equidade racial e assegurem atendimento qualificado, comprometido com a defesa de direitos e com a redução de desigualdades étnico-raciais.	Implantar programa permanente de formação sobre equidade racial e enfrentamento ao racismo.	Número de formações realizadas por ano	Realizar no mínimo 2 formações anuais a partir de 2026	Lista de presença e relatório técnico	x	x	x	x
	Revisar fluxos e protocolos para prevenção e enfrentamento de práticas discriminatórias.	Percentual de fluxos revisados	100% dos fluxos críticos revisados até 2027	Instrução Normativa publicada	x	x		
	Desenvolver materiais técnicos e educativos institucionais.	Número de materiais produzidos	Produzir no mínimo 3 materiais institucionais até 2028	Publicações institucionais	x	x	x	
	Fortalecer articulação com o Sistema de Garantia de Direitos para enfrentamento de violações motivadas por discriminação racial.	Protocolo intersetorial instituído	1 protocolo formalizado até 2027	Documento normativo publicado	x	x		
	Promover ações comunitárias voltadas à equidade racial nos territórios prioritários.	Número de ações comunitárias realizadas por ano	Realizar no mínimo 6 ações anuais a partir de 2027	Relatório territorial de execução		x	x	x
Mapear, analisar e otimizar os percursos realizados pelos usuários do SUAS para acessar serviços, identificando barreiras territoriais, procedimentais e	Mapear os percursos realizados pelos usuários desde a porta de entrada até a resolução da demanda.	Percentual de serviços com fluxo mapeado	100% dos serviços com percursos mapeados até 2027	Relatório técnico de mapeamento de processos	x	x		
	Identificar barreiras territoriais, procedimentais e institucionais.	Diagnóstico consolidado de barreiras	1 relatório técnico validado até 2026	Documento institucional aprovado	x	x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
institucionais. Orienta soluções práticas para garantir maior eficiência na porta de entrada, redução de deslocamentos desnecessários e ampliação da acessibilidade aos serviços socioassistenciais.	Reestruturar fluxos de atendimento para reduzir etapas e deslocamentos desnecessários.	Percentual de fluxos reestruturados	100% dos fluxos críticos otimizados até 2027	Portaria ou Instrução Normativa publicada	x	x		
	Fortalecer a porta de entrada do SUAS para atendimento mais resolutivo.	Instrumento padronizado implantado	Implantar instrumento único até 2027	Manual institucional publicado	x	x		
	Implantar indicadores de eficiência no acesso aos serviços.	Painel de monitoramento instituído	1 painel implantado até 2027	Relatório semestral publicado	x	x		
Estruturar e implementar o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS como instância institucional de qualificação continuada dos trabalhadores e gestores, fortalecendo a capacidade técnica, a gestão e a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais.	Realizar reunião ampliada para alinhamento institucional da criação do Núcleo.	1 reunião realizada	Até 2027	Ata registrada	x	x		
	Identificar empresa ou equipe com notório saber para supervisão técnica.	Processo de seleção concluído	1 contratação formalizada até 2027	Processo administrativo		x		
	Executar supervisão técnica para diagnóstico e planejamento da estruturação.	Diagnóstico e plano entregues	1 diagnóstico e 1 plano concluídos até 2028	Relatórios técnicos protocolados		x	x	
	Implantar formalmente o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS.	Núcleo oficialmente instituído	Publicar decreto e regulamentação até 2029	Decreto publicado			x	x
Instituir o Observatório Municipal do SUAS como instância permanente de produção, sistematização e análise de dados,	Realizar reunião ampliada para pactuação da criação do Observatório Municipal do SUAS.	1 reunião realizada	Até 2026	Ata registrada	x	x		
	Mapear lacunas de conhecimento na execução da política de assistência social.	Diagnóstico situacional elaborado	1 relatório técnico concluído até 2027	Relatório protocolado	x	x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
fortalecendo a gestão baseada em evidências, a qualificação das decisões e o aprimoramento da política de assistência social no município.	Realizar pesquisa e escuta com gestores, trabalhadores e usuários.	Percentual de unidades participantes	Participação mínima de 80% das unidades socioassistenciais	Relatório consolidado de escuta		x	x	x
	Publicar relatório sobre lacunas de conhecimento e agenda de pesquisa.	Relatório anual publicado	1 publicação anual	Documento disponibilizado oficialmente		x	x	x
	Formalizar parcerias com Instituições de Ensino Superior e Núcleos de Pesquisa em Políticas Públicas.	Número de parcerias formalizadas	Mínimo de 2 termos de cooperação até 2029	Termos assinados		x	x	x
	Criar Núcleo de Pesquisa no âmbito do SUAS municipal.	Núcleo formalmente instituído	Instituir até 2029	Portaria ou ato normativo publicado			x	x
Instituir o Programa FORMAR+ como estratégia de qualificação da gestão do trabalho e fortalecimento da educação permanente no SUAS, estruturando processos, metodologias e	Realizar diagnóstico situacional da gestão do trabalho e da educação permanente.	Diagnóstico técnico entregue	1 diagnóstico concluído até 2027	Relatório técnico protocolado	x	x	x	
	Definir processos de trabalho e metodologias de gestão do trabalho e educação permanente.	Manual ou protocolo instituído	1 instrumento normativo publicado até 2028	Documento oficial publicado	x	x	x	
	Definir composição da Mesa de Negociação Permanente do SUAS.	Composição formalizada	Instituir até 2029	Portaria publicada	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
instâncias de negociação permanente que assegurem valorização profissional, organização institucional e melhoria contínua da política socioassistencial.	Monitorar e avaliar o funcionamento da Mesa de Negociação Permanente.	Relatório anual de monitoramento	1 relatório anual publicado	Documento institucional				x
Implementar o programa "SUAS por Direitos – Enfrentamento ao Assédio" como estratégia permanente de prevenção, enfrentamento e responsabilização de práticas de assédio no âmbito do SUAS e na articulação com outros sistemas públicos, garantindo ambiente de trabalho ético, seguro e alinhado à defesa de direitos.	Definir critérios técnicos para identificação dos tipos de assédio no ambiente de trabalho.	Documento técnico com critérios definidos	1 protocolo conceitual instituído até 2028	Documento oficial publicado	x	x	x	
	Instituir Grupo de Trabalho para elaboração do diagnóstico.	GT formalmente instituído	Publicação de ato normativo até 2028	Portaria publicada	x	x	x	
	Elaborar matriz de coleta de dados e realizar diagnóstico situacional.	Diagnóstico concluído	1 relatório técnico apresentado até 2029	Relatório protocolado	x	x	x	x
	Realizar pesquisa e escuta com trabalhadores e gestores sobre temáticas prioritárias.	Percentual de participação das equipes	Mínimo de 70% de participação	Relatório consolidado		x	x	x
	Mapear cursos, definir formato das formações e instituir calendário anual.	Calendário publicado	1 calendário anual	Publicação oficial			x	x
	Monitorar e avaliar as ações formativas.	Relatório anual de avaliação	1 relatório por ano	Documento institucional			x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Instituir Grupo de Trabalho para elaboração de fluxos e protocolos de atendimento e notificação de casos.	GT formalizado	Até 2028	Portaria publicada			x	x
	Elaborar, validar e publicar fluxos e protocolos de atendimento e notificação.	Fluxos oficialmente instituídos	Publicar até 2029	Ato normativo publicado			x	x
	Monitorar e avaliar a utilização dos fluxos e protocolos.	Relatório anual de monitoramento	1 relatório por ano	Documento institucional			x	x
Fortalecer a capacidade institucional da Política Municipal de Assistência Social na produção, gestão e utilização de informações estratégicas sobre crianças e adolescentes, assegurando o monitoramento qualificado das situações de violência e a integração dos registros e fluxos de atendimento no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos.	Monitorar violência priorizando territórios vulneráveis	4 relatórios comparativos; reduzir 20%	Implantar rotina de cruzamento de dados com critério territorial	Relatório anual	x	x	x	x
	Consolidar uso do sistema “Proteção em Rede”	100% dos casos novos	Garantir registro integral dos casos	Relatório do Sistema	x	x		
	Qualificar a Vigilância por ciclo de vida	4 relatórios publicados (1 por ano)	Produzir relatórios anuais desagregados (0–6; 7–11; 12–17)	Relatório anual	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – SERVIÇOS

Diretriz: Aprimorar a oferta dos serviços relativos à Proteção Social Básica no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Descentralizar a oferta dos serviços socioassistenciais por meio da implantação de atendimentos contínuos em territórios estratégicos e da realização de ações comunitárias regulares. Envolve, ainda, a definição de territórios prioritários, organização de equipes e cronogramas descentralizados, articulação da rede local, fortalecimento da busca ativa e qualificação dos atendimentos próximos às comunidades.	Definir territórios prioritários com base em diagnóstico socioterritorial e indicadores de vulnerabilidade.	Mapa socioterritorial atualizado	mapeamento técnico validado	Vigilância Socioassistencial / Cadastro Único	x	x		
	Implantar pontos descentralizados de atendimento contínuo em territórios estratégicos.	Nº de territórios com atendimento contínuo implantado	Implantar atendimento regular em pelo menos 4 territórios prioritários	Relatório de gestão / cronograma institucional		x	x	x
	Organizar equipes técnicas com cronograma fixo de presença nos territórios.	Nº de agendas territoriais implementadas	100% dos territórios priorizados com cronograma mensal	Agenda institucional / relatórios técnicos				
	Realizar ações comunitárias.	Nº de ações comunitárias realizadas por ano	Mínimo de 12 ações por território ao ano	Relatórios mensais das unidades		x	x	x
	Fortalecer a busca ativa nos territórios prioritários.	Nº de novas famílias inseridas ou atualizadas no Cadastro Único	Aumentar em 20% a cobertura nos territórios priorizados	Cadastro Único		x	x	x
	Articular a rede socioassistencial local e serviços intersetoriais nos territórios descentralizados.	Nº de reuniões de rede realizadas por território	Mínimo de 4 reuniões anuais por território	Atas e registros institucionais	x	x	x	x
Realizar o mapeamento ativo de gestantes nos territórios, priorizando	Implantar estratégia de busca ativa de gestantes nos territórios prioritários.	Nº de gestantes identificadas por território	Mapear 100% das gestantes nos territórios prioritários	Cadastro Único / articulação com Atenção Básica do SUS	x	x		

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
a prevenção de violações de direitos, a identificação precoce de vulnerabilidades sociais e o fortalecimento do acompanhamento pelo SUAS.	Realizar diagnóstico das gestantes identificadas, com classificação de vulnerabilidade.	Percentual de gestantes com diagnóstico registrado.	Percentual de gestantes acompanhadas pelo PAIF	100% das gestantes.	x	x	x	x
	Inserir gestantes em acompanhamento pelo PAIF conforme vulnerabilidade.	Percentual de gestantes acompanhadas pelo PAIF	80% das gestantes em situação de vulnerabilidade em acompanhamento	Prontuário SUAS	x	x	x	x
	Fortalecer articulação com a rede de Saúde para troca de informações e encaminhamentos qualificados.	Nº de reuniões intersetoriais realizadas por ano	Mínimo de 4 reuniões anuais	Atas institucionais	x	x	x	x
	Promover grupos PAIF para gestantes com foco em direitos, cuidados e fortalecimento de vínculos.	Nº de grupos realizados por território	Mínimo de 12 encontros anuais por território prioritário	Relatórios técnicos do CRAS	x	x	x	x
Realizar o mapeamento ativo de pessoas idosas nos territórios, com foco na prevenção de violações de direitos, identificação precoce de situações de vulnerabilidade social e fortalecimento do acompanhamento pelo SUAS.	Implantar estratégia de busca ativa de pessoas idosas nos territórios prioritários.	Nº de pessoas idosas identificadas por território	Mapear no mínimo 80% das pessoas idosas inscritas no Cadastro Único nos territórios prioritários	Cadastro Único / Vigilância Socioassistencial	x	x		
	Realizar diagnóstico social das pessoas idosas identificadas, com classificação de vulnerabilidade e risco.	Percentual de pessoas idosas com diagnóstico registrado	100% das pessoas idosas identificadas	Prontuário SUAS	x	x	x	
	Inserir pessoas idosas em acompanhamento pelo PAIF ou encaminhamento para o PAEFI, conforme complexidade.	Percentual de pessoas idosas em vulnerabilidade social em acompanhamento	80% dos casos identificados em acompanhamento	Prontuário SUAS	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Fortalecer articulação com Saúde, Conselho do Idoso, Ministério Público e sociedade.	Nº de reuniões intersetoriais realizadas por ano	Mínimo de 4 reuniões anuais	Atas institucionais	x	x	x	x
	Ampliar inserção de pessoas idosas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Nº de pessoas idosas inseridas no SCFV	Aumentar em 25% a participação nos territórios prioritários	Registro no SISC	x	x	x	x
Descentralizar os serviços, programas e atendimentos do SUAS, ampliando a presença territorial da Assistência Social por meio de ações itinerantes, pontos de atendimento descentralizados e fortalecimento das unidades que atuam em territórios de	Mapear territórios com maior demanda e menor cobertura socioassistencial.	Percentual do território municipal analisado	100% do território mapeado	Relatório técnico territorial	x	x		
	Implantar pontos de atendimento descentralizados em territórios prioritários.	Número de pontos descentralizados implantados	Implantar no mínimo 5 pontos	Portaria de designação e cronograma publicado		x	x	x
	Implementar ações itinerantes regulares do SUAS.	Número de ações itinerantes realizadas por ano	Realizar 12 ações itinerantes anuais	Relatório mensal de execução		x	x	x
	Definir logística, equipe e metodologia padronizada de atendimento territorializado.	Protocolo operacional instituído	1 protocolo formalizado	Instrução Normativa publicada		x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
maior demanda. Organiza-se a logística, cronograma, equipe e metodologias de atendimento territorializado, garantindo maior acesso, redução de barreiras e aproximação dos serviços socioassistenciais das comunidades.	Fortalecer unidades localizadas em territórios de maior demanda.	Percentual de unidades prioritárias fortalecidas	100% das unidades classificadas como prioritárias com plano de fortalecimento	Plano de ação institucional aprovado		x	x	
Fortalecer a integração técnica entre PAIF e SCFV, assegurando acompanhamento familiar articulado e planejamento integrado.	Fortalecer a articulação entre o SCFV e PAIF	Percentual de usuários vinculados ao PAIF	100% dos usuários prioritários vinculados	Prontuário SUAS/SISC	x	x	x	x
	Realizar reuniões sistemáticas de estudo de caso entre equipes do PAIF e SCFV	Nº de reuniões integradas realizadas por CRAS	01 reunião mensal	Atas e registros técnicos	x	x	x	x
	Priorizar famílias com crianças na superação da pobreza	Nº de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza inseridas no PAIF/SCFV	70% das famílias acompanhadas com presença de crianças/adolescentes	RMU/CadÚnico	x	x	x	x
Qualificar o SCFV como estratégia preventiva de fortalecimento de vínculos e redução de vulnerabilidades nos	Promover formação continuada para a equipe do SCFV.	Nº de Capacitações realizadas por ano	Realizar 02 formação anuais	Relatório e Lista de presença	x	x	x	x
	Monitorar a frequência e permanência dos usuários no SCFV.	Percentual médio anual de frequência dos usuários	Manter frequência média mínima de 75%	SISC	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
territórios prioritários. (SCFV)	Instituir protocolo permanente de monitoramento da acessibilidade.	Relatório anual publicado	1 relatório anual a partir de 2027	Documento institucional publicado		x	x	x
	Inserir ações de educação em direitos.	Incluir temática nos grupos do PAIF	100% dos grupos com temática anual incluída	Plano de Ação PAIF/SCFV	x	x	x	x
Qualificar atenção à primeira infância	Implantar abordagem específica no PAIF para implementação do novo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	Nº de CRAS executando Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	100% dos CRAS executando o novo serviço	Relatório Sistema e RMU	x	x	x	x
	Prevenir acidentes domésticos	2 ações anuais por CRAS (8 até 2029 por unidade)	Inserir orientação preventiva nas ações coletivas	Lista de presença	x	x	x	x
Fortalecer protagonismo juvenil	Realizar mobilização de adolescentes de diferentes territórios para inserção no NUCA	Nº de representantes por território prioritário	Fortalecer e ampliar representação de pelo menos 01 adolescentes por território priorizado.	Registro da representação territorial de cada participante. Mapa do NUCA	x	x	x	x

PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS (SUAS NA COMUNIDADE, BE E BPC)

Diretriz: Aprimorar a execução dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais relativos à Proteção Social Básica no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Ampliar o Programa SUAS na Comunidade com o objetivo de informar a população e realizar busca ativa em todo o território sobre os benefícios sociais, em especial na zona rural, tendo como principal característica a visita domiciliar. // Fortalecer a ampliação das ações do Programa SUAS na Comunidade, com foco na oferta territorializada de serviços, atendimentos, orientações e atividades socioeducativas em comunidades rurais e dos condomínios do programa minha casa, minha vida. (gantt)	Mapear comunidades rurais e condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida com baixa presença do SUAS.	Diagnóstico territorial elaborado	1 levantamento técnico concluído	Vigilância Socioassistencial / Cadastro Único	x	x	x	x
	Implantar cronograma fixo de ações do SUAS na Comunidade nas áreas mapeadas.	Nº de territórios com cronograma regular implantado	Implantar atendimento regular em 100% das áreas priorizadas	Agenda institucional / relatórios técnicos	x	x	x	x
	Realizar atendimentos socioassistenciais, orientações e atividades socioeducativas territorializadas.	Nº de ações realizadas por território ao ano	Mínimo de 12 ações anuais	Vigilância Socioassistencial	x	x	x	x
	Fortalecer a busca ativa e atualização do Cadastro Único nos territórios atendidos.	Percentual de atualização cadastral nos territórios priorizados	Aumentar em 90% a taxa de atualização	Cadastro Único	x	x	x	x
	Articular rede local (escolas, UBS, associações comunitárias) para fortalecer encaminhamentos e prevenção de violações de direitos.	Nº de reuniões de articulação realizadas por território	Mínimo de 3 reuniões anuais por território	Atas institucionais	x	x	x	x
Executar Programa BPC na Escola	Recompor o Comitê Gestor Local	Novo Comitê formado	01 Comitê	DOM	x			

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Articular intersetorialmente o fortalecimento do Grupo Gestor do BPC na Escola;	Reuniões bimensais realizada	6 reuniões anuais	Atas e registros institucionais	x	x	x	x
	Realizar levantamento intersetorial, com base no CadÚnico e na relação de beneficiários do BPC, cruzando dados com a Educação para identificar beneficiários fora da escola, em evasão ou com frequência irregular.	Crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC identificados com situação escolar mapeada (matriculados, fora da escola ou com frequência irregular)	Realizar 01 levantamento intersetorial anual	Sistema BPC na Escola; Relatórios do Questionário de Identificação de Barreiras	x	x	x	x
	Sistematizar um cronograma anual de Questionários para Identificação de Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Programa BPC na Escola.	Questionários aplicados	Aplicar o questionário a 100% das crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC.	Registros de aplicação dos questionários		x	x	x
Revisar, atualizar e padronizar a Lei Municipal de Benefícios Eventuais e de todos os seus instrumentos operacionais — incluindo fluxos, protocolos, critérios e procedimentos técnicos.	Realizar diagnóstico técnico-jurídico da Lei Municipal de Benefícios Eventuais vigente.	Diagnóstico concluído	100% da legislação e instrumentos analisados até 2026	Relatório técnico-jurídico consolidado	x			
	Revisar e atualizar a Lei Municipal de Benefícios Eventuais.	Lei revisada e publicada	1 lei atualizada até 2027	Publicação no Diário Oficial do Município	x	x		
	Padronizar fluxos e protocolos operacionais do provimento de benefícios eventuais	Percentual de fluxos formalizados	100% dos fluxos e protocolos formalizados até 2027	Portarias e manuais publicados	x	x		
	Instituir manual técnico-operacional de Benefícios Eventuais.	Manual instituído	1 manual oficial publicado até 2027	Ato normativo publicado	x	x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Implantar sistema de monitoramento e avaliação dos Benefícios Eventuais.	Relatório anual publicado	1 relatório anual a partir de 2027	Relatório institucional publicado		x	x	x
Fortalecimento do Programa Acessuas Trabalho, com foco na ampliação do acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade às ações de mobilização, encaminhamento e orientação profissional. Envolve aprimoramento dos fluxos de atendimento, ampliação de parcerias com instituições de qualificação profissional, monitoramento dos encaminhamentos ao mundo do trabalho e maior articulação com a rede socioassistencial.	Reorganizar e padronizar fluxos de atendimento e acompanhamento do Acessuas Trabalho.	Fluxo institucional formalizado	1 fluxo padronizado instituído até 2026	Portaria ou Instrução Normativa publicada	x			
	Ampliar parcerias com instituições de qualificação profissional e setor produtivo.	Número de parcerias formalizadas	Formalizar no mínimo 4 novas parcerias até 2028	Termos de cooperação assinados	x	x	x	
	Ampliar o número de usuários mobilizados e encaminhados para qualificação profissional.	Número anual de usuários encaminhados	Aumentar em 50% o número de encaminhamentos até 2029 (base 2025)	Relatório de execução do Programa	x	x	x	x
	Implantar sistema de monitoramento dos encaminhamentos ao mundo do trabalho.	Sistema de monitoramento implantado	Sistema implementado até 2027	Relatório institucional publicado	x	x		
	Fortalecer articulação com a rede socioassistencial.	Percentual de unidades e OSCs com fluxo integrado implementado	100% das unidades e OSCs integradas até 2028	Ata de reuniões técnicas e fluxos formalizados	x	x	x	
Reestruturar a gestão e a execução do Programa de Erradicação do	Implantar fluxo municipal de identificação, notificação e acompanhamento de situações de trabalho infantil	Fluxo institucional formalizado	1 fluxo padronizado instituído até 2026	Portaria ou Instrução Normativa publicada	x	x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Trabalho Infantil no município, garantindo organização dos fluxos, monitoramento sistemático e fortalecimento das ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil.	Instituir membros do Comitê intersetorial do PETI.	Criação do Comitê	No mínimo 1 reunião em 2026	Portaria publicada	x	x	x	x
	Capacitar as equipes de referência da Assistência Social e demais políticas públicas	Número de Capacitações	No mínimo 1 capacitação em 2026	Lista de Presença	x	x	x	x
	Implantar rotina monitoramento e registro dos casos	Sistema de monitoramento implantado	Sistema implementado até 2027	Relatório institucional publicado	x	x	x	x
	Planejar campanhas educativas e ações preventivas	Número de Ações	No mínimo 1 ação e 1 campanha executados em 2026	Lista de Presença	x	x	x	x
	Garantir acompanhamento familiar das situações identificadas	100% dos casos acompanhados	Inserir 100% dos casos identificados no acompanhamento do PAIF e/ou PAEFI	RMU	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

COORDENAÇÃO DE RENDA E CIDADANIA

Diretriz: Fortalecer a política de transferência de renda e a inclusão socioassistencial no município, por meio da qualificação do Cadastro Único, do aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família e da articulação de ações de enfrentamento à pobreza.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Aprimorar a gestão do CadÚnico no município de Vitória da Conquista, qualificando as entregas do CadÚnico	Executar o Projeto Sala de Espera, uma vez por semana, no espaço de espera por atendimento no setor da Coordenação de Renda e Cidadania.	Eventos realizados	112 eventos, com o alcance de 400 pessoas em média, por evento.	Registro fotográfico e lista de presença	x	x	x	x
	Qualificar periodicamente os servidores do setor para melhor atendimento aos beneficiários, através de oficinas, capacitações, cursos entre outros eventos propícios aos determinados programas sociais vinculados à Coordenação de Renda e Cidadania.	Eventos realizados	10 momentos formativos realizados ao longo do ano	Registro fotográfico e lista de presença	x	x	x	x
	Alcançar o público-alvo beneficiário dos programas sociais para à inclusão no CadÚnico, por meio de atividades itinerantes e descentralizados, eventos do SUAS na Comunidade, Prefeitura Zona Oeste, Subprefeituras, CRAS, CREAS, equipes externas do setor da Coordenação de Renda e Cidadania, dentre outros, conforme dados do IBGE.	Quantidade de famílias atendidas	22% dos atendimentos realizados de forma descentralizadas	Cadastro Único	x	x	x	x

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Manter e aumentar o Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M, que se encontra no valor de 0,89, para o alcance do nível máximo 1, e consequentemente a majoração no repasse dos recursos financeiros.	Valor do Índice	IGD-M acima de 0,89	IGD-M	x	x	x	x
	Realizar novo cadastro e atualização cadastral dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, bem como divulgar de maneira expressiva outros benefícios prestados aos inscritos no CadÚnico, além do PBF.	Quantidade de cadastros atualizados e realizados	90% dos beneficiários com cadastro válido	Cadastro Único	x	x	x	x
	Alcançar o percentual mínimo de 20% das famílias do Cadastro Único com registro (inclusão ou atualização) realizado via visita domiciliar.	Quantidade de cadastramentos ou atualizações em domicílio	20% por cento dos cadastros atualizados em visita domiciliar	Cadastro Único	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Diretriz: Aprimorar os serviços relativos à Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Ampliar as ofertas voltadas à população em situação de rua no município.	Realizar estudo diagnóstico para implantação de um Centro Pop na Zona Oeste;	Criação de grupo de trabalho	Diagnóstico concluído	Relatório situacional validado pelo CMAS		x	x	x
	Realizar estudo diagnóstico para implantação de serviços de acolhimento para a população em situação de rua, com estrutura digna, atendimento humanizado e com número de vagas de acordo com diagnostico continuo;	Criação de grupo de trabalho	Diagnóstico concluído	Relatório situacional validado pelo CMAS		x	x	x
	Ampliar da equipe e atendimentos da abordagem social;	Número de profissionais e número de atendimentos	Duas equipes fixas uma para monitoramento e outra para atendimento das demandas em cada turno de trabalho	Colab e RMU	x	x	x	x
	Implementar ponto fixo de informação nos terminais rodoviários e locais estratégicos.	Ponto fixo instalado	Implantar ponto de apoio	Relatório com dados de atendimento aprovado pelo CMAS		x	x	x

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Redesenhar as ofertas da Proteção Social dos CREAS da Zona Rural.	Realizar o estudo situacional através de análises de dados apresentados pelos serviços, verificando as localidades com maiores incidências de desproteções.	Diagnóstico Concluído	Reordenamento dos CREAS da Zona Rural	Relatório com os índices de desproteção e indicadores de reordenamento	x	x	x	x
Formação continuada para os técnicos dos serviços de Média Complexidade e Alta Complexidade que atendem usuários e suas famílias em decorrência do uso de substâncias psicoativas.	Fazer o levantamento das dificuldades apresentadas pelos serviços nos acompanhamentos dos usuários que fazem uso de substâncias psicoativas.	100% Servidores capacitados	Servidores capacitados	Lista de Presença e Ementa do Curso	x	x	x	x
	Articular com a rede de saúde mental formações que tratem sobre a temática	Número de Formações	Servidores capacitados	Lista de Presença	x	x	x	x
Aprimorar a execução da oferta do PAEFI através da inserção e acompanhamento das famílias no serviço.	Realizar reuniões periódicas com a Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial e com os serviços vinculados à PSE, objetivando a mensuração do alcance das metas do pacto.	Reuniões	10 Reuniões anuais	Painel de Dados	x	x	x	x
	Inserir e acompanhar, de forma sistemática, famílias encaminhadas ao PAEFI, garantindo a elaboração de Plano de Acompanhamento Familiar e a realização de atendimentos periódicos durante o exercício anual.	Número de encaminhamentos	80% das famílias inseridas	RMU	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Qualificar a atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade no enfrentamento às violências, fortalecendo a capacidade técnica dos CREAS para identificação, registro, notificação e acompanhamento adequado dos casos, em articulação com a rede de proteção.	Implementar programa permanente de capacitação e sensibilização para profissionais dos CREAS, com treinamentos regulares, protocolos definidos e articulação intersetorial, visando qualificar a identificação, registro e encaminhamento de casos de violência.	Número de capacitações realizadas e percentual de profissionais dos CREAS capacitados anualmente.	Realizar, no mínimo, 02 capacitações por ano para equipes dos CREAS; Garantir que 100% dos profissionais dos CREAS participem de pelo menos uma capacitação anual sobre identificação e notificação de violências;	Plano anual de capacitação Lista de presença	x	x	x	x
	Ampliar o número de notificações qualificadas de casos de violência registradas pelos CREAS, fortalecendo os fluxos institucionais e a cultura de proteção às vítimas.	Número anual de notificações de casos de violência registradas pelos CREAS nos sistemas oficiais.	Aumentar em, no mínimo, 30% o número de notificações registradas até 2029, tomando como referência os dados de 2025.	SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação SIPIA	x	x	x	x
Ampliar cobertura dos serviços de Proteção Social Especial nos residenciais do MCMV	Priorizar os atendimentos e acompanhamentos dos serviços de PSE nos residenciais do MCMV	Famílias inseridas	Identificar e inserir 80% de famílias do MCMV em situação de violação de direitos.	RMU	x	x	x	x

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Realizar o enfrentamento do trabalho infantil no município, envolvendo o mapeamento ativo de crianças e adolescentes expostos a atividades laborais inadequadas, a articulação intersetorial e o fortalecimento da atuação do SUAS no acompanhamento familiar, garantindo proteção integral e promoção de direitos.	Realizar mapeamento ativo de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos territórios prioritários.	Diagnóstico municipal atualizado	levantamento técnico concluído até 2026	Vigilância Socioassistencial / Cadastro Único / Rede intersetorial	x			
	Fortalecer a articulação intersetorial com Educação, Saúde, Conselho Tutelar e Ministério Público do Trabalho, entre outros órgãos.	Nº de reuniões intersetoriais realizadas por ano.	Mínimo de 4 reuniões anuais até 2029	Atas institucionais	x	x	x	x
	Garantir acompanhamento sistemático das famílias pelo PAIF e/ou PAEFI conforme complexidade.	Percentual de famílias com Plano de Acompanhamento Familiar	100% das famílias identificadas e em acompanhamento até 2029	Prontuário SUAS	x	x	x	x
	Ampliar inserção de crianças e adolescentes no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Nº de crianças/adolescentes inseridos no SCFV	Aumentar em 30% a inserção nos territórios prioritários até 2029	Registro no SISC	x	x	x	x
	Realizar campanhas socioeducativas e ações comunitárias de prevenção ao trabalho infantil.	Nº de campanhas/ações realizadas por ano	Mínimo de 2 campanhas anuais até 2029	Relatórios institucionais	x	x	x	x
	Monitorar reincidência e evolução dos casos acompanhados.	Taxa de reincidência	Reduzir reincidência em 40% até 2029	Relatórios da Vigilância Socioassistencial	x	x	x	x
Qualificar e fortalecer os serviços voltados à população em situação de rua, por meio da	Realizar diagnóstico estrutural e funcional das unidades que atendem população em situação de rua.	Percentual de unidades avaliadas	100% das unidades avaliadas até 2026	Relatório técnico consolidado	x			

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
reestruturação das unidades especializadas, aprimoramento dos fluxos de atendimento, atualização de protocolos técnicos e capacitação das equipes. Inclui diagnóstico das condições estruturais das unidades, revisão dos padrões de atendimento, organização de rotinas, melhoria da gestão de casos e ampliação da articulação intersetorial.	Executar plano de reestruturação física e organizacional das unidades.	Percentual de unidades reestruturadas	Reestruturar no mínimo 80% das unidades até 2028	Relatório de execução física	x	x	x	
	Revisar e padronizar fluxos de atendimento à população em situação de rua.	Fluxo institucional formalizado	1 protocolo padronizado publicado até 2027	Instrução Normativa ou Portaria publicada	x	x		
	Atualizar protocolos técnicos e instrumentos de registro.	Percentual de protocolos atualizados	100% dos instrumentos técnicos atualizados até 2027	Manual técnico publicado	x	x		
	Realizar formação continuada das equipes.	Número de capacitações anuais realizadas	Realizar no mínimo 2 capacitações anuais a partir de 2026	Lista de presença e relatório de capacitação	x	x	x	x
	Fortalecer articulação intersetorial para atendimento integral.	Número de reuniões intersetoriais realizadas por ano	Realizar no mínimo 4 reuniões anuais a partir de 2027	Atas registradas	x	x	x	x
Fortalecer a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC), assegurando	Fortalecer a articulação intersetorial com Educação, Saúde, Conselho Tutelar e Ministério Público do Trabalho, entre outros órgãos.	Nº de reuniões intersetoriais realizadas por ano	Mínimo de 2 reuniões anuais até 2029	Atas institucionais	x	x	x	x
	Instituir Comissão Intersetorial do SINASE	Criação do Comitê	No mínimo 1 reunião em 2026	Portaria publicada		x	x	x

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
acompanhamento sistemático, articulação intersetorial e garantia de direitos aos adolescentes e suas famílias, conforme diretrizes do SINASE.	Implementar formação específica anual sobre SINASE e abordagem socioeducativa para as equipes de referência da Assistência Social e demais políticas públicas	Número de Capacitações	No mínimo 1 capacitação anual	Lista de Presença	x	x	x	x
	Inserir famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas no PAEFI	Número de famílias inseridas	80% de famílias em acompanhamento no PAEFI	RMU	x	x	x	x
	Fortalecer a articulação entre as unidades que acompanham as medidas em semiliberdade e internação	Nº de reuniões intersetoriais realizadas por ano	Mínimo de 2 reuniões anuais até 2029	Atas institucionais	x	x	x	x
	Garantir acompanhamento individualizado dos adolescentes em LA e PSC	Nºde adolescentes inseridos em MSE Meio Aberto (LA/PSC)	100% dos adolescentes com Plano Individual de Atendimento (PIA) formalizado	Plano Individual de Atendimento (PIA) elaborado. RMU	x	x	x	x
	Monitorar reincidência e resultados das MSE	Nºde adolescentes com reincidência, regressão e progressão de medida	Implantar 01 mecanismo de monitoramento de cumprimento e reincidência	RMU	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Diretriz: Aprimorar a execução dos serviços relativos à Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Vitória da Conquista/BA, tendo como referência as normativas da Política de Assistência Social.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Implantar Serviço de Acolhimento em República para grupos maiores de 18 anos em situação de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação.	Apresentar ao órgão gestor a necessidade de implantação de uma República através dos dados oriundos dos serviços de acolhimento institucional.	Diagnóstico Concluído	Subsídios para a implantação do serviço	Relatório Técnico com diagnóstico situacional	x	x		
Fortalecer o serviço de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência, com foco na qualificação das rotinas de atendimento, aprimoramento da articulação intersetorial, atualização dos protocolos de segurança, organização dos fluxos de entrada e saída, e capacitação contínua da equipe. Além da revisão das condições estruturais da unidade, melhoria da gestão de	Revisar e atualizar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Interno da unidade de acolhimento.	Documento revisado e aprovado	PPP atualizado até 2026	Documento oficial validado pela gestão	x			
	Atualizar protocolos de segurança e plano de contingência.	Protocolos formalizados	100% dos protocolos revisados até 2026	Manual interno aprovado	x	x	x	x
	Organizar e padronizar fluxos de entrada, permanência e desligamento das usuárias.	Fluxo institucional formalizado	fluxo oficial implantado até 2027	Manual de procedimentos	x	x		
	Fortalecer a articulação intersetorial com Saúde, Políticas para Mulheres, Segurança Pública e Sistema de Justiça.	Nº de reuniões intersetoriais realizadas por ano	Mínimo de 4 reuniões anuais até 2029	Atas e registros institucionais	x	x	x	x

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
casos e padronização dos procedimentos de proteção e cuidado.	Implementar capacitação continuada da equipe técnica e educadores sociais.	Nº de capacitações realizadas	Mínimo de 2 formações anuais até 2029	Certificados e registros administrativos	x	x	x	x
	Revisar e adequar as condições estruturais da unidade conforme normativas vigentes.	Relatório técnico de adequação estrutural	100% das inconformidades, se houver, sanadas até 2028	Laudo técnico / vistoria	x	x	x	
	Aprimorar a gestão de casos com plano individual de atendimento (PIA) atualizado periodicamente.	Percentual de usuárias com PIA atualizado	100% das usuárias com PIA revisado trimestralmente até 2029	Prontuários	x	x	x	x
Fortalecer os serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças e adolescentes com foco na qualificação das rotinas de atendimento, aprimoramento da articulação intersetorial, atualização dos protocolos de segurança, organização dos fluxos de entrada e saída, e capacitação contínua da equipe. Além da revisão das condições estruturais da unidade, melhoria da gestão de casos e padronização dos procedimentos de proteção e cuidado.	Revisar e atualizar os instrumentais de trabalho das unidades de acolhimento.	Percentual de instrumentais revisados e atualizados nas unidades de acolhimento	100% dos documentos revisados e unificados	Instrumentais das unidades	x	x	x	x
	Aprimorar a gestão no que tange à organização e o reordenamento das ofertas dos serviços socioassistenciais para crianças e adolescentes, seus familiares e responsáveis	Número de reuniões	Mínimo de 10 encontros	Relatório com propostas de reordenamento	x	x	x	x
	Definir de processos de trabalho e metodologias de atendimento/acompanhamento nos serviços.	Número de reuniões	Mínimo de 6 encontros	Lista de presença e relatório	x	x		
	Elaborar minutas de resoluções, portarias, decretos, leis, fluxos e protocolos para os processos de trabalho e articulação da rede de proteção social.	Documentos revisados	Publicização de documentos normativos	Diário Oficial do Município	x	x		

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Elaborar Estratégia Municipal do Direito à Convivência Familiar e Comunitária em Vitória da Conquista/BA	Criação de Grupo de Trabalho	Plano consolidado	Plano Municipal aprovado pelo COMDICA e CMAS e publicado	x	x		
	Capacitar as equipes de referência que atuam diretamente crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional	Número de Capacitações	Capacitar 100% dos servidores	Lista de presença e ementa	x	x	x	x
	Regulamentar/ampliar Serviço de Família Acolhedora, por meio de projeto de lei para subsidiar o serviço no município	Minuta do Projeto de Lei	Publicização de documentos normativos	Diário Oficial do Munícipio	x	x		
	Ampliar número de famílias acolhedoras	Nº de Famílias cadastradas em 2025.	Ampliação de 30% das famílias habilitadas até 2029	CADSUAS RMU	x	x	x	x
	Capacitar equipes e famílias acolhedoras	Número de Capacitações realizadas	1 capacitação anual (4 até 2029)	Lista de presença e ementa	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Controle Social

Diretriz: Aprimorar e fortalecer o Controle Social no município de Vitória da Conquista/BA.

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Realizar reuniões itinerantes do CMAS, contemplando zona rural e urbana, com divulgação em diversos meios de comunicação, com datas e locais de realização, com o intuito de fortalecer os Conselhos como instâncias deliberativas efetivas, garantindo a participação social de grupos historicamente invisibilizados.	Instituir e executar calendário anual de reuniões itinerantes do CMAS, assegurando realização alternada entre territórios urbanos e rurais, com estratégia prévia de mobilização e divulgação em múltiplos canais de comunicação institucional e comunitária.	Número de reuniões itinerantes do CMAS realizadas com registro formal em ata e comprovação de divulgação prévia.	- Realizar, no mínimo, 02 reuniões itinerantes por ano, sendo ao menos 01 em território rural, totalizando 08 reuniões no período. - Garantir que, no mínimo, 50% dos participantes das reuniões itinerantes sejam representantes da sociedade civil e usuários do SUAS com registro da presença de segmentos rurais e/ou grupos historicamente invisibilizados em todas as reuniões realizadas no período.	Resoluções ou deliberações do Conselho Registros fotográficos Relatórios anuais do CMAS Comprovantes de divulgação (site oficial, redes sociais institucionais, rádios comunitárias, cartazes, etc.)	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Fomentar a utilização de espaços públicos como escolas, espaços religiosos diversos, OSC's e outras estruturas públicas para a disseminação de informações em relação aos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS dentro dos territórios.	Estabelecer estratégia territorial de mobilização e comunicação do SUAS, formalizando parcerias com escolas, instituições religiosas, organizações da sociedade civil e demais equipamentos públicos para realização de ações periódicas de divulgação e orientação à população sobre as ofertas socioassistenciais.	Número de ações de disseminação de informações do SUAS realizadas em espaços públicos e comunitários nos territórios.	- Realizar, no mínimo, 08 ações territoriais por ano em espaços públicos ou comunitários, totalizando 32 ações no período. - 100% dos territórios de abrangência dos CRAS ao longo do período, com registro de participação de diferentes segmentos comunitários (escolar, religioso, associativo, rural ou urbano).	Listas de presença Termos ou registros de parceria	x	x	x	x

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Ampliar as ações do CMAS enquanto instância Controle Social do Programa Bolsa Família.	Articular o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Programa Bolsa Família - PBF estabelecendo fluxos de acompanhamento e avaliação.	Fluxo formalizado por resolução do CMAS e implementado com apreciação periódica das ações do PBF.	Atingir 100% do fluxo de acompanhamento e avaliação das ações do Programa Bolsa Família - PBF.	Resolução do CMAS que institui o fluxo; Documento oficial contendo o fluxo pactuado; Atas das reuniões do CMAS com registro de apreciação semestral do PBF; Relatórios apresentados pela coordenação municipal do PBF;				
Fortalecer a relação entre as diversas políticas públicas.	Promover discussão intersetorial das políticas sociais.	Reunião intersetorial realizada	Realizar 02 reuniões intersetorial.	Listas de presença Ata				
Garantir o fortalecimento da sociedade civil.	Ampliar os espaços de participação da sociedade civil, menos formalizados e mais permeáveis à participação popular: fóruns, plenárias, redes e audiências públicas.	N de Reunião descentralizada realizada	Realizar 02 reuniões anuais	Listas de presença Ata				
Instituir o "Vozes do SUAS" como estratégia permanente de fortalecimento do controle social e da participação dos usuários, por meio de processos formativos qualificados e da criação de	Realizar reunião ampliada para alinhamento institucional do Vozes do SUAS.	1 reunião realizada	Realizar até 2026	Ata registrada	x			
	Definir literatura base e normativas essenciais sobre SUAS e Controle Social.	Documento técnico consolidado	1 compilado institucional publicado até 2026	Documento validado	x			

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
Comissões Locais de Assistência Social nos territórios.	Realizar pesquisa e escuta com conselheiros para definição das temáticas formativas.	Percentual de conselheiros participantes	Alcançar mínimo de 70% de participação	Relatório da escuta	x	x	x	x
	Mapear cursos online, materiais físicos e necessidade de formações presenciais.	Levantamento técnico realizado	1 diagnóstico formativo concluído até 2026	Relatório técnico	x			
	Criar Trilha Formativa Básica do SUAS e do Controle Social.	Trilha formativa instituída	Implantar até 2027	Portaria ou Instrução Normativa	x	x		
	Instituir calendário anual de formações.	Calendário publicado anualmente	1 calendário por ano	Publicação oficial	x	x	x	x
	Realizar reunião ampliada para pactuação da criação das Comissões Locais.	1 reunião realizada	Até 2026	Ata registrada	x			
	Pesquisar modelos de Comissões Locais implementadas em outros municípios.	Relatório comparativo elaborado	1 relatório até 2026	Documento técnico	x			
	Criar calendário de escuta aos usuários nos territórios de CRAS.	Número de territórios com escuta realizada	100% dos territórios de CRAS contemplados até 2027	Relatório técnico	x	x		
	Definir territórios de implantação das Comissões Locais de Assistência Social.	Percentual de territórios definidos	100% definidos até 2027	Portaria publicada		x		
	Definir metodologia de trabalho das Comissões Locais.	Regimento ou protocolo instituído	1 instrumento normativo publicado até 2027	Documento oficial		x		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Objetivo	Ação estratégica (01 por linha)	Indicador	Meta	Fonte de dados	Período			
					2026	2027	2028	2029
	Implantar as Comissões Locais de Assistência Social.	Percentual de comissões em funcionamento	Implantar em pelo menos 70% dos territórios até 2028	Atas de instalação		x	x	
	Monitorar e avaliar o funcionamento das Comissões Locais.	Relatório anual de monitoramento	1 relatório anual publicado	Relatório institucional		x	x	x
Assegurar a participação institucional da Política Municipal de Assistência Social, no âmbito do SUAS, na articulação interconselhos e no monitoramento e avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas suas competências específicas no Sistema de Garantia de Direitos.	Regulamentar articulação interconselhos	Documento técnico consolidado	Elaborar normativa	Minuta elaborada até 2027		x		
	Realizar avaliação intermediária do PDDCA	Instrumento de monitoramento e avaliação elaborado	Elaborar 01 relatório avaliativo	1 relatório publicado e apresentado ao CMAS/COMDICA		x		x

12. ANEXO II - Diagnóstico Socioterritorial do Município de Vitória da Conquista

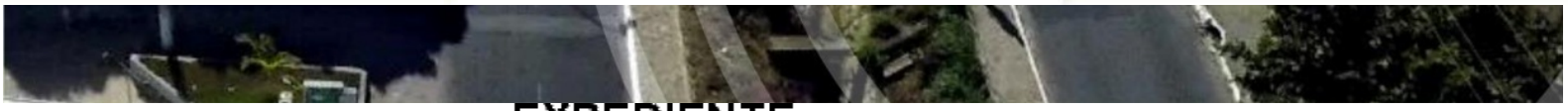
O Diagnóstico Socioterritorial que subsidia a elaboração do presente Plano Municipal de Assistência Social foi produzido no âmbito das atividades da Vigilância Socioassistencial do município, tendo como finalidade sistematizar informações e análises sobre as condições de vida da população, as situações de vulnerabilidade e risco social e a distribuição territorial das demandas relacionadas à política de assistência social.

A partir da análise de diferentes bases de dados institucionais, sistemas de informação e metodologias de leitura socioterritorial, o diagnóstico constitui um instrumento estratégico para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

Considerando sua extensão e a complexidade das análises realizadas, optou-se por

apresentar o diagnóstico como produto técnico autônomo, disponibilizado em arquivo próprio, com capa, estrutura e numeração de páginas independentes. Dessa forma, embora integre o conjunto de documentos que fundamentam o Plano Municipal de Assistência Social, o diagnóstico é apresentado como anexo referencial, permitindo maior detalhamento das análises e facilitando sua utilização como instrumento permanente de apoio ao planejamento da política de assistência social.


VITÓRIA DA CONQUISTA • BAHIA
DIAGNÓSTICO
SOCIOTERRITORIAL
2025
VITÓRIA DA CONQUISTA
PREFEITURA
EXEMPLO PARA A BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Prefeita | Ana Sheila Lemos Andrade

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretário de Desenvolvimento Social
Michael Farias Alencar Lima

Diretoria de Assistência Social
Irlane Gomes de Carvalho

Coordenação da Proteção Social Básica
Dayana Evelinne A. dos Santos Araújo

Coordenação da Proteção Social Especial
Tainá Alves de Oliveira Peixoto

Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial
Thayse Andrade Fernandes

Coordenação de Renda e Cidadania
Magno Aguiar Nogueira

Coordenação de Gestão do SUAS
Joabe Silva Oliveira

Diretoria de Habitação de Interesse Social

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Josenildo Freitas Nascimento

Coordenação de Regularização Fundiária
Carlos Roberto Peçanha

Coordenação de Programas e Projetos Habitacionais
Yasmin Chaves de Santana

Coordenação Administrativa
Milena Naira Vieira Machado

Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional
Karine Barros Rodrigues

2

Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil
Severino Godson Santos

Coordenação do Centro de Convivência Conquista Criança
Erilza Carla Mascarenhas

Coordenação de Promoção da Igualdade Racial
Ricardo Alves de Oliveira

Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT
José Mário B. dos Santos

Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente
Jerry Lavelle Oliveira Lima

RESPONSÁVEIS PELA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

RESPONSÁVEIS PELA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Equipe de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

Thayse Andrade Fernandes
Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

Lucas Caires Santos
Gerência de Monitoramento e Avaliação

Hadson de Assis Castro Segundo
Assistente Administrativo

Douglas Renan dos Santos Leite
Estagiário

Paulo Henrique Rocha de Oliveira
Estagiário

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ACESSUAS: Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS: Sistema de Cadastro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)

CADÚNICO: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social

COMDICA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social DAS: Diretoria de Assistência Social

DHIS: Diretoria de Habitação de Interesse Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FEAS: Fundo Estadual de Assistencial Social

FMAS: Fundo Municipal de Assistência Social

FMDCA: Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente

FNAS: Fundo Nacional de Assistência Social

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IGD-M: Índice de Gestão Descentralizada Municipal

LA: Liberdade Assistida

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

NOB SUAS: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAEFI: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF: Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF: Programa Bolsa Família

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA: Plano Individual de Atendimento

PIS: Primeira Infância no SUAS

PMAS: Plano Municipal de Assistência Social

PMCMV: Programa Minha Casa, Minha Vida

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

4

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PPA: Plano Plurianual

RADCA: Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente

SCFV: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENARC: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SISC: Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fotalecimento de Vínculos

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

TABELAS

Tabela 1 - Marcos legais do SUAS em ordem cronológica
Tabela 2 - Implantação das Unidades Governamentais de Atendimento do SUAS em Vitória da Conquista
Tabela 3 - Distribuição populacional e extensão territorial
Tabela 4 – População residente – por localidade – Vitória da Conquista (2022)
Tabela 5 - Distribuição da população por bairro e distrito
Tabela 6 - Ranking dos municípios baianos com presença de população quilombola de acordo com o censo do IBGE.2022
Tabela 7 - População quilombola e marcadores sociais
Tabela 8 - Distribuição da população por faixa etária e sexo
Tabela 9 - Crescimento do emprego formal entre 2022 e 2025
Tabela 10 - Unidades habitacionais e empreendimentos
Tabela 11 - Assentamentos populares
Tabela 12 - Legitimação fundiária
Tabela 13 - Síntese das ações de regularização fundiária por território de abrangência dos CRAS (2016–2025)
Tabela 14 - Densidade populacional por bairro da zona urbana
Tabela 15 - Distribuição da população nos territórios de Assistência Social e nas áreas de abrangência dos CRAS de Vitória da Conquista – BA
Tabela 16 - Distribuição da população cadastrada no CadÚnico por territórios de Assistência Social

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

por área de abrangência dos 8 (oito) CRAS de Vitória da Conquista – BA
Tabela 17 - Proporção da população residente do Censo 2022 e cadastrada no CadÚnico por territórios de Assistência Social por área de abrangência dos 8 (oito) CRAS
Tabela 18 - Cenário da concentração de Mulheres RF no CadÚnico
Tabela 19 - Incidência de Grupos populacionais tradicionais e específicos no CadÚnico - Vitória da Conquista – BA
Tabela 20 – Função principal dos responsáveis por domicílio inscritos CadÚnico – Vitória da Conquista - BA
Tabela 21 - Distribuição racial das pessoas inscritas no Cadastro Único por CRAS
Tabela 22 - Notificações de violência registrados no SINAN em 2025
Tabela 23 - Distribuição dos casos de violência do SINAN por faixa etária
Tabela 24 - Notificações de violência registrados no SINAN por faixa etária, tipo de violência e sexo no ano de 2025
Tabela 25 - Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica de Vitória da Conquista

6

Tabela 26 - Famílias e Indivíduos atendidos na PSB e PSE
Tabela 27 - Total de famílias atendidas por modalidade de acompanhamento
Tabela 28 - Famílias atendidas por modalidade de acompanhamento no PAIF, por CRAS
Tabela 29 - Participação regular de Famílias no PAIF
Tabela 30 - Atendimentos em grupo por CRAS
Tabela 31 - Atendimentos Individualizados por CRAS
Tabela 32 - Atendimentos em visitas domiciliares por CRAS
Tabela 33 - Encaminhamentos para rede socioterritorial por CRAS
Tabela 34 - Visitas domiciliares realizadas por equipe PIS
Tabela 35 - Análise do volume mensal de atendimentos
Tabela 36 - Análise das concessões de Benefícios Eventuais por CRAS
Tabela 37 - Distribuição dos Benefícios Eventuais - Proteção Social Especial
Tabela 38 - Atendimentos no PAEFI - Proteção Social Especial
Tabela 39 - Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por sexo – CREAS Novo Olhar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Tabela 40 - População em situação de rua, por faixa etária e sexo, atendida no Centro Pop Adulto
Tabela 41 - Marcadores sociais de diversidades e/ou vulnerabilidades pessoais e sociais
Tabela 42 - Total de usuários acompanhados pelo SEAS por faixa etária e sexo em 2025
Tabela 43 - Faixa etária e sexo da população atendida no Centro Pop Criança e Adolescente
Tabela 44 - Número de Acolhimentos mensais na Unidade Municipal de Acolhimento em 2025
Tabela 45 - Número de Acolhimentos no Acolhendo e Cuidando durante os meses em 2025
Tabela 46 - Número de acolhimentos por sexo e faixa etária em Família Acolhedora em 2025
Tabela 47 - Hortas Comunitárias
Tabela 48 – Repasses do Cofinanciamento do SUAS – 2019 a 2025
Tabela 49 - IPCA - (2019-2024)
Tabela 50 – Repasses do Cofinanciamento Federal do SUAS – 2019 a 2025
Tabela 51 – Repasses do Cofinanciamento Estadual do SUAS – 2019 a 2025
Tabela 52 - Representatividade do Financiamento da Política de Assistência Social no Município de Vitória da Conquista - 2019 a 2025
Tabela 53 - Repasses para Organizações da Sociedade Civil por Fonte de Recurso (2022 a 2025)
Tabela 54 - Repasse Consolidado por OSC (2022 a 2025)

MAPAS

Mapa 1 - Divisão administrativa de Vitória da Conquista – 2026
Mapa 2 - Área urbana o por bairro – Vitória da Conquista
Mapa 3 - Abrangência e população dos CRAS em Vitória da Conquista/BA

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Incremento Populacional
Gráfico 2 - Proporção da população dividida por sexo no Censo 2022
Gráfico 3 – Distribuição populacional por cor ou raça – Vitória da Conquista
Gráfico 4 - População residente por sexo e cor ou raça segundo IBGE 2022
Gráfico 5 - Pirâmide etária de Vitória da Conquista, segundo o IBGE, 2022
Gráfico 6 - Evolução do índice de mortalidade infantil
Gráfico 7 - Situação de Alfabetização da População de Vitória da Conquista no Censo do IBGE, 2022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Gráfico 8 - Taxa de alfabetização por sexo e cor ou raça
Gráfico 9 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais
Gráfico 10 – Condição de ocupação de domicílio
Gráfico 11 - Proporção de famílias cadastradas no PBF em relação à população total
Gráfico 12: Impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a composição da renda das famílias inscritas no Cadastro Único
Gráfico 13 - Redução da pobreza por CRAS após o PBF
Gráfico 14 - Distribuição da população inscrita no Cadastro Único por faixa etária e território de CRAS
Gráfico 15 - Tipos de deficiência registrados no CadÚnico - 2025
Gráfico 16 - Proporção por sexo das notificações de Violência no SINAN 2025
Gráfico 17 - Atendidos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Gráfico 18 - Variação do número de migrantes acompanhados pelo SEAS em trânsito no município entre 2019 e 2025
Gráfico 19 – Comparativo de repasses do Cofinanciamento do SUAS (2019-2025)

QUADROS

Quadro 1 - Síntese Analítica dos Territórios dos CRAS – Urbanos e Rural
Quadro 2 – Vulnerabilidades e Implicações para a Proteção Social Especial
Quadro 3 - Demonstrativo das Ofertas dos Serviços, Modalidade da Rede e Equipamentos de Execução
Quadro 4 - Rede Socioassistencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade
Quadro 5 - Demonstrativo das Ofertas dos Serviços, Modalidade da Rede e Equipamentos de Execução de Alta Complexidade
Quadro 6 - Rede Socioassistencial da Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Quadro 7 - Análise de capacidade instalada e ocupação na UMA em 2025

SUMÁRIO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

1. Introdução 10
2. Contexto sociohistórico da Assistência Social 11
3. A Expansão das ofertas no âmbito do SUAS em Vitória da Conquista 12
4. Implantação das Unidades Socioassistenciais em Vitória da Conquista 13
5. Expansão da rede socioassistencial governamental 13
6. Requalificação e melhoria da infraestrutura das unidades 15
7. Ampliação de serviços territoriais e integração de políticas 15
8. A Reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES 17
9. O Processo de Reordenamento do SUAS em Vitória da Conquista 17
10. Estruturação do diagnóstico 19
11. Caracterização sociodemográfica e territorial do município 22
a) Dados sociodemográficos 22
b) Dinâmicas socioterritoriais e necessidades de Proteção Social 46
12. Dinâmicas de vulnerabilidade e demandas de proteção social 66
a) Análise das dinâmicas territoriais de convívio e demandas de proteção social - Mapas Falados 67
13. Análise de situações de violência e violação de direitos 82
13. Capacidade de resposta da Política Municipal de Assistência Social 86
a) Ofertas da Política Municipal de Assistência Social/SUAS 86
14. Análise do volume de atendimento da Rede Socioassistencial 107
15. Interfaces com outras políticas 138
16. DADOS ORÇAMENTÁRIOS RELATIVOS AO COFINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 153
17. Diretrizes Estratégicas do Diagnóstico Socioterritorial para o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029 164
REFERÊNCIAS 166
ANEXO I - Sistematização dos Dados Obtidos a Partir da Oficina do Mapa Falado 168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

1. Introdução

O diagnóstico socioterritorial constitui um instrumento estratégico para a gestão da Política de Assistência Social, ao permitir a leitura crítica das dinâmicas sociais e territoriais e a identificação das vulnerabilidades, potencialidades e demandas que incidem sobre as populações e os territórios. No contexto de profundas transformações sociais, econômicas e ambientais, marcadas pelos efeitos da crise climática, pelo aprofundamento das desigualdades e pela intensificação de situações de risco e desproteção social, a atualização das informações socioterritoriais torna-se condição fundamental para o fortalecimento do planejamento, do monitoramento e da tomada de decisão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) tem desenvolvido esforços sistemáticos para qualificar a gestão e o provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, com destaque para o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial como função estratégica da gestão do SUAS. A produção, sistematização e análise de informações territorializadas passaram a orientar de forma mais consistente os processos de planejamento e avaliação das ações, contribuindo para o reordenamento das práticas institucionais e para a consolidação de uma gestão baseada em evidências, comprometida com a ampliação da proteção social e a redução das desigualdades no território.

A elaboração e a atualização deste diagnóstico encontram respaldo nas normativas que estruturam o SUAS em âmbito nacional. A NOB/SUAS 2005 instituiu a informação como ferramenta imprescindível para uma gestão baseada em evidências, que orienta a

ferramenta imprescindível para uma gestão baseada em evidências, que oriente a organização do sistema, do processo de planejamento e de tomada de decisão; destaca, ainda, a instituição do monitoramento e da avaliação dos serviços como condição para o município executar a gestão plena prevista no SUAS e, também, a necessidade de implementação da vigilância como estratégia de gestão.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em seu Art. 8º define, entre outros, que constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

> XIX - estruturar, implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial; XXVI - desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional.

Já a NOB/SUAS 2012 dedica seu capítulo VII para a Vigilância Socioassistencial,[10] ficando assim definida:

> Art. 87. A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:
> - das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
> - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Dessa forma, o município de Vitória da Conquista reafirma, por meio deste documento, seu compromisso com o aprimoramento permanente da Política de Assistência Social, orientado pela leitura crítica das realidades socioterritoriais e pelo fortalecimento da gestão pública democrática.

2. Contexto sociohistórico da Assistência Social

A partir da Constituição Cidadã de 1988, percebe-se o início da criação da base do Estado Social no Brasil, trazendo em seu bojo o direito fundamental à Assistência Social,

que deve garantir o horizonte de uma vida digna a todos que dela necessitarem.

Através do advento do Estado Social, passa a existir o sistema de proteção social, bem como a seguridade social, incidindo sobre a responsabilidade do Estado atuações universais e articuladas na área de Saúde, Previdência Social e Assistência Social. O assistencialismo - materializado através de suas práticas históricas baseadas no favor e na benemerência - é substituído por uma perspectiva pública, em que emergem responsabilidades para o Estado Brasileiro e dimensionam-se direitos a serem acessados pelos cidadãos e cidadãs, conforme consignado nos arts. 6º e 194º da Carta Magna.

Lançadas as bases no texto constitucional, o Estado cria diversas normativas visando regulamentar o comando constitucional e dar materialidade ao novo paradigma da Assistência Social no Brasil, sendo criadas legislações e regulamentos que parametrizam as dimensões da Política Pública de Assistência Social, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Marcos legais do SUAS em ordem cronológica

NOME DA NORMATIVA	MARCO LEGAL	ANO
Constituição Federal.	CF/88.	1988
Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS	Lei Federal nº 8.742/93.	1993

Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 204/1997.	1997
	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 207/1998.	1998
	NOB/SUAS – 2002. Sendo publicizada para o debate, mas não foi regulamentada.	2002
Política Nacional de Assistência Social – PNAS	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 145/2004.	2004
Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 130/2005.	2005
Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social – NOB/RH/SUAS	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 269/2006.	2006
Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009.	2009
Alteração da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS	Lei Federal nº 12.435/2011.	2011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 33/2012.	2012

Fonte: MDS/Brasil, 2019

Dentro desse contexto de constantes avanços da Assistência Social, o município de Vitória da Conquista, como tantos outros, teve que se adequar às normativas nacionais, buscando reordenar suas ofertas socioassistenciais que eram operacionalizadas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES.

3. A Expansão das ofertas no âmbito do SUAS em Vitória da Conquista

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista se destaca no contexto regional como precursora de ações voltadas a indivíduos e famílias no contexto de vulnerabilidades e riscos sociais, possuindo, mesmo antes da implantação efetiva do SUAS, programas que tinham como finalidade atender às demandas sociais da população conquistense, como o Programa Conquista Criança e a Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, ambos inaugurados em 1997.

Com a finalidade de se alinhar às mudanças na área da Política de Assistência Social, ocasionadas após as publicações da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, o município inaugura em setembro de 2004 o primeiro Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no loteamento Bruno Bacelar no bairro Ibirapuera, marcando, assim, a primeira Unidade de Atendimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito da Proteção Social Básica.

4. Implantação das Unidades Socioassistenciais em Vitória da Conquista

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista se destacou historicamente por desenvolver ações voltadas a indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social, contando mesmo antes da implantação do SUAS com intervenções como o *Programa*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Conquista Criança e a *Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, ambos inaugurados em 1997. Com o avanço das normativas da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, o município inaugurou, em setembro de 2004, o primeiro Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no loteamento Bruno Bacelar, marco inicial da rede de proteção social básica no território.

5. Expansão da rede socioassistencial governamental

De 1997 até 2009, o Sistema de Assistência Social em Vitória da Conquista era relativamente modesto, consolidando em 2010 uma rede governamental composta por quatro unidades básicas: dois CRAS, um CREAS e uma unidade de acolhimento para crianças e adolescentes. A partir da publicação da Resolução CNAS nº 109/2009, que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a rede municipal passou por forte expansão entre 2010 e 2012, acompanhando o movimento nacional de ampliação das ofertas do SUAS.

O ano de 2011 teve maior expressividade de abertura de novos serviços socioassistenciais. Com a abertura de novas Unidades de prestação de serviços socioassistenciais, a SEMDES passou ao posto de terceira maior secretaria do município, sendo ampliados os investimentos financeiros por parte dos três entes federativos (União, Estado e Município).

O SUAS de Vitória da Conquista atingiu parcialmente o amadurecimento da sua rede de atendimento no ano de 2012, restando um grande desafio: estruturar e adequar todas as unidades existentes aos dispositivos reguladores do SUAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

13

Tabela 2 - Implantação das Unidades Governamentais de Atendimento do SUAS em Vitória da Conquista

ANO	UNIDADE	NOME	PROTEÇÃO
1997	Unid. de Acolhimento	Casa de Acolhimento	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
2004	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 1 - Bruno Bacelar	Proteção Social Básica
2008	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 2 - Vila América	Proteção Social Básica
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS Central	Proteção Social Especial de Média Complexidade
2010	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 3 – Pedrinhas	Proteção Social Básica
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS RURAL 1 - José Gonçalves	Proteção Social Especial de Média Complexidade
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS Novo Olhar LA/PSC	Proteção Social Especial de Média Complexidade
2011	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 4 - Jardim Valéria	Proteção Social Básica
	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 5 – Zona Rural	Proteção Social Básica
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS Rural 2 – Bate Pé	Proteção Social Especial de Média Complexidade
	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	Centro Pop Adulto	Proteção Social Especial de Média Complexidade
	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	Centro Pop Criança e Adolescente.	Proteção Social Especial de Média Complexidade
2012	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 6 - Nova Cidade	Proteção Social Básica
	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 7 - Nossa Senhora Aparecida	Proteção Social Básica
	Centro de Referência de Assistência Social	CRAS 8 - Miro Cairo	Proteção Social Básica

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

	Unid. de Acolhimento	Unidade Acolhendo e Cuidando	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
2020	Unid. de Acolhimento	Abrigos Provisórios para População em Situação de Rua	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
2023	Entrega da nova estrutura reformada e ampliada do CRAS Bruno Bacelar	CRAS 1 - Bruno Bacelar	Proteção Social Básica
2023	Lei Municipal nº 2.790/2023 – Criação da Casa Rosa	Acolhimento Institucional	Proteção Social Especial

2024	Entrega da nova sede própria do CRAS	CRAS 3 - Pedrinhas	Proteção Social Básica
2024	Acolhimento Institucional - mulheres em situação de violência	Casa Rosa	Proteção Social Especial
2025	Requalificação do CRAS	CRAS 4 – Jd. Valéria	Proteção Social Básica
2025	Requalificação do CREAS	CREAS RURAL – Bate Pé	Proteção Social Especial

Fonte: SEMDES/PMVC

Nos anos mais recentes, a expansão das ofertas tem se dado de forma articulada entre a ampliação dos serviços descentralizados, o fortalecimento das unidades socioassistenciais existentes e ações comunitárias que aproximam os serviços da população nos territórios.

6. Requalificação e melhoria da infraestrutura das unidades

Em 2025, o CRAS Jardim Valéria foi entregue à população após processo de requalificação estruturado pelo programa municipal Acolhe Conquista, beneficiando cerca de 9 mil famílias atendidas e contribuindo para a qualidade do atendimento no território.
Nas unidades na zona rural foram entregues à população a sede requalificada do CREAS Rural de Bate-Pé e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculado ao CRAS 5, com melhorias de acessibilidade, infraestrutura e espaços de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

vinculado ao CRAS e, com melhorias de acessibilidade, infraestrutura e espaços de atendimento.

7. Ampliação de serviços territoriais e integração de políticas

Como estratégia de fortalecimento da atuação territorializada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de ampliação do acesso da população aos serviços e benefícios socioassistenciais, o município desenvolve o Programa SUAS na Comunidade, iniciativa voltada à descentralização das ações da política de assistência social e à aproximação da rede socioassistencial dos territórios com maiores índices de vulnerabilidade social.

A proposta consiste na realização de ações itinerantes e intersetoriais em diferentes territórios do município, contemplando bairros urbanos, distritos rurais, povoados, comunidades quilombolas e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Essas ações são organizadas a partir da articulação entre as unidades da rede

socioassistencial — especialmente os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) — e diversas políticas públicas e órgãos de garantia de direitos, possibilitando a oferta integrada de atendimentos, orientações, encaminhamentos e acesso a serviços e programas governamentais.

Nesse contexto, o programa contribui para ampliar o alcance das ações do SUAS, reduzindo barreiras de acesso aos serviços e fortalecendo a presença do Estado em territórios marcados por desigualdades socioespaciais, dispersão territorial ou fragilidades na oferta de equipamentos públicos. Entre as principais atividades realizadas destacam-se orientações sobre direitos socioassistenciais, inclusão e atualização no Cadastro Único, acesso a benefícios socioassistenciais, encaminhamentos para serviços da rede de proteção social, além de ações educativas e de mobilização comunitária.

Para além da ampliação do acesso aos serviços, o SUAS na Comunidade também

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

se consolida como instrumento relevante para a vigilância socioassistencial, na medida em que favorece a identificação de demandas emergentes, situações de vulnerabilidade e violações de direitos, bem como o reconhecimento das especificidades socioterritoriais de cada localidade atendida. Dessa forma, o programa contribui para qualificar o planejamento das ações da política de assistência social, subsidiando estratégias de busca ativa e aprimorando a capacidade de resposta da rede de proteção social.

A experiência tem se destacado nacionalmente como prática inovadora de promoção do acesso a direitos. O município foi reconhecido com o 6º Prêmio Simone Albuquerque, na Categoria III – Intersetorialidade e Interseccionalidade no Suas, anunciado durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, em reconhecimento ao caráter estratégico do programa na ampliação da capilaridade das políticas públicas e na garantia de direitos à população em situação de vulnerabilidade.

Assim, o Programa SUAS na Comunidade reafirma a importância de iniciativas que integrem territorialização, intersetorialidade e participação social, contribuindo para fortalecer o SUAS enquanto política pública comprometida com a redução das desigualdades e com a promoção do acesso da população aos direitos sociais.

16

8. A Reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES

A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) passou por processos de readequação ao longo dos anos, acompanhando a ampliação e a complexificação da Política de Assistência Social em Vitória da Conquista. Como marco desse percurso, destaca-se a reforma administrativa aprovada em 2014, que promoveu ajustes institucionais alinhados às normativas do SUAS vigentes à época e

promoveu ajustes institucionais alinhados às normativas do SUAS vigentes à época e contribuiu para o fortalecimento das funções de gestão da política.

No período mais recente, um avanço estrutural relevante ocorreu com a edição da Lei Complementar nº 2.587, de 3 de janeiro de 2022, que instituiu a Coordenação de Gestão do SUAS e suas respectivas gerências, entre elas: Gestão do Trabalho e Educação Permanente; Regulação do SUAS; Apoio Técnico e Assessoramento à Rede Socioassistencial Privada; e Relação com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça. Essa reestruturação reforçou a capacidade de coordenação, regulação e apoio técnico da gestão municipal, contribuindo para maior integração da rede socioassistencial e qualificação dos processos de trabalho.

Esse movimento recente insere-se em um histórico de aprimoramento institucional da SEMDES, orientado pela necessidade de adequação às normativas nacionais do SUAS e de fortalecimento das funções de gestão, planejamento e apoio às ofertas socioassistenciais no município.

9. O Processo de Reordenamento do SUAS em Vitória da Conquista

Após a expansão da Rede Socioassistencial no município, com a criação de novas unidades de atendimento, emergiu o desafio de qualificar o provimento de serviços, programas e benefícios em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esse movimento demandou a ressignificação das práticas institucionais, com vistas ao fortalecimento da Rede de Proteção Social e à materialização das seguranças socioassistenciais de acolhida, convívio e renda.

A partir de 2017, o Órgão Gestor Municipal iniciou o processo de reordenamento do SUAS tendo como eixo estruturante a Vigilância Socioassistencial, reconhecida como função estratégica para a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre vulnerabilidades, riscos sociais e a qualidade das ofertas socioassistenciais. Esse percurso foi sustentado por investimentos em supervisões técnicas e ações de educação permanente,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, contando com a contribuição de consultores de referência nacional, como Dirce Koga, Débora Maria David da Luz e Jadir de Assis.

O reordenamento avançou com a revisão das bases da Proteção Social Básica, reafirmando o caráter preventivo da política, o desenvolvimento de potencialidades das famílias e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além da definição e aprimoramento de fluxos sistêmicos da Rede SUAS e da Rede Intersetorial. Paralelamente, houve esforços para a recomposição das equipes das unidades socioassistenciais, ampliando a capacidade de atendimento e qualificando as intervenções nos territórios.

Ao longo dos anos seguintes, o município manteve investimentos contínuos na qualificação das equipes e no aprimoramento da gestão e das ofertas socioassistenciais, compreendendo o reordenamento como um processo permanente, democrático e coletivo, orientado pela leitura crítica das realidades territoriais e pelo compromisso com a ampliação do acesso e da proteção social aos usuários do SUAS.

No âmbito da educação permanente, o município de Vitória da Conquista registrou, nos anos de 2024 e 2025, a realização de consultorias e processos formativos voltados ao fortalecimento das políticas públicas, com ênfase nas áreas de Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, conforme registros sistematizados pela equipe de Comunicação.

Em 2024, no campo dos Direitos Humanos, foi realizada consultoria pela Interkonexus, com foco na elaboração do diagnóstico e na construção do plano de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, sob a condução do consultor Benedito Rodrigues.

Na área de Habitação, ocorreu consultoria voltada ao fortalecimento da política habitacional municipal, conduzida pela consultora Flávia Mota. Já no âmbito da Assistência Social, destacaram-se a consultoria para o aprimoramento da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, ministrada pelo consultor Robson Almeida; o ciclo formativo "Vira e Mexe", voltado aos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) de Vitória da Conquista, conduzido pelas consultoras Abigail Torres, Yheda Gaioli e Ana Lígia

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Gomes, iniciativa denominada "Educação Permanente no Fortalecimento Institucional do SUAS"; e o momento formativo promovido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), voltado às estratégias de acolhimento e atendimento à população migrante no município, mediado por Leany Moraleda e Clarissa Calazans.

Em 2025, as ações de educação permanente foram ampliadas e diversificadas. Na área de Direitos Humanos, foi realizada formação promovida pela Ucorp, com foco na escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência, mediada por Polímnia Cassimiro. No campo da Habitação, ocorreu consultoria vinculada ao Programa Minha Casa, Minha Vida, novamente conduzida pela consultora Flávia Mota.

18

No âmbito da Assistência Social, destacaram-se a consultoria especializada para a estruturação da política municipal voltada à população em situação de rua, mediada por Luciano Matos; a continuidade da consultoria para aprimoramento da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, conduzida por Robson Almeida; a formação promovida pela Paulus Social voltada ao aprimoramento da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mediada por Samara Xavier; o ciclo formativo da Paulus Social destinado à capacitação dos trabalhadores vinculados aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, mediado por Dayse Bernardi, do NECA; e os momentos formativos realizados em parceria entre a Paulus Social e a Rede Nacional de Defesa e Assessoramento no SUAS (Rendas Brasil), com foco na qualificação da execução da Política de Assistência Social no município, mediados por Alessandro Tiezzi e Carlos Eduardo Ferrari.

Por fim, ao considerar que os sistemas públicos passam por constantes e necessárias mudanças, os reordenamentos continuarão, haja vista que eles poderão colaborar para um melhor acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais por parte dos usuários demandatários de mais proteção social. E o que é mais importante: todos eles serão construídos de forma democrática e coletiva através dessa poderosa ferramenta de gestão que é a Supervisão Técnica."

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

10. Estruturação do diagnóstico

As informações relativas ao município de Vitória da Conquista têm como referência estruturante a base territorial e os dados demográficos do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins deste Diagnóstico Socioterritorial, são considerados 35 territórios no município, sendo 24 bairros (área urbana) e 11 distritos (área rural), conforme a delimitação oficial adotada pelo Instituto.

---

[19] Segundo a Resolução CNAS 2016 (06/04/2016), Art. 3º, entende-se por Supervisão Técnica no SUAS um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de *trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial.*

A adoção dessa base territorial justifica-se por sua consistência metodológica e por assegurar maior precisão na análise da distribuição populacional e domiciliar, elementos fundamentais para subsidiar o planejamento, a organização e a territorialização das ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Assim, a delimitação territorial do IBGE constitui o parâmetro central para a análise das demandas e da distribuição das ofertas socioassistenciais no município. Para qualificar essa leitura, incorporam-se dados provenientes de bases administrativas e sistemas de informação da política de assistência social, tais como o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e registros do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Censo SUAS, CECAD, RMA, SISC), bem como informações disponibilizadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Bahia (SEADES), por meio da Superintendência de Assistência Social (SAS), especialmente o RAF.

Tendo em vista a própria configuração da SEMDES, e diante da necessidade em se (re)conhecer a diversidade dos chãos de Vitória da Conquista, bem como de suas demandas

(re)conhecer a diversidade dos chãos de Vitória da Conquista, bem como de suas demandas de proteção social, o diagnóstico socioterritorial está organizado em eixos analíticos que articulam a caracterização do território, a identificação das dinâmicas sociais e a análise das respostas institucionais da política de assistência social.

Inicialmente são apresentados os dados sociodemográficos do município, que permitem situar aspectos estruturais da população e das desigualdades territoriais. Em seguida, são analisadas as dinâmicas socioterritoriais e as necessidades de proteção social, buscando evidenciar fatores que incidem na produção e reprodução das vulnerabilidades e riscos sociais nos diferentes territórios.

Na sequência, o documento apresenta a caracterização das ofertas da Política Municipal de Assistência Social, seguida da análise do volume de atendimentos realizados pela rede socioassistencial, com o objetivo de compreender a relação entre demandas territoriais e capacidade de resposta dos serviços. Complementarmente, são desenvolvidas análises específicas sobre demandas relacionadas ao convívio familiar e comunitário e às dinâmicas de garantia da proteção social, bem como sobre situações de violência e violação de direitos, dimensões fundamentais para a compreensão das necessidades de proteção social básica e especial no município.

A perspectiva que se coloca neste Diagnóstico Socioterritorial é justamente de tornar visíveis e mais nítidas as demandas de proteção social para que se possa dimensionar a capacidade e os graus de cobertura do SUAS.

20

Instituir a assistência social na condição de política social pública significa elevar e alargar o estatuto da proteção social brasileira tornando-a acessível a novas situações e a mais cidadãos. Essa expansão, no sentido coletivo da atenção, exige construir a visibilidade de demandas o que dimensiona seu grau de universalidade ou cobertura. (BRASIL, 2013: p.24)

Este conjunto de informações produzidas coletivamente representa uma parte da realidade da cidade e da gestão do SUAS na composição deste Diagnóstico Socioterritorial. Estas informações demandam a complementação sobre as percepções dos sujeitos que

vivem e convivem cotidianamente nos territórios de Vitória da Conquista quanto ao acesso à proteção social, bem como as vivências da desproteção social e das experiências coletivas de luta e resistência.

Dessa forma, um dos capítulos que fecha o Diagnóstico Socioterritorial se constitui nos Mapas Falados produzidos a partir de grupos focais que tiveram representação de crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas dos bairros, distritos, povoados e comunidades quilombolas de Vitória da Conquista. Tais grupos foram coordenados pelas gerências de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Coordenação de Gestão do SUAS e pela equipe da Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Importa ressaltar, que além do empenho e mobilização das equipes da SEMDES, foram estratégicas as participações dos agentes de saúde, professores e diretores de escolas, lideranças comunitárias e trabalhadores de outras secretarias e políticas sociais do município, como a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial.

A mobilização e a participação marcaram este processo de construção dos Mapas Falados, e fortaleceram mais uma vez o sentido alargado da proteção social, que envolve o (re)conhecimento das desproteções sociais a partir dos territórios também pelas demais políticas sociais.

> A ideia de que a gestão da cidade deve ocorrer em diferentes escalas e proporcionar múltiplas conexões ainda não está suficientemente incorporada. Aparentemente, ainda não se notou que nenhuma das políticas sociais conseguirá, sozinha, reverter a precarização das condições de vida nos territórios mais degradados da cidade. Além das relações regionais e inter-regionais, é preciso criar uma microescala administrativa capaz de cobrir os territórios mais precarizados, bem como um novo processo de gestão de fato intersetorial. (SPOSATI, 2013: p. 38)

O Diagnóstico Socioterritorial de Vitória da Conquista, neste contexto aqui brevemente relatado, se apresenta como um verdadeiro movimento de aposta na potência de processos coletivos de construção do conhecimento, em que a multiplicidade de saberes

em torno dos chãos da cidade e da gestão do SUAS pavimentam este caminho comum.

11. Caracterização sociodemográfica e territorial do município

a) Dados sociodemográficos

A cidade de Vitória da Conquista, segundo o IBGE (2022), tem uma população de 370.879 habitantes. Ocupa o terceiro lugar na lista das maiores cidades do estado da Bahia, sendo a capital Salvador a mais populosa (2.417.678 habitantes), seguida de Feira de Santana (616.272 habitantes). Para a Política Nacional de Assistência Social, Vitória da Conquista é considerada município de grande porte, o que lhe confere importantes desafios quanto à sua capacidade de respostas de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

O município possui uma extensa área geográfica, totalizando 3.254,186 km², o que o caracteriza como um território de grande porte. Considerando a população residente registrada no Censo Demográfico 2022, o município apresenta uma densidade demográfica proximada de 114 habitantes por km², indicando uma ocupação populacional relativamente concentrada quando comparada à expressiva extensão territorial.

O mapa 1 apresenta a divisão administrativa do município de Vitória da Conquista, localizado no sudoeste da Bahia, evidenciando a organização territorial entre sede urbana, distritos e extensa área rural, além da articulação com os municípios vizinhos.

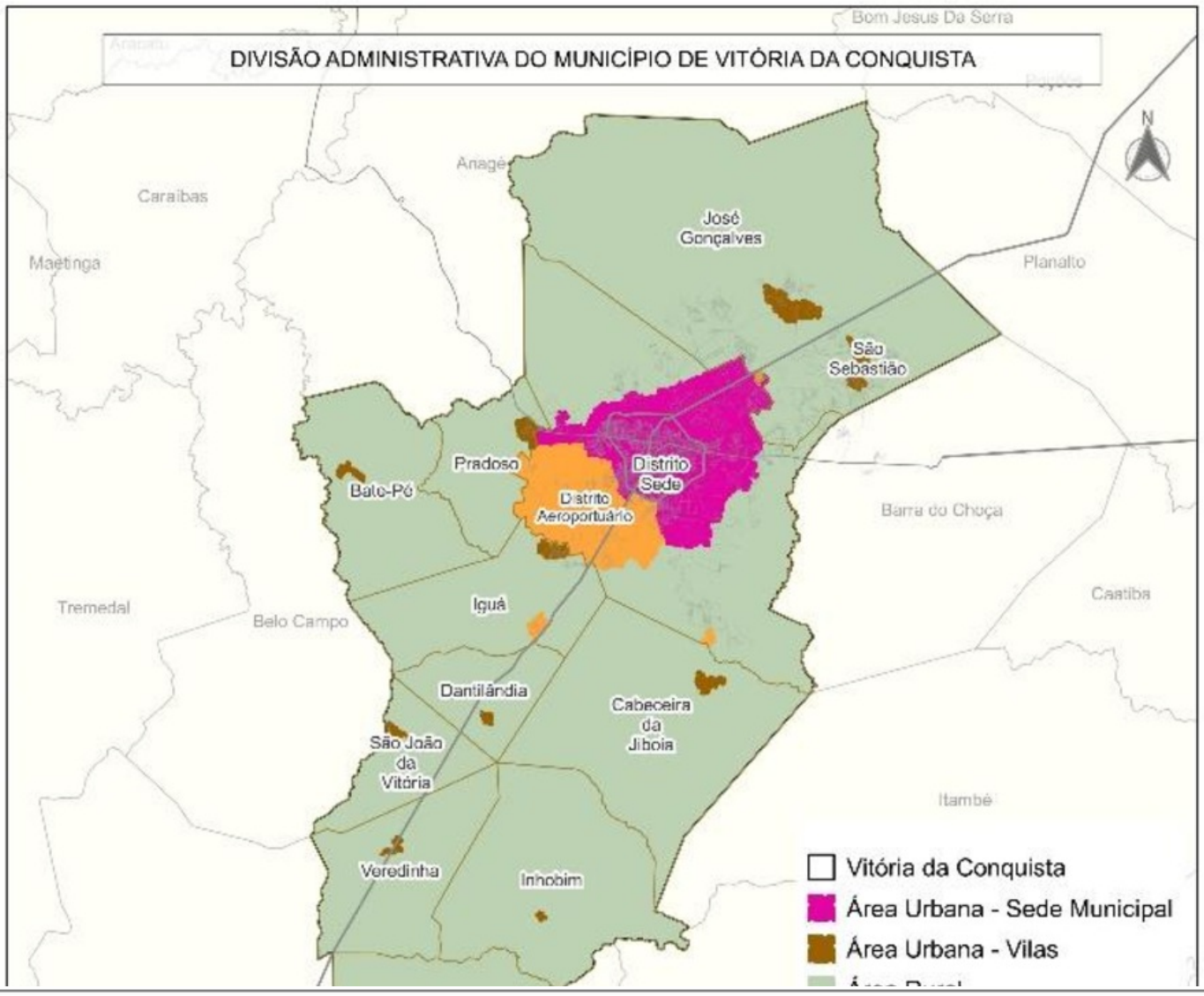
Observa-se que o território municipal possui ampla predominância de área rural, distribuída entre diversos distritos: José Gonçalves, São Sebastião, Bate-Pé, Pradoso, Inhobim, Cabeceira da Jiboia, Dantilândia, São João da Vitória, Veredinha, Cercadinho e Iguá. Essa configuração revela um município com significativa dispersão populacional no campo, demandando estratégias diferenciadas de planejamento, provisão de serviços públicos e logística de atendimento.

A área urbana – Sede Municipal concentra-se na porção central do território, configurando o principal núcleo de adensamento populacional, infraestrutura e oferta de equipamentos públicos. No interior da sede, destacam-se as zonas comercial e o Distrito

equipamentos públicos. No interior da sede, destacam-se as zonas especiais e o Distrito Aeroportuário, indicando vetores específicos de expansão e organização urbana. Além disso, pequenas manchas urbanas nas vilas localizadas nos distritos demonstram a existência de centralidades secundárias no meio rural, ainda que com menor porte e densidade.

O mapa também evidencia a posição estratégica do município na rede regional[22], fazendo divisa com diferentes cidades do entorno e sendo cortado por importantes rodovias, o que reforça seu papel como polo regional de comércio, serviços e articulação territorial.

Mapa 1 - Divisão administrativa de Vitória da Conquista – 2026





Para fins de diagnóstico, essa configuração territorial indica três elementos centrais:

- Predominância territorial rural, com dispersão geográfica significativa;
- Concentração populacional e de serviços na sede urbana;
- Desafios de integração territorial e acesso às políticas públicas, especialmente nas áreas rurais e vilas distritais.

23

Assim, a leitura do mapa permite compreender que o planejamento das políticas públicas em Vitória da Conquista deve considerar a heterogeneidade territorial, articulando estratégias urbanas e rurais, com atenção às especificidades distritais e às dinâmicas de centralidade da sede municipal.

De acordo com a classificação do IBGE, observa-se na Tabela 3 uma distribuição territorial marcadamente desigual entre as zonas urbana e rural. A zona rural, composta por 11 distritos, abrange 2.592,65 km², concentrando a maior parte da área do município. Em contrapartida, a zona urbana, composta por 24 bairros, ocupa 207,69 km², evidenciando que uma parcela reduzida do território concentra a maior parte da população residente.

Tabela 3 - Distribuição populacional e extensão territorial

	BAIRROS	Km²
1.	Aírton Senna	14,92
2.	Alto Maron	3,56
3.	Bateias	4,82
4.	Boa Vista	8,31
5.	Brasil	2,14

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

6.	Campinhos	7,10
7.	Candeias	8,66
8.	Centro	1,99
9.	Cruzeiro	1,30
10.	Distrito Industrial	11,60
11.	Espírito Santo	24,83
12.	Felícia	4,45
13.	Guarani	1,01
14.	Ibirapuera	3,25
15.	Jatobá	9,78
16.	Jurema	1,23
17.	Lagoa das Flores	24,80
18.	Nossa Senhora Aparecida	4,96
19.	Patagônia	3,84
20.	Primavera	16,21
21.	Recreio	2,54
22.	São Pedro	11,38
23.	Universidade	27,58
24.	Zabelê	7,32
DISTRITOS		**Km2**
1.	Bate-Pé	193,99
2.	Cabeceira da Jiboia	393,53
3.	Cercadinho	348,88
4.	Dantilândia	103,60
5.	Iguá	239,77
6.	Inhobim	335,50
7.	José Gonçalves	301,41
8.	Pradoso	169,55
9.	São João da Vitória	106,14
10.	São Sebastião	194,27
11.	Veredinha	206,01

Fonte: IBGE, 2022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Essa configuração territorial revela um descompasso entre a distribuição da população e a ocupação do espaço, no qual a população majoritariamente urbana se organiza em uma área territorial relativamente pequena, enquanto a zona rural, extensa e territorialmente dispersa, abriga menor contingente populacional. Tal dinâmica impõe desafios significativos ao planejamento e à execução das políticas públicas, especialmente no âmbito da assistência social, exigindo estratégias diferenciadas de gestão territorial, ampliação da cobertura dos serviços e fortalecimento de ações descentralizadas e itinerantes.

- **Incremento Populacional**

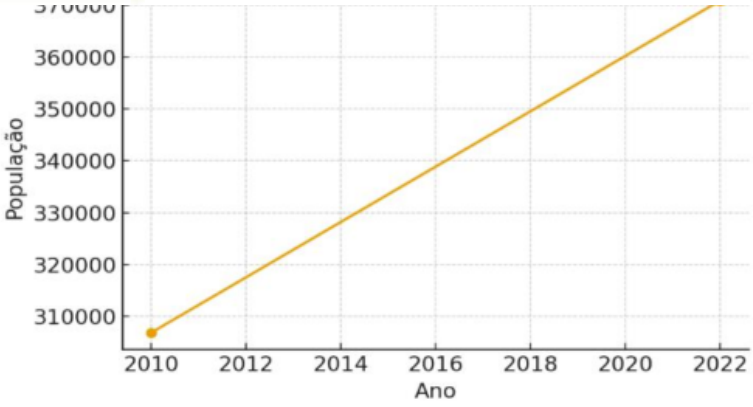
Vitória da Conquista revela perfil de crescimento mais acelerado do que alguns municípios médios, embora menor que grandes centros como Feira de Santana. Essa posição intermediária exige políticas que considerem funções de polo regional, incluindo gestão de fluxos migratórios internos e oferta de serviços.

O crescimento populacional implica em pressão sobre serviços, pois o incremento de cerca de 20,9% entre 2010 e 2022 exige ampliação da capacidade de atendimento em saúde básica, educação e proteção social. A estimativa de 2025 (396.613) sugere continuidade da pressão sobre infraestrutura urbana. (Gráfico 1)

25

Gráfico 1 - Incremento Populacional





Fonte: IBGE, 2022

Importa conhecer, portanto, como estes indicadores sociais se apresentam distribuídos pelos bairros e distritos da cidade, buscando analisar suas diferenças e discrepâncias intraterritoriais. Esta perspectiva se torna fundamental para o SUAS de Vitória da Conquista, à medida que sua capacidade de resposta deve corresponder à dimensão das demandas de proteção social apresentadas em cada território.

- **Distribuição Populacional**

O município apresenta, a partir do Censo Demográfico de 2022, uma malha territorial composta por 652 setores censitários, substituindo o número de 461 setores que constava no Censo 2010, evidenciando a intensificação do processo de urbanização e a ampliação do detalhamento territorial em relação ao Censo passado. Esse aumento reflete tanto o crescimento populacional quanto as atualizações metodológicas e territoriais promovidas pelo IBGE entre 2010 e 2022, com expansão da malha de coleta e melhoria do detalhamento espacial.

Nesta parte analisaremos como se dá a distribuição populacional, conforme o Censo Demográfico 2022, considerando a divisão territorial por distritos (população urbana e rural) e bairros (exclusivamente de população urbana).

Quando se toma por referência os dados por setores censitários do IBGE (Censo Demográfico 2022), é possível identificar que, além dos 11 distritos da zona rural, encontram-se dados sem especificação, com denominações dos aglomerados em sua

maioria identificados como área rural e outro como área urbana, pois também abrangem povoados e bairros em seus perímetros. (Tabela 4)

Tabela 4 – População residente – por localidade – Vitória da Conquista (2022)

	População	% do Total	Brasil
Urbano	334.412	90,2%	87,4%
Rural	36.467	9,8%	12,6%
População total	370.879	100%	100%

Fonte: IBGE, 2022

Cerca de 90% da população vive em área urbana, o que caracteriza Vitória da Conquista como um município fortemente urbanizado em relação à população residente — com implicações diretas para planejamento e oferta de serviços.

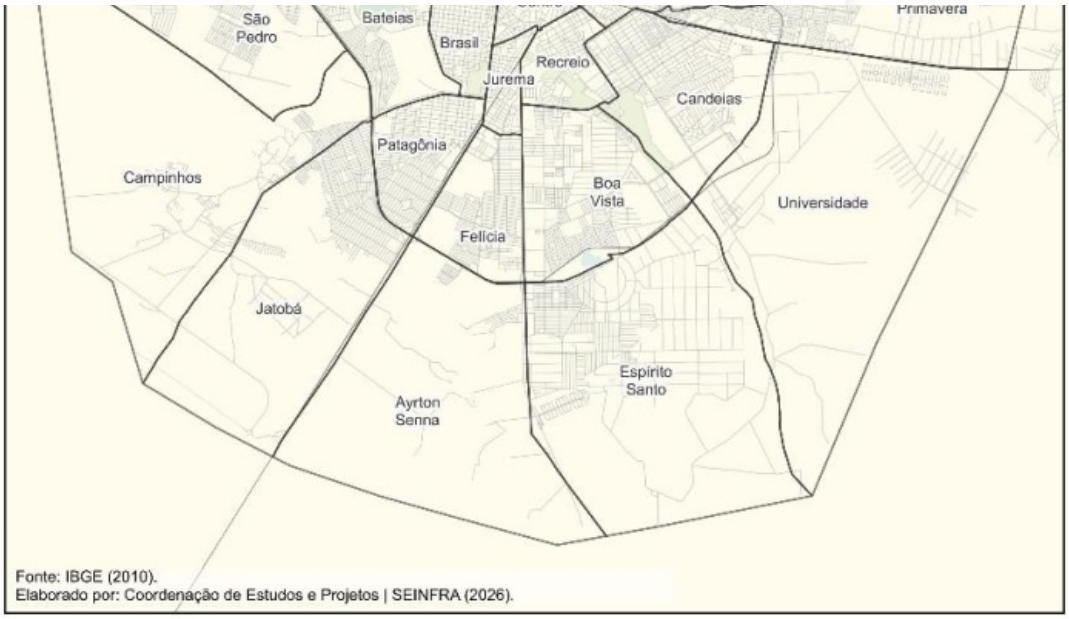
Observa-se maior concentração populacional nos setores censitários urbanos da sede municipal, com destaque para áreas de expansão recente, especialmente na zona oeste da cidade, fortemente associadas à implantação de conjuntos habitacionais e ao crescimento urbano nas últimas décadas.

O mapa 2 identifica os 24 bairros ainda com a malha do IBGE e de acordo com as Leis Municipais que delimitam os bairros, sendo a mais atual a Lei nº 952/1998.

Mapa 2 - Área urbana o por bairro – Vitória da Conquista



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Fonte: IBGE (2010).
Elaborado por: Coordenação de Estudos e Projetos | SEINFRA (2026).

27

A tabela 5 apresenta a distribuição da população por bairro e distritos. Os dados evidenciam forte concentração em determinados bairros da zona urbana, com destaque para Zabelê, Alto Maron, Boa Vista e Patagônia, que figuram entre os territórios mais populosos do município. Os bairros urbanos mais populosos concentram população equivalente ou superior à soma de vários distritos rurais. O bairro Zabelê, isoladamente, possui população superior à de qualquer distrito rural.

Tabela 5 - Distribuição da população por bairro e distrito

BAIRROS		Total de Pessoas
1.	Aírton Senna	3492
2.	Alto Maron	28441
3.	Bateias	13381
4.	Boa Vista	27079
5.	Brasil	18131
6.	Campinhos	9516
7.	Candeias	18983
8.	Centro	10114
9.	Cruzeiro	9083
10.	Distrito Industrial	4685
11	Espírito Santo	20456

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

12.	Felícia	16070
13.	Guarani	7832
14.	Ibirapuera	17032
15.	Jatobá	12257
16.	Jurema	5344
17.	Lagoa das Flores	5383
18.	Nossa Senhora Aparecida	4551
19.	Patagônia	26076
20.	Primavera	8329
21.	Recreio	6176
22.	São Pedro	6481
23.	Universidade	2289
24.	Zabelê	37558
DISTRITOS		**Total de Pessoas**
1.	Bate-Pé	5066
2.	Cabeceira da Jiboia	4138
3.	Cercadinho	1816
4.	Dantilândia	1574
5.	Iguá	3261
6.	Inhobim	5653
7.	José Gonçalves	6722
8.	Pradoso	4270
9.	São João da Vitória	2640
10.	São Sebastião	3756
11.	Veredinha	2086

28

Fonte: IBGE, 2022

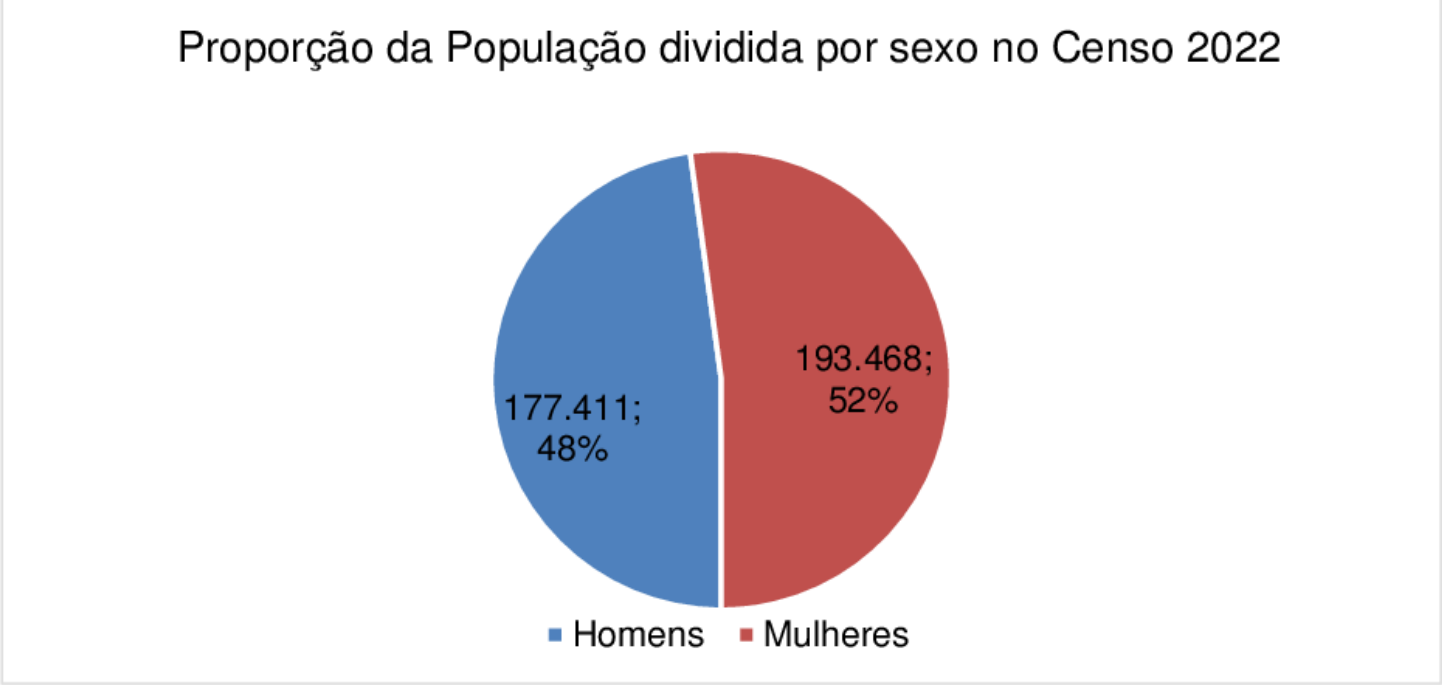
Em contrapartida, os distritos rurais apresentam menor contingente populacional e maior dispersão territorial, com destaque para José Gonçalves, Inhobim e Bate-Pé. Essa configuração reforça a necessidade de estratégias diferenciadas de planejamento territorial e oferta de serviços, considerando as especificidades urbanas e rurais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- **Sexo**

Além da distribuição espacial, a estrutura demográfica do município também deve ser analisada a partir de sua composição por sexo, variável fundamental para o planejamento das políticas públicas. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Proporção da população dividida por sexo no Censo 2022



Fonte: IBGE, 2022

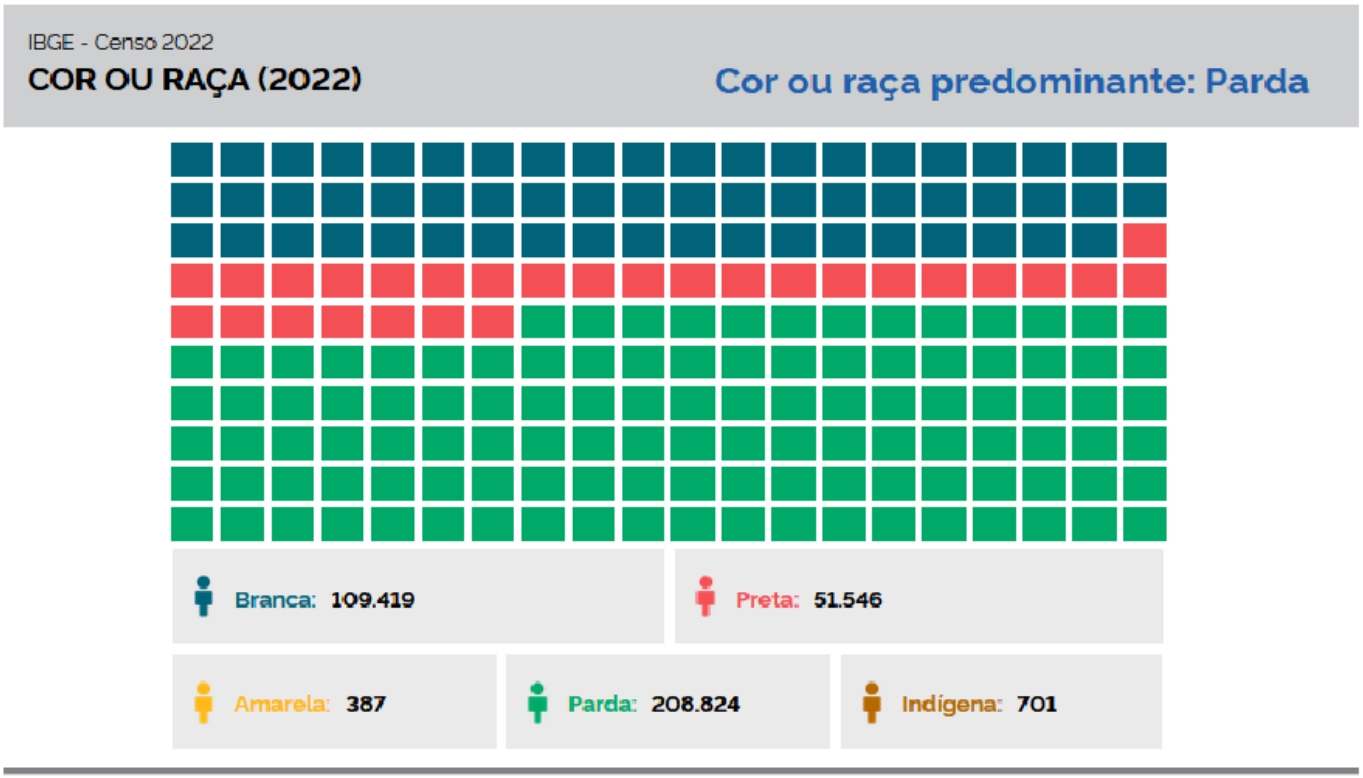
Observa-se que a população de Vitória da Conquista apresenta predominância feminina, correspondendo a 52% do total de habitantes. Esse dado revela uma leve maioria de mulheres no território, aspecto que deve ser considerado na organização das ofertas públicas, especialmente nas políticas de proteção social, saúde, trabalho e renda, nas quais as mulheres historicamente figuram tanto como principais usuárias quanto como responsáveis familiares.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- **Cor ou Raça**

Os dados do Censo 2022 – IBGE sobre cor ou raça da população estão apresentados no gráfico 3. Observa-se que a população do município é majoritariamente composta por pessoas que se autodeclaram pardas, seguidas pela população branca. A população preta apresenta participação relevante, enquanto os grupos indígena e amarelo possuem menor representatividade numérica.

Gráfico 3 – Distribuição populacional por cor ou raça – Vitória da Conquista



Fonte: IBGE, 2022

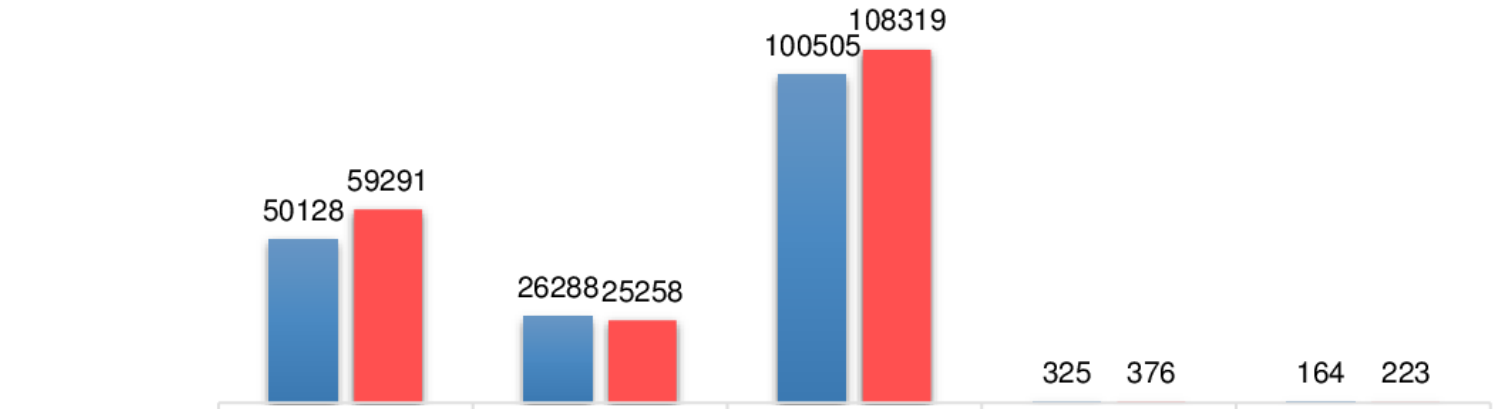
Esse perfil reforça a importância de análises interseccionais que considerem as desigualdades raciais na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, especialmente no âmbito da assistência social. De acordo com os dados do CadÚnico, em dezembro de 2025, 68.23% das pessoas cadastradas se autodeclararam pardas e 9,29% eram pretas, o que confirma os dados do IBGE.

A análise conjunta das variáveis sexo e cor ou raça no gráfico 04 denota a

predominância da população parda em ambos os sexos, bem como a maior presença feminina na maior parte dos grupos raciais. Destaca-se ainda que a população negra (preta e parda) constitui a maioria da população do município, o que reforça a necessidade de abordagens interseccionais nas políticas públicas.

30

Gráfico 4 - População residente por sexo e cor ou raça segundo IBGE 2022



	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela
MASCULINO	50128	26288	100505	325	164
FEMININO	59291	25258	108319	376	223

Embora numericamente menos expressivas, as populações indígena e amarela estão presentes no território e demandam atenção específica no planejamento das ações socioassistenciais.

- **População Quilombola**

No que se refere à população Quilombola[2] no Censo 2022 residente no município, apresenta-se, inicialmente, o posicionamento de Vitória da Conquista no ranking nacional dos municípios com maior número absoluto de pessoas autodeclaradas quilombolas. O município ocupa a 10ª posição no país, com 12.057 pessoas, figurando entre os dez municípios brasileiros com maior contingente dessa população e representa um percentual de 3,25% da população residente do município. (tabela 6)

Destaca-se, ainda, a presença significativa de municípios baianos entre as primeiras colocações — como Senhor do Bonfim e Salvador — evidenciando a centralidade do estado

colocações — como Senhor do Bonfim e Salvador — evidenciando a centralidade do estado da Bahia na configuração territorial da população quilombola no Brasil e reforçando a relevância dessa dimensão para a análise socioterritorial do município.

[2] Considera-se população quilombola aquela que se autodeclara como tal, conforme quesito específico investigado no Censo Demográfico 2022 do IBGE.

Tabela 6 - Ranking dos municípios baianos com presença de população quilombola de acordo com o censo do IBGE,2022[31]

Posição no Ranking	Unidade da Federação	Município	Pessoas quilombolas
1	BA	Senhor do Bonfim (BA)	15999
2	BA	Salvador (BA)	15897
3	MA	Alcântara (MA)	15608
4	MG	Januária (MG)	15012
5	PA	Abaetetuba (PA)	14526
6	MA	Itapecuru Mirim (MA)	14511
7	PA	Baião (PA)	12857
8	BA	Campo Formoso (BA)	12735
9	BA	Feira de Santana (BA)	12190
10	BA	Vitória da Conquista (BA)	12057

Fonte: IBGE,2022

Esse dado evidencia a presença expressiva de comunidades quilombolas no município e reforça a necessidade de que as políticas públicas considerem as especificidades étnico-raciais na formulação, implementação e monitoramento das ações, especialmente no âmbito da assistência social, da saúde e da educação.

Numa análise multidimensional, apresentada pelo IBGE (tabela 7), a distribuição por sexo indica uma leve predominância feminina na população quilombola e sinaliza a importância de considerar as especificidades das mulheres quilombolas nas políticas públicas, sobretudo no que se refere ao acesso a benefícios, serviços de proteção social, políticas de cuidado e estratégias de inclusão produtiva.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Tabela 7 - População quilombola e marcadores sociais

Dimensão	Variável / Indicador (padrão IBGE)	Valor
Identificação étnico-racial	Pessoas quilombolas	12.057
	Percentual da população residente (%)	3,25%
Sexo	Masculino	5.914
	Feminino	6.143
Situação do domicílio	Pessoas quilombolas residentes em territórios quilombolas	147
	Percentual de pessoas quilombolas em relação à população residente em territórios quilombolas (%)	89,09%
	Pessoas quilombolas residentes fora de territórios quilombolas	11.910
	Percentual de pessoas quilombolas em relação à população residente fora de territórios quilombolas (%)	3,21%

Fonte: IBGE, 2022

Observa-se que a ampla maioria da população quilombola reside fora de territórios quilombolas oficialmente delimitados e reconhecidos pela Fundação Zumbi dos Palmares.

32

Ainda que a presença quilombola seja expressiva nos territórios quilombolas, o dado revela um padrão de dispersão territorial dessa população, o que pode dificultar o acesso a políticas públicas específicas, tradicionalmente estruturadas a partir do reconhecimento territorial coletivo. Tal cenário impõe desafios adicionais para a atuação da rede socioassistencial, que precisa identificar e atender essa população mesmo fora dos territórios formalmente reconhecidos.

Apesar do IBGE em seu registro oficial apresentar uma lista com identificação de 43 localidades quilombolas, a Coordenação de Igualdade Racial reconhece 33 Territórios Quilombolas, listados abaixo:

1. Alto Cabeceira
2. Baixa Seca
3. Baixão
4. Barreiro Rio Pardo
5. Barrocas
6. Beco De Dola
7. Boqueirão
8. Cachoeira Da Rio Pardo
9. Cachoeira Das Araras

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

9. Cachoeira Das Araras
10. Cachoeira Dos Porcos
11. Corta Lote
12. Fazenda Lagoa Dos Patos
13. Fazenda Oiteiro
14. Furadinho
15. Lagoa De Maria Clemência
16. Lagoa De Vitorino
17. Lagoa Do Arroz
18. Lagoa Do Melquíades
19. Lagoa Dos Patos
20. Lagoa Torta Dos Pretos
21. Lamarão
22. Laranjeiras
23. Malhada
24. Melquíades
25. Oiteiro
26. Quatis Da Fumaça
27. Quatis Dos Fernandes
28. Ribeirão
29. Ribeirão Do Paneleiro
30. São Joaquim De Paulo
31. São Joaquim Do Sertão
32. Umburana
33. Velame

De forma geral, os dados revelam que a população quilombola possui presença relevante no município, com predominância feminina e forte dispersão fora de territórios quilombolas reconhecidos. Esses elementos reforçam a necessidade de uma abordagem territorial ampliada e interseccional, que considere simultaneamente etnia, gênero e localização do domicílio na organização das ações do Sistema Único de Assistência Social.

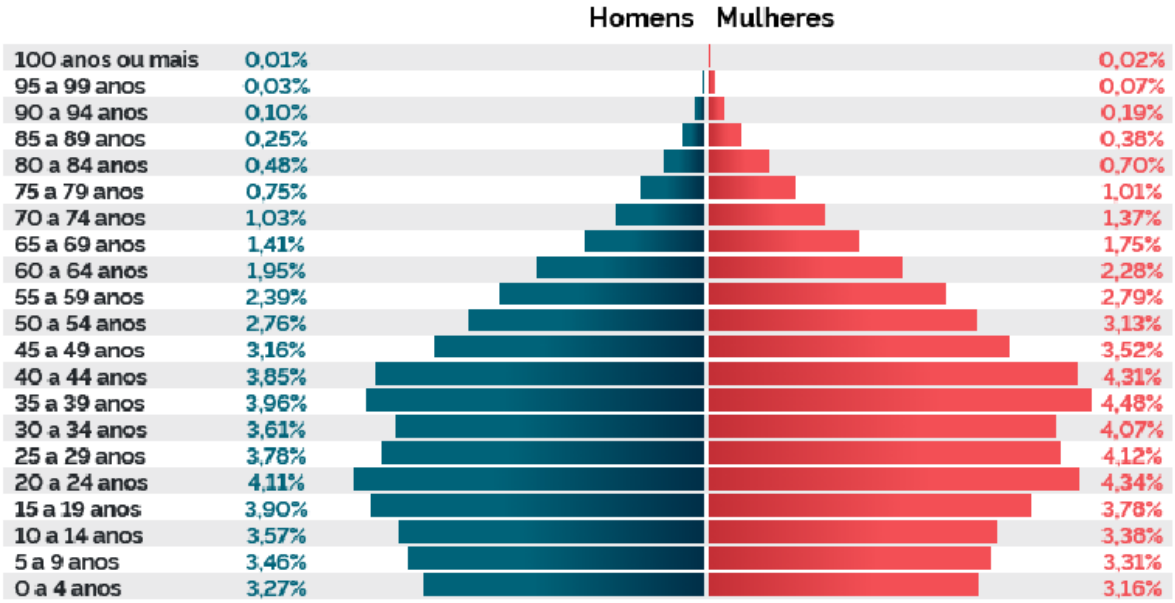
33

- **Distribuição Populacional: Faixa Etária e Sexo**

A pirâmide etária do Censo 2022 (gráfico 5) possibilita a leitura detalhada da composição demográfica e dos diferenciais por sexo ao longo do curso de vida. A pirâmide etária da população residente em Vitória da Conquista evidencia uma estrutura demográfica

etária da população residente em Vitória da Conquista evidencia uma estrutura demográfica caracterizada pela predominância de faixas etárias adultas, com maior concentração nos grupos de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos.

Gráfico 5 - Pirâmide etária de Vitória da Conquista, segundo o IBGE, 2022



Fonte: IBGE, 2022

Observa-se redução relativa da população nas faixas etárias mais jovens, especialmente entre crianças e adolescentes, em comparação às faixas adultas centrais, indicando o avanço do processo de transição demográfica no município.

A distribuição por sexo e faixa etária (tabela 8) apresenta equilíbrio relativo nas idades iniciais, com aumento progressivo da participação feminina nas faixas etárias mais elevadas, sobretudo a partir dos 60 anos, padrão compatível com os diferenciais de mortalidade por sexo observados nacionalmente.

Tabela 8 - Distribuição da população por faixa etária e sexo

Grupo de idade	População feminina	População masculina

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Grupo de idade	População feminina	População masculina
100 anos ou mais	70	21
95 a 99 anos	249	128
90 a 94 anos	723	383
85 a 89 anos	1396	930
80 a 84 anos	2597	1778
75 a 79 anos	3757	2775
70 a 74 anos	5098	3815
65 a 69 anos	6504	5218
60 a 64 anos	8457	7244
55 a 59 anos	10340	8858
50 a 54 anos	11624	10234
45 a 49 anos	13061	11737
40 a 44 anos	15977	14294
35 a 39 anos	16621	14674
30 a 34 anos	15109	13372
25 a 29 anos	15267	14019
20 a 24 anos	16082	15247
15 a 19 anos	14031	14475
10 a 14 anos	12537	13241
5 a 9 anos	12258	12833
0 a 4 anos	11710	12135

Fonte: IBGE, 2022

As faixas etárias de 60 anos ou mais, somam 51.143 pessoas e embora representem menor contingente populacional em relação às faixas adultas, configuram parcela significativa da população residente, evidenciando o processo gradual de envelhecimento populacional. A configuração geral da pirâmide indica, portanto, uma população majoritariamente adulta, com redução da base jovem e ampliação relativa do topo etário.

Destaca-se que o Censo do IBGE divulga a população em faixas etárias quinquenais padronizadas (0 a 4, 5 a 9, 10 a 14...). Considerando que essa base não permite a reconstituição exata de recortes etários definidos por marcos normativos, como a primeira infância (0 a 6 anos) ou os grupos etários do Estatuto da Criança e do Adolescente, optou-se pela utilização das faixas etárias oficiais e de agrupamentos etários aproximados, exclusivamente para fins de caracterização demográfica geral. As análises específicas por

ciclos de vida, alinhadas aos marcos normativos da Política de Assistência Social, serão desenvolvidas em etapas posteriores do diagnóstico, a partir de bases administrativas territorializadas.

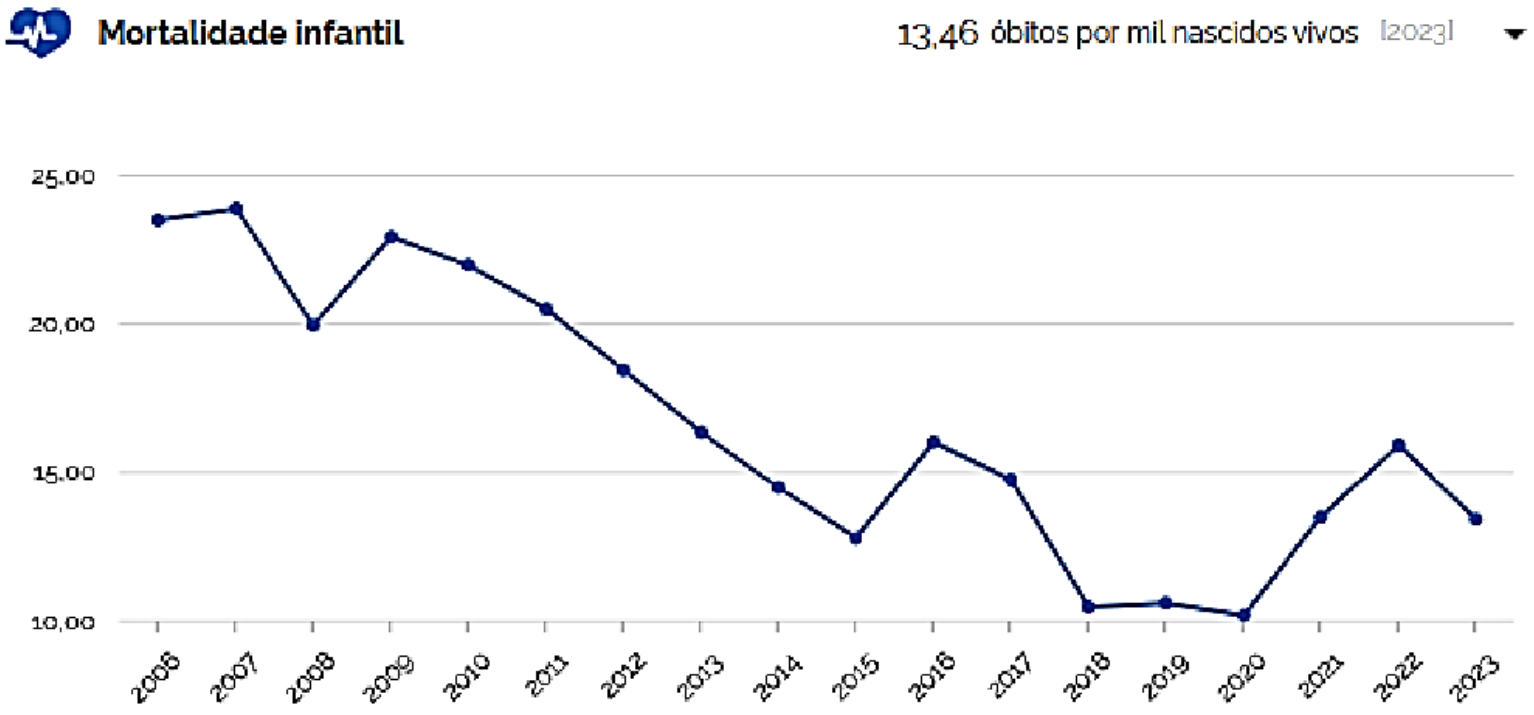
35

- **Saúde**

A taxa de mortalidade infantil constitui um dos principais indicadores sintéticos das condições de vida e desenvolvimento social de um território, pois expressa, de forma integrada, fatores relacionados à renda, escolaridade materna, acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, segurança alimentar e proteção social.

No município de Vitória da Conquista, conforme dados apresentados no gráfico 6 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observa-se, no período de 2006 a 2023, uma tendência geral de redução da mortalidade infantil, passando de patamares superiores a 23 óbitos por mil nascidos vivos, em 2006, para 13,46 óbitos por mil nascidos vivos em 2023.

Gráfico 6 - Evolução do índice de mortalidade infantil



Fonte: IBGE, 2022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Entre 2006 e 2015, verifica-se declínio consistente do indicador, acompanhando a tendência nacional de melhoria das condições de saúde materno-infantil, ampliação da cobertura da Atenção Básica e expansão de políticas públicas de transferência de renda e proteção social. Esse movimento sinaliza avanços estruturais nas condições de acesso a serviços essenciais e na proteção às famílias em situação de vulnerabilidade.

No entanto, a série histórica também evidencia oscilações importantes a partir de 2016, com redução significativa entre 2018 e 2020 — período em que o município atingiu os menores patamares da série — seguida de recrudescimento nos anos de 2021 e 2022. Tal inflexão pode estar associada aos impactos diretos e indiretos da pandemia de COVID-19[36], que repercutiram sobre o acesso a serviços de saúde, acompanhamento pré-natal e condições socioeconômicas das famílias, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

Em 2023 observa-se nova redução do indicador, sugerindo possível retomada da tendência de queda. Contudo, o patamar atual ainda se mantém superior aos melhores resultados já alcançados pelo município, indicando a persistência de fragilidades estruturais que demandam monitoramento contínuo.

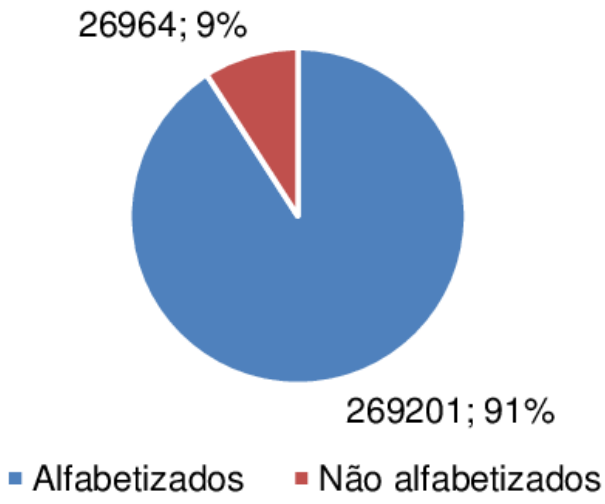
Do ponto de vista da Política de Assistência Social, a mortalidade infantil deve ser analisada como indicador estratégico para a Vigilância Socioassistencial, pois permite identificar territórios com maior concentração de vulnerabilidades e subsidiar o planejamento da Proteção Social Básica e Especial. A incidência de óbitos infantis pode estar associada a múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, tais como pobreza monetária, insegurança alimentar, precariedade habitacional, baixa escolaridade materna e fragilidade das redes de apoio familiar e comunitário.

- **Educação**

Os dados educacionais de Vitória da Conquista, a partir do Censo Demográfico de

Os dados educacionais de Vitória da Conquista, a partir do Censo Demográfico do IBGE, indicam que a maior parte da população residente é alfabetizada, evidenciando a ampliação histórica do acesso à educação básica no município. (gráfico 7)

Gráfico 7 - Situação de Alfabetização da População de Vitória da Conquista no Censo do IBGE, 2022



Fonte: IBGE, 2022

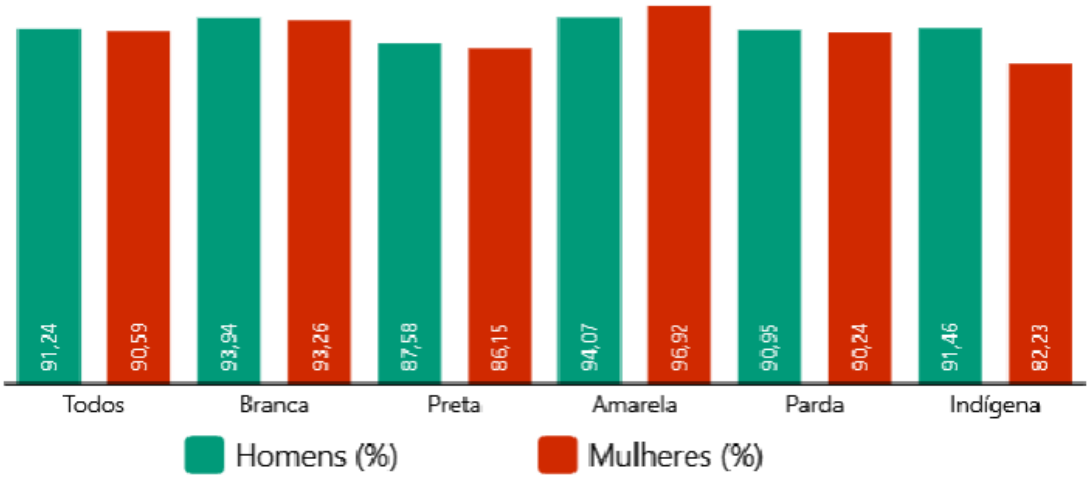
37

Esse dado estrutural é complementado por indicadores educacionais produzidos pelo Inep, que permitem qualificar a leitura do processo educacional em curso. No âmbito da educação básica, observam-se taxas elevadas de escolarização nas faixas etárias obrigatórias, especialmente no ensino fundamental, ainda que persistam desafios relacionados à alfabetização na idade adequada.

Os dados de alfabetização por sexo e cor ou raça (gráfico 8) evidencia que Vitória da Conquista apresenta taxa geral de alfabetização superior a 90% para homens e mulheres. Contudo, a análise desagregada por cor ou raça revela desigualdades estruturais importantes.

Gráfico 8 - Taxa de alfabetização por sexo e cor ou raça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Fonte: IBGE, 2022

Enquanto a população branca e amarela apresenta os maiores índices, observam-se taxas mais baixas entre a população preta e, especialmente, entre mulheres indígenas, indicando a persistência de assimetrias educacionais associadas a marcadores étnico-raciais e de gênero. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais que considerem a dimensão interseccional das desigualdades no território.

Os resultados do Indicador Criança Alfabetizada, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), demonstram os avanços e os desafios na alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes na Bahia, Vitória da Conquista ficou em segundo lugar, atrás de Porto Seguro. Da lista dos maiores municípios baianos, Conquista e Porto também foram os únicos premiados com ouro no Selo Nacional Compromisso com

a Alfabetização 2024, que reconheceu os esforços das secretarias de Educação para assegurar o direito à alfabetização das crianças.

O Indicador Criança Alfabetizada avalia se a criança apresenta habilidades básicas de leitura e de escrita.

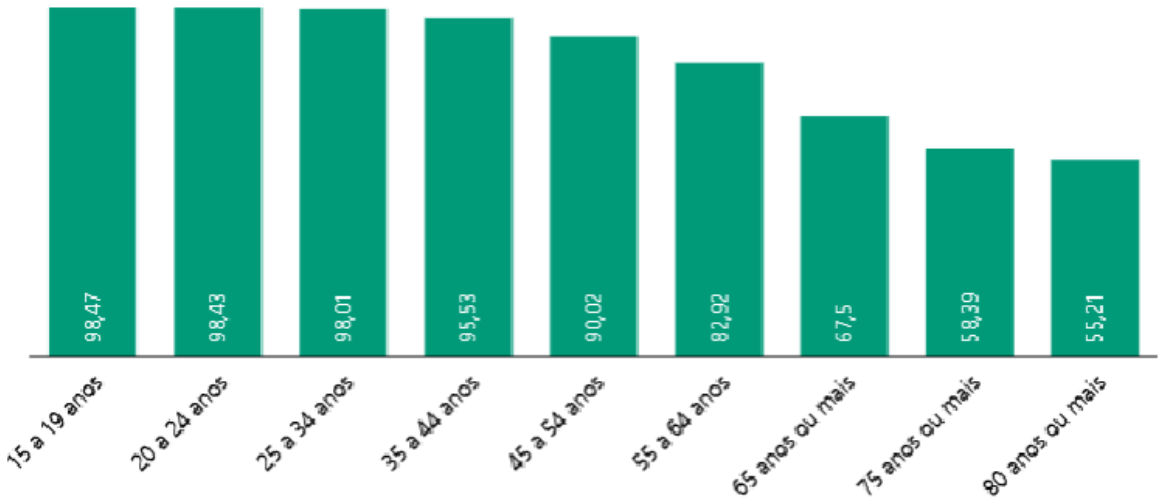
O padrão nacional de alfabetização, que aponta a criança alfabetizada, foi

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

estabelecido em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), pela Pesquisa Alfabetiza Brasil, em 2023, conduzida pelo Inep para determinar o ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, extraídos do Censo Demográfico 2022, apresentado do gráfico 9, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais em Vitória da Conquista apresenta forte variação entre as diferentes coortes etárias, evidenciando um marcante efeito geracional.

Gráfico 9 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE, 2022

O recorte metodológico adotado pelo IBGE — população de 15 anos ou mais — segue padrão internacional de mensuração da alfabetização, permitindo a análise do estoque educacional acumulado da população. Aos 15 anos, espera-se que o processo formal de alfabetização esteja consolidado, o que torna o indicador mais consistente para avaliação estrutural das condições educacionais do território.

No município, observa-se praticamente a universalização da alfabetização entre as gerações mais jovens: as faixas de 15 a 19 anos (98,47%), 20 a 24 anos (98,43%) e 25 a 34 anos (98,01%) apresentam índices próximos da totalidade da população. Esse resultado indica ampliação significativa do acesso e permanência na educação básica nas últimas

décadas.

39

Entretanto, verifica-se redução progressiva nas faixas etárias mais elevadas: 95,53% entre 35 e 44 anos; 90,02% entre 45 e 54 anos; 82,92% entre 55 e 64 anos; e queda mais acentuada a partir dos 65 anos (67,5%), chegando a 55,21% entre pessoas com 80 anos ou mais.

Esse comportamento estatístico revela a persistência de um passivo educacional histórico concentrado nas gerações mais antigas, que vivenciaram períodos de menor cobertura e acesso ao sistema educacional. Assim, embora o município apresente desempenho satisfatório nas coortes mais recentes, o dado evidencia desigualdades intergeracionais ainda relevantes.

Do ponto de vista das políticas públicas, esse cenário indica uma necessidade de fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma maior articulação com políticas de inclusão digital e envelhecimento ativo, uma atenção às demandas de letramento funcional entre a população idosa e a consolidação de uma integração com a política de assistência social, considerando que baixa escolaridade pode potencializar situações de vulnerabilidade social.

Portanto, a análise da alfabetização por idade demonstra que Vitória da Conquista consolidou avanços estruturais na escolarização das novas gerações, mas ainda carrega desigualdades educacionais herdadas, que impactam especialmente a população idosa e demandam respostas intersetoriais no planejamento municipal.

De forma integrada, esses indicadores revelam um cenário em que coexistem avanços no acesso e na permanência escolar, ao lado de desafios relacionados à qualidade da aprendizagem e à consolidação dos processos de alfabetização, elementos centrais para a compreensão das condições educacionais da população no diagnóstico socioterritorial.

- **Trabalho**

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, os indicadores municipais

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, os indicadores municipais de desenvolvimento humano ainda têm como base o Censo Demográfico de 2010, uma vez que, até o momento, não foi publicada nova edição do Atlas com dados municipais recalculados a partir do Censo de 2022. Dessa forma, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais recente disponível para Vitória da Conquista refere-se ao ano de 2010, quando o município apresentou IDHM de 0,678, sendo classificado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio.

40

No que se refere às dimensões relacionadas ao trabalho e à renda, os dados do Atlas indicam que, em 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais era de 68,53%, enquanto a taxa de desocupação da população economicamente ativa era de 8,87%. Observa-se ainda que o grau de formalização do trabalho era limitado, alcançando 50,21% da população ocupada, com maior incidência entre homens e pessoas brancas, o que evidencia desigualdades estruturais no acesso ao emprego formal.

Embora esses indicadores permaneçam como referência oficial para análises municipais de desenvolvimento humano, destaca-se que sua defasagem temporal exige que sejam interpretados de forma articulada com bases de dados mais recentes, como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de modo a qualificar a leitura atual do mercado de trabalho e das condições socioeconômicas da população.

Para a análise atualizada, os dados do CAGED, apresentados na tabela 9 indicam crescimento do emprego formal entre 2022 e 2025 (até novembro), com aumento de 72.913 para 84.560 vínculos (+16%). Apesar dessa expansão, observa-se forte concentração setorial, com predominância dos setores de Serviços (41%) e Comércio (30%), além do crescimento do setor da Construção e redução proporcional da Indústria, revelando um padrão de inserção laboral marcado por setores historicamente associados a maior rotatividade, instabilidade e rendimentos médios mais baixos.

Tabela 9 - Crescimento do emprego formal entre 2022 e 2025

Tabela 6 - Crescimento do emprego formal entre 2022 e 2025

SETOR	2025 (até novembro)		2022		DIF %
Serviços	34.492	41%	28.789	39%	20%
Comércio	25.136	30%	21.622	30%	16%
Indústria	16.341	19%	16.343	22%	0%
Construção	7.155	8%	4.660	6%	54%
Agropecuária	1436	2%	1.499	2%	-4%
TOTAL	**84.560**	**100%**	**72.913**	**100%**	**16%**

Fonte: Caged, 2025

Esse cenário indica que o crescimento do emprego formal não se traduz automaticamente em redução das vulnerabilidades sociais, mantendo demandas significativas por proteção social. Assim, a política de assistência social, no âmbito do SUAS, permanece estratégica na proteção de famílias com inserção laboral precária, na garantia de seguranças sociais e na articulação intersetorial com políticas de trabalho, emprego e renda.

41

- **Habitação**

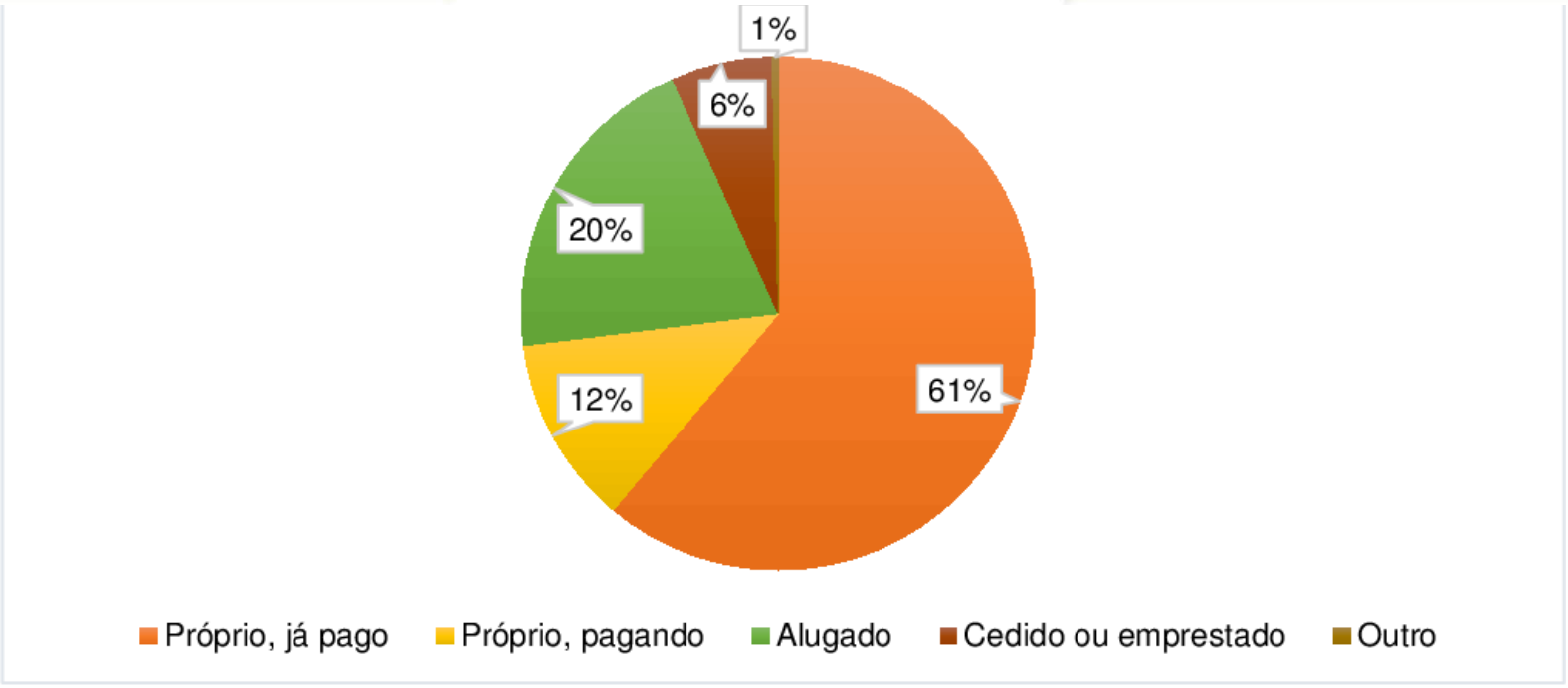
Traçar o perfil municipal e territorial da condição de uso do imóvel permite fornecer elementos para um aprimoramento na gestão da política de assistência social, principalmente no atendimento às famílias em condições de vulnerabilidade social.

De acordo com o Censo IBGE 2022, Vitória da Conquista conta com uma média de 160.658 domicílios, a maior parte de imóveis próprios (61,79%), seguido de imóveis alugados (20,47%). (Gráfico 10)

Ainda, a condição de revestimento das unidades habitacionais, conta com o percentual de 90,94%, já o número de casas em condições precárias construídas com madeira reaproveitada, taipa ou outros materiais, representam um 0,51% do total de unidades.

Gráfico 10 – Condição de ocupação de domicílio

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Fonte: Diretoria de Habitação de Interesse Social (DHIS)

A Diretoria de Habitação de Interesse Social (DHIS), como apresentado na Tabela 10, apresenta a distribuição dos empreendimentos habitacionais de interesse social no município de Vitória da Conquista, organizados a partir das áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Observa-se uma concentração expressiva de unidades habitacionais nos territórios dos CRAS 2 – Vila América, CRAS 4 – Jardim Valéria, CRAS 6 – Nova Cidade e CRAS 8 – Miro Cairo, territórios marcados por processos recentes de expansão urbana e pela implantação de grandes conjuntos habitacionais.

42

Tabela 10 - Unidades habitacionais e empreendimentos

Unidade CRAS	Empreendimento habitacional	Nº de Unidades Habitacionais
CRAS 1 – Bruno Bacelar	–	0
CRAS 2 – Vila América	1. Residencial Vila Bonita	498
	2. Residencial Vilas do Sul	492
	3. Residencial Morada Imperial	439
	4. Residencial Parque Bela Vista I	276
	5. Residencial Parque Bela Vista II	264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

	Subtotal CRAS 2	**1.969**
CRAS 3 – Pedrinhas	–	0
CRAS 4 – Jardim Valéria	1. Residencial do Campo	495
	2. Residencial do Campo Verde	495
	3. Residencial Parque das Flores	300
	4. Residencial Lagoa Azul I	300
	5. Residencial Lagoa Azul II	300
	6. Residencial Lagoa Azul III	300
	7. Residencial Margarida	300
	Subtotal CRAS 4	**2.490**
CRAS 5 – Zona Rural	–	0
CRAS 6 – Nova Cidade	1. Residencial América Unida	338
	2. Residencial Europa Unida	348
	3. Residencial Vivendas da Serra	162
	4. Residencial das Rosas	251
	Subtotal CRAS 6	**1.099**
CRAS 7 – N. Sra. Aparecida	–	0
CRAS 8 – Miro Cairo	1. Residencial Flamboyant	500
	2. Residencial Jacarandá	500
	3. Residencial Pau Brasil	374
	4. Residencial Jequitibá	500
	5. Residencial Acácia	500
	6. Residencial Ypê	366
	Subtotal CRAS 8	**2.740**
TOTAL GERAL	**22 empreendimentos**	**8.298**

Fonte: Diretoria de Habitação de Interesse Social/SEMDES

Essa dinâmica de produção habitacional impacta diretamente a organização da rede socioassistencial, uma vez que amplia de forma significativa a demanda por serviços de proteção social básica nesses territórios, exigindo maior capacidade de atendimento, ampliação de equipes e fortalecimento da articulação intersetorial. Por outro lado, os territórios vinculados aos CRAS 1 – Bruno Bacelar, CRAS 3 – Pedrinhas, CRAS 5 – Zona Rural e CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida não registram empreendimentos habitacionais desse porte, o que revela desigualdades na dinâmica de ocupação urbana e na distribuição espacial da política habitacional, com implicações distintas para as demandas de proteção

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

social e para as estratégias de intervenção territorial do SUAS.

A tabela 11 informa os assentamentos populares por território de CRAS e as ocupações. É no território do CRAS 1 - Bruno Bacelar onde se encontram a maior parte dos assentamentos, e a maior parte das ocupações concentram-se na área de abrangência do CRAS 2 – Vila América.

Tabela 11 - Assentamentos populares

ASSENTAMENTOS POPULARES[3]	
CRAS 1 - Bruno Bacelar	Ubaldino Gusmão Figueira Alto do Bruno Bacelar Nova Cap Santa Helena
CRAS 2 - Vila América	Renato Magalhães Vila América
CRAS 4 - Jardim Valéria	Conjunto da Vitória Cidade Modelo
CRAS 6 - Nova Cidade	Alto da Conquista Parque da Colina Nova Cidade
CRAS 8 - Miro Cairo	Henriqueta Prates Recanto das Águas
OCUPAÇÕES[4]	
CRAS 1 - Bruno Bacelar	Vila União Santa Cruz
CRAS 2 - Vila América	Ipanema José Machado Costa Paulo Rocha Anelita Nunes Espírito Santo (Lagoa do Jurema) Alto da Boa Vista Tanque Seco
CRAS 3 – Pedrinhas	Pedrinhas
CRAS 4 - Jardim Valéria	Kadija (ao lado do Cemitério)
	Encosta do Conveima I Encosta do Conveima II Encosta do Santa Terezinha
CRAS 6 - Nova Cidade	Alto da Conquista (área verde)
CRAS 8 - Miro Cairo	Nossa Senhora de Lurdes

Fonte: Diretoria de Habitação de Interesse Social/SEMDES

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Ainda, segundo a DHIS, conforme apresentado na tabela 12, é no território do CRAS 2 – Vila América onde se encontra a maior concentração de legitimação fundiária ao longo

[3] Assentamentos Populares são localidades regularizadas

[4] Ocupações são localidades não regularizadas, destinadas à regularização fundiária

dos anos 2017 e 2025 nos territórios do loteamento Vila América (2,765) e do Renato Magalhães (875), bem como maior concentração de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). No território do CRAS 8 – Miro Cairo, o número de legitimações fundiárias foi de 730, ficando no 2º lugar.

Tabela 12 - Legitimação fundiária

CDRU[5] E LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA				
Unidade CRAS	**Local**	**Tipo de instrumento**	**Quantidade**	**Ano**
CRAS 1 – Bruno Bacelar	Loteamento Bruno Bacelar	CDRU	210	2017
		Legitimação Fundiária	267	2025
CRAS 2 – Vila América	Loteamento Vila América	CDRU	333	2016
		Legitimação Fundiária	1.401	2018
		Legitimação Fundiária	840	2019
		Legitimação Fundiária	524	2023
	Loteamento Renato Magalhães	CDRU	638	2017
		Legitimação Fundiária	710	2021
		Legitimação Fundiária	165	2025
CRAS 6 – Nova Cidade	Parque da Colina	CDRU	441	2018
		Legitimação Fundiária	436	2019
		Legitimação Fundiária	110	2023
	Loteamento Nova Cidade	Legitimação Fundiária	510	2024
CRAS 8 – Miro Cairo	Recanto das Águas	CDRU	197	2017
		Legitimação Fundiária	305	2023
	Loteamento Henriqueta Prates	CDRU	416	2017
		Legitimação Fundiária	425	2020
CRAS 4 – Jardim Valéria	Conjunto da Vitória	Legitimação Fundiária	376	2025

Fonte: Diretoria de Habitação de Interesse Social/SEMDES

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Fonte: Diretoria de Habitação de Interesse Social/SEMDES

A regularização fundiária nos territórios de abrangência dos CRAS de Vitória da Conquista evidencia um conjunto de ações continuadas ao longo da última década, envolvendo tanto a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) quanto a legitimação fundiária. Observa-se maior concentração dessas iniciativas nos territórios vinculados aos CRAS 2 – Vila América, CRAS 6 – Nova Cidade e CRAS 8 – Miro Cairo, áreas marcadas por processos históricos de ocupação irregular e elevada presença de famílias em situação de vulnerabilidade social. (Tabela 13)

[5] Instrumento público pelo qual a Administração Pública transfere ao particular, de forma onerosa e mediante retribuição anual previamente fixada, o direito real resolúvel de uso de imóvel rural de sua propriedade.

Observa-se que mais de 55% das ações de regularização fundiária concentram-se no território de abrangência do CRAS 2 – Vila América, evidenciando a centralidade desse território nos processos de consolidação da política habitacional no município.

Tabela 13 - Síntese das ações de regularização fundiária por território de abrangência dos CRAS (2016–2025)

Unidade CRAS	Total de CDRUs	Total de Legitimações Fundiárias	Total Geral de Títulos
CRAS 1 – Bruno Bacelar	210	267	477
CRAS 2 – Vila América	971	3.640	4.611
CRAS 4 – Jardim Valéria	–	376	376
CRAS 6 – Nova Cidade	441	1.056	1.497
CRAS 8 – Miro Cairo	613	730	1.343
Total Geral	2.235	6.069	8.304

Fonte: Diretoria de Habitação de Interesse Social/SEMDES

Os territórios vinculados aos CRAS 6 – Nova Cidade e CRAS 8 – Miro Cairo também apresentam volume expressivo de títulos emitidos, o que revela uma relação direta entre a ampliação da segurança da posse, os processos de urbanização periférica e o acúmulo de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

demandas por proteção social. Destaca-se, ainda, a predominância das legitimações fundiárias em relação às CDRUs, sinalizando avanços na garantia do direito à moradia e na estabilidade jurídica das famílias beneficiadas.

A consolidação da regularização fundiária nesses territórios representa um elemento estruturante para a segurança da posse, a permanência das famílias no território e o acesso a políticas públicas, impactando diretamente as demandas e estratégias da política de assistência social.

b) Dinâmicas socioterritoriais e necessidades de Proteção Social

A análise das dinâmicas socioterritoriais e das necessidades de proteção social em Vitória da Conquista fundamenta-se na articulação entre dados secundários, leituras institucionais e a escuta qualificada dos territórios, compondo uma leitura territorial orientada pelos princípios da Vigilância Socioassistencial. Esse percurso analítico permite compreender como as condições sociodemográficas, econômicas e territoriais se expressam em situações de vulnerabilidade, risco e desproteção social, bem como nas

estratégias de resistência e organização comunitária presentes nos diferentes espaços do município.

Para tanto, são mobilizadas informações provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo Demográfico de 2022, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que subsidiam a identificação de perfis populacionais e de grupos com maior incidência de vulnerabilidades. Esses dados, de natureza quantitativa, são analisados de forma integrada às leituras produzidas pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir de sua inserção cotidiana nos territórios e do

acompanhamento da presença, cobertura e funcionamento dos serviços da Proteção Social Básica e Especial.

Complementarmente, a escuta dos usuários do SUAS, realizada por meio de grupos focais em 2025, possibilitou incorporar ao diagnóstico as percepções dos cidadãos e cidadãs sobre seus territórios de vida, evidenciando demandas, experiências de acesso às políticas públicas, limites das ofertas existentes e formas de enfrentamento das desproteções sociais. Esse conjunto de informações amplia a compreensão das necessidades de proteção social para além dos indicadores formais, qualificando a análise a partir das vivências concretas da população.

A leitura territorial dos 35 territórios de Vitória da Conquista evidencia a complexidade e a heterogeneidade do município, marcado por intensos processos urbanos, expressos em seus 24 bairros, e por múltiplas ruralidades distribuídas em 11 distritos e mais de trezentos povoados. As desigualdades socioeconômicas e socioculturais que atravessam esses territórios produzem padrões distintos de vulnerabilidade e proteção, exigindo respostas diferenciadas da política de assistência social.

Esse exercício de (re)conhecimento territorial também aponta para a necessidade de compreender o município em sua dimensão regional. Vitória da Conquista se configura como polo comercial, educacional, cultural e de serviços, com forte centralidade na área da saúde pública e privada, o que intensifica fluxos populacionais e amplia as demandas dirigidas à rede socioassistencial. Tais elementos reforçam a importância de uma leitura territorial contínua, capaz de subsidiar o planejamento, a organização das ofertas e o aprimoramento das respostas do SUAS às necessidades de proteção social da população.

47

Perfil Populacional e Leitura Territorial das Necessidades de Proteção Social

A partir desse enquadramento analítico, apresenta-se a seguir um conjunto de mapas,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

tabelas e gráficos que sistematizam indicadores populacionais selecionados, permitindo visualizar, de forma territorializada, as dinâmicas sociodemográficas e os perfis populacionais que subsidiam a leitura das necessidades de proteção social no município.

Os indicadores apresentados neste tópico foram elaborados a partir das bases de dados territoriais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), utilizando-se, para fins de análise, os recortes territoriais por área de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Vitória da Conquista.

O cruzamento entre as unidades censitárias do IBGE e os territórios de referência dos CRAS foi realizado por meio do Painel Mapa Social do MDS, ferramenta que organiza e disponibiliza indicadores sociodemográficos e sociais já territorializados segundo a lógica de atuação da Proteção Social Básica. De forma complementar, foram utilizados os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), acessados por território de CRAS por meio do Observatório do CadÚnico, conforme as possibilidades analíticas oferecidas pela própria ferramenta.

Essa abordagem metodológica permitiu a construção de indicadores populacionais — como gênero, raça/cor e outros recortes relevantes — diretamente associados aos territórios de atuação dos CRAS, garantindo maior aderência entre os dados analisados e a organização territorial do SUAS no município. Ao utilizar recortes previamente estruturados pelas bases oficiais do MDS, fortalece-se a consistência da leitura territorial e amplia-se a capacidade de subsidiar o planejamento, a priorização de ações e o dimensionamento das ofertas socioassistenciais.

Os dados do Cadastro Único evidenciam a significativa abrangência desse instrumento de identificação e caracterização socioeconômica da população em situação de vulnerabilidade no município de Vitória da Conquista. De acordo com informações extraídas do sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD 2.0), referentes a dezembro de 2025, o município registra 104.461 famílias cadastradas, totalizando 238.916 pessoas inscritas na base de dados.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Esse quantitativo demonstra a relevância do Cadastro Único como principal fonte de informações para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à população de baixa renda, constituindo-se também como importante subsídio para a análise das condições de vulnerabilidade social presentes no território municipal.

48

Assim sendo, para fins desta atualização do Diagnóstico Socioterritorial, adota-se como escala de análise territorial as áreas de abrangência dos 8 (oito) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Vitória da Conquista. Essa delimitação territorial constitui o referencial analítico a partir do qual se observa a distribuição e a incidência das demandas por proteção social, permitindo qualificar a leitura dos indicadores sociais do município segundo diferentes contextos de vida, desigualdades e formas de inserção social.

A identificação das demandas de proteção social básica pressupõe a articulação de, ao menos, três movimentos analíticos complementares: a compreensão das dinâmicas socioterritoriais nas quais se expressam as condições individuais e coletivas de vida; o reconhecimento das situações de desproteção social e das estratégias de resistência presentes nos territórios; e a análise da capacidade instalada das ofertas de proteção social básica.

Esse exercício analítico permanece como um desafio permanente para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito nacional e local e contribui para avaliar o grau de cobertura da política de assistência social no município, especialmente no que se refere à garantia das seguranças sociais afiançadas pelo SUAS: acolhida; renda; convívio familiar, comunitário e social; desenvolvimento da autonomia; e apoio e auxílio às famílias e indivíduos.

Densidade Populacional por Bairro

Considerando a densidade populacional por bairro da zona urbana (tabela 14), esses territórios combinam pequena extensão territorial com elevado contingente populacional.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

territórios combinam pequena extensão territorial com elevado contingente populacional, indicando padrão de ocupação intensiva e maior pressão sobre serviços urbanos e equipamentos públicos.

Tabela 14 - Densidade populacional por bairro da zona urbana

Bairro	Área (Km²)	População	Densidade hab./km²
Brasil	2,1	18.131	8436,1
Alto Maron	3,6	28.441	7987,1
Guarani	1,0	7.832	7725,7
Cruzeiro	1,3	9.083	6980,1
Patagônia	3,8	26.076	6791,5
Ibirapuera	3,3	17.032	5233,2
Zabelê	7,3	37.558	5124,5
Centro	2,0	10.114	5061,0

Fonte: IBGE, 2022

A zona rural do município de Vitória da Conquista é composta por 11 distritos e abrange uma área territorial de 2.592,65 km², na qual residem 40.982 pessoas. A densidade demográfica correspondente é de aproximadamente 15,8 habitantes por km², indicando uma ocupação populacional dispersa no território rural. Esse dado contrasta com a configuração da zona urbana, que concentra maior volume populacional em uma área territorial significativamente menor, evidenciando distintas formas de ocupação do espaço no município.

Com base nos dados do Painel do MDS – Mapa Social, que utiliza a base de dados do IBGE, a distribuição populacional por área de abrangência dos CRAS evidencia diferenças relevantes de densidade demográfica entre os territórios.

A tabela 15 demonstra que o CRAS 2 concentra o maior contingente populacional (72.441 pessoas), destacando-se de forma expressiva em relação aos demais, seguido pelos territórios dos CRAS 6 (55.140), CRAS 4 (52.611) e CRAS 5 (51.489), que compõem um segundo grupo de maior volume populacional. Em contraposição, os CRAS 7 (29.490) e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CRAS 3 (31.218) apresentam os menores totais de residentes, indicando territórios com menor densidade relativa.

Tabela 15 - Distribuição da população nos territórios de Assistência Social e nas áreas de abrangência dos CRAS de Vitória da Conquista – BA

	Total de pessoas	Pessoas do Sexo masculino	Pessoas do Sexo feminino
CRAS 1 - Bruno Bacelar	39.521	18.425	21.096
CRAS 2 - Vila América	**72.441**	34.596	37.845
CRAS 3 - Pedrinhas	31.218	14.365	16.853
CRAS 4 - Jardim Valéria	**52.611**	25.043	27.460
CRAS 5 - Zona Rural	**51.489**	25.843	25.176
CRAS 6- Nova Cidade	**55.140**	25.687	29.453
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	29.490	14.146	15.344
CRAS 8 - Miro Cairo	40.014	19.164	20.850

Fonte: Painel MDS, Base do Censo 2022.

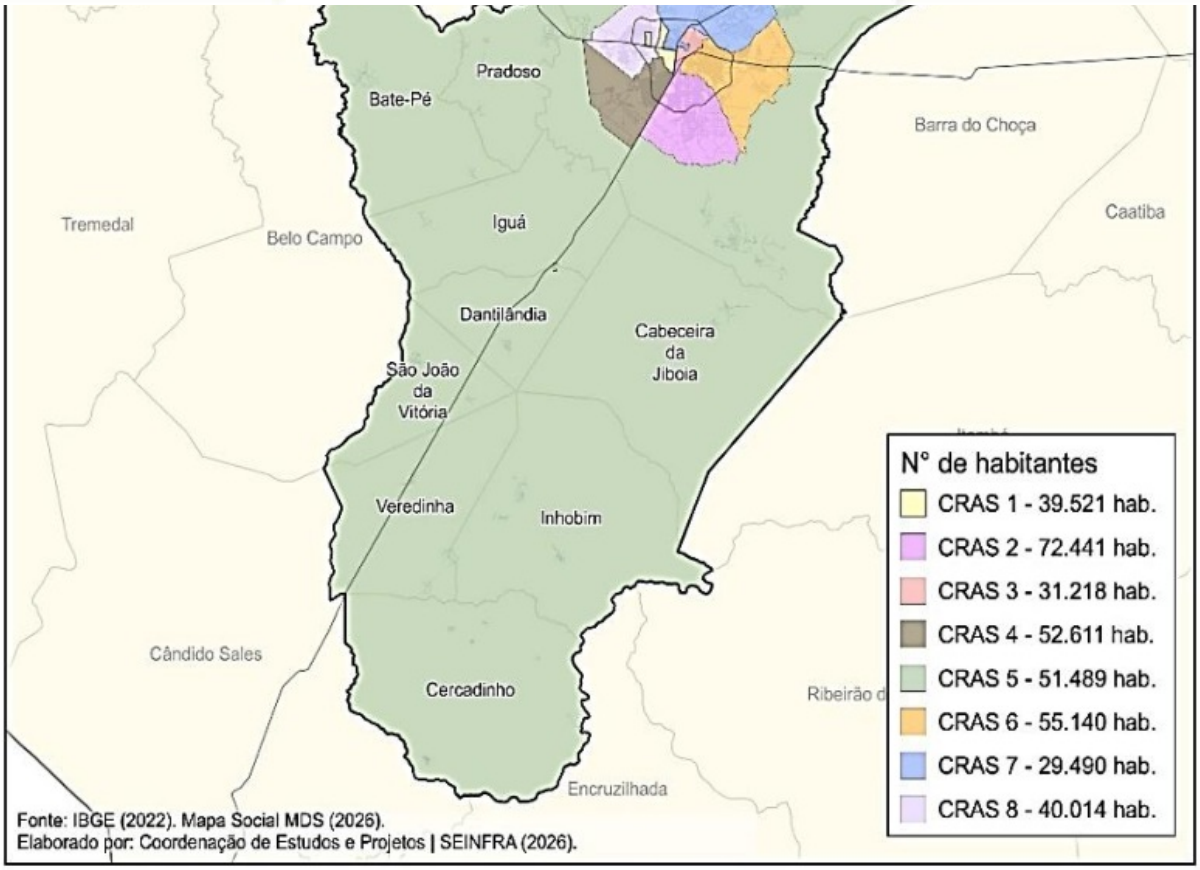
50

O mapa 3 apresenta a distribuição populacional do município de Vitória da Conquista por área de abrangência dos oito CRAS, inclusive, bairros que são subdivididos por mais de um CRAS.

Mapa 3 - Abrangência e população dos CRAS em Vitória da Conquista/BA



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



À luz dos dados populacionais atualmente disponíveis e da dimensão territorial atribuída às áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), evidencia-se a necessidade de reavaliar e redefinir a territorialização desses equipamentos.

No diagnóstico anterior, tal necessidade já havia sido apontada, ainda que limitada pela indisponibilidade, à época, dos dados censitários mais recentes. Com a divulgação dos dados do Censo Demográfico pelo IBGE, que promoveu a reconfiguração e ampliação dos setores censitários no município, e com a incorporação do Mapa Social como ferramenta de leitura territorial, torna-se possível avançar na redefinição das áreas de abrangência dos CRAS com base nas unidades censitárias, conferindo maior precisão à delimitação desses territórios.

Essa atualização metodológica contribui para qualificar a identificação dos limites territoriais de cada CRAS por parte das equipes, usuários, demais políticas públicas e entidades parceiras, fortalecendo a gestão socioterritorial do SUAS e o planejamento das

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ações a partir de uma base territorial mais consistente e atualizada.

Análise da Distribuição Territorial das Famílias e Pessoas – CadÚnico (CECAD)

A partir dos dados extraídos do CECAD, observa-se na tabela 16 que a distribuição das famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único apresenta significativa concentração territorial, com destaque para alguns territórios de CRAS.

Tabela 16 - Distribuição da população cadastrada no CadÚnico por territórios de Assistência Social por área de abrangência dos 8 (oito) CRAS de Vitória da Conquista – BA

CRAS	FAMÍLIAS (n)	FAMÍLIAS (%)	PESSOAS (n)	PESSOAS (%)
CRAS 1 - Bruno Bacelar	9.911	**9,55%**	22.077	**9,21%**
CRAS 2 - Vila América	15.324	**14,76%**	36.984	**15,43%**
CRAS 3 - Pedrinhas	9.949	**9,58%**	21.885	**9,13%**
CRAS 4 - Jardim Valéria	17.549	**16,90%**	41.741	**17,41%**
CRAS 5 - Zona Rural	21.256	**20,48%**	48.092	**20,06%**
CRAS 6- Nova Cidade	9.000	**8,67%**	20.099	**8,38%**
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	8.539	**8,22%**	19.587	**8,17%**
CRAS 8 - Miro Cairo	12.293	**11,84%**	29.257	**12,20%**

Fonte: CRC - CadÚnico, dezembro de 2025/SEMDES.

Os dados do Cadastro Único extraídos via CECAD e organizados por território de abrangência dos CRAS, evidenciam concentração significativa de famílias e pessoas cadastradas nos territórios do CRAS 5 – Zona Rural (20,48% das famílias e 20,06% das pessoas), do CRAS 4 – Jardim Valéria (16,90% e 17,41%) e do CRAS 2 – Vila América (14,76% e 15,43%). Esses três territórios concentram, conjuntamente, mais da metade do público inscrito no CadÚnico no município, indicando centralidade estratégica no planejamento da Proteção Social Básica e na organização territorializada da oferta socioassistencial.

Outra análise que é extremamente pertinente é a proporção de pessoas cadastradas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

no Cadastro Único em relação à população total dos territórios revela diferenças importantes na intensidade da vulnerabilidade social entre as áreas de abrangência dos CRAS. (tabela 17)[52]

Destaca-se o território do CRAS 5 – Zona Rural, onde 93,40% da população encontra-se cadastrada, indicando elevada dependência das políticas de proteção social. Situação semelhante, ainda que em menor intensidade, observa-se nos territórios dos CRAS 4 – Jardim Valéria (79,38%), CRAS 8 – Miro Cairo (73,12%) e CRAS 3 – Pedrinhas (70,09%).

Tabela 17 - Proporção da população residente do Censo 2022 e cadastrada no CadÚnico por territórios de Assistência Social por área de abrangência dos 8 (oito) CRAS

CRAS	População Censo 2022	Pessoas no CadÚnico	% da População Cadastrada
CRAS 1 - Bruno Bacelar	39.521	22.077	55,88%
CRAS 2 - Vila América	72.441	36.984	51,06%
CRAS 3 - Pedrinhas	31.218	21.885	70,09%
CRAS 4 - Jardim Valéria	52.611	41.741	79,38%
CRAS 5 - Zona Rural	51.489	48.092	93,40%
CRAS 6- Nova Cidade	55.140	20.099	36,45%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	29.490	19.587	66,43%
CRAS 8 - Miro Cairo	40.014	29.257	73,12%

Fonte: CadÚnico, Dez, 2025/SEMDES.

Por outro lado, territórios como os dos CRAS 6 – Nova Cidade (36,45%) e CRAS 2 – Vila América (51,06%) apresentam menor proporção relativa de cadastramento, o que pode estar relacionado tanto a diferenças socioeconômicas quanto a fatores territoriais, como maior heterogeneidade social ou menor cobertura cadastral.

Esses territórios concentram maiores contingentes populacionais em situação de baixa renda e vulnerabilidade socioeconômica, refletindo processos históricos de desigualdade territorial e demandando maior capacidade de resposta da política de assistência social.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Em termos analíticos, a leitura proporcional qualifica a compreensão da vulnerabilidade social ao deslocar o foco da concentração absoluta de cadastros para a intensidade relativa da inserção no Cadastro Único em cada território. Tal abordagem fortalece a função da Vigilância Socioassistencial ao subsidiar o planejamento territorializado, a definição de prioridades e a alocação estratégica de recursos no âmbito da Proteção Social Básica.

53

Análise da Distribuição por sexo e territórios

No que se refere à distribuição por sexo, observa-se na tabela 18 a predominância do sexo feminino em praticamente todos os territórios, com maior diferença absoluta nos CRAS de maior porte populacional, especialmente nos CRAS 2 e CRAS 6. O CRAS 5 constitui a principal exceção a esse padrão, apresentando distribuição bastante equilibrada entre homens (25.843) e mulheres (25.176).

De acordo com dados do CadÚnico (2025) 80.460 famílias são chefiadas por mulheres, prevalecendo a incidência desse indicador nas áreas dos CRAS 2 - Vila América, CRAS 4 - Jardim Valéria, CRAS 5 - Zona Rural e CRAS 8 - Miro Cairo.

Tabela 18 - Cenário da concentração de Mulheres RF no CadÚnico

Mulheres como Responsável Familiar no CADÚNICO	
Unidade Socioassistencial	Quantidade
CRAS 1 - Bruno Bacelar	7.758
CRAS 2 - Vila América	12.296
CRAS 3 - Pedrinhas	7.542
CRAS 4 - Jardim Valéria	13.833
CRAS 5 - Zona Rural	15.812
CRAS 6- Nova Cidade	6.828
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	6.533
CRAS 8 - Miro Cairo	9.858

Fonte: CadÚnico. Dez. 2025/SEMDES.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

De modo geral, os dados revelam uma configuração sociodemográfica marcada por maior presença feminina nos territórios de abrangência dos CRAS, sem variações abruptas na proporção entre os sexos, o que permite caracterizar os territórios de forma homogênea quanto a esse critério nesta etapa inicial do diagnóstico.

Incidência de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no Cadastro Único

A análise dos dados do Cadastro Único referentes às famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos revela que o município de Vitória da Conquista contabiliza 9.148 famílias inseridas nessa classificação, conforme dados do MDS/CECAD (2025), com base na autodeclaração familiar, apresentados na tabela 19.

Tabela 19 - Incidência de Grupos populacionais tradicionais e específicos no CadÚnico - Vitória da Conquista – BA

Grupos populacionais tradicionais e específicos*	TOTAL	
	N	%
Indígenas	80	0,87%
Agricultores familiares	2.344	25,62%
Com pessoas presas no Sistema Carcerário	21	0,23%
Catador de material reciclável	2.293	25,07%
Assentada da reforma agrária	324	3,54%
Em situação de trabalho infantil	4	0,04%
Com pessoas em situação de rua	558	6,10%
Quilombolas	3.502	38,28%
Extrativistas	9	0,10%
Ciganas	10	0,11%
Pescadores artesanais	3	0,03%
Total	**9.148**	**-**

Fonte: MDS/CECAD, 2025. Autodeclaração da família.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Quando retratadas as Comunidades Remanescentes de Quilombolas o município possui 33 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e o primeiro quilombo urbano do estado da Bahia, o Beco de Vó Dôla. As áreas com maior concentração de Comunidades Quilombolas de forma predominante estão nos territórios rurais, referenciadas pelo CRAS 5 - Zona Rural, com prevalência nas seguintes localidades: Pradoso (10 comunidades), Distrito Sede 1/Pedra Branca e Distrito Sede 2/Capinal, José Gonçalves, Inhobim, Veredinha e São João da Vitória.

Observa-se predominância de famílias quilombolas, que representam 38,28% do total, evidenciando a relevância desse segmento no contexto socioterritorial do município. Esse dado sinaliza a presença expressiva de comunidades tradicionais, especialmente em áreas rurais e distritais como Pradoso, José Gonçalves e Inhobim, e reforça a necessidade de articulação entre a política de assistência social e políticas de promoção da igualdade racial.

Em seguida, destacam-se os agricultores familiares (25,62%) e os catadores de material reciclável (25,07%), grupos que revelam diferentes expressões territoriais da vulnerabilidade socioeconômica. Enquanto os agricultores familiares concentram-se predominantemente em territórios rurais, os catadores apresentam maior incidência em áreas urbanas periféricas, refletindo dinâmicas distintas de inserção produtiva marcadas pela informalidade e pela baixa renda.

55

O percentual de famílias com pessoas em situação de rua (6,10%) também merece atenção, por evidenciar segmento populacional exposto a múltiplas desproteções sociais e que demanda atuação articulada entre Proteção Social Básica e Especial.

Por outro lado, chama atenção a baixa incidência registrada de famílias com crianças em situação de trabalho infantil (0,04%). O quantitativo não dialoga com evidências observadas no cotidiano dos serviços socioassistenciais, indicando possível subnotificação

decorrente da natureza autodeclaratória do Cadastro Único, da invisibilização do trabalho infantil doméstico e rural ou de fragilidades na abordagem do tema durante a entrevista cadastral.

Esse cenário aponta para a necessidade de qualificação dos processos de cadastramento, fortalecimento da busca ativa e ampliação da articulação intersetorial, especialmente com as políticas de educação, saúde e igualdade racial.

Em termos analíticos, a presença expressiva de grupos tradicionais e específicos no Cadastro Único reforça a centralidade da Vigilância Socioassistencial na leitura territorial das vulnerabilidades, exigindo planejamento diferenciado, respeito às especificidades culturais e estratégias de intervenção sensíveis às identidades e modos de vida dessas populações.

Renda Percapita e Impacto do Bolsa Família

Numa análise ampliada da concentração populacional com renda per capita de até R$ 218,00, identificam-se 45.008 famílias, totalizando 106.879 pessoas nessa condição (CECAD, 2025). Esse contingente expressivo evidencia a permanência de situações estruturais de pobreza no município, revelando a incidência de vulnerabilidades socioeconômicas que demandam atenção contínua da política de assistência social e de outras políticas públicas setoriais.

Observa-se que tais condições se concentram, de modo mais significativo, nas áreas periféricas urbanas e em territórios marcados por processos de expansão habitacional e adensamento populacional, o que tensiona a oferta de serviços públicos e amplia as demandas por proteção social.

Os dados extraídos do Cecad na base de dezembro de 2025, no que se refere à população com renda per capita entre R$ 219,00 e R$ 810,00, considerada de baixa renda, são registradas 21.591 famílias, correspondendo a 61.611 pessoas (CECAD, 2025). Esse segmento, embora não esteja classificado na extrema pobreza, encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, com maior exposição a riscos sociais decorrentes da

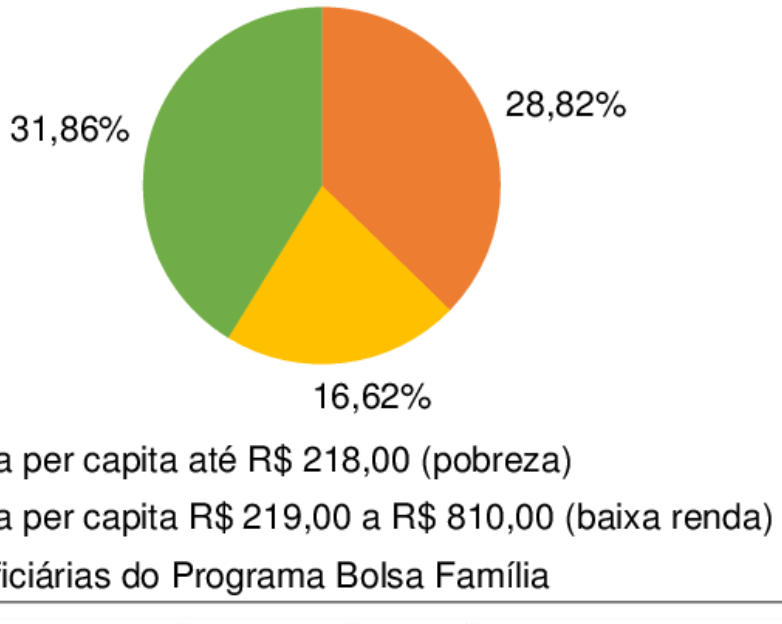
56

instabilidade no mundo do trabalho, da informalidade e do acesso precário a bens e serviços. A concentração dessas famílias reforça a necessidade de estratégias de prevenção e fortalecimento de vínculos, especialmente nos territórios urbanos de maior densidade populacional.

Na zona rural, a análise dos domicílios com renda per capita de até ¼ do salário mínimo revela incidência significativa de pobreza, evidenciando que as desigualdades socioeconômicas também se expressam de forma marcante fora do perímetro urbano. Nesses contextos, somam-se desafios relacionados à dispersão territorial, às dificuldades de mobilidade e ao acesso a equipamentos e serviços públicos, o que exige estratégias diferenciadas de alcance e acompanhamento pelas equipes socioassistenciais.

De acordo com dados do CECAD (dezembro de 2025), presentes no gráfico 11, o município contabilizava 45.511 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, totalizando 118.126 pessoas atendidas. Esse quantitativo representa aproximadamente 31,86% da população municipal, o que demonstra a centralidade da política de transferência de renda como mecanismo de enfrentamento à pobreza.

Gráfico 11 - Proporção de famílias cadastradas no PBF em relação à população total



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Destaca-se, ainda, que 39.103 dessas famílias estariam em condição de pobreza na ausência do benefício, evidenciando o papel estruturante do programa na garantia de renda mínima e na mitigação das desigualdades sociais.

Considerando a população total de 370.789 habitantes, os dados do CECAD (2025) revelam que 106.879 pessoas — o equivalente a 28,82% da população municipal —

57

encontram-se em situação de pobreza, com renda per capita de até R$ 218,00. Além desse contingente, 61.611 pessoas (16,62%) situam-se na faixa de baixa renda, com rendimento entre R$ 219,00 e R$ 810,00 per capita, o que indica significativa exposição a vulnerabilidades socioeconômicas. Soma-se a esse cenário o fato de que 118.126 pessoas (31,86% da população) são beneficiárias do Programa Bolsa Família, evidenciando a centralidade da política de transferência de renda na garantia de condições mínimas de subsistência e na mitigação das desigualdades sociais no município. Os dados demonstram que parcela expressiva da população depende de mecanismos públicos de proteção social para assegurar sua reprodução social, reforçando a necessidade de articulação intersetorial e fortalecimento das ações socioassistenciais.

A análise do impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a composição da renda das famílias inscritas no Cadastro Único baseia-se em informações provenientes do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) e do Observatório do Cadastro Único, que utilizam como referência a renda familiar declarada no momento do cadastramento, isto é, antes da concessão do benefício. Dessa forma, a comparação entre a classificação das famílias por faixa de renda per capita e a classificação após a incorporação do valor transferido pelo programa propicia uma avaliação concreta do impacto da política de transferência de renda sobre a situação econômica das famílias beneficiárias.

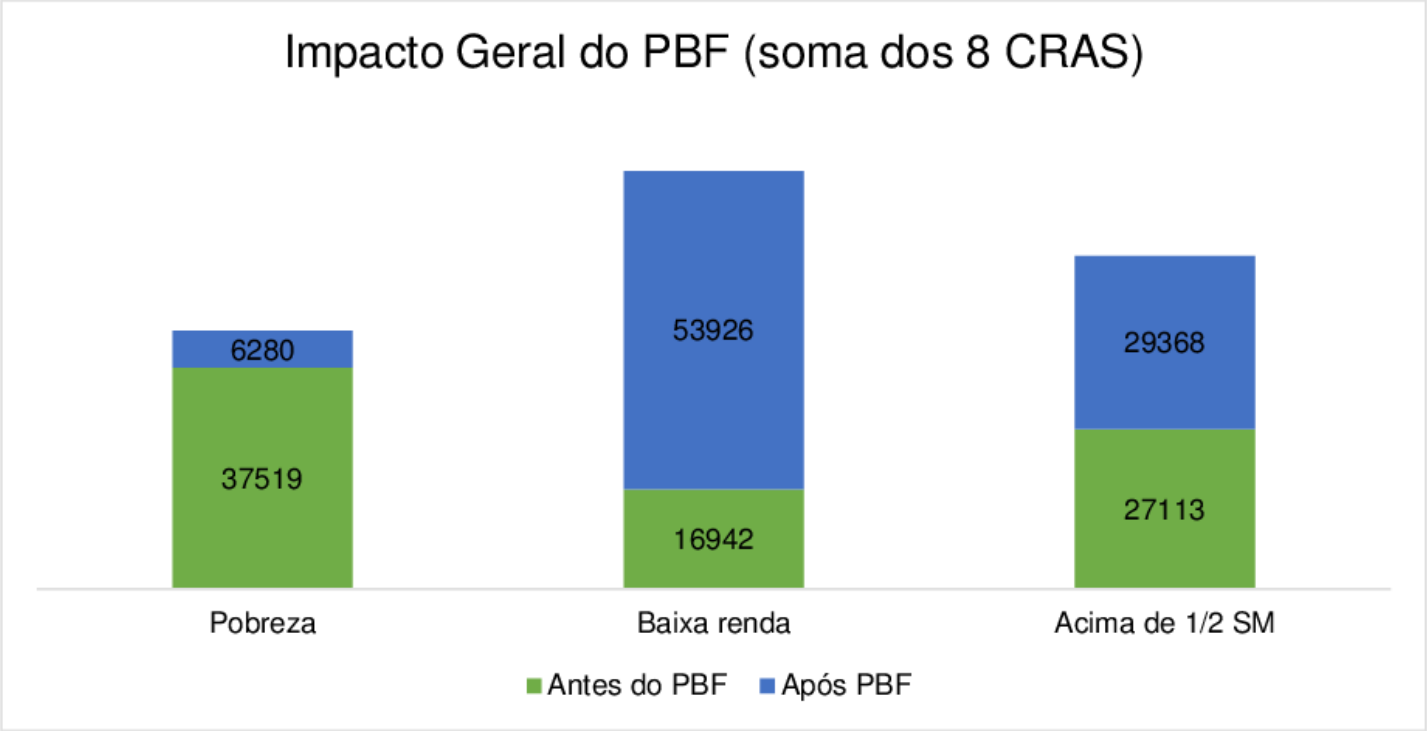
Para tanto, foram extraídos dados do Observatório do Cadastro Único para composição desta análise, tendo como ponto de corte o mês de novembro. No conjunto dos oito territórios de referência dos CRAS do município, registravam-se 37.519 famílias

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

classificadas na faixa de pobreza considerando a renda declarada no Cadastro Único. Após a incorporação do valor do benefício do Programa Bolsa Família à renda familiar per capita, esse contingente reduz-se para 6.280 famílias, evidenciando redução de 83,3% no total de famílias nessa condição. Em termos absolutos, 31.239 famílias deixam a faixa de pobreza, passando a compor majoritariamente a categoria de baixa renda. (Gráfico 12)

58

Gráfico 12: Impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a composição da renda das famílias inscritas no Cadastro Único



Fonte: Observatório do Cadastro Único (nov. 2025)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

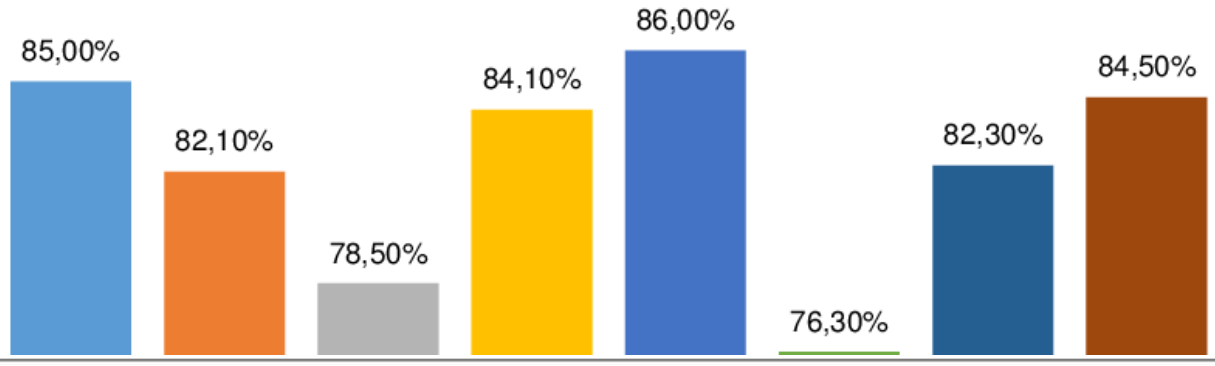
Esse resultado evidencia o papel estruturante do Programa Bolsa Família no enfrentamento imediato da insuficiência de renda, ao mesmo tempo em que reforça a importância da articulação entre a gestão do Cadastro Único, o acompanhamento familiar no âmbito da Proteção Social Básica e a integração com outras políticas públicas voltadas à promoção da autonomia e da inclusão social das famílias.

A análise territorial demonstra que a redução da pobreza ocorre de forma consistente em todos os CRAS, com percentuais superiores a 75% (gráfico 13). Destaca-se o CRAS 5, que apresenta a maior redução proporcional (86%), além do maior volume absoluto de famílias inicialmente classificadas em situação de pobreza. Em seguida, evidenciam-se os territórios do CRAS 1 (85%), CRAS 8 (84,5%) e CRAS 4 (84,1%). Mesmo nos territórios com menor variação proporcional, como o CRAS 6 (76,3%) e o CRAS 3 (78,5%), observa-se impacto substancial da política de transferência de renda.

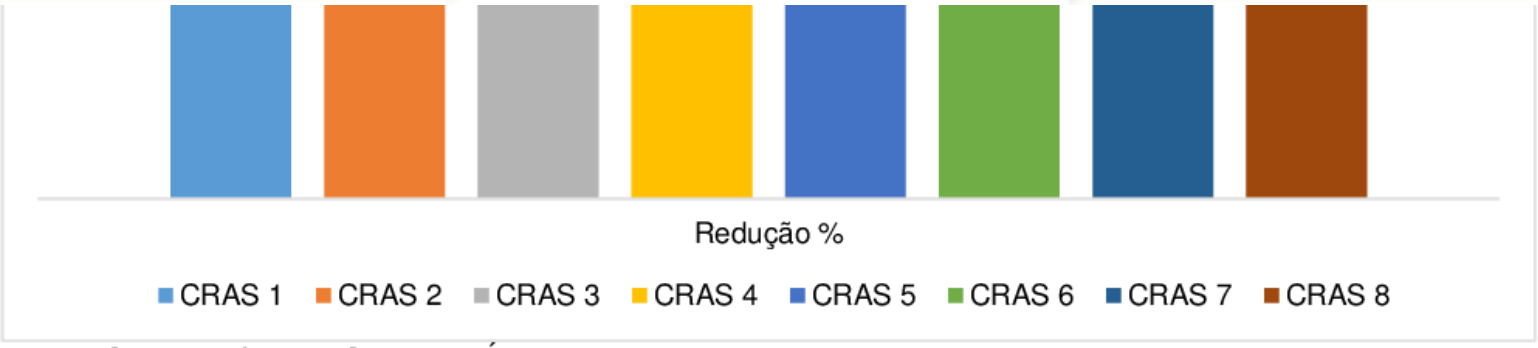
Para além do efeito imediato sobre a renda, os dados sinalizam que a permanência das famílias em situação de vulnerabilidade exige continuidade do acompanhamento socioassistencial, bem como integração com políticas de inclusão produtiva, educação, saúde e habitação, de modo a consolidar trajetórias de superação das condições de pobreza.

59

Gráfico 13 - Redução da pobreza por CRAS após o PBF



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Fonte: Observatório do Cadastro Único (nov. 2025)

Os dados evidenciam o impacto significativo do Programa Bolsa Família na recomposição da renda das famílias inscritas no Cadastro Único no município, reduzindo de forma expressiva o contingente de famílias em situação de pobreza após o recebimento do benefício. Esse resultado confirma o papel estratégico da transferência de renda no enfrentamento das desigualdades sociais e na garantia da segurança de renda, uma das seguranças socioassistenciais previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Contudo, a permanência de parte considerável das famílias na faixa de baixa renda, bem como a existência de famílias ainda em situação de pobreza sem acesso ao Programa, indica que a redução estatística da pobreza não elimina as vulnerabilidades sociais presentes no cotidiano dos territórios. Nesse sentido, torna-se fundamental que as estratégias de transferência de renda permaneçam articuladas ao trabalho social desenvolvido pelo SUAS, especialmente por meio da atuação dos CRAS e do acompanhamento familiar, assegurando, para além da renda, as seguranças de acolhida, convívio familiar e comunitário e desenvolvimento da autonomia, conforme preconiza a PNAS.

Condição de Inserção no Mercado de Trabalho dos Responsáveis Familiares

A análise das informações do Cadastro Único sobre a condição de trabalho dos responsáveis familiares evidencia um cenário marcado pela elevada incidência de vínculos laborais informais, como descrito na tabela 20:

Tabela 20 – Função principal dos responsáveis por domicílio inscritos CadÚnico – Vitória da Conquista - BA

Função Principal	Responsável Familiar – RF
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	21.944
Trabalhador temporário em área rural	1.387
Empregado sem carteira de trabalho assinada	271
Empregado com carteira de trabalho assinada	18.629
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	387
Trabalho doméstico com carteira de trabalho assinada	672
Trabalhador não remunerado	7
Militar ou servidor público	2.433
Empregador	12
Estagiário	98
Aprendiz	105
Sem Resposta	57.531
Total	**103.476**

Fonte: CECAD – Dezembro 2025

É notório o montante de responsáveis na função "Sem Resposta", totalizando 55,6% dos cadastrados, o que pode indicar a situação de desemprego. Como também chama atenção as funções "bico, autônomo", que representam 21,2% dos cadastrados em Vitória da Conquista nesta condição, que indica a precariedade nas relações de trabalho.

Composição Cor ou Raça no CADÚNICO

A análise da composição racial das pessoas inscritas no Cadastro Único (tabela 21) evidencia que 77,2% dos cadastrados no município se autodeclaram pretos ou pardos, percentual superior à proporção desses grupos na população geral, segundo o Censo 2022. O dado confirma a forte intersecção entre vulnerabilidade socioeconômica e desigualdade racial no território municipal.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

racial no território municipal.

Tabela 21 - Distribuição racial das pessoas inscritas no Cadastro Único por CRAS

CRAS	Cadastros no CadÚnico	Autodeclarados como Pretos + Pardos	% Pretos e Pardos no Cad
CRAS 1 - Bruno Bacelar	22.077	15.613	70,7%
CRAS 2 - Vila América	36.984	28.184	76,2%
CRAS 3 - Pedrinhas	21.885	16.748	76,5%
CRAS 4 - Jardim Valéria	41.741	33.176	79,5%
CRAS 5 - Zona Rural	48.092	39.573	82,3%
CRAS 6- Nova Cidade	20.099	14.889	74,1%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	19.587	15.055	76,9%
CRAS 8 - Miro Cairo	29.257	22.005	75,2%

Fonte: CECAD – Dezembro 2025

A distribuição territorial revela que todos os CRAS apresentam percentuais superiores a 70% de população preta e parda entre os cadastrados, com destaque para o CRAS 5 (82,3%) e o CRAS 4 (79,5%), territórios que também registram os maiores percentuais de população inserida no Cadastro Único em relação ao total de residentes. Esse cruzamento indica que os territórios de maior intensidade de pobreza são igualmente aqueles em que a população negra está mais fortemente representada.

Mesmo nos territórios com menor proporção de cadastramento, como o CRAS 6, observa-se predominância de população preta e parda entre os inscritos, evidenciando que a vulnerabilidade socioeconômica no município apresenta marcadores raciais estruturais e territorializados.

Os dados reafirmam a necessidade de planejamento da Proteção Social Básica sensível à dimensão étnico-racial, com articulação intersetorial e integração às políticas de promoção da igualdade racial, considerando que a pobreza local manifesta-se de forma

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

racialmente desigual.

Ao confrontar o perfil racial domiciliar do município com a composição racial das pessoas cadastradas no Cadastro Único, observa-se que a população preta e parda representa aproximadamente 70,2% dos moradores de Vitória da Conquista segundo o Censo 2022. No entanto, entre os cadastrados nos territórios de abrangência dos CRAS, essa proporção é consistentemente igual ou superior, variando entre cerca de 70,7% e 82,3%.

Essa sobrerrepresentação da população preta e parda no Cadastro Único — em relação à sua participação na população geral — indica que a vulnerabilidade socioeconômica identificada pela política de assistência social está mais concentrada entre os grupos racializados historicamente marginalizados. Tal condição evidencia a necessidade

de planejamento territorializado das ações da Proteção Social Básica, considerando a intersecção entre raça, renda e acesso a direitos, para enfrentar as desigualdades estruturais no município.

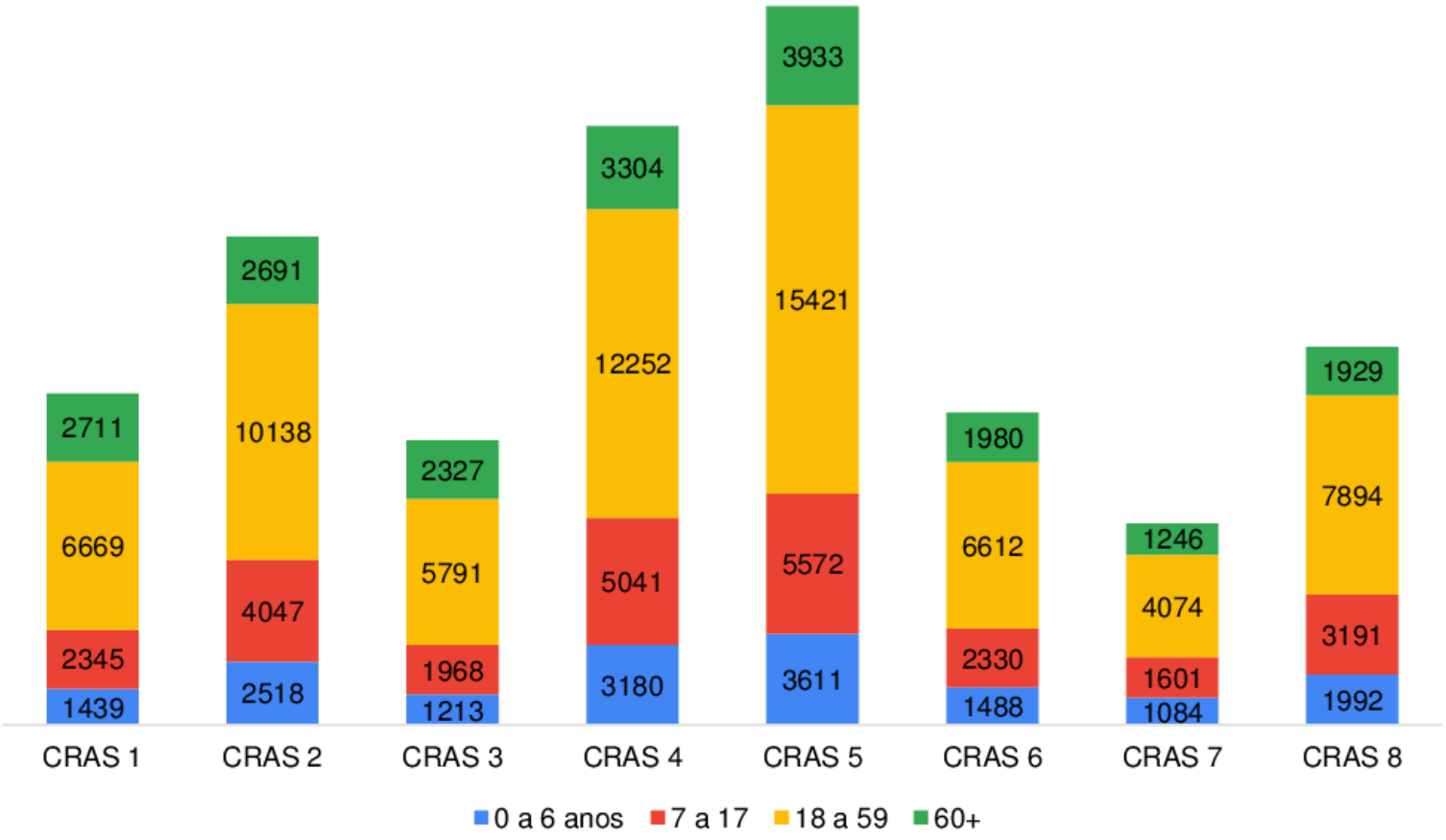
Perfil etário da população inscrita no Cadastro Único segundo território de CRAS

A análise das dinâmicas territoriais de Vitória da Conquista evidencia desigualdades na distribuição populacional entre áreas urbanas com maior densidade demográfica e uma extensa zona rural caracterizada pela dispersão territorial, composta por onze distritos e centenas de povoados. Essas especificidades impactam a organização das ofertas da Proteção Social Básica e reforçam a necessidade de planejamento orientado pelos ciclos de vida e pela leitura territorial das vulnerabilidades.

Com base nos dados extraídos do Observatório do Cadastro Único, referentes à base de novembro de 2025, observa-se no gráfico 14 a distribuição territorial das famílias cadastradas segundo a presença de diferentes grupos etários em sua composição.

Gráfico 14 - Distribuição da população inscrita no Cadastro Único por faixa

etária e território de CRAS



(Fonte: Observatório do Cadastro Único, nov. 2025)

63

A análise evidencia que os territórios com maior volume absoluto de famílias com crianças de 0 a 6 anos concentram-se nas áreas de abrangência dos CRAS 5 (3.611 famílias), CRAS 4 (3.180) e CRAS 2 (2.518), indicando maior presença de famílias em situação de vulnerabilidade com crianças na primeira infância, fase do ciclo de vida que demanda maior atenção das políticas públicas.

Entre as famílias com crianças e adolescentes de 7 a 17 anos observa-se padrão semelhante, com maior concentração nos territórios do CRAS 5 (5.572 famílias), CRAS 4 (5.041) e CRAS 2 (4.047), evidenciando a relevância desses territórios para o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento familiar, prevenção ao trabalho infantil, enfrentamento da evasão escolar e fortalecimento de vínculos comunitários.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

No caso das famílias com adultos de 18 a 59 anos, novamente se destacam os territórios do CRAS 5 (15.421), CRAS 4 (12.252) e CRAS 2 (10.138), refletindo o peso demográfico dessas áreas no conjunto das famílias cadastradas e indicando a importância de políticas de inclusão produtiva e geração de renda voltadas à população em idade economicamente ativa.

Quanto às famílias com pessoas idosas de 60 anos ou mais, os maiores quantitativos concentram-se nos territórios do CRAS 5 (3.933), CRAS 4 (3.304) e CRAS 1 (2.711), sinalizando a necessidade de fortalecimento das estratégias de proteção social voltadas à população idosa.

De forma geral, os dados indicam maior densidade de famílias cadastradas nos territórios dos CRAS 5, 4 e 2, enquanto territórios como os dos CRAS 7, 3 e 6 apresentam contingentes menores, evidenciando diferenças nas dinâmicas territoriais e reforçando a importância do planejamento territorializado das ações da política de assistência social.

Pessoa com Deficiência

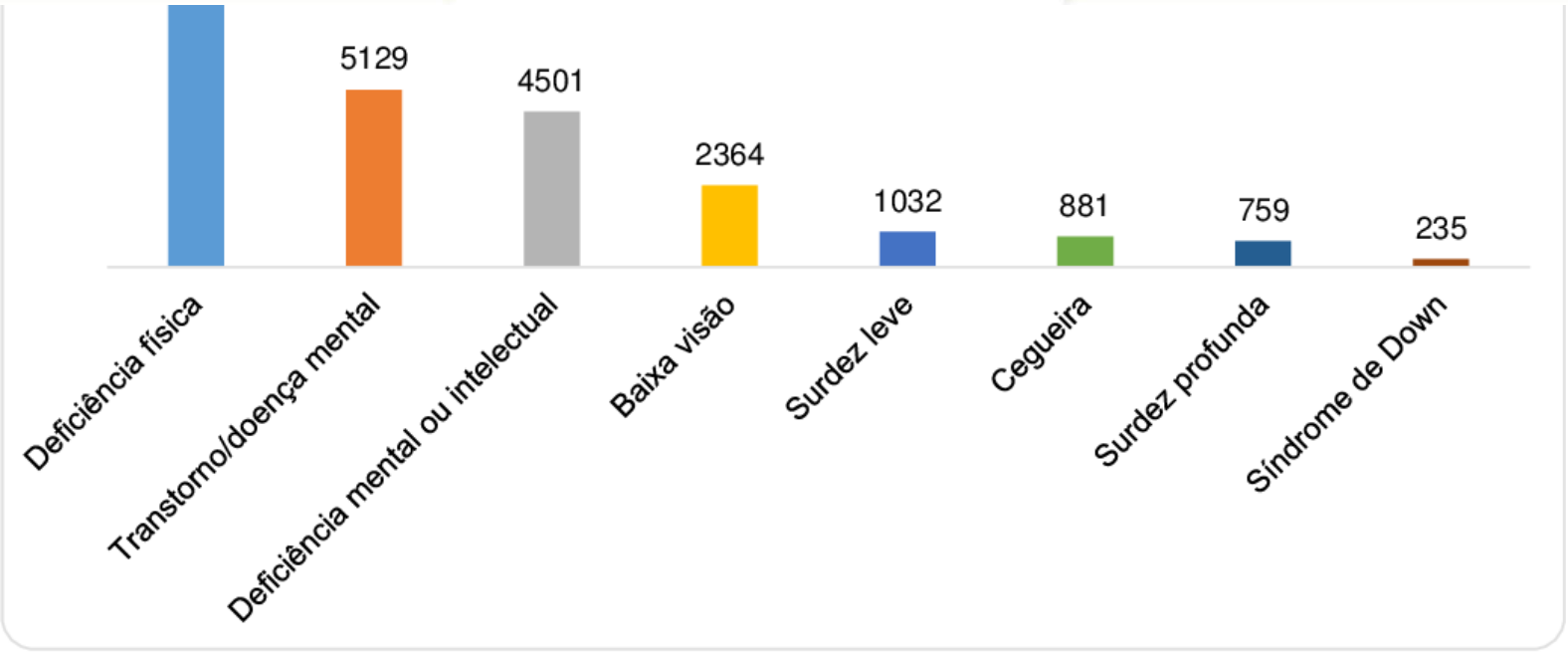
Em dezembro de 2025, conforme dados do Cadastro Único (CECAD), Vitória da Conquista registrava 20.841 pessoas com deficiência cadastradas. Considerando que uma mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência, foram contabilizados 23.683 registros por tipologia. (Gráfico 15)

Entre os tipos mais recorrentes destacam-se a deficiência física (8.782 registros), o transtorno/doença mental (5.129) e a deficiência mental ou intelectual (4.501). Em seguida aparecem baixa visão (2.364), surdez leve (1.032), cegueira (881), surdez profunda (759) e síndrome de Down (235).

64

Gráfico 15 - Tipos de deficiência registrados no CadÚnico - 2025





Fonte: CECAD, 2025.

A predominância da deficiência física e das condições associadas à saúde mental e intelectual evidencia a necessidade de organização das ofertas socioassistenciais com foco na promoção da autonomia, na inclusão social e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Do total de pessoas com deficiência cadastradas, 4.120 encontram-se em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R$ 218,00, sendo majoritariamente beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esse dado revela a sobreposição entre deficiência e vulnerabilidade socioeconômica, indicando que parcela significativa desse público vivencia múltiplas dimensões de desproteção social.

Nesse contexto, destaca-se a centralidade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) enquanto garantia de renda às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. A análise territorial do público potencialmente elegível ao benefício torna-se estratégica para o planejamento da busca ativa, qualificação dos atendimentos e articulação entre Cadastro Único, avaliação social e rede socioassistencial. O acompanhamento das famílias beneficiárias do BPC, bem como daquelas com perfil para acesso, constitui ação fundamental da Proteção Social Básica, prevenindo agravamentos e fortalecendo a segurança de renda e de convívio.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A expressiva presença de pessoas com deficiência no Cadastro Único, associada ao contingente em situação de pobreza, reforça a importância do fortalecimento das ações da Proteção Social Básica e Especial, especialmente do acompanhamento familiar, 65 da articulação com benefícios socioassistenciais e da ampliação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, conforme a incidência territorial identificada.

Além disso, os dados apontam para a necessidade de planejamento intersetorial com as políticas de saúde, educação e trabalho, considerando que a inclusão social das pessoas com deficiência demanda estratégias integradas que superem barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais presentes nos territórios.

12. Dinâmicas de vulnerabilidade e demandas de proteção social

Nesta atualização do Diagnóstico Socioterritorial, o Grupo Focal foi novamente adotado como metodologia de trabalho coletivo para a construção do Mapa Falado, por se tratar de uma estratégia participativa que favorece a inclusão dos sujeitos e a escuta qualificada dos territórios. Essa abordagem parte do reconhecimento de que as comunidades detêm saberes próprios e uma leitura singular sobre as dinâmicas, demandas e potencialidades que atravessam o cotidiano local.

Diferentemente de modelos tradicionais de planejamento, geralmente conduzidos por agentes externos, os Grupos Focais valorizam o protagonismo dos moradores e atores locais, assegurando-lhes participação ativa nos processos de reflexão e tomada de decisão. Tal perspectiva considera que aqueles que vivenciam o território são diretamente impactados pelas políticas e intervenções nele implementadas e, por isso, devem ter espaço para expressar suas percepções, necessidades e expectativas.

O Mapa Falado é construído a partir de rodas de conversa e diálogos coletivos, nos quais os participantes compartilham experiências, opiniões e conhecimentos sobre o

território em que vivem ou atuam. Esses grupos podem reunir moradores, lideranças comunitárias, representantes de organizações locais e outros sujeitos estratégicos. Durante os encontros, são debatidos livremente temas considerados relevantes pelos próprios participantes, como condições de infraestrutura, acesso a serviços públicos, questões ambientais, aspectos sociais e econômicos.

Por meio dos Grupos Focais de Escuta dos Territórios, busca-se reconhecer os principais desafios enfrentados pelas comunidades, identificar demandas emergentes e compreender suas projeções e desejos em relação ao futuro. As informações sistematizadas

a partir dessas escutas subsidiam a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, ações de planejamento territorial, projetos sociais e demais iniciativas que incidem diretamente sobre a realidade local.

Trata-se, portanto, de uma metodologia que contribui para o fortalecimento da equidade, da transparência e da corresponsabilidade na gestão pública, ao mesmo tempo em que amplia o sentimento de pertencimento e identidade comunitária, ao reconhecer os sujeitos como agentes ativos na construção de seus territórios.

a) Análise das dinâmicas territoriais de convívio e demandas de proteção social - Mapas Falados

A sistematização das oficinas de Mapas Falados realizadas nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município permitiu identificar, a partir da percepção direta de moradores, usuários e lideranças comunitárias, um conjunto significativo de proteções, desproteções e recursos comunitários que estruturam a dinâmica social dos diferentes territórios. Embora cada área apresente especificidades relacionadas à sua formação urbana, características socioeconômicas e oferta de serviços públicos, a análise comparativa evidencia padrões recorrentes de vulnerabilidade e de proteção social que atravessam grande parte dos territórios da Proteção

Social Básica.

Um dos aspectos mais expressivos identificados nas oficinas refere-se ao reconhecimento do CRAS como principal referência institucional de proteção social nos territórios. Em praticamente todas as áreas analisadas, o equipamento socioassistencial foi destacado pelos participantes como espaço de acolhimento, orientação, acesso a direitos e fortalecimento de vínculos comunitários. As atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foram frequentemente mencionadas como iniciativas fundamentais para a promoção da convivência comunitária, para a prevenção de situações de vulnerabilidade e para o fortalecimento das redes de apoio locais. Esse reconhecimento evidencia a centralidade da Proteção Social Básica na organização das respostas públicas às demandas sociais nos territórios.

Paralelamente à atuação da rede socioassistencial, as oficinas evidenciaram a presença de redes comunitárias de apoio que desempenham papel relevante na proteção social das famílias. Igrejas de diferentes denominações, projetos sociais comunitários, associações de moradores, pequenos comércios locais e lideranças comunitárias foram identificados como importantes espaços de solidariedade, acolhimento e mobilização social. Esses atores constituem recursos territoriais relevantes para a construção de estratégias de intervenção que articulem ações institucionais e iniciativas comunitárias.

67

Apesar da presença dessas proteções institucionais e comunitárias, a análise dos mapas falados revela a existência de desproteções estruturais que impactam de forma significativa as condições de vida da população. Entre os aspectos mais recorrentes destacam-se as fragilidades relacionadas à infraestrutura urbana, ao saneamento básico, à mobilidade e ao transporte público, bem como à insuficiência de equipamentos e serviços públicos em determinadas localidades.

Problemas como esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo, ausência de rede de esgotamento sanitário, terrenos baldios, iluminação pública precária e ruas sem pavimentação foram apontados em diversos territórios, configurando vulnerabilidades

socioambientais que afetam diretamente a saúde, a segurança e a qualidade de vida da população. Essas condições são particularmente evidentes em áreas periféricas, loteamentos recentes e localidades rurais ou periurbanas, onde a expansão urbana ocorreu de forma mais acelerada e com menor presença de infraestrutura pública.

Outro eixo recorrente nas análises refere-se às dificuldades de mobilidade urbana e acesso aos serviços públicos. Em vários territórios foram registrados problemas relacionados à insuficiência de transporte coletivo, longos tempos de espera, alterações de itinerários e precariedade das vias de circulação. Essas limitações afetam especialmente moradores de áreas mais afastadas dos centros urbanos ou de comunidades com baixa oferta de equipamentos públicos, ampliando desigualdades no acesso às políticas públicas e dificultando o deslocamento da população para serviços essenciais, incluindo os próprios equipamentos da rede socioassistencial.

No campo das políticas setoriais, a educação e a saúde aparecem simultaneamente como importantes fatores de proteção e como espaços onde se manifestam fragilidades estruturais. A presença de escolas, creches, unidades de saúde e equipes da atenção básica foi reconhecida como elemento fundamental para a garantia de direitos e para a organização da vida comunitária. Entretanto, os participantes também apontaram limitações relacionadas à insuficiência de vagas em creches, ausência de equipamentos educacionais em determinadas localidades, dificuldades de acesso a serviços de saúde, falta de profissionais e demora no atendimento. Essas situações evidenciam a necessidade de fortalecimento da capacidade de resposta das políticas públicas frente ao crescimento populacional e à complexidade das demandas sociais nos territórios.

68

A segurança pública constitui outro eixo de preocupação recorrente nas percepções dos participantes. Embora alguns territórios contem com presença institucional de postos policiais ou bases de segurança, foram frequentes os relatos relacionados à sensação de insegurança, à presença de pontos de tráfico e uso de drogas, à ausência de policiamento regular e à iluminação pública insuficiente em determinadas áreas. Esses fatores impactam

diretamente a circulação das pessoas, a utilização de espaços públicos e a convivência comunitária, especialmente no período noturno.

No que se refere aos espaços de lazer, cultura e convivência comunitária, foram identificados diversos equipamentos e iniciativas locais, como praças, campos de futebol, quadras poliesportivas, bibliotecas comunitárias e projetos culturais. Esses espaços foram reconhecidos como importantes para a integração social e para o fortalecimento dos vínculos comunitários. Contudo, em muitos territórios foi apontada a insuficiência desses equipamentos ou a necessidade de melhorias em sua infraestrutura e manutenção, especialmente no que se refere à oferta de atividades voltadas à juventude.

Outro aspecto relevante evidenciado pelas oficinas refere-se à existência de desigualdades internas dentro dos próprios territórios de abrangência dos CRAS. Em diversos casos, bairros ou localidades com maior concentração de equipamentos públicos convivem com áreas adjacentes caracterizadas por maior precariedade de infraestrutura, menor oferta de serviços e maiores dificuldades de acesso às políticas públicas. Essas diferenças reforçam a importância de estratégias de planejamento territorial que considerem as especificidades locais e priorizem as áreas com maiores níveis de vulnerabilidade social.

De forma geral, os resultados dos Mapas Falados evidenciam que os territórios atendidos pelos CRAS apresentam uma combinação complexa de vulnerabilidades estruturais e recursos comunitários, exigindo respostas integradas e intersetoriais por parte das políticas públicas. Nesse contexto, a Assistência Social, por meio da Proteção Social Básica, desempenha papel estratégico na articulação das redes de proteção, na identificação de demandas emergentes e no fortalecimento das capacidades comunitárias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Os achados das oficinas reforçam, portanto, a necessidade de planejamento territorializado das políticas públicas, com fortalecimento da presença dos equipamentos socioassistenciais nos territórios, ampliação da articulação intersetorial e valorização das iniciativas comunitárias já existentes. Tais elementos constituem subsídios relevantes para a definição de prioridades no Plano Municipal de Assistência Social e para a construção de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

69

estratégias de intervenção capazes de reduzir desigualdades territoriais e ampliar o acesso da população aos direitos sociais.

O território de abrangência do CRAS 5 apresenta especificidades relacionadas à dispersão geográfica das comunidades rurais, às distâncias entre localidades e aos limites de acesso a equipamentos públicos. Essas características produzem dinâmicas próprias de vulnerabilidade e proteção social, exigindo leitura analítica diferenciada no diagnóstico socioterritorial.

Síntese Analítica dos Territórios do CRAS 5 (Zona Rural)

A leitura socioterritorial dos Mapas Falados realizados nas localidades vinculadas ao CRAS 5 evidencia um território predominantemente rural, marcado por forte identidade comunitária, vínculos de solidariedade entre moradores e trajetória histórica associada à agricultura familiar, à produção de farinha e ao trabalho rural. Em diferentes localidades, a formação dos núcleos comunitários está relacionada à ocupação de antigas fazendas, à atividade agrícola ou a processos de migração interna motivados por oportunidades de trabalho.

De modo geral, observa-se que os territórios apresentam forte sentimento de pertencimento e relações de vizinhança baseadas na cooperação e no apoio mútuo. As igrejas, os espaços comunitários, as escolas e as iniciativas culturais locais — como festas juninas e práticas esportivas — desempenham papel importante na manutenção da coesão social e na construção da identidade coletiva. Em algumas localidades, associações comunitárias e lideranças locais também atuam como mediadoras das demandas da população junto ao poder público.

No campo da Assistência Social, o CRAS é amplamente reconhecido como referência institucional de proteção e acolhimento das demandas da população rural. A presença do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do Cadastro Único e de outras ações

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do Cadastro Único e de outras ações socioassistenciais foi apontada como elemento importante de aproximação entre as políticas públicas e as comunidades. Contudo, a frequência limitada de atendimentos em algumas localidades e a necessidade de deslocamento até a sede municipal para resolução de determinadas demandas ainda configuram barreiras de acesso aos serviços.

Em relação à Educação, a presença de escolas de ensino fundamental constitui importante fator de proteção territorial. Entretanto, a ausência de creches e de oferta de ensino médio em grande parte das localidades aparece como uma das principais

70

desproteções identificadas. Em muitos casos, estudantes precisam se deslocar para outras comunidades ou para a sede municipal para continuidade dos estudos, o que gera dificuldades de permanência escolar, especialmente em função das limitações do transporte. Também foram registrados episódios de conflitos escolares, bullying e dificuldades de acesso ao ensino superior, indicando a necessidade de políticas voltadas à permanência e ao fortalecimento das trajetórias educacionais da juventude rural.

No campo da Saúde, embora várias localidades contem com postos de saúde e atuação de agentes comunitários, predominam relatos de insuficiência de profissionais, limitação de atendimentos especializados e escassez de medicamentos. A ausência de ambulância fixa em diversos territórios e a necessidade de deslocamento para atendimento de urgência ou exames especializados foram apontadas como fatores críticos de vulnerabilidade, sobretudo considerando as distâncias e as condições de mobilidade.

A Mobilidade Urbana configura uma das fragilidades mais recorrentes nos territórios analisados. A maioria das comunidades depende de transporte particular ou de serviços com horários restritos, inexistindo transporte público regular em grande parte das localidades. Essa condição impacta diretamente o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e demais políticas públicas, ampliando desigualdades territoriais entre áreas urbanas e rurais.

No eixo de Saneamento e Infraestrutura, observam-se importantes desigualdades. Embora algumas comunidades possuam abastecimento de água e coleta de resíduos, a ausência de rede de esgotamento sanitário é recorrente, com utilização de fossas ou

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

descarte de águas servidas diretamente nas vias públicas ou em áreas abertas. Em determinados territórios, também foram relatados alagamentos, acúmulo de resíduos e problemas de drenagem, evidenciando vulnerabilidades socioambientais que impactam as condições de saúde e qualidade de vida da população.

Quanto à Segurança Pública, os relatos indicam presença eventual de rondas policiais, mas ausência de estruturas permanentes de policiamento em grande parte das localidades. Em alguns territórios foram mencionadas preocupações relacionadas ao uso de drogas e ao consumo abusivo de álcool, associados a conflitos familiares ou comunitários. Em geral, porém, os moradores descrevem as comunidades como relativamente tranquilas, com conflitos pontuais e forte presença de redes informais de mediação social.

No campo da Economia, observa-se predominância de atividades vinculadas à agricultura familiar, produção de farinha, pequenos cultivos agrícolas e criação de animais, além de trabalho assalariado em empresas localizadas na sede municipal. A dependência de benefícios sociais — como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e aposentadorias — também aparece como componente relevante na composição da renda das famílias. Em algumas localidades foram identificadas iniciativas produtivas locais e articulações para organização coletiva da produção, como projetos de cooperativas agrícolas, indicando potencialidades para fortalecimento do desenvolvimento rural.

71

Outro elemento relevante identificado na análise refere-se às práticas de resistência e organização comunitária. Igrejas, centros comunitários, associações de moradores, lideranças locais e iniciativas voluntárias aparecem como importantes dispositivos de mobilização social e cuidado coletivo. Essas experiências revelam a existência de capital social significativo nos territórios, que pode ser potencializado por meio de políticas públicas de fortalecimento comunitário e participação social.

De forma geral, a análise territorial do CRAS 5 evidencia um conjunto de comunidades rurais com forte identidade cultural, redes de solidariedade e importantes referências de proteção social local. Entretanto, persistem fragilidades estruturais relacionadas sobretudo

à mobilidade, ao saneamento básico, ao acesso a serviços de saúde especializados e à continuidade das trajetórias educacionais. Essas condições reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais que considerem as especificidades da ruralidade, ampliando a presença das políticas públicas nos territórios e reduzindo as desigualdades no acesso a direitos.

A análise dos Mapas Falados, realizada junto às equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), possibilitou identificar, de forma participativa, elementos relacionados às vulnerabilidades sociais, às potencialidades comunitárias e às dinâmicas territoriais presentes nos diferentes territórios de atuação da proteção social básica. O quadro a seguir sistematiza esses aspectos, articulando a leitura territorial às implicações para o planejamento e qualificação das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Quadro 1 - Síntese Analítica dos Territórios dos CRAS – Urbanos e Rural

Território CRAS	Vulnerabilidades territoriais identificadas	Potencialidades e proteções comunitárias	Implicações para o SUAS
CRAS 1	- Presença significativa de famílias em situação de pobreza - Inserção precária no mercado de trabalho - Precariedade habitacional em algumas áreas - Exposição a situações de violência e vulnerabilidade social	- Redes comunitárias e religiosas atuantes - Proximidade de equipamentos públicos e serviços socioassistenciais	- Fortalecer ações de acompanhamento familiar no PAIF - Ampliar estratégias de prevenção de violências - Intensificar articulações intersetoriais no território
CRAS 2	- Concentração de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza - Informalidade no trabalho - Elevada demanda por benefícios socioassistenciais	- Presença de escolas e unidades de saúde - Organizações comunitárias que atuam como suporte às famílias	- Intensificar o acompanhamento familiar - Fortalecer estratégias de inclusão produtiva - Ampliar articulação com políticas de geração de renda
CRAS 3	- Vulnerabilidades socioeconômicas associadas à baixa renda - Exposição de jovens a contextos de violência - Fragilização de vínculos familiares e comunitários em determinados locais	- Atuação de lideranças comunitárias- Espaços coletivos de convivência social	- Fortalecer o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Priorizar ações com crianças, adolescentes e jovens - Intensificar articulação com a rede de proteção
CRAS 4	- Desigualdades socioespaciais - Presença de famílias em situação de pobreza - Precariedades habitacionais - Demandas por ampliação do acesso a serviços públicos	- Presença de equipamentos públicos no território - Iniciativas comunitárias de apoio social	- Ampliar estratégias de territorialização das ações do CRAS - Fortalecer a articulação intersetorial para acesso a direitos
CRAS 5 (Zona Rural)	- Dispersão territorial das comunidades rurais - Dificuldades de mobilidade e acesso a serviços públicos - Presença de trabalho informal e sazonal no meio rural	- Fortes vínculos comunitários- Redes de solidariedade entre famílias - Atuação de associações rurais e organizações comunitárias	- Fortalecer estratégias de atendimento itinerante - Ampliar a descentralização das ações do CRAS - Intensificar o acesso da população rural aos serviços socioassistenciais

73

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CRAS 5 Boqueirão Comunidade Quilombola	- Dificuldade de acesso ao CRAS e Subprefeitura devido à distância e transporte limitado - Falta de oferta educacional local, ausência de educação de adultos e cuidador para crianças com deficiência - Serviços de saúde limitados: atendimento médico restrito, ausência de dentista e especialistas, poucas consultas por mês - Ausência de segurança pública regular e iluminação pública precária - Saneamento básico insuficiente (água por cisterna, poço desativado, lixo queimado, ausência de esgoto) - Transporte urbano restrito, alto custo da passagem - Ausência de espaços públicos estruturados para lazer, especialmente para crianças e adolescentes - Problemas com álcool e drogas em espaços comunitários	- CRAS e Subprefeitura de José Gonçalves como referências institucionais de proteção - Vínculos familiares sólidos, que fortalecem suporte doméstico - Agente comunitário de saúde e ambulância de José Gonçalves como apoio de proteção - Espaços de convívio religioso e associação comunitária como proteção social - Agrovilas com 84 casas, garantindo moradia estável - Estratégias locais de resistência comunitária, solidariedade e organização associativa - Igrejas católica e evangélica, campo de futebol e vínculos comunitários como suporte social - Aposentadoria, Bolsa Família e apoio comunitário oferecem base mínima de subsistência	- Necessidade de estratégias de transporte ou descentralização de serviços para garantir acesso efetivo à Proteção Social Básica - Ampliação de políticas socioeducativas, com transporte e oferta de programas educativos adaptados à realidade da comunidade - Fortalecimento de estratégias intersetoriais entre saúde e SUAS, garantindo acompanhamento contínuo e prevenção de agravos - Necessidade de articulação entre SUAS, segurança e comunitário para proteção integral e prevenção de riscos sociais - Intervenções integradas com políticas de infraestrutura, saneamento e saúde ambiental para reduzir vulnerabilidades - Planejamento de ações de mobilidade e inclusão produtiva, considerando a distância e isolamento do território - Promoção de atividades de convivência, lazer e cultura acessíveis, articuladas à Proteção Social Básica - Integrar políticas de prevenção, acompanhamento e fortalecimento de redes de proteção, incluindo assistência social, saúde e educação
CRAS 6	- Presença de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica - Dependência de programas de transferência de renda - Demandas por oportunidades de inclusão produtiva	- Redes comunitárias e organizações sociais locais - Presença de equipamentos públicos no território	- Fortalecer estratégias de inclusão produtiva - Ampliar o acompanhamento familiar - Intensificar articulação com políticas de trabalho e renda

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CRAS 7	- Baixa renda familiar - Inserção precária no mercado de trabalho - Precariedade habitacional em algumas áreas - Exposição a situações de violência social	- Iniciativas comunitárias de apoio social - Redes de solidariedade e convivência comunitária - Presença de equipamentos públicos	- Intensificar ações preventivas - Fortalecer estratégias de convivência comunitária - Ampliar articulação da proteção social básica com outras políticas
CRAS 8	- Concentração de famílias em situação de pobreza - Vulnerabilidade social associada à baixa renda - Demandas por acesso a serviços públicos e oportunidades de trabalho	- Redes comunitárias e religiosas atuantes - Presença de equipamentos públicos e espaços coletivos	- Ampliar estratégias de acompanhamento familiar - Fortalecer a rede territorial de proteção social - Intensificar ações de garantia de acesso a direitos

75

- FOTOS – MAPAS FALADOS



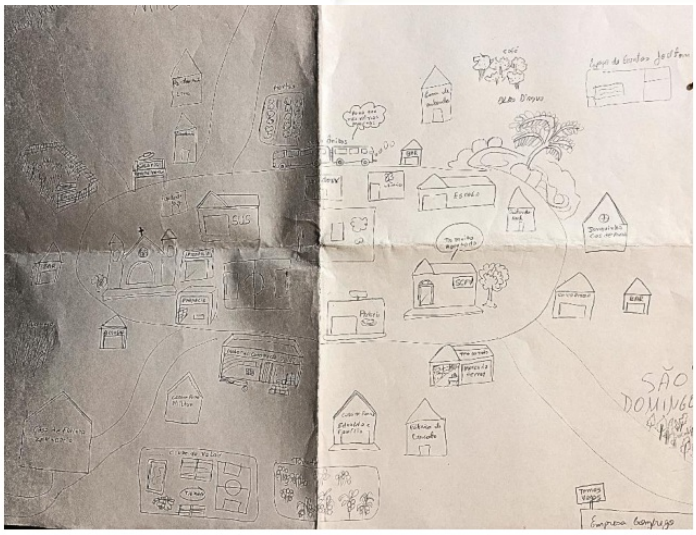





76

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil









77

Síntese Analítica dos Mapas Falados da Proteção Social Especial

Enquanto os Mapas Falados da Proteção Social Básica evidenciam principalmente situações de vulnerabilidade social e dinâmicas comunitárias dos territórios, as oficinas realizadas no âmbito da Proteção Social Especial permitem aprofundar a compreensão sobre contextos marcados por violações de direitos, conflitos territoriais e fragilidades na garantia de proteção integral.

A análise das oficinas do Mapa Falado realizadas no âmbito da Proteção Social Especial — envolvendo o CREAS Rural II – Bate Pé, o Centro Pop Adulto e o CREAS Novo Olhar, com adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto — possibilitou identificar percepções territoriais sobre situações de vulnerabilidade, violação de direitos, redes de proteção e dinâmicas comunitárias presentes em diferentes contextos do município.

De modo geral, os resultados evidenciam a centralidade dos equipamentos

socioassistenciais como principais referências institucionais de proteção, especialmente o CRAS, o CREAS e o Centro Pop, reconhecidos pelos participantes como espaços de acolhimento, orientação e apoio diante de situações de vulnerabilidade social. No caso da população em situação de rua, o Centro Pop se destaca como equipamento estruturante da proteção social, funcionando como ponto de acesso a direitos, atendimento básico e convivência, enquanto para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas o CRAS aparece como referência territorial de apoio e acesso a serviços.

As análises também revelam fragilidades na articulação da rede intersetorial, particularmente no acesso a serviços especializados de saúde mental, na presença institucional do sistema de justiça em territórios rurais e na oferta de políticas de inclusão produtiva e trabalho para públicos em situação de vulnerabilidade. No território rural de Bate Pé, por exemplo, foram apontadas dificuldades relacionadas à ausência de serviços especializados de saúde mental e à insuficiência de equipes para atendimento das demandas sociais existentes.

Outro aspecto recorrente refere-se à ambivalência na percepção dos espaços comunitários, que aparecem simultaneamente como locais de convivência e de risco. Praças, quadras esportivas, bares e áreas de circulação pública são frequentemente reconhecidos como importantes espaços de sociabilidade, mas também associados a situações de insegurança, consumo de álcool, presença do tráfico de drogas ou conflitos comunitários, especialmente no período noturno.

78

No caso dos adolescentes acompanhados pelo CREAS Novo Olhar, destaca-se a presença de contradições na percepção da segurança pública, com menções ao tráfico de drogas tanto como fator de risco quanto como elemento associado à manutenção de certa ordem territorial. Essa ambiguidade revela a complexidade das dinâmicas de poder presentes em determinados bairros e aponta para a necessidade de estratégias preventivas e de fortalecimento das redes de proteção voltadas à juventude.

A análise também evidenciou tensões e conflitos relacionados à atuação de forças de

A análise também evidencia tensões e conflitos relacionados à atuação de forças de segurança, especialmente no contexto da população em situação de rua, onde foram relatados episódios de abordagens consideradas constrangedoras por parte da Guarda Municipal. De modo semelhante, adolescentes do território do Jardim Valéria mencionaram situações de violência policial e presença constante de policiamento em determinados pontos do bairro, o que contribui para a produção de sentimentos de medo e insegurança.

Outro elemento importante refere-se à fragilidade ou ausência de espaços de lazer seguros e adequados, sobretudo para adolescentes e jovens. Em diversos territórios, os participantes relataram a inexistência ou precariedade de equipamentos públicos de lazer, bem como a presença de conflitos nesses espaços, indicando a necessidade de investimentos em infraestrutura comunitária que favoreça a convivência e a prevenção de situações de violência.

Por outro lado, os mapas também evidenciam importantes redes de proteção comunitária, especialmente vinculadas às relações familiares, à vizinhança, às instituições religiosas e a iniciativas solidárias presentes no território. Entre adolescentes, destaca-se o papel central da família — com forte presença da figura materna — como principal referência de cuidado e proteção. No caso da população em situação de rua, foram mencionadas ações de apoio realizadas por instituições religiosas e por alguns estabelecimentos comerciais, demonstrando a existência de estratégias comunitárias de solidariedade e sobrevivência.

Em síntese, o registro das escutas indica que, embora existam importantes referências institucionais e comunitárias de proteção, persistem vulnerabilidades estruturais relacionadas à violência, à exclusão social, à fragilidade das políticas públicas intersetoriais e às desigualdades territoriais, evidenciando a necessidade de fortalecimento das ações da Proteção Social Especial em articulação com outras políticas públicas, especialmente saúde, educação, segurança pública e políticas de inclusão produtiva.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

79

Quadro 2 – Vulnerabilidades e Implicações para a Proteção Social Especial

Vulnerabilidades territoriais identificadas	Potencialidades e proteções comunitárias	Implicações para o SUAS / PSE
- Abordagens consideradas constrangedoras ou violentas por agentes de segurança pública, especialmente em relação à população em situação de rua - Relatos de conflitos e sensação de insegurança associados à atuação policial em alguns territórios	- Presença de equipamentos socioassistenciais reconhecidos como espaços de acolhimento e proteção (Centro Pop, CRAS e CREAS) - Reconhecimento desses serviços como referência de apoio e orientação	- Fortalecimento do papel da Assistência Social na defesa de direitos - Ampliação da articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas de segurança pública
- Insuficiência de vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua - Limitações no acesso a serviços básicos de proteção social para esse público	- Existência do Centro Pop como espaço de acolhida, convivência e acesso a serviços - Atuação de instituições religiosas e iniciativas solidárias de apoio à população em situação de rua	- Fortalecimento das estratégias de atendimento e acompanhamento da população em situação de rua - Ampliação da articulação intersetorial para garantia de proteção social e inclusão social
- Ausência de políticas estruturadas de trabalho e renda para pessoas em situação de rua - Dificuldade de construção de autonomia econômica	- Iniciativas pontuais de apoio comunitário e propostas de trabalho comunitário mencionadas pelos participantes	- Necessidade de articulação com políticas de inclusão produtiva, trabalho e economia solidária
- Presença de dinâmicas territoriais associadas ao tráfico de drogas em alguns bairros - Ambivalência na percepção do tráfico como fator de risco e, simultaneamente, de controle territorial	- Existência de vínculos comunitários e redes de vizinhança que atuam como suporte cotidiano para adolescentes e famílias	- Ampliação de ações preventivas e socioeducativas voltadas a adolescentes e jovens - Fortalecimento de estratégias territoriais de convivência e prevenção de violências
- Fragilidade ou ausência de espaços públicos de lazer seguros para adolescentes e jovens - Uso de praças, quadras e bares associado a situações de risco, especialmente no período noturno	- Presença de equipamentos comunitários de convivência, como campos de futebol, quadras e praças, reconhecidos como espaços de sociabilidade	- Ampliação de ações socioeducativas e de convivência para adolescentes e jovens - Articulação com políticas de esporte, cultura e juventude
- Fragilidades na rede intersetorial, especialmente no acesso a serviços especializados de saúde mental e na presença institucional em territórios rurais	- Atuação de serviços de saúde reconhecidos como referências importantes, como Consultório na Rua, CAPS AD III e unidades básicas de saúde	- Fortalecimento da articulação intersetorial com a política de saúde - Qualificação dos fluxos de encaminhamento e acompanhamento entre serviços

80

- Desigualdades territoriais internas que impactam circulação, acesso a serviços e sensação de segurança	- Forte presença de redes familiares, especialmente com destaque para o papel das mães como referência de cuidado e proteção	- Desenvolvimento de estratégias territoriais de acompanhamento familiar no âmbito da Proteção Social Especial
- Fragilidade na visibilidade de lideranças comunitárias ou referências locais de resistência em alguns territórios	- Existência de iniciativas comunitárias e religiosas que promovem apoio, solidariedade e acolhimento	- Incentivo ao fortalecimento das redes comunitárias e à mobilização social nos territórios

13. Análise de situações de violência e violação de direitos

A análise das situações de violência e violação de direitos constitui dimensão fundamental para a compreensão das demandas de proteção social no território, especialmente no âmbito da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Essas situações expressam diferentes formas de vulnerabilidade e risco social, frequentemente associadas a desigualdades socioeconômicas, fragilização de vínculos familiares e comunitários e a dinâmicas territoriais que ampliam a exposição de determinados grupos populacionais a contextos de violência. Nesse sentido, a utilização de bases de dados administrativas contribui para identificar padrões de ocorrência e subsidiar o planejamento das ações de prevenção, proteção e atendimento às vítimas.

Os dados de notificações de violência registrados no SINAN da tabela 22 revelam um

Os dados de notificações de violência registrados no SINAN da tabela 22 revelam um total de 765 ocorrências no ano de 2025, distribuídas entre diferentes ciclos de vida e tipologias.

Tabela 22 - Notificações de violência registrados no SINAN em 2025

Tipos de Violências	Total
Violência Psicológica / Moral	234
Violência Física	260
Tortura	12
Violência Sexual	207
Tráfico de Pessoas	0
Violência Financeira / Econômica	5
Negligência / Abandono	39
Trabalho Infantil	4
Intervenção Legal	1
Outras Violências	3

Fonte: SINAN, 2025

Observa-se que três tipologias concentram praticamente a totalidade das notificações (91,7%): violência física, psicológica/moral e sexual. Esse dado revela que as formas de violência interpessoal predominantes no território estão associadas, sobretudo, a agressões físicas, violações emocionais e abusos de natureza sexual.

A violência física, com maior número absoluto de registros, pode estar relacionada tanto a conflitos intrafamiliares quanto a situações de violência comunitária, especialmente quando analisada em conjunto com a concentração etária na adolescência. Já a violência

psicológica/moral, segunda mais recorrente, indica presença significativa de dinâmicas de humilhação, ameaça, constrangimento e violência emocional, frequentemente associadas à violência doméstica e às relações desiguais de poder.

A violência sexual, terceira tipologia mais notificada, representa percentual expressivo (27,1%), configurando fenômeno de alta relevância social. Quando articulada ao recorte etário anteriormente analisado — com concentração entre 10 e 14 anos e predominância

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

feminina — evidencia quadro de vulnerabilidade acentuada de meninas adolescentes, demandando respostas intersetoriais estruturadas.

As notificações de negligência/abandono, embora em menor volume proporcional, mantêm importância qualitativa significativa, sobretudo quando relacionadas à infância e à pessoa idosa, por implicarem fragilização das funções protetivas familiares.

As demais tipologias — tortura, violência financeira/econômica, trabalho infantil, intervenção legal e outras violências — apresentam baixa incidência quantitativa, mas não devem ser desconsideradas no planejamento das ações, especialmente em função de sua gravidade e potencial subnotificação.

De modo geral, o panorama evidencia predominância de violências interpessoais com forte componente relacional e doméstico, reforçando a centralidade das estratégias de prevenção, proteção e acompanhamento familiar no âmbito da rede socioassistencial, em articulação com a saúde e o sistema de garantia de direitos.

A distribuição dessas notificações permite identificar padrões relevantes relacionados ao perfil das vítimas, às tipologias de violência e aos grupos populacionais mais afetados e as faixas etárias.

Tabela 23 - Distribuição dos casos de violência do SINAN por faixa etária

Faixa etária	Total de casos	% sobre o total
Menor de 1 ano	1	0,1%
1 a 4 anos	41	5,4%
5 a 9 anos	114	14,9%
10 a 14 anos	*276*	*36,1%*
15 a 19 anos	*235*	*30,7%*
Maior de 60	98	12,8%
Total	765	100,00%

Fonte: SINAN, 2025

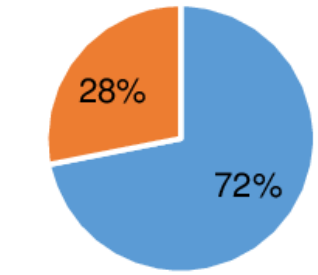
A análise etária apresentada na tabela 23 evidencia forte concentração na adolescência, especialmente entre 10 e 14 anos (276 casos, correspondendo a 36,1% do total) e 15 a 19 anos (235 casos, 30,7%). Somadas, essas duas faixas representam 66,8%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

das notificações, configurando a adolescência como o principal grupo de exposição às diversas formas de violência no município.

No recorte por sexo, observa-se no gráfico 16 a predominância feminina expressiva, com aproximadamente 72% das notificações envolvendo meninas e mulheres.

Gráfico 16 - Proporção por sexo das notificações de Violência no SINAN 2025





Fonte: SINAN, 2025

Essa feminização é ainda mais evidente quando analisadas determinadas tipologias, sobretudo a violência sexual, que totaliza 207 registros. Desses, a maior incidência ocorre entre 10 e 14 anos (92 casos, sendo 80 do sexo feminino) e 15 a 19 anos (50 casos, sendo 47 do sexo feminino). O dado evidencia elevada vulnerabilidade de meninas adolescentes à violência sexual, apontando para a necessidade de estratégias intersetoriais de prevenção, proteção e responsabilização, envolvendo assistência social, saúde, educação e sistema de justiça.

Com o objetivo de qualificar a análise sobre as situações de violência e violação de direitos no município, foram examinados os registros de notificações de violência constantes no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), considerando a distribuição dos casos segundo tipo de violência, faixa etária e sexo das vítimas.

A sistematização desses dados permite identificar padrões relevantes quanto aos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

grupos populacionais mais expostos às diferentes formas de violência, contribuindo para uma compreensão mais precisa das situações de risco social presentes no território.

A tabela 24 apresenta a distribuição das notificações registradas no período analisado, possibilitando a visualização do total de ocorrências por tipo de violência, bem como sua incidência entre diferentes faixas etárias e entre homens e mulheres.

84

Tabela 24 - Notificações de violência registrados no SINAN por faixa etária, tipo de violência e sexo no ano de 2025

TIPO DE VIOLÊNCIA	FAIXA ETÁRIA											
	MENOR DE 1 ANO		1 A 4		5 A 9		10 A 14		15 A 19		MAIOR DE 60	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Violência Psicológica / Moral	0	0	5	4	27	16	61	25	50	25	21	0
Violência Física	1	0	8	7	17	12	69	17	50	34	30	15
Tortura	0	0	0	1	0	0	1	1	1	8	0	0
Violência Sexual	0	0	9	4	22	8	80	12	47	3	20	2
Tráfico de Pessoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Financeira / Econômica	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Negligência / Abandono	0	0	3	0	0	10	6	4	6	1	9	0
Trabalho Infantil	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0
Intervenção Legal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Outras Violências	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1
Sub Total	**1**	**0**	**25**	**16**	**66**	**48**	**217**	**59**	**161**	**74**	**80**	**18**
TOTAL	**1**		**41**		**114**		**276**		**235**		**98**	

A violência física (260 registros) também apresenta concentração relevante na adolescência, especialmente entre 10 e 14 anos (86 casos) e 15 a 19 anos (84 casos), com distribuição mais equilibrada entre os sexos. Esse padrão pode indicar tanto situações de violência intrafamiliar quanto conflitos interpessoais e comunitários, demandando atuação

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

articulada da Proteção Social Especial, especialmente por meio do PAEFI, e ações preventivas no âmbito da Proteção Social Básica.

A violência psicológica, com 234 notificações, segue tendência semelhante, concentrando-se nas mesmas faixas etárias da adolescência, o que reforça a compreensão de que esse ciclo de vida está exposto a múltiplas formas de violação de direitos, muitas vezes de forma concomitante.

Destaca-se, ainda, a ocorrência de 98 notificações envolvendo pessoas com mais de 60 anos (12,8% do total), com predominância de violência física e psicológica, além de registros de violência sexual. Esse dado sinaliza que, embora a adolescência concentre o maior volume de notificações, a violência contra a pessoa idosa constitui fenômeno relevante no território, demandando fortalecimento das estratégias de proteção e acompanhamento familiar.

85

A negligência aparece principalmente nas faixas etárias da infância e pré-adolescência, indicando fragilidades nas funções protetivas familiares em determinados contextos. Embora quantitativamente inferior às demais tipologias, trata-se de violação com impacto significativo no desenvolvimento infantil e que dialoga diretamente com a atuação da Proteção Social Básica e Especial.

De modo geral, o conjunto das notificações revela padrão marcado pela intersecção entre ciclo de vida e gênero, com centralidade da adolescência feminina como grupo mais exposto, especialmente à violência sexual e psicológica. Tais evidências reforçam a importância do fortalecimento da rede de enfrentamento às violências, da articulação entre CREAS, CRAS, políticas de saúde e educação, bem como da implementação de estratégias preventivas territorializadas voltadas à juventude.

13. Capacidade de resposta da Política Municipal de Assistência Social

a) Ofertas da Política Municipal de Assistência Social/SUAS

A Política de Assistência Social, reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como direito do cidadão e dever do Estado no âmbito da Seguridade Social, é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão descentralizado e participativo. Sua organização é orientada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS), que definem princípios, diretrizes, responsabilidades entre os entes federados e parâmetros para a estruturação da rede socioassistencial.

Nos termos da LOAS, a assistência social estrutura-se por níveis de proteção social, organizados de forma complementar e articulada, conforme a natureza e a complexidade das situações atendidas:

- Proteção Social Básica (PSB): compreende o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios destinados à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos. Opera prioritariamente em territórios com maiores índices de vulnerabilidade, tendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como unidade pública estatal de referência.

- Proteção Social Especial (PSE): destina-se a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, decorrente de violações de direitos. Organiza-se em média e alta complexidade, ofertando serviços voltados à reconstrução de vínculos familiares e comunitários, à defesa de direitos e à proteção integral diante de situações como violência, negligência, abandono, entre outras.

86

No âmbito do município de Vitória da Conquista, a organização das ofertas socioassistenciais materializa-se por meio da rede pública coordenada pela Secretaria

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), em articulação com a rede socioassistencial complementar e demais políticas públicas setoriais. A estrutura municipal contempla unidades de Proteção Social Básica e Especial distribuídas territorialmente, observando o princípio da territorialização, a matricialidade sociofamiliar e a centralidade na garantia de direitos.

A rede é ainda integrada por benefícios socioassistenciais, ações de vigilância socioassistencial, gestão do Cadastro Único e programas de transferência de renda, compondo um arranjo institucional que busca responder às múltiplas expressões da vulnerabilidade e do risco social no território conquistense. Nesse sentido, a análise das ofertas da Política Municipal de Assistência Social exige considerar não apenas a existência formal dos serviços, mas sua capacidade instalada, cobertura territorial, articulação intersetorial e adequação às demandas identificadas no diagnóstico socioterritorial.

I. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

No âmbito da Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) configura-se como uma unidade pública descentralizada e a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Cabe ao CRAS a execução dos serviços e ações da proteção básica, bem como a função estratégica de realizar a gestão territorial de sua área de abrangência, articulando-se com a rede socioassistencial, promovendo a organização das unidades a ele referenciadas e assegurando o gerenciamento dos processos de trabalho desenvolvidos no território.

- **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

No âmbito da Proteção Social Básica, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui o principal serviço ofertado pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), configurando-se como eixo estruturante do trabalho social com

famílias no SUAS. Trata-se de um serviço de caráter continuado, voltado ao fortalecimento da função protetiva da família, à prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários e à ampliação do acesso a direitos e oportunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

O PAIF desenvolve ações direcionadas a famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrentes de condições como pobreza, privação material e fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Sua atuação se orienta pela atenção integral à família, considerando as múltiplas dimensões que atravessam as vivências familiares no território, bem como os fatores que podem produzir ou intensificar situações de risco social (BRASIL, 2011).

Como serviço público, universal e gratuito, de responsabilidade estatal, o PAIF organiza um conjunto diversificado de ações, entre as quais se destacam: acolhida, acompanhamento familiar, visitas domiciliares, estudos sociais, orientações e encaminhamentos, desenvolvimento de grupos de famílias, atividades comunitárias, campanhas socioeducativas, ações de informação e defesa de direitos, promoção do acesso à documentação civil e fortalecimento das redes sociais de apoio. Essas ações são articuladas à leitura do território e ao trabalho em rede, de modo a qualificar a intervenção social e ampliar a capacidade protetiva das famílias (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o PAIF consolida-se como o principal serviço de acompanhamento familiar da Proteção Social Básica, contribuindo para a superação de vulnerabilidades múltiplas, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção de situações que possam comprometer a convivência social, a dignidade humana e o acesso a direitos no âmbito do território (BRASIL, 2012).

Com a regulamentação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), a qual dentre outros avanços normativos propiciou o reordenamento do PETI e Projovem em serviços de ação continuada, sendo instituído, assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem a finalidade precípua de complementação do trabalho social com famílias executado pelo PAIF, sendo organizado em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertencimento e de identidade, com a intenção de promover sua emancipação e autonomia.

Devem-se respeitar as necessidades e habilidades dos participantes levando em conta as especificidades do seu ciclo de vida, preservando a diversidade, através de atividades pensadas e planejadas de acordo com cada faixa etária, utilizando como base os eixos estruturantes e seus sub eixos, que norteiam o trabalho preventivo. Pode ser ofertado no CRAS ou em outras unidades como nos Centros de Convivências. Estas podem ser unidades públicas (execução direta) e/ou entidades ou organizações de assistência social (execução indireta).

88

Os Centros de Convivência são unidades vinculadas aos CRAS que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), conforme a Tipificação, se constituem como espaços de convivência que favorecem as interações e previnem as situações de risco e vulnerabilidade social, complementando o trabalho realizado pelo PAIF nos CRAS de referência. Portanto, a inserção de usuários no Serviço de Convivência é uma prerrogativa do PAIF, garantindo o funcionamento da PSB do SUAS e contribuindo na materialização de uma rede de proteção social nos territórios. As ações devem ser planejadas em conjunto entre a equipe de referência do PAIF e a equipe de referência do SCFV.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por ciclo de vida**

SCFV para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos – Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos - Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no

89

desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

SCFV para jovens de 18 a 29 anos - Tem por foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na proteção social, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo. Contribuir para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens. Estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e vivências para o alcance de autonomia e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

protagonismo social. Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas. Contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho, assim como no sistema de saúde básica e complementar. Propiciar vivências que valorizam as experiências que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos jovens, estimulando a participação na vida pública no território, ampliando seu espaço de atuação para além do território além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

SCFV para jovens e adultos de 29 a 59 anos - Tem por foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo ações complementares, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e encontros intergeracionais de modo a desenvolver a sua convivência familiar e comunitária. Contribuir para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e detectar necessidades e motivações, habilidades e talentos, propiciando vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de

90

desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo. Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas. Contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos adultos no sistema educacional, no mundo do trabalho e no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso, além de propiciar vivências que valorizam as experiências, que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social, ampliando seu espaço de atuação para além do território.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

SCFV para pessoa idosa - Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir.

- **Acessuas Trabalho**

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho integra a Política de Assistência Social e tem como finalidade promover o acesso de usuários do SUAS ao mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento de ações articuladas que ampliem oportunidades de inclusão produtiva. O programa é direcionado, prioritariamente, a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

O ACESSUAS Trabalho atua por meio de ações de mobilização, orientação, encaminhamento e acompanhamento dos usuários, visando à identificação de potencialidades, interesses e trajetórias profissionais, bem como à superação de barreiras sociais que dificultam o acesso ao trabalho e à renda. Sua execução pressupõe a articulação com os serviços socioassistenciais, especialmente a Proteção Social Básica, e com políticas públicas de trabalho, emprego, qualificação profissional, educação e desenvolvimento econômico.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Nesse sentido, o programa contribui para o fortalecimento da autonomia dos usuários, a ampliação do acesso a direitos e a construção de estratégias de inclusão produtiva, reafirmando o papel da assistência social na promoção da proteção social articulada às demais políticas públicas.

- **Benefícios Socioassistenciais**

Os Benefícios Socioassistenciais integram a Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, constituindo importante estratégia de ampliação da proteção social no âmbito do SUAS. Sua oferta deve ocorrer de forma articulada às seguranças afiançadas pela política de assistência social, contribuindo para a atenção às situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas por indivíduos e famílias.

Esses benefícios devem ser operacionalizados de maneira integrada aos serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, de modo a favorecer a inclusão dos beneficiários e de suas famílias nas ofertas da rede, fortalecendo o acesso a direitos e a capacidade protetiva.

Nesse contexto, os Benefícios Socioassistenciais organizam-se em duas modalidades: benefícios de caráter continuado, destinados a públicos que demandam proteção permanente, e benefícios eventuais, voltados ao enfrentamento de contingências sociais específicas e temporárias.

- **Programa Primeira Infância no SUAS (PIS)**

O Programa Primeira Infância no SUAS (PIS) integra as ofertas da Proteção Social Básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral na primeira infância, por meio do fortalecimento das capacidades protetivas das famílias, da ampliação do acesso a direitos e da articulação intersetorial no território. Suas ações são planejadas e executadas no âmbito do CRAS, de forma articulada ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), priorizando famílias com gestantes e crianças de até 6 anos em situação de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

vulnerabilidade social.

No processo recente de reordenamento da política de assistência social, as ações voltadas à primeira infância no âmbito do PIS foram institucionalizadas como serviço socioassistencial tipificado, com a criação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC), por meio da Resolução CIT nº 30, de 6 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 2025, que regulamenta o serviço e pactua suas ações no âmbito do SUAS. A regulamentação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Esse reordenamento consolida a superação da lógica de programa paralelo, reafirmando a centralidade do SUAS, do PAIF e do CRAS na organização do acompanhamento familiar. 92

O SPSBD-GC configura-se como oferta continuada da Proteção Social Básica, com acompanhamento domiciliar planejado, territorializado e articulado às demais ofertas da PSB, tendo como objetivos o fortalecimento da função protetiva das famílias, a promoção do desenvolvimento integral infantil e a prevenção de situações de risco social. A criação do serviço reforça a coerência metodológica do trabalho social com famílias, a articulação em rede e a integração das ações da primeira infância à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), a qual normatizou em todo território nacional as ofertas socioassistenciais, a Proteção Social Básica de Vitória da Conquista está organizada com as seguintes ofertas:

Tabela 25 - Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica de Vitória da Conquista

REDE SOCIOASSISTENCIAL – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
SERVIÇOS E PROGRAMAS	**EXECUÇÃO PELA REDE PÚBLICA**	**EXECUÇÃO PELA REDE PRIVADA**
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	• CRAS 1 - Bruno Bacelar • CRAS 2 - Vila América • CRAS 3 - Pedrinhas • CRAS 4 - Jardim Valéria • CRAS 5 - Zona Rural • CRAS 6 - Nova Cidade	Não há execução pela Rede Privada

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Integral a Família - PAIF	• CRAS 6- Nova Cidade • CRAS 7 - N. Srª. Aparecida • CRAS 8 - Miro Cairo	

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de 6 a 15 anos	• CRAS 1 - Bruno Bacelar • CRAS 2 - Vila América • CRAS 3 - Pedrinhas • CRAS 4 - Jardim Valéria • CRAS 5 - Zona Rural • CRAS 6- Nova Cidade • CRAS 7 - N. Srª. Aparecida • CRAS 8 - Miro Cairo • CCCC	• Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); • Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social (ASBEAS); • Fundação de Assistência e Desenvolvimento Humano para Criança, Adolescente e seus Familiares (FAMEC); • Instituto Social Creche Bela Vista (ISBV); • Instituto Social Padre Benedito Soares; • Instituto Social Vivendo e Aprendendo; • Pastoral do Menor Nossa Senhora das Graças; • Pastoral do Menor Nossa Senhora de Fátima; • Bom Samaritano
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de 15 a 17 anos	• CRAS 1 - Bruno Bacelar • CRAS 2 - Vila América • CRAS 3 - Pedrinhas • CRAS 4 - Jardim Valéria • CRAS 5 - Zona Rural • CRAS 6- Nova Cidade • CRAS 7 - N. Srª. Aparecida • CRAS 8 - Miro Cairo • CCCC	• Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); • Fundação de Assistência e Desenvolvimento Humano para Criança, Adolescente e seus Familiares (FAMEC); • Instituto Social Creche Bela Vista (ISBV) • Instituto Social Vivendo e Aprendendo; • Pastoral do Menor Nossa Senhora das Graças; • Pastoral do Menor Nossa Senhora de Fátima;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de 18 a 59 anos	• CRAS 1 - Bruno Bacelar • CRAS 3 - Pedrinhas • CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	• Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) • Fundação de Assistência e Desenvolvimento Humano para Criança, Adolescente e seus Familiares (FAMEC); • Instituto Social Creche Bela Vista (ISBV); • Instituto Social Vivendo e Aprendendo; • Pastoral do Menor Nossa Senhora de Fátima; • Bom Samaritano; • União de Mulheres de Vitória da Conquista
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para Pessoas Idosas	• CRAS 1 - Bruno Bacelar; • CRAS 2 - Vila América; • CRAS 3 - Pedrinhas; • CRAS 6 - Nova Cidade. • CCI	• Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); • Fundação de Assistência e Desenvolvimento Humano para Criança, Adolescente e seus Familiares (FAMEC); • União de Mulheres de Vitória da Conquista;

Primeira Infância no SUAS	• CRAS 1 - Bruno Bacelar • CRAS 2 - Vila América • CRAS 3 - Pedrinhas • CRAS 4 - Jardim Valéria • CRAS 5 - Zona Rural • CRAS 6- Nova Cidade • CRAS 7 - N. Srª. Aparecida • CRAS 8 - Miro Cairo	Não há execução da Rede Privada
Programa ACESSUAS Trabalho	• CRAS 1 - Bruno Bacelar • CRAS 2 - Vila América • CRAS 3 - Pedrinhas • CRAS 4 - Jardim Valéria • CRAS 5 - Zona Rural • CRAS 6- Nova Cidade • CRAS 7 - N. Srª. Aparecida • CRAS 8 - Miro Cairo	Não há execução da Rede Privada

Fonte: CENSO SUAS/SAGI/MDS – Adaptação Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

II. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PSE

A Proteção Social Especial (PSE) integra a política pública de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que vivenciam situações de risco pessoal e social decorrentes de

violação de direitos.

Diferentemente da Proteção Social Básica (PSB), cujo caráter é preventivo e proativo, e voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a PSE possui natureza protetiva e reparadora, atuando diante de situações já configuradas de violência, negligência, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, uso abusivo de substâncias psicoativas, entre outras expressões da questão social.

A PSE organiza-se por níveis de complexidade, média e alta, definidos conforme a gravidade da violação, o grau de rompimento dos vínculos familiares e comunitários e a necessidade (ou não) de afastamento do convívio familiar.

Sua execução exige articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), demandando gestão intersetorial e compartilhada com o Sistema de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, políticas de Saúde, Educação, Segurança Pública, entre outras.

No âmbito municipal, a Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE) foi instituída pela Lei Complementar nº 1.986, de 30 de maio de 2014, com a finalidade de coordenar e articular os serviços de natureza protetiva destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social no Município de Vitória da Conquista – BA.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 2.587, de 03 de janeiro de 2022, reorganizou a estrutura administrativa da política de Assistência Social, extinguindo a antiga gerência unificada de média e alta complexidade e instituindo gerências específicas para:

- Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Atualmente, o município conta com:

- 07 unidades que ofertam serviços de Média Complexidade;
- 04 unidades que ofertam serviços de Alta Complexidade;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), articulado à PSE.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- **Proteção Social Especial de Média Complexidade**

A Proteção Social Especial de Média Complexidade atende famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, não demandando, portanto, o afastamento do convívio familiar.

Caracteriza-se pela oferta de acompanhamento especializado, individual e familiar, com intervenções sistemáticas, plano de acompanhamento e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial.

No Município de Vitória da Conquista, a Média Complexidade é ofertada por meio dos seguintes serviços e equipamentos:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O PAEFI é executado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS):

- CREAS Central
- CREAS Centro Integrado dos Direitos da Criança e Adolescente
- CREAS Rural I – José Gonçalves
- CREAS Rural II – Bate Pé
- CREAS – Novo Olhar

O serviço realiza acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, por meio de escuta qualificada, construção de plano de acompanhamento familiar, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e encaminhamentos à rede socioassistencial e demais políticas públicas.

b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

O município executa diretamente, por meio do CREAS Novo Olhar, os seguintes serviços:

- Liberdade Assistida (LA);
- Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Esses serviços destinam-se a adolescentes autores de ato infracional, conforme determinação judicial, e têm como objetivo promover acompanhamento técnico, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, responsabilização orientada e construção de projetos de vida, em articulação com o Judiciário e demais políticas públicas.

c) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

O atendimento à população em situação de rua é realizado por meio de dois equipamentos específicos:

- Centro Pop Adulto;
- Centro Pop Criança e Adolescente.

Esses equipamentos ofertam atendimento especializado, escuta qualificada, construção de planos de acompanhamento, acesso à documentação civil, encaminhamentos à rede socioassistencial e intersetorial, além de ações voltadas à reconstrução de vínculos e superação da situação de rua.

O Serviço de Abordagem Social está vinculado ao Centro Pop, realizando busca ativa, identificação de situações de risco nas ruas e encaminhamento para a rede de proteção.

d) Atendimento à Pessoa com Deficiência, Pessoa Idosa e suas Famílias

No âmbito da Média Complexidade, o município executa, de forma indireta, serviços voltados à pessoa com deficiência, pessoa idosa e suas famílias, por meio de entidades socioassistenciais parceiras:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Vitória da Conquista;
- Associação Conquistense de Integração do Deficiente (ACIDE).

Essas ofertas são cofinanciadas pelo Piso de Transição de Média Complexidade (PTMC) e integram a rede socioassistencial vinculada ao SUAS, atuando de forma complementar às ações públicas diretas.

Quadro 3 - Demonstrativo das Ofertas dos Serviços, Modalidade da Rede e Equipamentos de Execução

SERVIÇO	EXECUÇÃO PELA REDE PÚBLICA	EXECUÇÃO PELA REDE PRIVADA
Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	CREAS Central CREAS CIDCA CREAS Rural 1 – José Gonçalves CREAS Rural 2 – Bate Pé CREAS Novo Olhar	Oferta Direta
Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade	CREAS Novo Olhar	Oferta Direta

98

Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).		
Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua	Centro Pop Adulto Centro Pop Criança e Adolescente	Oferta Direta
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop	Oferta Direta
Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	APAE ACIDE	Oferta Indireta

Fonte: CADSUAS, CNEAS

Quadro 4 - Rede Socioassistencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade

REDE SOCIOASSISTENCIAL – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE		
SERVIÇOS	**EXECUÇÃO PELA REDE PÚBLICA**	**EXECUÇÃO PELA REDE PRIVADA**
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI	CREAS Central CREAS CIDCA CREAS Rural 1 – José Gonçalves CREAS Rural 2 – Bate Pé CREAS Novo Olhar	Não há execução pela Rede Privada
Serviço de Proteção Social Especial a		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	CREAS Novo Olhar	Não há execução pela Rede Privada
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Não há oferta direta	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Associação Conquistense de Integração do Deficiente – (ACIDE)
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Centro POP Adulto Centro POP Criança e Adolescente	Não há oferta pela Rede Privada
Serviço especializado em Abordagem Social	Centro POP Adulto	Não há oferta pela Rede Privada

Fonte: CENSO SUAS/SAGI/MDS – Adaptação Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial, 2025.

- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade integra a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e destina-se a situações em que há rompimento ou

necessidade de afastamento do convívio familiar e comunitário, exigindo provisão[99] de acolhimento institucional ou familiar. Conforme a Lei nº 12.435/2011, que altera a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), a Proteção Social Especial tem por finalidade a reconstrução de vínculos, a defesa de direitos e a proteção de famílias e indivíduos diante de situações de violação.

No âmbito da Alta Complexidade, os serviços caracterizam-se pela oferta de moradia provisória, proteção integral e acompanhamento especializado, garantindo condições de segurança, higiene, alimentação, convivência e desenvolvimento de autonomia. Diferentemente da Média Complexidade, na qual os vínculos familiares encontram-se

fragilizados, mas preservados, a Alta Complexidade atua quando há necessidade de afastamento temporário ou excepcional do núcleo familiar, sempre orientada pelos princípios da excepcionalidade e da provisoriedade.

A organização e as modalidades dos serviços de Alta Complexidade estão definidas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, que estabelece parâmetros técnicos quanto ao público atendido, forma de oferta, capacidade de atendimento e objetivos do acompanhamento. Entre as principais modalidades encontram-se o acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o acolhimento para adultos e famílias, o acolhimento para pessoas idosas e para pessoas com deficiência, além do acolhimento em república e do serviço de família acolhedora.

A execução desses serviços demanda gestão compartilhada e articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos, especialmente com o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e políticas públicas setoriais, considerando que o ingresso e o desligamento do acolhimento envolvem medidas protetivas e acompanhamento técnico sistemático.

Nesse contexto, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade constitui provisão essencial para assegurar proteção integral a indivíduos e famílias em situações extremas de vulnerabilidade, garantindo condições dignas de acolhimento e promovendo estratégias voltadas à reintegração familiar ou à construção de novas referências de convivência.

Neste âmbito, o município estrutura a oferta de serviços voltados à proteção integral de indivíduos e famílias em situação de rompimento de vínculos familiares ou ausência de referência de moradia, garantindo acolhimento provisório e acompanhamento técnico especializado.

a) Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

100

Para crianças e adolescentes, o município oferta o Serviço de Acolhimento Institucional, executados de forma direta na Unidade Municipal de Acolhimento e na Unidade

Acolhendo e Cuidando. Conforme definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o acolhimento para esse público deve assegurar proteção integral, preservação de vínculos familiares sempre que possível, e construção de estratégias voltadas à reintegração familiar ou colocação em família substituta, observando os princípios da excepcionalidade e da provisoriedade da medida.

b) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Constitui modalidade prioritária para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva, proporcionando cuidado individualizado em ambiente familiar, sob acompanhamento técnico sistemático, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. Conforme definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o acolhimento para esse público deve assegurar proteção integral, preservação de vínculos familiares sempre que possível, e construção de estratégias voltadas à reintegração familiar ou colocação em família substituta, observando os princípios da excepcionalidade e da provisoriedade da medida.

c) Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias

O Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias é ofertado pela Instituição Cristo Liberta, conhecida como Casa do Andarilho, caracterizada como casa de passagem. De acordo com a Tipificação Nacional, essa modalidade destina-se a pessoas em situação de rua, desabrigo por abandono ou migração, bem como pessoas em trânsito e sem condições imediatas de autossustento, assegurando acolhimento provisório, privacidade, condições dignas de permanência e encaminhamento à rede de serviços.

d) Serviço de Acolhimento Institucional para Idoso

No que se refere à pessoa idosa, o Serviço de Acolhimento Institucional é ofertado de forma indireta por meio de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a saber: Abrigo Nosso Lar, Nossa Casa Terceira Idade e Abrigo Lar Terceira Idade. Nos termos da Tipificação, esse serviço destina-se a idosos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, sem condições de autossustento ou de permanência com a família, garantindo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

moradia, cuidados e acompanhamento interdisciplinar.

e) Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência

101

A Unidade Municipal de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica/Intrafamiliar, Ameaçadas de Morte e/ou em Risco Iminente de Morte, denominada Casa Rosa. Esse serviço se caracteriza pelo acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. As casas abrigo constituem locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de iminente de morte, em razão da violência doméstica. Trata-se, portanto, de um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

Quadro 5 - Demonstrativo das Ofertas dos Serviços, Modalidade da Rede e Equipamentos de Execução de Alta Complexidade

REDE SOCIOASSISTENCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
Serviço	**Oferta**	**Execução**
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Oferta Direta	Unidade Municipal de Acolhimento Unidade de Acolhimento Institucional Acolhendo e Cuidando
Serviço de Acolhimento para Criança e Adolescente em Família Acolhedora	Oferta Direta	Em Família Acolhedora
Serviço de Acolhimento de Mulheres em Situação de Violência	Oferta Direta	Casa Rosa
Serviço de Acolhimento Institucional para pessoa idosa (ILPI)	Oferta Indireta	Abrigo Nosso Lar Nossa Casa Terceira Idade Abrigo Lar Terceira Idade
Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (Casa de Passagem).	Oferta Indireta	Casa do Andarilho

Fonte: Coordenação de Proteção Social Especial

Alinhada normativamente às demais ofertas socioassistenciais, a rede de serviços e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Afinada normativamente às demais ofertas socioassistenciais, a rede de serviços e programas voltados a Proteção Social Especial de Alta Complexidade em Vitória da Conquista executa:

Quadro 6 - Rede Socioassistencial da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

REDE SOCIOASSISTENCIAL – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE		
SERVIÇOS	**EXECUÇÃO PELA REDE PÚBLICA**	**EXECUÇÃO PELA REDE PRIVADA**
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Unidade Municipal de Acolhimento Unidade de Acolhimento Institucional Acolhendo e Cuidando	Não há oferta pela Rede Privada
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente	Não há oferta pela Rede Privada
Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias	Não há oferta direta	Associação Comunitária Cristo Liberta (Casa do Andarilho). Lar da Misericórdia
Serviço de Acolhimento para Pessoa idosa	Não há oferta direta	União Espírita de Vitória da Conquista (Abrigo Nosso Lar); Abrigo Lar Terceira Idade;

Fonte: CENSO SUAS/SAGI/MDS – Adaptação Coordenação de Planejamento e Vigilância Socioassistencial, 2025.

III. COORDENAÇÃO DE RENDA E CIDADANIA

É responsável por coordenar a inscrição das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, prestar suporte técnico aos postos de atendimento, divulgar os programas sociais às famílias de baixa renda e adotar medidas de controle, monitoramento e prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais. Além disso, por meio da política de intersetorialidade, implementa e executa estratégias de inclusão social.

Ao articular-se com a Rede Socioassistencial e demais políticas públicas, a Coordenação de Renda e Cidadania define estratégias para a identificação das famílias que compõem o público-alvo do Cadastro Único, bem como para a execução da inscrição ou

atualização de seus registros cadastrais. A partir dessa articulação, e por meio de interlocução permanente, promove a utilização desse banco de dados no planejamento e na gestão de programas sociais voltados à população de baixa renda.

Com o objetivo de garantir dados mais precisos e alinhados à realidade, a Coordenação atua na manutenção da veracidade das informações inseridas no Cadastro Único, por meio dos canais de denúncia e das equipes de averiguação.

O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, e demais normas aplicáveis, constitui uma base de dados destinada à identificação e à caracterização das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no país, subsidiando o Governo Federal no planejamento, na implementação e na avaliação de políticas públicas voltadas a essa população.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. No âmbito federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) atua como gestor do Cadastro Único, enquanto a Caixa Econômica Federal exerce a função de agente operador, sendo responsável pelo Sistema de benefícios ao Cidadão - SIBEC. Há, ainda, a

103

participação da Dataprev, que provê o novo aplicativo e o site do Cadastro Único.

Ao realizar a inscrição ou a atualização de seus dados no Cadastro Único, o cidadão torna-se apto a participar de diversos programas sociais dos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Atualmente, 42 programas federais utilizam essa base de dados para o planejamento e a gestão de suas ações. Contudo, o simples cadastramento não implica inclusão automática nos programas sociais. Embora utilizem as informações do Cadastro Único, esses programas são geridos por outros órgãos. A seleção e o atendimento das famílias ocorrem conforme critérios e procedimentos estabelecidos pelos respectivos gestores e pela legislação específica de cada programa.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Relação de programas federais que utilizam o Cadastro Único

- Ação de Distribuição de Alimentos (ADA)
- Auxílio-Inclusão
- Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- BPC na Escola
- Carteira da Pessoa Idosa
- Concessão de bolsas por entidades com Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área da educação (CEBAS-Educação)
- Créditos Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária
- Descontos nos preços dos serviços do INPI
- Distribuição de conversores de TV Digital – Programa Digitaliza Brasil
- Facultativo de Baixa Renda
- FIES Social
- Identidade Jovem (ID Jovem)
- Isenção de Pagamento de Taxas sobre Imóvel da União
- Isenção de taxas de inscrição em concursos públicos
- Isenções na taxa de inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
- Passe Livre
- Programa Acredita no Primeiro Passo
- Programa Auxílio Gás
- Programa Bolsa Família
- Programa Bolsa Verde
- Programa Cisternas – Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água

104

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa de Distribuição de Antenas para Usuários que recebem Sinais de TV Aberta
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
- Programa Dignidade Menstrual
- Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB)
- Programa Internet Brasil
- Programa Minha Casa Minha Vida
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
- Programa Nacional de Crédito Fundiário – Terra Brasil
- Programa Nacional de Reforma Agrária
- Programa Pé-de-Meia
- Programa Primeira Infância no SUAS
- Projeto Dom Hélder Câmara
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Sistema de Seleção Unificada – Sisu / Lei de Cotas
- Tarifa Social de Água e Esgoto
- Tarifa Social de Energia Elétrica
- Telefone Popular – Acesso Individual Classe Especial
- Urbanização de Assentamentos Precários

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Abril 2025.

Dentre os programas de assistência social existentes, destaca-se o Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. O programa consiste em transferência direta e condicionada de renda, com o objetivo de combater a fome, contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza. Têm direito ao benefício as famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a R$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- **Locais de atendimentos do CadÚnico**

105

Atualmente, o atendimento do Cadastro Único é realizado em treze postos distribuídos em diferentes territórios, além de ações comunitárias realizadas nas zonas rural e urbana, com o objetivo de alcançar um maior número de pessoas. Entre os serviços ofertados estão novos cadastros, atualizações cadastrais e consultas sobre a situação cadastral e de benefícios.

Postos de Atendimento

Coordenação de Renda e Cidadania – SEMDES
Endereço: Avenida Juracy Magalhães, nº 182, Bairro Jurema – Telefone: (77) 3229-3229.

Prefeitura da Zona Oeste (Glauber Rocha)
Endereço: Avenida Brumado, nº 205-289, Bairro Ibirapuera – Telefone: (77) 98834-8765.

Subprefeitura de José Gonçalves
Endereço: Praça Matriz, nº 11, José Gonçalves – Telefone: (77) 3402-6176.

Subprefeitura de Bate Pé
Endereço: Rua Bate Pé, nº 174, Bairro Centro, Bate Pé – Telefone: (77) 98804-1670.

Subprefeitura de Inhobim
Endereço: Praça Durval Santos, s/n, Inhobim – Telefone: (77) 3402-8091.

CRAS 1 – Bruno Bacelar
Endereço: Rua 1, nº 100, Loteamento Bruno Bacelar, Bairro Ibirapuera – Telefone: (77) 3229-3238.

CRAS 2 – Vila América
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, s/n, Loteamento Vila América, Bairro Boa Vista – Telefone: (77) 3229-3239.

CRAS 3 – Pedrinhas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CRAS 3 – Pedrinhas
Endereço: Avenida Antônio Nascimento, nº 930, B, Bairro Cruzeiro – Telefone: (77) 3229-3240.

CRAS 4 – Jardim Valéria
Endereço: Avenida Dr. Jadiel Matos, nº 41, Loteamento Jardim Valéria, Bairro Jatobá – Telefone: 3425-0964.

CRAS 5 – Zona Rural
Endereço: Praça Catão Ferraz, s/n, Bairro Centro - Telefone: (77) 3229-3242.

CRAS 6 – Nova Cidade
Endereço: Rua Bela Vista, nº 6, Loteamento Panorama, Bairro Alto Maron – Telefone: (77) 3229-3243.

Extensão do CRAS 6 na Praça CEUS
Endereço: Rua Joana Angélica, s/n, Loteamento Flamengo, Bairro Alto Maron - Telefone: (77) 3229-3244.

CRAS 7 – Nossa Sr.ª Aparecida
Endereço: Avenida Santa Cecília, nº 136, Bairro Nossa Senhora Aparecida – Telefone: (77) 3229-3245.

CRAS 8 – Miro Cairo
Endereço: Avenida 11, nº 39, Loteamento Senhorinha Cairo, Bairro Zabelê - Telefone: (77) 3229-3246.

14. Análise do volume de atendimento da Rede Socioassistencial

A análise do volume de atendimentos da rede socioassistencial busca qualificar a compreensão sobre a demanda efetivamente absorvida pelos serviços do SUAS no município, considerando os diferentes níveis de proteção social. Para essa leitura, foram utilizados os dados de execução registrados no Registro Mensal Unificado (RMU), que consolida informações do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e de indicadores

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

exclusivamente municipais, possibilitando uma visão integrada da atuação da rede.

Nesse contexto, a distribuição dos atendimentos entre a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) revela elementos centrais para a análise diagnóstica.

Tabela 26 - Famílias e Indivíduos atendidos na na PSB e PSE

Níveis de Proteção	**Atendimentos**	
	QTD	%
Proteção Social Básica	191.800	70,09%
Proteção Social Especial de Média Complexidade	80.769	29,51%
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	1.089	0,40%
Total	**273.658**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

Conforme demonstrado na tabela 26, a Proteção Social Básica concentra a maior parte dos atendimentos da rede, respondendo por 70,09% do total, com 191.800 atendimentos realizados no período analisado, reafirmando seu papel estruturante como porta de entrada do SUAS e principal estratégia de prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

Proteção Social Especial de Média Complexidade representa 29,51% dos atendimentos, totalizando 80.769 registros, percentual expressivo que sinaliza a presença relevante de situações de violação de direitos já instaladas e a consequente pressão sobre os serviços especializados.

Por sua vez, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, embora corresponda a apenas 0,40% dos atendimentos (1.089 registros), envolve situações de elevado grau de complexidade, caracterizadas pelo rompimento de vínculos e pela necessidade de proteção integral, demandando significativa capacidade técnica e institucional da rede.

De forma geral, a distribuição dos atendimentos aponta para uma rede fortemente ancorada na PSB, ao mesmo tempo em que revela a expressividade da PSE de Média Complexidade, indicando desafios persistentes no enfrentamento das violações de direitos e reforçando a importância de estratégias integradas de prevenção, acompanhamento e proteção social

importância de estratégias integradas de prevenção, acompanhamento e proteção social.

- **Proteção Social Básica por modalidade de acompanhamento**

A distribuição das famílias atendidas na Proteção Social Básica, segundo a modalidade de acompanhamento, apresentado na tabela 27, evidencia a centralidade do acompanhamento familiar e das ações preventivas organizadas por ciclos de vida, ao mesmo tempo em que revela descontinuidades e assimetrias na oferta dos serviços.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) concentra 33,40% das famílias atendidas, totalizando 7.753 registros, reafirmando seu papel como eixo estruturante da PSB e principal estratégia de acompanhamento sistemático das famílias em situação de vulnerabilidade social nos territórios de abrangência dos CRAS. Esse dado dialoga diretamente com a expressiva concentração de atendimentos na PSB, já evidenciada na análise geral da rede.

Tabela 27 - Total de famílias atendidas por modalidade de acompanhamento

SERVIÇOS	**na**	**%**
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	7.753	33,40%
SCFV - 7 a 14 anos	4.735	20,40%
SCFV - 15 a 17 anos	1.292	5,57%
SCFV - 18 a 59 anos	2.332	10,05%
SCFV - Pessoa idosa	2.532	10,91%
Primeira Infância no SUAS – PIS	4.567	19,68%
TOTAL	**23.211**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), quando analisados por ciclo de vida, apresentam distribuição heterogênea. Destaca-se o atendimento a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, que corresponde a 20,40% dos atendimentos, seguido pelas ofertas voltadas à pessoa idosa (10,91%) e ao público de 18 a 59 anos (10,05%). Em

contrapartida, o SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos representa apenas 5,57%, indicando possível fragilidade na cobertura desse público, historicamente mais exposto a situações de risco social e ruptura de vínculos.

O atendimento à primeira infância tem se concentrado, predominantemente, no Programa Primeira Infância no SUAS (PIS), que corresponde a 19,68% dos atendimentos, totalizando 4.567 famílias acompanhadas. Esse arranjo evidencia que a atenção à primeira infância no município se organiza prioritariamente por meio de acompanhamento familiar sistemático, com foco no fortalecimento de vínculos, no desenvolvimento infantil e na prevenção de situações de vulnerabilidade.

No planejamento da rede socioassistencial, a articulação entre serviços pode ser analisada sob a perspectiva da complementaridade das ofertas, considerando que as ações de convivência e as estratégias de acompanhamento familiar operam de forma integrada na promoção do desenvolvimento integral da criança e no fortalecimento das capacidades protetivas da família. De modo geral, os dados indicam que, embora a PSB apresente forte ancoragem no PAIF e em determinadas modalidades do SCFV, persistem desigualdades na cobertura por ciclo de vida, reforçando a necessidade de avaliação contínua da oferta, do reordenamento dos serviços e do alinhamento às demandas territoriais identificadas no diagnóstico socioterritorial.

- **Famílias acompanhadas pelo PAIF por unidade executora (CRAS)**

A distribuição das famílias em acompanhamento pelo PAIF entre os Centros de Referência de Assistência Social evidencia desigualdades territoriais na demanda por proteção social básica, refletindo distintos contextos de vulnerabilidade social e pressões sobre as equipes de referência. (tabela 28)

Os CRAS 6 – Nova Cidade e CRAS 5 – Zona Rural concentram, conjuntamente, 46,12% do total de famílias acompanhadas, com 1.865 e 1.740 famílias, respectivamente. Esses dados indicam uma elevada demanda por acompanhamento familiar sistemático

dom.pmvc.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

nesses territórios, sugerindo maior incidência de vulnerabilidades persistentes e a necessidade de atenção contínua quanto à capacidade instalada, ao dimensionamento das equipes e às estratégias de intervenção adotadas.

Na sequência, os CRAS 1 – Bruno Bacelar, CRAS 4 – Jardim Valéria e CRAS 3 – Pedrinhas apresentam percentuais relativamente próximos, variando entre 10,36% e 12,95% dos acompanhamentos, compondo um bloco intermediário de demanda que também requer acompanhamento qualificado, ainda que com menor concentração absoluta quando comparado aos territórios de maior pressão.

Tabela 28 - Famílias atendidas por modalidade de acompanhamento no PAIF, por CRAS

Unidade executora	Famílias em Acompanhamento	
	na	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	1012	12,95%
CRAS 2 - Vila América	511	6,54%
CRAS 3 - Pedrinhas	810	10,36%
CRAS 4 - Jardim Valéria	842	10,77%
CRAS 5 - Zona Rural	1740	22,26%
CRAS 6- Nova Cidade	1865	23,86%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	615	7,87%
CRAS 8 - Miro Cairo	420	5,37%
TOTAL	**7815**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

Por outro lado, os CRAS 2 – Vila América, CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida e CRAS 8 – Miro Cairo concentram os menores percentuais de famílias em acompanhamento, somando, juntos, 19,78% do total. Essa menor incidência pode estar associada a diferentes fatores, como características sociodemográficas específicas dos territórios, estratégias diferenciadas de acompanhamento, capacidade operacional das equipes ou fluxos de encaminhamento adotados, aspectos que merecem análise integrada com os dados socioterritoriais e de oferta de serviços.

De forma geral, a distribuição dos acompanhamentos do PAIF reforça a importância da gestão territorial da Proteção Social Básica, evidenciando a necessidade de leituras

diferenciadas por território, de modo a subsidiar o planejamento, o reordenamento das ofertas e a adequada alocação de recursos humanos e institucionais no âmbito do SUAS municipal.

- **Famílias participando regularmente[6] de grupos no âmbito do PAIF, por CRAS**

A participação regular de famílias em grupos no âmbito do PAIF, conforme registros do RMU e de acordo com a organização dos serviços em cada unidade, evidencia forte desigualdade territorial na oferta e/ou adesão às ações coletivas do acompanhamento familiar. (tabela 29)

Observa-se que o CRAS 1 – Bruno Bacelar concentra 43,87% das famílias participantes de grupos do PAIF (308 registros), seguido pelo CRAS 3 – Pedrinhas (25,36% / 178 famílias) e pelo CRAS 4 – Jardim Valéria (15,24% / 107 famílias). Esses dados indicam maior institucionalização das ações coletivas nesses territórios, sugerindo a utilização dos grupos como estratégia relevante no processo de acompanhamento familiar.

Tabela 29 - Participação regular de Famílias no PAIF

Unidade Executora - CRAS	**Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF**	
	na	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	308	43,87%
CRAS 2 - Vila América	0	0,00%
CRAS 3 - Pedrinhas	178	25,36%
CRAS 4 - Jardim Valéria	107	15,24%
CRAS 5 - Zona Rural	30	4,27%
CRAS 6- Nova Cidade	69	9,83%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	0	0,00%
CRAS 8 - Miro Cairo	10	1,42%
Total	**702**	**100,00%**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Fonte: RMU, 2025

Nos CRAS 5 – Zona Rural, CRAS 6 – Nova Cidade e CRAS 8 – Miro Cairo, os percentuais de participação em grupos são reduzidos, somando, juntos, 15,52% do total. Destaca-se, especialmente, o CRAS 5 – Zona Rural, que, apesar de concentrar elevado número de famílias em acompanhamento pelo PAIF, apresenta baixa inserção em atividades grupais (4,27%), o que pode estar associado a fatores como dispersão territorial, dificuldades de deslocamento, características do público atendido e desafios logísticos próprios do território rural.

A ausência de registros referentes à *participação em grupos do PAIF em relação ao*

[6] Considera-se participação regular em grupos do PAIF aquela registrada no RMU, referente à inserção da família ou pessoa em grupo ativo do serviço, com participação continuada no período de referência, conforme a organização do acompanhamento familiar prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

total de famílias acompanhadas nos territórios vinculados aos CRAS 2 e 7 deve ser compreendida a partir das especificidades na organização do trabalho social com famílias, especialmente quanto ao predomínio de ações mais individualizadas em determinados territórios, como atendimentos particulares, visitas domiciliares e encaminhamentos intersetoriais, o que pode reduzir a centralidade ou a visibilidade das ações coletivas sistemáticas nos registros analisados.

Adicionalmente, a lacuna identificada evidencia limites no processo de monitoramento e qualificação das informações, na medida em que os instrumentos de registro e análise ainda não captam, de forma suficientemente sensível, as diferentes modalidades de intervenção do PAIF nem distinguem adequadamente os territórios com maior perfil de atendimento individualizado. Assim, o dado ausente aponta para um desafio compartilhado entre Vigilância Socioassistencial, gestão e serviços, relacionado ao aprimoramento dos fluxos de registro e análise, sem que isso represente, de forma automática, fragilidade na execução das ofertas.

De forma geral, a distribuição dos dados evidencia que a participação em grupos no

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

âmbito do PAIF não ocorre de maneira homogênea entre os territórios, reforçando a necessidade de reflexão sobre o equilíbrio entre ações individuais e coletivas, o reordenamento das estratégias metodológicas do serviço e o fortalecimento das ações grupais como dimensão fundamental do acompanhamento familiar na Proteção Social Básica.

- **Participação em grupos do PAIF em relação ao total de famílias acompanhadas, por CRAS**

Ao relacionar o número de famílias que participam regularmente de grupos no âmbito do PAIF com o total de famílias em acompanhamento por unidade, observa-se expressiva variação na utilização das ações coletivas como estratégia do acompanhamento familiar, evidenciando distintos arranjos metodológicos entre os territórios e diferentes combinações entre atendimentos individualizados e ações grupais.

O CRAS 1 – Bruno Bacelar apresenta o maior nível de inserção em atividades grupais, com aproximadamente 30,4% das famílias acompanhadas participando regularmente de grupos do PAIF. Em seguida, o CRAS 3 – Pedrinhas, com cerca de 22,0%, e o CRAS 4 – Jardim Valéria, com 12,7%, indicam maior equilíbrio entre atendimentos particularizados e ações coletivas, sinalizando a centralidade dos grupos como estratégia de acompanhamento nesses territórios.

112

Os CRAS 5 – Zona Rural e CRAS 6 – Nova Cidade, que concentram os maiores volumes absolutos de famílias em acompanhamento pelo PAIF, apresentam baixa proporção de participação em grupos, com 1,7% e 3,7%, respectivamente, sugerindo que, nesses territórios, o acompanhamento familiar ocorre majoritariamente por meio de estratégias individualizadas, influenciadas por fatores territoriais e operacionais.

Nos CRAS 2 – Vila América e CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida, não há registros de participação regular em grupos do PAIF no período analisado, o que limita a análise comparativa dessas unidades e reforça a necessidade de considerar as especificidades territoriais e os limites dos registros disponíveis.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

territorial e os limites dos registros disponíveis.

O CRAS 8 – Miro Cairo também apresenta baixa inserção em grupos, com aproximadamente 2,4% das famílias acompanhadas participando regularmente dessas atividades, reforçando o padrão de predominância do atendimento individualizado.

De forma geral, a análise proporcional evidencia que a participação em grupos no âmbito do PAIF não acompanha, na mesma medida, o volume de famílias acompanhadas, sobretudo nos territórios de maior demanda. Esse cenário reforça a importância de avaliações periódicas sobre o equilíbrio entre ações individuais e coletivas, bem como do aprimoramento dos processos de monitoramento, de modo a qualificar a gestão do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica.

- **Atendimentos em Grupo – Proteção Social Básica (2025)**

Em 2025, a Proteção Social Básica registrou 6.492 atendimentos em grupo realizados pelos CRAS, evidenciando a utilização de estratégias coletivas como parte da metodologia de trabalho nos territórios. (tabela 30)

Tabela 30 - Atendimentos em grupo por CRAS

Unidade executora	Total de ATENDIMENTOS EM GRUPO	
	na	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	93	1,43%
CRAS 2 - Vila América	539	8,30%
CRAS 3 - Pedrinhas	2544	39,19%
CRAS 4 - Jardim Valéria	507	7,81%
CRAS 5 - Zona Rural	865	13,32%
CRAS 6- Nova Cidade	798	12,29%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	210	3,23%
CRAS 8 - Miro Cairo	936	14,42%
TOTAL	**6492**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

A distribuição territorial demonstra maior concentração no CRAS 3 – Pedrinhas (39,19%), que responde por parcela expressiva dos registros de atendimentos coletivos no

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

município. Também se destacam os CRAS 8 – Miro Cairo (14,42%), CRAS 5 – Zona Rural (13,32%) e CRAS 6 – Nova Cidade (12,29%), que apresentam participação significativa na oferta de ações grupais.

Os CRAS 2 – Vila América (8,30%) e 4 – Jardim Valéria (7,81%) mantêm participação intermediária, enquanto os CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida (3,23%) e 1 – Bruno Bacelar (1,43%) registram menor volume proporcional de atendimentos em grupo no período analisado.

Os dados indicam que a oferta de ações coletivas apresenta variações entre os territórios, refletindo dinâmicas locais, perfil das famílias referenciadas e arranjos organizativos das equipes. As estratégias grupais configuram-se como importante instrumento de fortalecimento de vínculos, compartilhamento de informações e desenvolvimento de ações socioeducativas no âmbito da Proteção Social Básica.

- **Atendimentos Individualizados – Proteção Social Básica (2025)**

Em 2025, a Proteção Social Básica registrou 57.871 atendimentos individualizados realizados pelos oito CRAS do município, evidenciando a centralidade do atendimento técnico direto às famílias e indivíduos nos territórios.

A distribuição territorial indica maior volume de atendimentos nos CRAS 4 – Jardim Valéria (16,17%), CRAS 6 – Nova Cidade (14,87%) e CRAS 2 – Vila América (14,86%), seguidos pelo CRAS 3 – Pedrinhas (12,83%) e CRAS 5 – Zona Rural (11,94%). Os CRAS 8 – Miro Cairo (11,32%) e 1 – Bruno Bacelar (10,40%) também apresentam participação significativa no total anual, enquanto o CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida responde por 7,62% dos registros.

Tabela 31 - Atendimentos Individualizados por CRAS

Unidade executora	Total de ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS	
	na	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	6017	10,40%
CRAS 2 - Vila América	8598	14,86%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CRAS 3 - Pedrinhas	7426	12,83%
CRAS 4 - Jardim Valéria	9359	16,17%
CRAS 5 - Zona Rural	6907	11,94%
CRAS 6- Nova Cidade	8603	14,87%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	4409	7,62%
CRAS 8 - Miro Cairo	6552	11,32%
TOTAL	**57.871**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

Os dados evidenciam volume expressivo de atendimentos individualizados no âmbito da Proteção Social Básica, revelando forte incidência de demandas que requerem escuta técnica, orientações e encaminhamentos. Esse cenário demonstra a intensidade do trabalho cotidiano realizado pelas equipes dos CRAS junto às famílias e indivíduos nos territórios.

Ao mesmo tempo, a predominância quantitativa dessa modalidade de atendimento suscita reflexão acerca do equilíbrio entre respostas particularizadas e estratégias coletivas. Considerando que a PSB tem como diretriz o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a atuação preventiva no território, as ações grupais e comunitárias configuram-se como dimensão estratégica da intervenção, conforme orienta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas do PAIF.

Nesse sentido, a análise dos dados não se restringe ao volume de atendimentos realizados, mas convida à leitura sobre a organização metodológica da oferta, de modo a assegurar a articulação entre acompanhamento individual e ações coletivas, em consonância com os princípios da Proteção Social Básica.

- **Atendimentos em Visitas Domiciliares**

Em 2025, a Proteção Social Básica realizou 18.373 atendimentos em visitas domiciliares, evidenciando a dimensão territorial do trabalho desenvolvido pelos CRAS e a estratégia de aproximação direta às famílias em seus contextos de vida.

Tabela 32 - Atendimentos em visitas domiciliares por CRAS

	ATENDIMENTOS EM VISITAS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Unidade executora	ATENDIMENTOS EM VISITAS DOMICILIARES	
	na	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	1477	8,04%
CRAS 2 - Vila América	2447	13,32%
CRAS 3 - Pedrinhas	1458	7,94%
CRAS 4 - Jardim Valéria	3159	17,19%
CRAS 5 - Zona Rural	2108	11,47%
CRAS 6- Nova Cidade	2235	12,16%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	2404	13,08%
CRAS 8 - Miro Cairo	3085	16,79%
TOTAL	**18373**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

115

A distribuição dos registros indica maior incidência nos CRAS 4 – Jardim Valéria (17,19%) e CRAS 8 – Miro Cairo (16,79%), seguidos pelos CRAS 2 – Vila América (13,32%) e CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida (13,08%). Os CRAS 6 – Nova Cidade (12,16%) e 5 – Zona Rural (11,47%) também apresentam participação relevante no total anual. Já os CRAS 1 – Bruno Bacelar (8,04%) e 3 – Pedrinhas (7,94%) concentram menor proporção relativa de visitas no período analisado.

Os dados evidenciam que a visita domiciliar permanece como instrumento fundamental de acompanhamento familiar, permitindo leitura ampliada das condições de vulnerabilidade, fortalecimento do vínculo entre equipe e família e qualificação das intervenções no território. Sua distribuição entre os CRAS demonstra presença ativa das equipes nos diferentes contextos territoriais, compondo estratégia complementar aos atendimentos realizados nas unidades.

- **Encaminhamentos para a Rede Socioterritorial**

Ao relacionar o total de pessoas encaminhadas para a Rede Socioterritorial com o número de famílias em acompanhamento pelo PAIF, observa-se que os encaminhamentos acompanham, de modo diferenciado, as especificidades e dinâmicas dos territórios, refletindo distintos níveis de demanda, complexidade e articulação em rede no

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

acompanhamento familiar. (tabela 33)

Os CRAS 5 – Zona Rural e CRAS 6 – Nova Cidade, que concentram os maiores percentuais de famílias em acompanhamento pelo PAIF (22,26% e 23,86%, respectivamente), também figuram entre as unidades com maior volume absoluto de encaminhamentos, indicando territórios nos quais o acompanhamento familiar demanda intensa articulação intersetorial para a garantia de direitos e acesso a serviços da rede socioterritorial.

Tabela 33 - Encaminhamentos para rede socioterritorial por CRAS

Unidade Executora - CRAS	Total de pessoas encaminhadas para a Rede Socioterritorial	
	na	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	1726	17,86%
CRAS 2 - Vila América	661	6,84%
CRAS 3 - Pedrinhas	468	4,84%
CRAS 4 - Jardim Valéria	1800	18,63%
CRAS 5 - Zona Rural	1875	19,40%
CRAS 6- Nova Cidade	1403	14,52%
CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	333	3,45%
CRAS 8 - Miro Cairo	1397	14,46%
Total	**9663**	**100,00%**

Fonte: RMU, 2025

Os CRAS 1 – Bruno Bacelar e CRAS 4 – Jardim Valéria apresentam volume de encaminhamentos proporcionalmente elevado em relação à sua participação no total de famílias acompanhadas, sugerindo maior intensidade de acionamento da rede por família acompanhada, associada a demandas específicas ou a estratégias metodológicas de acompanhamento fortemente articuladas com os serviços e políticas públicas do território.

Por sua vez, os CRAS 3 – Pedrinhas, CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida e CRAS 2 – Vila América apresentam menor participação relativa nos encaminhamentos quando

comparados ao volume de famílias acompanhadas, o que pode indicar maior capacidade de resposta no próprio âmbito da Proteção Social Básica, além de especificidades territoriais e de organização do trabalho social com famílias.

De forma geral, a análise reforça que os encaminhamentos para a Rede Socioterritorial constituem estratégia central do PAIF, devendo ser compreendidos à luz do perfil das famílias acompanhadas, das características dos territórios e da capacidade instalada da rede, contribuindo para uma leitura mais qualificada das dinâmicas de proteção social no município.

- **Atendimentos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

O volume total de pessoas atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos evidencia diferenças significativas na distribuição da oferta entre os territórios, refletindo tanto as características socioterritoriais quanto os arranjos organizativos adotados pelos CRAS.

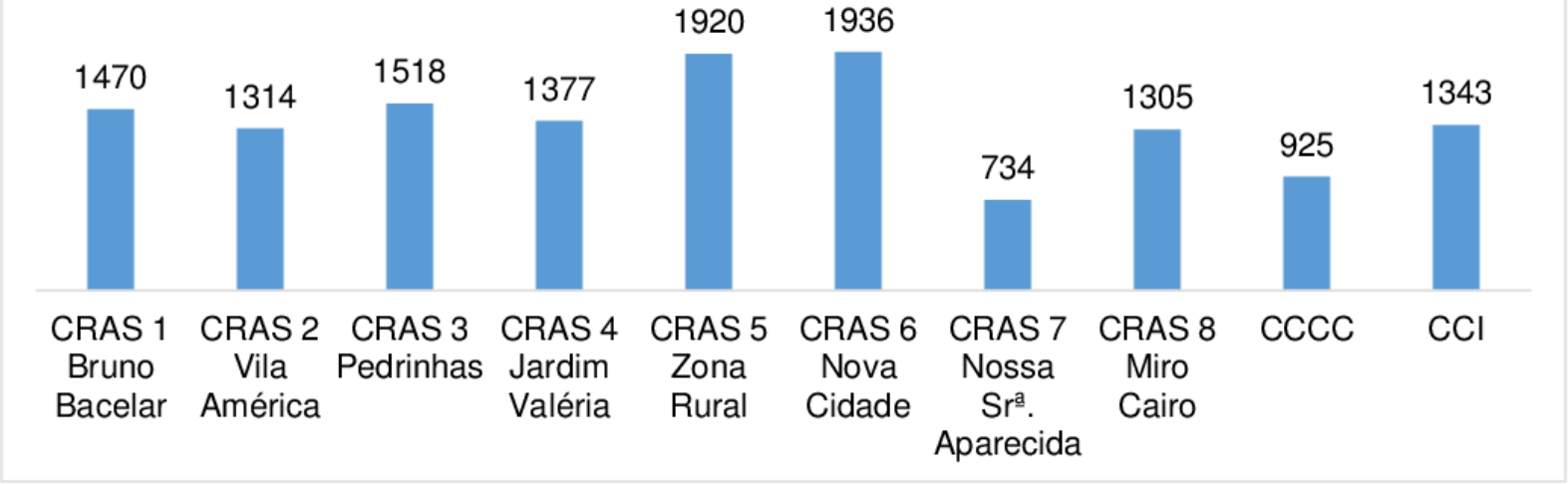
Os dados retratados no gráfico 17 indicam que os maiores volumes de atendimento concentram-se nos CRAS 6 – Nova Cidade (1.936 pessoas) e CRAS 5 – Zona Rural (1.920 pessoas), indicando elevada demanda por ações coletivas de convivência e fortalecimento de vínculos nesses territórios. Esses dados dialogam com a expressiva pressão por acompanhamento familiar já identificada nesses CRAS, reforçando a centralidade do SCFV como estratégia complementar de proteção social básica em contextos de maior vulnerabilidade.

117

Gráfico 17 - Atendidos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Total de atendidos no SCFV de cada CRAS e Centros de Convivência no ano de 2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Fonte: RMU, 2025

Em um patamar intermediário situam-se os CRAS 3 – Pedrinhas (1.518 pessoas), CRAS 1 – Bruno Bacelar (1.470 pessoas) e CRAS 4 – Jardim Valéria (1.377 pessoas), com volumes relativamente próximos entre si. Esse grupo de unidades apresenta oferta mais equilibrada do serviço, sugerindo cobertura territorial consistente, ainda que com variações relacionadas à capacidade instalada e ao perfil do público atendido.

Os menores volumes de atendimento são observados nos CRAS 2 – Vila América (1.314 pessoas), CRAS 8 – Miro Cairo (1.305 pessoas) e, de forma mais acentuada, no CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida (734 pessoas). No caso do CRAS 7, o dado sinaliza uma cobertura significativamente inferior em relação às demais unidades, aspecto que merece atenção na análise diagnóstica, especialmente quando articulado às características do território, à organização da oferta e à disponibilidade de espaços e equipes para execução do serviço.

Além da oferta do SCFV executada nos territórios pelos CRAS, o município conta com unidades específicas destinadas exclusivamente ao desenvolvimento de ações coletivas de convivência e fortalecimento de vínculos.

Importa destacar que o CCCC e o CCI não se configuram como unidades CRAS, mas como Centros de Convivência voltados à execução direta do SCFV, com foco específico nos respectivos ciclos de vida. Sua atuação está centrada no desenvolvimento de atividades socioeducativas, culturais e de fortalecimento de vínculos comunitários, em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

De modo geral, os dados indicam que o SCFV possui capilaridade territorial, estando presente em todos os CRAS, porém com intensidades distintas de atendimento, reforçando a necessidade de leituras territorializadas para subsidiar o planejamento, o reordenamento da oferta e o dimensionamento da capacidade operacional do serviço no âmbito da Proteção Social Básica.

- **SCFV e PAIF: estratégias coletivas e individualizadas por território**

A análise integrada do volume de pessoas atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do número de famílias em acompanhamento pelo PAIF evidencia diferentes arranjos de intervenção da Proteção Social Básica entre os territórios, revelando maior ou menor ênfase em estratégias coletivas ou individualizadas.

Os CRAS 5 – Zona Rural e CRAS 6 – Nova Cidade, que concentram os maiores volumes de famílias acompanhadas pelo PAIF, também apresentam os maiores números absolutos de pessoas atendidas no SCFV, indicando territórios nos quais a Proteção Social Básica atua de forma intensiva e combinada.

Nesse contexto, o SCFV assume papel relevante como estratégia complementar ao acompanhamento familiar, ampliando a capilaridade das ações preventivas em territórios de elevada vulnerabilidade social.

Destaca-se, contudo, que, no caso da Zona Rural, a baixa inserção proporcional das famílias do PAIF em grupos sugere que o SCFV pode estar operando de forma mais ampla e menos diretamente integrada ao acompanhamento familiar sistemático.

Os CRAS 1 – Bruno Bacelar, CRAS 3 – Pedrinhas e CRAS 4 – Jardim Valéria apresentam uma configuração mais equilibrada entre acompanhamento familiar e ações coletivas, combinando volumes intermediários de famílias no PAIF com atendimento expressivo no SCFV. Esses territórios indicam maior integração entre as estratégias individualizadas e coletivas da Proteção Social Básica, sugerindo organização da oferta que

favorece o fortalecimento de vínculos comunitários de forma articulada ao acompanhamento familiar.

Por outro lado, os CRAS 2 – Vila América, CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida e CRAS 8 – Miro Cairo apresentam menores volumes de atendimento no SCFV e, simultaneamente, menor participação em ações coletivas vinculadas ao PAIF, configurando territórios onde a intervenção da PSB tende a se concentrar mais fortemente em atendimentos individualizados.

119

No caso do CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida, essa característica se mostra mais acentuada, o que sinaliza a necessidade de reflexão sobre as estratégias de ampliação das ações coletivas e de fortalecimento do SCFV como dimensão estruturante da proteção social básica no território.

De modo geral, o cruzamento dos dados indica que, embora o SCFV esteja presente em todos os territórios, sua articulação com o acompanhamento familiar do PAIF ocorre de forma desigual, revelando diferentes modelos de intervenção da Proteção Social Básica. Esse cenário reforça a importância da gestão territorial para o reordenamento das ofertas, buscando maior equilíbrio entre ações coletivas e individualizadas, de acordo com as demandas e especificidades de cada território

- **PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS (PIS)**

O Programa Primeira Infância no SUAS (PIS) tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. As equipes são divididas por territórios de CRAS em Equipe PIS 1 e 2.

Tabela 34 - Visitas domiciliares realizadas por equipe PIS

PIS 1	Visitas	%	PIS 2	Visitas	%
CRAS 1 - Bruno Bacelar	1361	20,14	CRAS 2 - Vila América	1724	25,51
CRAS 3 - Pedrinhas	1446	21,39	CRAS 4 - Jardim Valéria	2158	31,93
CRAS 5 - Zona Rural	1688	24,97	CRAS 6- Nova Cidade	1788	26,45
CRAS 8 - Miro Cairo	2264	33,50	CRAS 7 - N. Srª. Aparecida	1413	20,91

CRAS 8 – Miro Cairo	2264	33,50	CRAS 7 – N. Sr.ª Aparecida	1475	20,91
TOTAL PIS 1	**6759**	**100**	**TOTAL PIS 2**	**7083**	
TOTAL PIS 2025 – 13.842					

Fonte: RMU, 2025

De acordo com a tabela 34, observa-se que em 2025, as duas equipes do Programa Primeira Infância no SUAS (PIS) totalizaram 13.842 visitas domiciliares, distribuídas entre os territórios de abrangência dos CRAS, reafirmando a centralidade do acompanhamento domiciliar como estratégia estruturante do serviço.

A equipe PIS 1 realizou 6.759 visitas, com maior concentração no território do CRAS 8 – Miro Cairo (33,50%), seguido pelo CRAS 5 – Zona Rural (24,97%), CRAS 3 – Pedrinhas (21,39%) e CRAS 1 – Bruno Bacelar (20,14%). A distribuição indica maior intensidade de acompanhamento nos territórios do CRAS 8 e CRAS 5, possivelmente relacionada à extensão territorial, ao perfil das famílias acompanhadas e à dinâmica das demandas locais.

A equipe PIS 2 totalizou 7.083 visitas domiciliares, com destaque para o CRAS 4 – Jardim Valéria (31,93%), seguido pelo CRAS 6 – Nova Cidade (26,45%), CRAS 2 – Vila América (25,51%) e CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida (20,91%). Observa-se distribuição relativamente equilibrada entre os territórios, com maior volume no CRAS 4, sugerindo concentração de famílias elegíveis ou maior intensidade de acompanhamento nesse território.

De modo geral, a análise evidencia que o PIS apresenta ampla capilaridade territorial, com volumes expressivos de visitas em todos os CRAS, refletindo a consolidação do acompanhamento domiciliar como estratégia continuada da Proteção Social Básica. As variações percentuais entre os territórios devem ser interpretadas à luz do número de famílias acompanhadas, da dinâmica demográfica da primeira infância e das especificidades territoriais, evitando leituras comparativas simplificadas entre as equipes.

- **O Programa ACESSUAS Trabalho**

O ACESSUAS Trabalho tem como foco a busca da autonomia das famílias usuárias

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

O ACESSUAS Trabalho tem como foco a busca da autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social por meio da integração ao mundo do trabalho. Compreende um conjunto de ações de articulação de políticas públicas e de mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a oportunidades afeitas ao trabalho e emprego.

A análise do volume mensal de atendimentos, apresentadas na tabela 35, demonstram que em 2025, o Acessuas Trabalho totalizou 3.916 atendimentos, com variação ao longo dos meses que expressa a dinâmica operacional do programa e sua articulação com ações territoriais e intersetoriais.

Tabela 35 - Análise do volume mensal de atendimentos

Acessuas Trabalho – (2025)					
Tipo de atendimento	**Demanda Espontânea**	**Oficinas nos CRAS**	**Oficinas nas escolas/ Pontos de apoio/ Abrigo Pernoite**	**Pré-atendimentos nos eventos**	**Total**
Janeiro	15	0	54	6	**75**
Fevereiro	20	20	62	50	**152**
Março	12	52	158	18	**240**
Abril	5	58	176	22	**261**
Maio	14	82	212	33	**341**
Junho	11	0	130	6	**147**
Julho	17	0	220	1	**238**
Agosto	22	24	332	23	**401**
Setembro	18	25	472	60	**575**
Outubro	7	271	511	37	**826**
Novembro	52	168	294	74	**588**
Dezembro	14	33	20	5	**72**
TOTAL	**207**	**733**	**2641**	**335**	**3916**

Fonte: RMU, 2025

Observa-se um movimento de crescimento progressivo a partir de março (240 atendimentos), com intensificação nos meses de agosto (401), setembro (575) e pico em outubro (826). Esse comportamento sugere maior concentração de ações coletivas e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

estratégias de mobilização no segundo semestre, especialmente por meio das oficinas nas escolas, pontos de apoio e abrigo pernoite, que responderam por 2.641 atendimentos (67,4% do total anual), consolidando-se como a principal modalidade executada.

As oficinas nos CRAS totalizaram 733 atendimentos (18,7%), com maior incidência em outubro e novembro, indicando articulação territorial em períodos específicos do ano. Já a demanda espontânea (207 atendimentos – 5,3%) manteve fluxo relativamente estável, revelando procura direta pelo serviço ao longo do exercício.

Os pré-atendimentos em eventos somaram 335 registros (8,6%), com maior concentração entre agosto e novembro, período que coincide com maior volume global de atendimentos, o que reforça a estratégia de atuação em ações ampliadas e espaços coletivos.

De forma geral, os dados evidenciam que o Acessuas Trabalho operou com maior intensidade no segundo semestre, priorizando estratégias coletivas e ações descentralizadas, o que amplia o alcance territorial do programa e fortalece sua função de articulação para inclusão produtiva no âmbito da Proteção Social Básica.

- **Benefícios Eventuais – Proteção Social Básica (2025)**

Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São prestados a indivíduos e famílias que se encontram em insegurança social decorrente de vulnerabilidade temporária, abrangendo as situações de desastres e emergência em assistência social.

Destaca-se que as situações de insegurança social podem ser de natureza material e relacional, assim como expressam as vivências de vulnerabilidade temporária, que são objeto da provisão de benefícios eventuais, conforme critérios previstos nesta Resolução.

Em 2025, como mostra a tabela 36, foram concedidos 345 Benefícios Eventuais no âmbito da Proteção Social Básica, distribuídos entre Auxílio Viagem (35), Aluguel Social (64)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

e Auxílio Funeral (246), sendo este último responsável pela maior parte das concessões (71,3% do total).

A análise territorial indica maior volume de benefícios nos CRAS 5 – Zona Rural (23,48%) e CRAS 4 – Jardim Valéria (22,90%), seguidos pelos CRAS 6 – Nova Cidade (12,75%) e CRAS 8 – Miro Cairo (12,46%). Esses territórios concentram parte significativa das demandas, especialmente relacionadas ao Auxílio Funeral e ao Aluguel Social.

O Auxílio Funeral apresentou maior incidência no CRAS 5 (28,86%) e no CRAS 4 (18,70%), enquanto o Aluguel Social teve destaque no CRAS 4 (31,25%) e no CRAS 6 (26,56%). Já o Auxílio Viagem concentrou-se principalmente nos CRAS 4 (37,14%) e 8 (25,71%).

Tabela 36 - Análise das concessões de Benefícios Eventuais por CRAS

Proteção Social Básica	Auxílio Viagem		Aluguel Social		Auxílio Funeral		Total por CRAS	
	na	%	na	%	na	%	na	%
CRAS 1 Bruno Bacelar	0	0,00	4	6,25	24	9,76	28	8,12
CRAS 2 Vila América	8	22,86	4	6,25	20	8,13	32	9,28
CRAS 3 Pedrinhas	0	0,00	2	3,13	3	1,22	5	1,45
CRAS 4 Jardim Valéria	13	37,14	20	31,25	46	18,70	79	22,90
CRAS 5 Zona Rural	0	0,00	10	15,63	71	28,86	81	23,48
CRAS 6 Nova Cidade	4	11,43	17	26,56	23	9,35	44	12,75
CRAS 7 N. Sra. Aparecida	1	2,86	0	0,00	32	13,01	33	9,57
CRAS 8 Miro Cairo	9	25,71	7	10,94	27	10,98	43	12,46
Total	**35**	**100,00**	**64**	**100,00**	**246**	**100,00**	**345**	**100,00**

Fonte: RMU, 2025

Os dados evidenciam que os Benefícios Eventuais seguem integrados à rede socioassistencial, contribuindo para a garantia de seguranças socioassistenciais, especialmente a segurança de acolhida e de sobrevivência, em articulação com os acompanhamentos familiares realizados nos territórios.

Se no âmbito da PSB, os benefícios atuam como resposta imediata a situações de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

vulnerabilidade temporária, articulando-se aos acompanhamentos familiares e às estratégias preventivas no território, ao mesmo tempo, a análise dos benefícios concedidos na Proteção Social Especial, especialmente o Auxílio Viagem executado pelos serviços especializados, demonstra que parte das demandas por provisões eventuais está associada a contextos de maior complexidade social, como situações de violação de direitos e

123

atendimento à população em situação de rua.

A Proteção Social Especial, por meio dos Centros Pop e Serviço Especializado em Abordagem Social, também concedem o auxílio viagem, uma vez que a maior parte de seus usuários são migrantes ou provenientes de outras cidades que vem para Vitória da Conquista e, por situações diversas, ficam em situação de rua e sem condições de retornar às suas cidades de origem.

Tabela 37 - Distribuição dos Benefícios Eventuais - Proteção Social Especial

Proteção Social Especial	Benefício Auxílio Viagem	
	na	%
Centro Pop Adulto	498	57,44
Centro Pop Criança e Adolescentes	63	7,27
Serviço Especializado em Abordagem Social	306	35,29
Total geral	**867**	**100,00**

Fonte: RMU, 2025

Foram concedidos 867 Auxílios Viagem em 2025, distribuídos entre o Centro Pop Adulto (498 – 57,44%), o Serviço Especializado em Abordagem Social (306 – 35,29%) e o Centro Pop Criança e Adolescentes (63 – 7,27%).

Observa-se que a maior parte das concessões ocorreu no Centro Pop Adulto, o que dialoga com o perfil do público atendido e com as demandas relacionadas à mobilidade, retorno ao território de origem ou acesso a oportunidades em outras localidades.

O volume expressivo também registrado pelo Serviço Especializado em Abordagem Social evidencia a atuação direta junto à população em situação de rua e a necessidade de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

respostas imediatas no contexto da proteção de média complexidade.

De forma geral, o Auxílio Viagem na PSE configura-se como instrumento estratégico de intervenção, articulado às ações de acompanhamento especializado, contribuindo para a garantia de direitos e para a construção de alternativas diante de situações de vulnerabilidade e desproteção social.

Essa interface entre PSB e PSE evidencia a continuidade da proteção social no município, reforçando que a atuação da rede socioassistencial se organiza de forma integrada, conforme o nível de complexidade das demandas apresentadas.

A seguir, apresenta-se a análise do volume de atendimentos realizados no âmbito da Proteção Social Especial, com o objetivo de compreender a dimensão da oferta de serviços especializados e a incidência de situações que demandam acompanhamento de média e alta complexidade.

a. Proteção Social Especial por modalidade de acompanhamento

MÉDIA COMPLEXIDADE –

- **CREAS - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**

No âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) registrou, em 2025, os seguintes volumes de atendimento à indivíduos e famílias em acompanhamento (tabela 38). Os dados evidenciam a expressiva demanda por acompanhamento especializado no município, com maior concentração no CREAS Central, o que pode estar relacionado à abrangência territorial da unidade e à centralização de fluxos institucionais provenientes do Sistema de Garantia de Direitos.

Tabela 38 - Atendimentos no PAEFI - Proteção Social Especial

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	
CREAS	3726
CREAS RURAL 1 – José Gonçalves	1017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CREAS RURAL 2 – Bate Pé	1522
CREAS Novo Olhar	370
Total	**6635**

Fonte: RMU, 2025

Observa-se também a relevância dos CREAS localizados em áreas rurais (José Gonçalves e Bate Pé), que juntos somam 2.539 atendimentos, demonstrando a capilarização da oferta da Proteção Social Especial no território e a presença ativa do serviço em contextos para além da área urbana consolidada.

Os dados indicam que 61,7% dos atendimentos do PAEFI concentram-se nas unidades urbanas, enquanto 38,3% ocorrem nos territórios rurais, demonstrando presença significativa da Proteção Social Especial para além da sede municipal.

A proporção evidencia que, embora a maior parte da demanda esteja localizada na área urbana, o volume registrado nas unidades rurais é expressivo e confirma a capilaridade da oferta especializada no município. Essa distribuição reforça a importância da estrutura descentralizada da Média Complexidade, assegurando acesso ao acompanhamento especializado em diferentes contextos territoriais.

De forma geral, os dados do PAEFI indicam funcionamento estruturado da Média Complexidade no município, com distribuição territorial que contempla diferentes realidades

locais e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, reafirmando o papel da PSE na proteção e acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

- **Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e PSC)**

O CREAS Novo Olhar, apresenta volume específico de atendimentos, compatível com a natureza do serviço, responsável pela execução das Medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e formatadas pelos princípios pedagógicos do Sistema Nacional de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Atendimento Socioeducativo – SINASE, bem como pelas diretrizes da Lei nº 12.594 de 2012.

No âmbito do CREAS Novo Olhar, os dados referentes ao cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, na tabela 39 evidenciam volume expressivo de acompanhamento de adolescentes em Liberdade Assistida (LA) no ano de 2025.

Tabela 39 - Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por sexo – CREAS Novo Olhar

Tipo de Medida	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Assistida (LA)	478	63	541
Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	5	0	5
Total Geral	**483**	**63**	**546**

Fonte: RMU, 2025

A predominância quase absoluta da Liberdade Assistida como medida aplicada sinaliza uma configuração específica do fluxo socioeducativo no município. A LA, por demandar acompanhamento sistemático, construção de Plano Individual de Atendimento e articulação permanente com família, escola e rede intersetorial, impõe elevada carga técnica ao CREAS. O quantitativo registrado indica pressão significativa sobre a equipe, exigindo capacidade contínua de acompanhamento individualizado, monitoramento e produção de relatórios ao Judiciário.

Por outro lado, a baixa incidência da PSC suscita reflexão quanto à aplicação diversificada das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A PSC, por seu caráter pedagógico e comunitário, pode representar alternativa importante de responsabilização com menor tempo de acompanhamento sistemático. A disparidade observada pode refletir o entendimento judicial predominante no território, o perfil dos atos infracionais ou dificuldades operacionais para oferta de campos de prestação de serviços.

Outro aspecto relevante é a forte concentração de adolescentes do sexo masculino (aproximadamente 89% do total de acompanhados). Esse dado dialoga com o padrão nacional de incidência de atos infracionais, mas também aponta para a necessidade de estratégias preventivas territorializadas voltadas à juventude masculina, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, evasão escolar e inserção precária no mundo do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

trabalho.

A análise conjunta dos números sugere que o CREAS Novo Olhar exerce papel central na gestão da política socioeducativa em meio aberto no município, assumindo acompanhamento de alta demanda e complexidade técnica.

- **Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – CENTRO POP E SEAS**

No município de Vitória da Conquista, a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua organiza-se por ciclo de vida, com espaços distintos para atendimento de crianças e adolescentes e para atendimento de adultos. Embora a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais não estabeleça a obrigatoriedade de unidades separadas por faixa etária no âmbito do Centro POP, o município, desde meados da década de 2010, adotou essa estratégia como forma de qualificar a proteção social ofertada.

A organização diferenciada dos espaços fundamenta-se no princípio da proteção integral e na especificidade das demandas de cada público, considerando aspectos do desenvolvimento, vínculos familiares, trajetória de vida e necessidades de acompanhamento técnico. A separação dos atendimentos busca assegurar ambiente adequado, escuta qualificada e intervenções compatíveis com as particularidades de crianças, adolescentes e adultos, fortalecendo a garantia de direitos e a oferta de cuidados especializados no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Tal arranjo institucional expressa uma opção de gestão voltada à adequação da oferta às realidades locais, preservando a centralidade do usuário e o princípio da proteção integral previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

a) Centro Pop Adulto

No ano de 2025, o Centro Pop Adulto registrou 3.260 atendimentos a pessoas em situação de rua no município. Observa-se, na tabela 40, a predominância expressiva do público masculino, que corresponde a 2.815 registros (86,3%), enquanto o público feminino totaliza 445 atendimentos (13,7%). Essa distribuição mantém aderência com o perfil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

totaliza 445 atendimentos (13,7%). Essa distribuição mantém coerência com o perfil historicamente identificado dessa população em âmbito nacional, marcado pela maior incidência de homens adultos em situação de rua.

Tabela 40 - População em situação de rua, por faixa etária e sexo, atendida no Centro Pop Adulto[127]

Faixa etária	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	na	%	na	%	na	%
18 a 39 anos	1281	45,51%	263	59,10%	1544	47,36%
40 a 59 anos	1243	44,16%	172	38,65%	1415	43,40%
60 anos ou mais	291	10,34%	10	2,25%	301	9,26%
Total	**2815**	**100%**	**445**	**100%**	**3260**	**100%**

Fonte: RMU, 2025

Quanto à faixa etária, verifica-se concentração significativa nas idades entre 18 e 39 anos, que representam 47,36% dos atendimentos (1.544 registros), seguida da faixa de 40 a 59 anos, com 43,40% (1.415 registros).

A população com 60 anos ou mais corresponde a 9,23% (301 registros). O predomínio de adultos jovens e de meia-idade evidencia que a demanda do serviço está majoritariamente relacionada a pessoas em idade produtiva, o que reforça a importância de articulação com políticas de trabalho, saúde e qualificação profissional.

A presença de pessoas idosas, ainda que proporcionalmente menor, sinaliza a necessidade de atenção específica às demandas relacionadas ao envelhecimento em contexto de vulnerabilidade. Nestes casos, é realizada a análise de conjuntura para a inserção dos mesmos em instituições de longa permanência, quando evidenciado o rompimento do vínculo familiar.

No cruzamento entre sexo e faixa etária, observa-se que, entre os homens, há distribuição relativamente equilibrada entre 18 a 39 anos (45,51%) e 40 a 59 anos (44,16%), enquanto 10,34% possuem 60 anos ou mais. Entre as mulheres, há maior concentração na faixa de 18 a 39 anos (59,10%), seguida de 40 a 59 anos (38,65%), sendo reduzida a presença de mulheres idosas (2,25%). Esse recorte indica que o público feminino atendido

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

tende a apresentar perfil etário mais jovem em comparação ao masculino.

De forma geral, os dados revelam um perfil predominantemente masculino e adulto, com concentração nas faixas economicamente ativas, contribuindo para o planejamento de ações que considerem as especificidades de gênero e ciclo de vida no âmbito do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

No que se refere aos marcadores sociais de diversidade e vulnerabilidades pessoais e sociais identificados entre os usuários atendidos, observa-se na tabela 41 a presença de múltiplas condições que demandam acompanhamento intersetorial e estratégias de proteção articuladas.

128

Tabela 41 - Marcadores sociais de diversidades e/ou vulnerabilidades pessoais e sociais

Marcadores Sociais	**na**	**%**
Negros	792	10,37%
LGBTQIAP+	68	0,89%
Pessoas com Deficiência	320	4,19%
Pertencentes a povos/comunidades tradicionais	17	0,22%
Situação de extrema pobreza	1770	23,18%
Beneficiários do Programa Bolsa Família	1882	24,65%
BPC Idoso	46	0,60%
BPC PcD	286	3,75%
Com casos de violência intrafamiliar	2	0,03%
Migrantes	2453	32,12%
Total	**7636**	**100%**

Fonte: RMU, 2025

Entre os registros, destacam-se 2.453 pessoas identificadas como migrantes (32,12%), representando o maior percentual entre os marcadores analisados. Esse dado evidencia a relevância dos fluxos migratórios na composição do público atendido, indicando a necessidade de ações integradas voltadas ao acesso à documentação, inserção em serviços públicos e fortalecimento de vínculos no território.

Também se sobressaem os registros de pessoas em situação de extrema pobreza (1.770;23,18%) e de beneficiários do Programa Bolsa Família (1.882; 24,65%), o que reforça a inter-relação entre vulnerabilidade socioeconômica e situação de rua. A presença de 46

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

beneficiários do BPC Idoso (0,60%) e 286 beneficiários do BPC Pessoa com Deficiência (3,75%) indica a inserção de parte do público em benefícios de transferência de renda, evidenciando articulação com a política de garantia de renda.

No campo das diversidades, foram registrados 792 usuários autodeclarados negros (10,37%) e 68 pessoas LGBTQIAPN+ (0,89%), dados que contribuem para a qualificação do olhar sobre desigualdades estruturais e para o planejamento de ações que considerem especificidades de raça, identidade de gênero e orientação sexual. Consta ainda o atendimento a 320 pessoas com deficiência (4,19%) e a 17 pessoas pertencentes a povos ou comunidades tradicionais (0,22%), indicando a presença de diferentes segmentos populacionais no serviço.

Os registros de casos associados à violência intrafamiliar (0,03%) aparecem em número reduzido, o que pode estar relacionado à natureza declaratória da informação ou ao fluxo de encaminhamento para outros serviços especializados.

A análise integrada do perfil etário, de sexo e dos marcadores sociais evidencia alguns elementos estruturantes da população atendida no Centro Pop Adulto em 2025.

129

Mantém-se o padrão observado em âmbito nacional, com predominância significativa de homens adultos em idade economicamente ativa, concentrados entre 18 e 59 anos. Esse dado confirma que a situação de rua incide majoritariamente sobre homens adultos, reforçando a necessidade de articulação com políticas de trabalho, qualificação profissional e inclusão produtiva.

Destaca-se, de forma expressiva, o percentual de migrantes (32,12%), configurando-se como um dos principais marcadores identificados. Esse dado merece atenção estratégica da política municipal, uma vez que a mobilidade territorial pode implicar fragilização de vínculos familiares e comunitários, demandando respostas articuladas voltadas à regularização documental, inserção em serviços públicos e reconstrução de redes de apoio.

Outro aspecto relevante refere-se à elevada presença de usuários em situação de extrema pobreza (23,18%) e beneficiários do Programa Bolsa Família (24,65%). A

coexistência entre acesso a benefício de transferência de renda e permanência na situação de rua indica que a renda, isoladamente, não é suficiente para a superação dessa condição, evidenciando a necessidade de estratégias integradas que envolvam moradia, saúde e fortalecimento de vínculos.

Por fim, embora proporcionalmente menor, a presença de pessoas idosas (9,23%) e de beneficiários do BPC sugere atenção específica às demandas relacionadas ao envelhecimento e à deficiência em contexto de rua, especialmente no que se refere à proteção social continuada.

De forma geral, os dados evidenciam a heterogeneidade do público atendido pelo Centro Pop, marcado por múltiplas vulnerabilidades que se sobrepõem — socioeconômicas, territoriais e identitárias — reforçando a importância de uma abordagem técnica integrada, com articulação entre a Proteção Social Especial, a política de renda, saúde, direitos humanos e demais políticas públicas.

b) O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS)

Vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade, o serviço atua de forma contínua e planejada na identificação, aproximação e acompanhamento inicial de pessoas em situação de rua, realizando escuta qualificada, construção de vínculo e encaminhamentos à rede socioassistencial e intersetorial.

A equipe realiza mapeamentos periódicos para identificação dos locais com maior incidência de permanência e circulação dessa população, subsidiando a organização das rotas de abordagem e a qualificação das estratégias de intervenção.

130

A atuação do SEAS caracteriza-se pela presença sistemática nos territórios, com foco na identificação de situações de violação de direitos e na mediação do acesso aos serviços públicos, especialmente aqueles vinculados à assistência social, saúde, documentação civil e demais políticas públicas. O mapeamento territorial permanente constitui ferramenta estratégica para a compreensão da dinâmica da população em situação de rua no município, permitindo intervenções mais qualificadas e articuladas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Cabe destacar que os dados apresentados referem-se ao total de usuários acompanhados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social em 2025, abrangendo diferentes perfis de vulnerabilidade identificados no território. Estão contempladas tanto pessoas em situação de rua quanto aquelas com vivência de rua, além de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e indivíduos que utilizam o espaço público para sobrevivência. Consideram-se, para fins de registro e acompanhamento, os casos com permanência no município superior a seis meses.

No ano de 2025, o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) acompanhou 1.272 usuários no município, sendo 877 do sexo masculino (68,9%) e 395 do sexo feminino (31,1%). Assim como observado nos dados do Centro Pop Adulto, mantém-se a predominância masculina, embora com proporção feminina mais expressiva no âmbito da abordagem social. (tabela 42)

Tabela 42 - Total de usuários acompanhados pelo SEAS por faixa etária e sexo em 2025

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo Feminino
0 a 12 anos	54	69
13 a 17 anos	23	13
18 a 59 anos	678	297
60 anos ou mais	12	16
Total	**877**	**395**
Total Geral	**1272**	

Fonte: RMU, 2025

A maior concentração de acompanhamentos situa-se na faixa etária de 18 a 59 anos, que totaliza 975 registros (76,6%), evidenciando que a abordagem incide majoritariamente sobre adultos em idade economicamente ativa. Esse dado confirma a centralidade desse grupo na dinâmica da situação de rua no município.

Destaca-se, contudo, a presença significativa de crianças de 0 a 12 anos, que somam 123 acompanhamentos (9,7%), com predominância feminina nessa faixa etária. Esse aspecto merece atenção específica, uma vez que indica situações que demandam atuação articulada com o Sistema de Garantia de Direitos e com a rede de proteção à infância e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

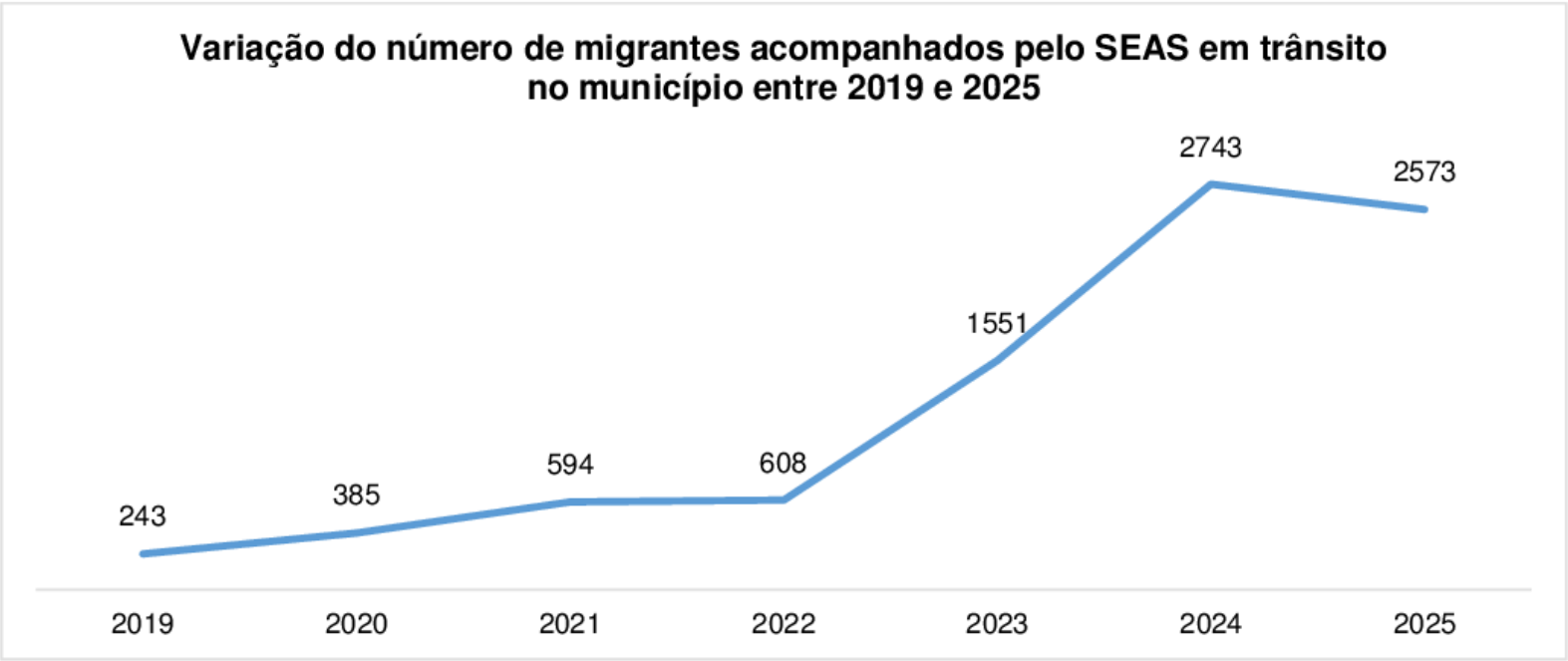
adolescência.

Os adolescentes de 13 a 17 anos correspondem a 36 acompanhamentos (2,8%), enquanto as pessoas com 60 anos ou mais totalizam 28 registros (2,2%). Ainda que proporcionalmente menores, esses grupos requerem estratégias diferenciadas de intervenção, considerando as especificidades do ciclo de vida.

Os dados do SEAS reafirmam a predominância de adultos no conjunto da população abordada, ao mesmo tempo em que evidenciam a presença de crianças e idosos no contexto de rua, reforçando a necessidade de respostas intersetoriais e de fluxos bem definidos entre abordagem social, Centro Pop e demais serviços da rede socioassistencial.

A variação do número de migrantes em trânsito no município, apresentada no gráfico 18, conforme registros realizados pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), evidencia crescimento significativo ao longo do período analisado. Entre 2019 e 2025 foram contabilizados 8.697 registros, com aumento mais acentuado a partir de 2023, quando os números passaram a superar mil ocorrências anuais, alcançando 2.743 em 2024 e 2.573 em 2025.

Gráfico 18 - Variação do número de migrantes acompanhados pelo SEAS em trânsito no município entre 2019 e 2025



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Fonte: RMU, 2019 a 2025

Ressalta-se que esses dados são produzidos a partir da atuação territorial do SEAS e referem-se aos usuários acompanhados no âmbito da abordagem social, abrangendo tanto pessoas em situação de rua quanto aquelas com vivência de rua, além de indivíduos que utilizam o espaço público para sobrevivência e casos de trabalho infantil com permanência no município superior a seis meses. Trata-se, portanto, de um recorte mais amplo do que o atendimento realizado no Centro Pop, que é direcionado especificamente à população em situação de rua.

132

A expressiva presença de migrantes identificada pelo SEAS dialoga diretamente com o perfil observado no Centro Pop Adulto, onde 32,12% dos usuários atendidos foram classificados como migrantes. Essa convergência entre os registros da abordagem social e os atendimentos realizados na unidade de referência indica que a mobilidade territorial constitui elemento estruturante da demanda da Proteção Social Especial no município.

Os dados evidenciam que o fluxo migratório deixou de configurar fenômeno pontual, passando a integrar de forma consistente a dinâmica da política socioassistencial local. Tal cenário reforça a importância da atuação articulada entre SEAS e Centro Pop, bem como da interlocução com outras políticas públicas, especialmente no que se refere à regularização documental, acesso a benefícios eventuais e orientação quanto aos serviços disponíveis no território.

No Serviço Especializado para Criança e Adolescente em Situação de Rua são assegurados atendimentos e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Visa através de uma equipe interdisciplinar, prestar atendimento, encaminhamento e acompanhamento de usuários que frequentam o Centro POP Criança e Adolescente.

Tabela 43 - Faixa etária e sexo da população atendida no Centro Pop Criança e Adolescente

	Sexo

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total	
	na	%	na	%	na	%
0 a 12 anos	14	8,33%	4	9,30%	18	8,53%
13 a 17 anos	154	91,6%	39	90,70%	193	91,47%
Total	**168**	**100%**	**43**	**100%**	**211**	**100%**

Fonte: RMU, 2025

A tabela 43 apresenta os dados do Centro Pop Criança e Adolescente. No ano de 2025 registrou 211 atendimentos, com predominância do público masculino, que corresponde a 168 registros (79,6%), enquanto o público feminino totaliza 43 atendimentos (20,4%). A maior parte dos usuários concentra-se na faixa etária de 13 a 17 anos, que representa 91,47% do total (193 atendimentos), sendo residual a participação de crianças de 0 a 12 anos (8,53%).

A forte concentração na adolescência indica que a situação de rua, no recorte

infantojuvenil, manifesta-se predominantemente nessa etapa do ciclo de vida, período marcado por maior circulação autônoma no território e por processos de fragilização ou rompimento de vínculos familiares.

A presença de crianças em menor proporção não reduz a complexidade do acompanhamento, exigindo intervenções articuladas com o Sistema de Garantia de Direitos, especialmente nas áreas de proteção básica, educação, saúde e medidas protetivas.

Observa-se ainda que, assim como no Centro Pop Adulto, há predominância masculina, mantendo padrão semelhante ao identificado nacionalmente. Entretanto, a proporção de meninas (20,4%) é superior à verificada no atendimento adulto, o que demanda atenção às especificidades de gênero na adolescência, considerando riscos diferenciados e necessidade de estratégias protetivas adequadas.

De forma geral, os dados revelam que o público atendido no Centro Pop Criança e Adolescente é majoritariamente composto por adolescentes do sexo masculino, indicando que as ações do serviço devem priorizar estratégias voltadas à adolescência, sem desconsiderar intervenções específicas para crianças e para meninas em situação de rua.

desconsiderar intervenções específicas para crianças e para meninas em situação de rua.

A análise integrada dos dados do Centro Pop Adulto, do Centro Pop Criança e Adolescente e do Serviço Especializado em Abordagem Social evidencia que a população em situação de rua no município apresenta perfil predominantemente masculino e adulto, com presença significativa de adolescentes no recorte infantojuvenil e participação relevante de migrantes no conjunto dos atendimentos. Observa-se ainda a coexistência de múltiplas vulnerabilidades, tanto socioeconômicas quanto territoriais, que demandam respostas articuladas e contínuas da rede socioassistencial.

A atuação complementar entre abordagem social e atendimento especializado no Centro Pop demonstra organização estruturada da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com presença territorial, monitoramento dos fluxos migratórios e encaminhamento para acesso a direitos. Esse conjunto de informações subsidia o planejamento das ações e consolida a compreensão da situação de rua como fenômeno multifatorial e permanente no território, orientando o fortalecimento das estratégias intersetoriais no âmbito do SUAS.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- **Unidade Municipal de Acolhimento (UMA)**

No serviço de acolhimento institucional da Unidade Municipal de Acolhimento (UMA), o atendimento é disponibilizado prioritariamente para crianças de 0 a 11 anos, com capacidade para até 20 acolhidos.

134

Tabela 44 - Número de Acolhimentos mensais na Unidade Municipal de Acolhimento em 2025

Crianças e Adolescentes acolhidos por sexo e mês na UMA em 2025												
Crianças	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Feminino	9	10	10	11	11	13	16	9	9	14	11	10
Masculino	12	11	11	10	10	12	11	11	11	15	10	11
Adolescentes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Feminino	2	2	1	1	1	0	1	1	1	2	1	1
Masculino	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	2
Total	**24**	**24**	**23**	**23**	**23**	**27**	**30**	**22**	**22**	**32**	**24**	**24**

Fonte: RMU, 2025

Observa-se que, em praticamente todos os meses, a unidade operou acima da capacidade pactuada. Mesmo nos meses com menor registro, a ocupação manteve-se superior à capacidade instalada.

Destaca-se que a presença de adolescentes ocorre de forma excepcional, visando à manutenção do grupo de irmãos, considerando que a unidade é destinada prioritariamente a crianças de 0 a 12 anos. Ainda assim, o quantitativo de adolescentes representa parcela reduzida do total mensal.

A taxa de ocupação mensal da Unidade Municipal de Acolhimento (UMA) demonstra funcionamento contínuo acima da capacidade pactuada de 20 vagas ao longo de todo o ano de 2025. A média mensal de 24,8 acolhidos corresponde a uma taxa média anual de ocupação de 124%, evidenciando sobrecarga estrutural do serviço.

Quadro 7 - Análise de capacidade instalada e ocupação na UMA em 2025

Indicador	**Resultado**
Capacidade pactuada	20 vagas
Total de registros mensais no ano	298
Média mensal de acolhidos	24,8
Taxa média anual de ocupação	124%
Menor ocupação registrada	22 acolhidos (110% da capacidade)
Maior ocupação registrada	32 acolhidos (160% da capacidade)
Meses de maior sobrecarga	Outubro (32), Julho (30), Junho (27)

Fonte: Vigilância Socioassistencial

A análise indica funcionamento contínuo acima da capacidade pactuada, configurando ponto de atenção para a gestão municipal, especialmente no que se refere à necessidade de ampliação de vagas, reorganização da oferta ou fortalecimento de estratégias de reintegração familiar, a fim de evitar permanências prolongadas e garantir a qualidade do atendimento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- **Unidade de Acolhimento Acolhendo e Cuidando**

No ano de 2025, a Unidade Acolhendo e Cuidando, destinada prioritariamente a adolescentes a partir de 13 anos, apresentou ocupação média de 14,4 acolhidos por mês, correspondendo a 72% da capacidade pactuada de 20 vagas.

Tabela 45 - Número de Acolhimentos no Acolhendo e Cuidando durante os meses em 2025

Crianças e Adolescentes acolhidos por sexo e mês no Acolhendo e Cuidando em 2025												
Crianças	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Feminino	4	4	4	4	7	6	7	1	1	1	1	1
Masculino	0	0	0	2	8	4	4	0	1	2	2	1
Adolescentes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Feminino	2	5	5	5	8	7	8	4	2	4	4	5
Masculino	4	5	5	4	5	4	5	4	3	3	3	4
Total	**10**	**14**	**14**	**15**	**28**	**21**	**24**	**9**	**7**	**10**	**10**	**11**

Fonte: RMU, 2025

Observa-se oscilação significativa ao longo do ano, com período de maior pressão entre os meses de maio e julho, quando a unidade operou acima da capacidade instalada, alcançando 140% em maio. Nos demais meses, a ocupação manteve-se dentro ou abaixo do limite pactuado, com destaque para setembro, que registrou o menor índice (35%).

Ressalta-se que a presença de crianças na unidade ocorre de forma excepcional, visando à preservação do grupo de irmãos, considerando que o serviço é destinado prioritariamente a adolescentes.

O comportamento oscilante da ocupação sugere fluxo variável de medidas protetivas aplicadas ao público adolescente, indicando a necessidade de monitoramento contínuo para adequada gestão das vagas e planejamento da oferta.

- **SFA - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**

No ano de 2025, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora registrou 36

acolhimentos, com predominância de crianças (32), o que corresponde a aproximadamente 89% do total (tabela 46). O dado evidencia aderência ao perfil prioritário do serviço, uma vez que as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

(MDS/CONANDA) estabelecem a modalidade familiar como prioritária, especialmente para crianças menores, considerando seu potencial de oferecer ambiente mais individualizado e próximo da convivência familiar.

Tabela 46 - Número de acolhimentos por sexo e faixa etária em Família Acolhedora em 2025

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
Crianças	19	13	32
Adolescentes	4	0	4
Total Geral	**23**	**13**	**36**

Fonte: RMU 2025

Observa-se ainda na tabela 46 a predominância do sexo feminino (23 acolhidas), embora a diferença não seja expressivamente discrepante no grupo de crianças. Já entre adolescentes, houve registro apenas do sexo feminino (4 casos), o que pode indicar especificidades do perfil encaminhado ao serviço ou maior dificuldade de inserção de adolescentes do sexo masculino na modalidade familiar.

Quando analisado em conjunto com a realidade da UMA — que apresentou superlotação estrutural, com taxa média anual de 124% da capacidade pactuada — o quantitativo de 36 acolhimentos em Família Acolhedora revela potencial estratégico ainda pouco explorado para redução da institucionalização.

As Orientações Técnicas nacionais reforçam que o acolhimento familiar deve ser priorizado sempre que possível, justamente por favorecer o desenvolvimento integral, a individualização do cuidado e a preservação de vínculos comunitários. Nesse sentido, o cenário municipal aponta para duas dinâmicas simultâneas:

- Sobrecarga contínua do acolhimento institucional infantil;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- Oferta existente, porém quantitativamente limitada, da modalidade familiar.

A comparação sugere possibilidade de ampliação estratégica do Serviço de Família Acolhedora como medida de reordenamento da Alta Complexidade, especialmente para o público infantil, contribuindo para redução da pressão sobre a UMA e maior alinhamento às diretrizes nacionais.

Contudo, a análise também deve considerar fatores como: número de famílias cadastradas e aptas, perfil das crianças acolhidas (grupos de irmãos, demandas específicas), tempo médio de permanência e capacidade de acompanhamento técnico.

- **Serviços de Acolhimento Institucional - Casa Rosa**

A Casa Rosa é uma unidade que presta serviços de acolhimento institucional com caráter sigiloso e temporário, com duração de até 180 (cento e oitenta) dias. Destina-se a casos graves de violência doméstica nos quais a vida da mulher está ameaçada devido à convivência com o agressor, tornando essencial o seu afastamento imediato.

No ano de 2025, a Casa Rosa acolheu 9 mulheres em situação de violência, acompanhadas de 14 dependentes, totalizando 23 pessoas atendidas na modalidade de abrigo institucional. Observa-se que o acolhimento não se restringe à mulher, mas envolve diretamente seus filhos, o que amplia a complexidade do atendimento e demanda abordagem integrada entre proteção à mulher e proteção à infância.

A presença de 14 crianças e adolescentes no abrigo evidencia que a violência doméstica produz impactos diretos na trajetória de desenvolvimento infantojuvenil, reforçando a necessidade de articulação entre a política de assistência social, o Sistema de Justiça e as políticas de saúde e educação.

Do ponto de vista da Alta Complexidade, a Casa Rosa apresenta natureza distinta das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes (UMA e Acolhendo e Cuidando), pois seu foco é a proteção à mulher em situação de violência, com acolhimento familiar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

provisório em contexto de ruptura do ciclo de violência.

A Casa Rosa não evidencia, pelos dados disponíveis, indício de sobrecarga quantitativa, mas sim complexidade qualitativa do atendimento, dada a necessidade de proteção integral à mulher e aos filhos em contexto de risco iminente.

15. Interfaces com outras políticas

A estrutura administrativa da SEMDES abarca ainda outras políticas que fazem interface com o SUAS, como a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, de Segurança Alimentar e Nutricional, Promoção da Igualdade Racial, Política de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT e a Rede Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente.

- **COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional em Vitória da Conquista tem como objetivo coordenar programas e projetos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Suas atividades incluem ações de sensibilização e mobilização da sociedade civil para fortalecer essa política, coordenar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), realizar estudos e análises estratégicas sobre Segurança Alimentar, planejar e executar programas que incentivem a oferta de refeições de qualidade a preços acessíveis para populações vulneráveis por meio do Restaurante Popular, acompanhar e orientar a produção das Hortas Comunitárias, coordenar programas e projetos de mobilização e educação da cidadania, estabelecer critérios de cooperação para projetos públicos da sociedade civil relacionados à Política de Segurança Alimentar e Nutricional, e articular-se com os organismos federais e estaduais responsáveis pela promoção de políticas de segurança alimentar.

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir que todas as pessoas tenham acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

comprometer outras necessidades essenciais. Isso envolve promover práticas alimentares saudáveis que respeitem a diversidade cultural e sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, cultural, econômico e social.

Além disso, faz parte da Segurança Alimentar e Nutricional assegurar que todas as pessoas tenham acesso a orientações que contribuam para combater problemas como sobrepeso, obesidade, contaminação de alimentos e outras doenças relacionadas à alimentação inadequada, bem como enfrentar questões relacionadas à escassez de água e à falta de alimentos. Isso significa proporcionar opções mais saudáveis, diversificadas e que estejam em conformidade com a cultura alimentar local.

Identificação dos Serviços

a) Restaurante Popular

Os Restaurantes Populares são estabelecimentos administrados pelo poder público que se destacam pela produção e venda de refeições saudáveis e equilibradas do ponto de vista nutricional. Essas refeições são preparadas com produtos regionais, seguindo processos seguros, e são oferecidas a preços acessíveis. Além disso, são servidas em ambientes adequados e confortáveis, garantindo a dignidade no ato de se alimentar.

Esses restaurantes têm como objetivo principal atender a população que se alimenta fora de casa, especialmente os grupos sociais mais vulneráveis. Eles oferecem refeições variadas, mantendo o equilíbrio entre os nutrientes essenciais, como carboidratos, proteínas, lipídios, fibras, vitaminas, sais minerais e água, em cada refeição. Dessa forma, busca-se garantir a máxima absorção e aproveitamento desses nutrientes pelo organismo, reduzindo

139

os riscos de problemas de saúde causados por uma alimentação inadequada.

O Restaurante Popular de Vitória da Conquista, localizado na Rua Yolando Fonseca, s/n, Bairro Jurema, foi inaugurado em 16 de outubro de 2014 e diariamente serve refeições para até 1.000 pessoas. O almoço é disponibilizado ao valor de R$ 4,00 (quatro reais) e tem

como meta de atendimento 264 mil refeições por ano.

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Implementado desde 2006, tem como objetivo principal é garantir o acesso regular, em quantidade e qualidade adequadas, a alimentos para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social e o combate à insegurança alimentar. Além disso, o programa busca fortalecer a agricultura familiar e promover a inclusão social nas áreas rurais.

O programa permite a aquisição de alimentos diretamente dos produtores, sem a necessidade de licitação, respeitando o limite de R$ 15.000,00 por ano para cada agricultor que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os alimentos adquiridos são distribuídos gratuitamente para entidades e instituições públicas que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco alimentar, para 350 agricultores; 17 entidades socioassistenciais; 06 equipamentos públicos e 30 creches

c) Hortas Comunitárias

As hortas comunitárias têm como objetivo aumentar a disponibilidade de alimentos altamente nutritivos e melhorar a qualidade de vida de grupos sociais em situação de insegurança alimentar, através da criação de hortas comunitárias em áreas disponíveis na comunidade.

Tabela 47 - Hortas Comunitárias

UNIDADE	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS
Horta Comunitária do Vila América	29 Famílias
Horta Comunitária do Kadija	27 Famílias
Horta Comunitária do Jardim Valéria	16 Famílias
Horta Comunitária do Recanto das Águas	14 Famílias
Total de famílias Atendidas	86 Famílias

Fonte: COSAN, 2025

O excedente produzido pode ser vendido, o que promove a criação de empregos, o

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

aumento da renda e a inclusão social.

140

- **COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS DE LGBT**

Criada pela Lei complementar nº 1.986, de 30 de maio de 2014, a Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT, tem a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e a defesa dos direitos de LGBT. É responsável pela promoção de ações municipais, com foco no debate sobre a homofobia e o direito a livre orientação sexual e identidade de gênero. As ações estimulam uma cultura de paz, com respeito à diversidade, e colaborarão para que Vitória da Conquista se torne um Território Livre da LGBTPQIAfobia.

Áreas de atuação:

- Coordenar a elaboração e implementação dos programas e projetos relacionados aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em âmbito municipal;
- Formular, monitorar e avaliar a politica Municipal de promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- Elaborar, analisar e avaliar a execução do Plano Municipal para a Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Vitória da Conquista sem Homolesbotransfobia, a partir das diretrizes emanadas da legislação, da Conferencia Nacional, da Conferencia Estadual e Territorial de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- Sugerir medidas normativas que visem a implementação e regulamentação da política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- Participar de atos e ações que concorram para promoção e o respeito dos direitos humano em todas as suas dimensões ou para cessar as suas violações;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- Promover conferências, seminários, debates, pesquisas, cursos, estágios, grupos de estudos e outras atividades relacionadas com a promoção da cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cooperando com outros fóruns congêneres e com outros órgãos semelhantes para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Vitória da Conquista é a terceira cidade do interior da Bahia que tem, na sua estrutura organizacional governamental, uma Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e

141

Direitos de LGBTPQIA+. Tendo sua equipe ampliada oferecendo serviços: assistência jurídica e psicológica para quem recorre ao órgão.

As chamadas "minorias sexuais" (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pansexuais, queens, intersexo, assexuadas, não binarias) LGBTPQIA+, são hoje, muito mais visíveis do que antes, e, consequentemente, torna-se mais acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores. Esse embate, que merece uma especial atenção, torna-se ainda mais complexo se pensarmos que grande desafio não consiste apenas, em assumir que as posições de gêneros e as orientações sexuais vem sendo constantemente atravessadas. É fundamental que se tenha uma ideia do termo que não se restrinja à questão numérica, estabelecendo a necessária dimensão política que envolve a noção.

Mesmo sendo um movimento de resistência e uma reafirmação das identidades sexuais, Vitória da Conquista começa, aos poucos, modificar o seu patamar de "cidade dos outros" para uma "Cidade da Diversidade", haja vista o crescimento de ações do movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais bem como o advento de políticas públicas para este segmento populacional, garantindo a estes, seu lugar social e político dentro do vivenciar em comunidade. Essa mudança está intrinsecamente ligada à prerrogativa que os princípios históricos dos direitos humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente pela paz. Só seremos uma sociedade

democrática de fato, se incorporarmos todas as pessoas a cidadania plena sem nenhum tipo de discriminação.

Através dos movimentos sociais com o apoio da Prefeitura, foram realizadas 07 Paradas do Orgulho de Ser LGBT, acompanhadas de seminários, cine debates, rodas de conversas, círculos restaurativos, oficinas da cidadania LGBT, todas com temáticas sobre o tema. É, também, a terceira cidade do Estado a possuir Decreto-Lei, nº 14.273 de 14 de fevereiro de 2012, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais quando do preenchimento de fichas de cadastros, formulários, prontuários, registros escolares e documentos congêneres para atendimento de serviços prestados por qualquer órgão da Administração Pública Municipal Direta, Indireta, Autarquias, Fundações e nas instituições públicas de ensino.

O Movimento Social não apenas resiste, mas, busca avançar. Conquistas como o casamento igualitário, a criminalização da LGBTIfobia e a ampliação de políticas públicas são frutos de uma mobilização que transcende diferenças e constrói pontes entre a sociedade civil e o poder público, sem perder a autonomia e a rebeldia.

142

AVANÇOS NA POLÍTICA ÂMBITO NACIONAL:

- Conquista do Casamento LGBTQIAPN+;
- Direito a adoção de crianças;
- Candidaturas assumidamente LGBT;
- Direito a doação de sangue no HEMOBA;
- Adequação Civil e mudança de gênero através do provimento 73 / maio de 2018;
- Reabertura do Conselho Nacional LGBT;
- Construção da Secretaria Nacional LGBTQIAPN+;
- Criminalização da LGBTfobia; Lei 7.716 / Racismo LGBTfóbico;
- Lei Maria da Penha: Entendimento para aplicação aos casais homoafetivos: masculino e feminino;
- OMS: Retirada da Transexualidade como transtorno mental da 11a versal da CID;
- Resolução CFP: n0 1, de 29 de janeiro de 2018, Dia Nacional da Visibilidade Trans: estabelece normas de atuação para os psicólogos (as) em relação as pessoas transexuais e travestis;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- CFP; Nota técnica sobre o Processo transexualizador, 2013;
- Direito a Cotas para vestibular público travestir;
- Direito a Redesignação sexual pelo SUS.

AVANÇOS NA POLÍTICA ÂMBITO MUNICIPAL:

- Manutenção da Política na Gestão;
- Estruturação da equipe;
- Equipamentos novos: computadores, Tel, Celular, Mesas, Cadeiras, Arquivos;
- Ampliação dos serviços: Jurídico, Social e Psicológico;
- Integração das políticas através do CIDH –Centro Integrado de Direitos Humanos;
- Criação do Conselho Municipal LGBTQIAPN+;
- Manutenção do Orçamento para realização das ações garantidas no Calendário de Atividades;
- Aprovação do Planejamento Orçamentário anual;
- Maior visibilidade para a política no município;
- Fortalecimento e melhor relação com os setores externos: DEAM, IML, POLÍCIA MILITAR, EQUIPE RONDA MARIA DA PENHA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, UNASSAU, UNEX, UESB, UFBA, ANHANGUERA, FASA, FAINOR.

- **COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

A Coordenação Municipal de Promoção da Igualdade Racial, criada pela Lei nº 2009/2014, constitui-se como órgão da administração pública municipal responsável pela formulação, articulação, acompanhamento e execução de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo estrutural e institucional e à valorização da população negra em suas dimensões sociais, culturais, religiosas e territoriais.

Sua atuação abrange a população negra urbana e rural, as 32 comunidades quilombolas rurais e uma comunidade quilombola urbana, os povos e comunidades

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

tradicionais, os segmentos da capoeira, o povo de santo, bem como as diversas expressoes da cultura negra existentes no município, a exemplo do hip hop, das manifestações artísticas afro-brasileiras e da cultura popular de matriz africana.

A Coordenação atua de forma integrada com movimentos sociais, coletivos culturais, organizações da sociedade civil e demais órgãos institucionais, com a finalidade de promover políticas públicas estruturantes e ações afirmativas voltadas à população negra. Dentre suas principais atribuições, destacam-se:

- Formulação e articulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial;
- Realização de seminários, fóruns, rodas de conversa, oficinas e atividades formativas;
- Articulação de ações participativas com juventudes negras, Quilombola, assegurando apoio institucional a jovens oriundos de escolas públicas;
- Apoio às organizações comunitárias, tradicionais e culturais vinculadas às pautas raciais;
- Promoção da educação antirracista no âmbito das políticas públicas municipais.

a) Controle Social

No âmbito do controle social, a política municipal de promoção da igualdade racial conta exclusivamente com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Lei nº 1.913, de 14 de junho de 2013), instância colegiada responsável por acompanhar, fiscalizar e contribuir para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas voltadas à igualdade racial no município.

b) Comunidades Quilombolas

O município de Vitória da Conquista possui 33 comunidades quilombolas, sendo 32 localizadas na zona rural e uma de caráter urbano. As comunidades encontram-se certificadas pela Fundação Cultural Palmares, com processos administrativos de reconhecimento em diferentes estágios.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Estatística (IBGE), Vitória da Conquista ocupa a 10ª posição entre os municípios brasileiros com maior população quilombola, registrando mais de 12 mil pessoas autodeclaradas quilombolas. Esse dado confere ao município posição de destaque nacional no que se refere à presença e à representatividade quilombola, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas, contínuas e territorializadas voltadas à garantia de direitos, à valorização cultural e ao reconhecimento histórico dessas comunidades. 144

c) Capoeira

No segmento da capoeira, o município conta com 25 grupos organizados, reunindo mestres, contramestres, professores e praticantes. A capoeira configura-se como expressão cultural, educativa e identitária da população negra, com forte presença em territórios urbanos, rurais e quilombolas, além de atuação em espaços educacionais e comunitários.

d) Terreiros e Casas de Culto de Matriz Africana

Vitória da Conquista possui cerca de 200 terreiros e casas que se autodeclaram locais de culto das religiões de matriz africana, especialmente Candomblé e Umbanda, concentrados majoritariamente em bairros periféricos e na zona rural.

Nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto, assegurando-lhes imunidade tributária quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

Nesse sentido, constitui diretriz da política municipal de promoção da igualdade racial o reconhecimento, a garantia e a efetivação da imunidade tributária dos terreiros e casas de culto de matriz africana, assegurando tratamento isonômico, proteção jurídica, respeito à liberdade religiosa e enfrentamento ao racismo religioso e à intolerância.

e) Imunidade Tributária

A imunidade tributária dos terreiros e casas de culto de matriz africana é uma garantia

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

constitucional que assegura a liberdade religiosa e reafirma o caráter laico do Estado. No âmbito municipal, esse direito é fortalecido pelo Decreto nº 21.650, de 20 de janeiro de 2022, que reconhece os povos e comunidades tradicionais de terreiros como entidades religiosas, e pela Resolução nº 01/2023 do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que regulamenta o reconhecimento e o cadastramento dos templos para a garantia da imunidade tributária em relação aos impostos municipais (IPTU).

Esses instrumentos representam um avanço na promoção da igualdade racial, no combate à intolerância religiosa e no reconhecimento dos terreiros como espaços de ancestralidade, cultua e resistência. 145

f) Ações Afirmativas

Como medida de enfrentamento às desigualdades raciais históricas e estruturais, a Coordenação Municipal de Promoção da Igualdade Racial atua na defesa e acompanhamento da reserva mínima de 30% das vagas para pessoas negras nos concursos públicos municipais.

A política de cotas raciais configura-se como instrumento legítimo de ação afirmativa, alinhado ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, contribuindo para a ampliação do acesso da população negra aos cargos públicos e aos espaços de poder e decisão no âmbito da administração municipal.

- **REDE DE ATENÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RADCA**

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente (COMDICA) de Vitória da Conquista-Bahia, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Telefônica, implantou em 1999, a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente.

O objeto desta parceria consistiu na contribuição financeira por parte da Fundação Telefônica para implantação do projeto Rede de Informação para serem oferecidos a instituições governamentais e não governamentais que atuam na defesa dos segmentos da criança e do adolescente em vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Assim, como parte integrante deste projeto surgiu a criação da Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente em virtude da carência de uma relação mais orgânica e um núcleo integrador que articulasse as ações e possibilitasse uma integração e uma maior complementaridade entre as ações, serviços e programas. Visando a efetivação do fortalecimento das entidades de assistência e proteção à criança e ao adolescente, inscritas no COMDICA.

146

O Governo Municipal criou a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, como forma de sistematizar informações sobre as entidades, não sobrepor serviços, otimizar os atendimentos, buscar a proposição de ações que ainda não existiam, além de viabilizar uma real parceria entre entidades que trabalhavam separadamente do governo municipal.

No ano de 2000, por meio do convênio com o BNDES e a Fundação Telefônica, a Prefeitura inaugurou a sede, situada na Praça Tancredo Neves, 116 Centro, Vitória da Conquista (BA), com oferta de oficina de Informática para os adolescentes, visando a formação profissional.

Inicialmente a Rede de Atenção era composta por 11 entidades que atuavam na defesa dos segmentos da criança e do adolescente em vulnerabilidade e risco social, chegando hoje, com 24 instituições não governamentais e 18 governamentais atuando na defesa dos direitos e no atendimento da infância e adolescência em situação de risco pessoal e social. A Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente se consolidou

como uma referência também em toda região Sudoeste, ao promover o fortalecimento das ações dos conselhos de direitos e tutelares, entidades governamentais e não governamentais, além de colaborar para o desenvolvimento de projetos e políticas de captação de recursos e redes de informação.

Finalidades Estatutárias

A Lei Complementar nº 1.986, de 30 de maio de 2014, altera a Lei Municipal nº 421, de 31 de dezembro de 1987, e em seu artigo 3º, inciso III, institui a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente como parte integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como também disciplina em seu artigo 9º: "A Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, é uma coordenação vinculada ao gabinete da SEMDES.

A Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, enquanto coordenação autônoma, é uma estrutura do governo municipal responsável pelo fortalecimento da Política de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em Vitória da Conquista (BA). Tem como missão estratégica a articulação das ações governamentais e não governamentais visando a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

É responsável pelo apoio às estruturas de gestão da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo um importante agente de assessoramento das instituições não governamentais. Tem vinculados à sua estrutura o Centro Integrado dos

147

Direitos da Criança e do Adolescente (CIDCA) e o Complexo de Escuta Protegida.

O CIDCA é um equipamento público que reúne órgãos e serviços públicos voltados para a garantia e a defesa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou em conflito com a lei, inaugurado em 1ª de junho do 2015, sendo uma das primeiras experiências de centros de atendimento integrado do país. Enquando o Complexo de Escuta Protegida, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com o apoio da Childhood Brasil, foi o

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

primeiro do Nordeste a ser construído em consonância com a Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida) e o Decreto nº 9.603/2018, que estabelecem garantia e proteção para a escuta e a tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em inquéritos e processos judiciais.

Objetivo

A Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente tendo como objetivo promover e articular ações entre entidades governamentais e não governamentais que atuam em defesa da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social; garantir aos adolescentes, jovens e suas famílias o direito à inclusão digital e social por meio dos cursos de informática, com o intuito de qualificação e certificação; integrar as entidades de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social; desenvolver atividades de captação de recursos e gerenciamento; dar formação específica e treinamento gerencial e técnicos, para quem atuam nos serviços e programas da rede na defesa dos segmentos da criança e do adolescente em vulnerabilidade e risco social; avaliar, monitorar e acompanhar as prestações de contas dos projetos das entidades cujos recursos sejam captados através da Rede, em conjunto com o COMDICA, e construir uma rede de informações dotada de banco de dados e sistema informatizado.

Funcionamento e Atividades Desenvolvidas

A Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, era composta com uma equipe multidisciplinar, funciona das 8h às 12h e das 14h às 18h, localizado na Praça Tancredo Neves, 116, Centro. Sendo o público prioritário adolescentes, jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal em cumprimento de medidas socioeducativas das

148

instituições inscritas na rede e comunidade em geral, que frequentam as instituições cadastradas na Rede (governamental e organizações da sociedade civil).

Além disso, articulava a realização de diversos cursos formativos para adolescentes, jovens, seus familiares ou responsáveis e profissionais da rede de proteção social, após a conclusão dos cursos, disponibiliza para os participantes certificados das oficinas de Inclusão digital, Informática Básica e Intermediária, Montagem e Manutenção de Computadores, Desenho Gráfico, Digitação, Criação de Blogs, além de instruções sobre os programas Excel e Power Point. As oficinas oferecidas possibilitam aos adolescentes e jovens a obtenção de uma maior qualificação, o que facilita a inserção no mercado de trabalho.

Em 2018, a Rede de Atenção, coordenou o Programa Cidadão Aprendiz, um dos maiores programas de profissionalização para adolescentes e jovens no município. O projeto iniciou em setembro com 30 jovens e foi encerrado em julho de 2020, foi executado de forma articulada entre Prefeitura, Instituto Federal da Bahia (IFBA), Ministério Público do Trabalho (SRT-BA), o Ministério Público Estadual e a empresa EPCL Empreendimentos. Durante quase dois anos, a Prefeitura ficou responsável pela qualificação prática dos jovens e o IFBA responsável pela sua formação teórica na área administrativa e apoio a usuários de informática. Cada um dos jovens recebeu meio salário mínimo, correspondente à época, pago pela empresa E.P.C.L Empreendimentos.

Contudo, após fortes chuvas ocorridas em 2022, a sede da Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente foi interditada pela Defesa Civil, considerando o estado de conservação do telhado e forro do prédio histórico, iniciando então o processo de licitação para reforma qualificada do espaço, adotando parâmetros para o atendimento integrado, acolhedor e humanizados preconizado pelas novas institucionalidades trazidas na Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida).

Assim, a Coordenação da Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, sediado temporariamente no Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente (CIDCA), atua como órgão articulador da política da infância e adolescência no município,

buscando a unidade e integralidade e mantendo constante diálogo entre as diversas Secretarias Municipais e a rede de proteção da infância e adolescência.

A Rede de Atenção, atualmente, apoia cerca de 43 instituições que atuam na defesa dos segmentos da criança e do adolescente em vulnerabilidade e risco social do Município de Vitória da Conquista e estão cadastradas no COMDICA. Nesse cenário, a rede de proteção social cresceu bastante, sendo uma responsabilidade cada vez maior da

149

Coordenação em levar esse trabalho para a comunidade, ao mesmo tempo buscar uma articulação com outras instituições, com o compromisso e responsabilidade da garantia e continuidade de assegurar o direito e a proteção às crianças e aos adolescentes do município.

Além disso, participa direta e ativamente na construção das ações e principais campanhas no que se refere a esse público prioritário, como: Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, Campanha de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Criança a Adolescente; Campanha de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil; Busca Ativa Escolar; Semana do Bebê; Campanha de destinação do Imposto de Renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; dentre outras.

Assegura, também, o fluxo contínuo de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes - FMDCA para atender às demandas das entidades que compõem a rede de proteção, atuando juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) na captação de recursos.

Ministra Oficina de Inclusão Digital (Informática Básica, Power Point, Excel, Montagem e Manutenção de Computador) com periodicidade semestral para os profissionais da rede de proteção social, em especial para a utilização de ferramentas que permitam acompanhar os casos de violação de direitos contra crianças e adolescentes, como o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Conselho Tutelar (SIPIA-CT).

Atua na execução de projetos angariados pelo Fundo Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente (FMDCA), a exemplo do Projeto Mudando Destinos, financiado com recursos do Banco Santander, através de captação de recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Mantém relação direta com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), participando das discussões acerca dos principais problemas e demandas na área da infância e adolescência, planejamento, provocando a rede de proteção e construindo propostas para melhoria da vida de crianças e adolescentes do nosso município.

Participa das ações do Selo UNICEF e do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC) no município, mantendo relação direta e constante com as diversas Secretarias Municipais e demais organismos, informando indicadores oficiais disponibilizados pelo Unicef, direcionando ações, coordenando o 1º e 2º Fórum Comunitário, como também a Reunião Intersetorial, apresentando guias e materiais norteadores, promovendo reuniões constantes e debates dos temas envolvidos na premiação. 150

Ademais, participa de instâncias de gestão municipal como o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (CMRPC) e do Comitê Intersetorial do Busca Ativa Escolar.

Por fim, também exerce a coordenação técnica muinicipal do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Conselho Tutelar, apoiando os Conselhos Tutelares e órgãos da rede de proteção social na utilização do sistema para acompanhamento dos casos de violação de direitos. Inclusive, execer, na estrutura administrativa da SEMDES, a função de planejar e executar ações de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, como aquisição de equipamentos, mobiliários e recursos lúdicos para o regular funcionamento do órgão, como promover capacitação dos técnicos administrativos e proceder nos encaminhamentos de férias, substituições e outras atividades correlatas envolvendo os conselheiros tutelares.

Público Alvo

Sendo o público prioritário crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, inclusive que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas, além de instituições cadastradas no COMDICA, profissionais da rede de proteção social e comunidade em geral.

Instituições Governamentais

Nº	Governamentais
01	CREAS Central
02	CREAS CIDCA
03	CREAS Rural 1 – José Gonçalves
04	CREAS Rural 2 – Bate Pé
05	CREAS Novo Olhar
06	Centro POP Criança e Adolescente
07	Serviço Especializado em Abordagem Social
08	Centro de Convivência Conquista Criança
09	Unidade de Acolhimento Acolhendo e Cuidando
10	Unidade Municipal de Acolhimento
11	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
12	Casa Rosa
13	CRAS 1 – Bruno Bacelar
14	CRAS 2 – Vila América
15	CRAS 3 – Pedrinhas
16	CRAS 4 – Jardim Valéria
17	CRAS 5 – Rural

18	CRAS 6 – Nova Cidade
19	CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida
20	CRAS 8 – Miro Cairo

Organizações da Sociedade Civil

Nº	Organizações da Sociedade Civil
01	Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – ASBEAS (Lar Santa Catarina de Sena – Orfanato)
02	Associação Conquistense de Integração do Deficiente – ACIDE
03	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória da Conquista - APAE
04	Instituto Social Padre Benedito Soares – ISPBS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

04	Instituto Social Padre Benedito Soares – ISPBS
05	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE
06	Fundação de Assistência e Desenvolvimento Humano para Crianças, Adolescentes e seus Familiares de Vitória da Conquista – FAMEC
07	Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente – UESB
08	Pastoral do Menor Nossa Senhora de Fátima
09	Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora das Graças
10	Instituto Social União e Força
11	Associação Clube de Mães do Loteamento Parque da Colina - Creche Criança Esperança
12	Creche Jurema
13	Instituto Social Bela Vista – ISBV
14	Associação Jesus de Nazaré – Creche Jesus de Nazaré
15	Associação Conquistense para Atendimento Especializado à Pessoa Autista - ACAEPA
16	União de Mulheres de Vitória da Conquista – Creche Dinaelza Coqueiro
17	Instituto Social Vivendo e Aprendendo – ISVA
18	União Espírita de Vitória da Conquista – Lar da Criança Mei-Mei
19	Comunidade de Atendimento Socioeducativo – CASE Prof. Wanderlino Nogueira Neto
20	Instituto Euvaldo Lodi – IEL
21	Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – NEOJIBÁ
22	Serviço Social da Indústria – SESI
23	Instituto BemMaker

152

16. DADOS ORÇAMENTÁRIOS RELATIVOS AO COFINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

1. Estrutura da Gestão Financeira

Os dados apresentados a seguir foram elaborados pela Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) de Vitória da Conquista. A Coordenação conta com uma equipe estruturada nos seguintes eixos de atuação:

- **Coordenação:** 01 Coordenador.
- **Setor de Execução Financeira:** 04 Servidores.
- **Setor de Fundos Sociais:** 05 Servidores.
- **Setor de Convênios:** 02 Servidores.
- **Setor de Planejamento e Controle Orçamentário:** 02 Servidores.

2. O Financiamento da Assistência Social em Vitória da Conquista

O financiamento da Política Pública de Assistência Social em Vitória da Conquista é regido pelos princípios da descentralização político-administrativa e do comando único, operando por meio de um sistema de cofinanciamento tripartite. Este modelo envolve o aporte de recursos das três esferas de governo — União, Estado e Município — garantindo a sustentabilidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

2.1. O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

O braço operacional e financeiro desta política é o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Instituído pela Lei Municipal nº 800/1995, o FMAS é um fundo especial de natureza contábil e financeira, identificado pelo CNPJ nº 17.021.344/0001-80.

Embora não possua personalidade jurídica própria, sendo vinculado à estrutura da

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), o FMAS constitui unidade orçamentária. Suas contas de movimentação financeira são estritamente vinculadas ao seu CNPJ específico, garantindo que os recursos transferidos "fundo a fundo" (pela União e pelo Estado) sejam aplicados exclusivamente nas finalidades previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

153

2.2. Fontes de Receita e Aplicação de Recursos

As receitas que compõem o financiamento da assistência social no município originam-se de Recursos Próprios (Tesouro Municipal), decorrente de aporte direto do município para garantir o funcionamento da rede e o pagamento de pessoal, de repasses Federais (Blocos de Financiamento), recursos estes transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o custeio de serviços e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e por Repasses Estaduais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/Bahia).

A gestão desses recursos observa os instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA), e as ações financiadas pela FMAS estão sujeitas à fiscalização e aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), assegurando o controle social e a transparência na aplicação do gasto público.

3. Análise do Cofinanciamento do SUAS e o Protagonismo Municipal (2019 a 2025)

Tabela 48 – Repasses do Cofinanciamento do SUAS – 2019 a 2025

ANO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2019	R$ 4.548.271,59	R$ 1.019.462,64	R$ 4.831.490,13	R$ 10.399.224,36
2020	R$ 7.092.678,60	R$ 648.022,00	R$ 3.124.085,65	R$ 10.864.786,25
2021	R$ 3.345.900,88	R$ 1.164.683,28	R$ 9.753.051,16	R$ 14.263.635,32
2022	R$ 7.999.237,78	R$ 817.274,00	R$ 13.394.150,49	R$ 22.210.662,27
2023	R$ 4.270.359,19	R$ 1.205.232,00	R$ 10.119.594,82	R$ 15.595.186,01

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2024	R$ 5.256.797,97	R$ 1.759.177,10	R$ 9.250.219,25	R$ 16.266.194,32
2025	R$ 5.641.058,11	R$ 1.568.346,00	R$ 3.131.456,94	R$ 10.340.861,05
Total	**R$ 38.154.304,12**	**R$ 8.182.197,02**	**R$ 53.604.048,44**	**R$ 99.940.549,58**

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES.

A Tabela 48 deixa claro quem está "segurando as pontas" do SUAS. Enquanto os repasses externos oscilam, a gestão municipal demonstrou um compromisso inabalável. O município saltou de um investimento de R$ 4,83 milhões em 2019 para um pico de R$ 13,39 milhões em 2022. Isso representa um aumento de quase 180%. Em 2022, o município investiu quase o dobro do que recebeu da União e mais de 16 vezes o que recebeu do Estado.

154

Gerir uma prefeitura exige lidar com limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e queda em outras arrecadações. Priorizar a assistência social com recursos próprios nesse nível é uma escolha política corajosa, que evita o colapso do atendimento às famílias vulneráveis diante da omissão relativa das outras esferas de governo. Os dados revelam que o SUAS sobreviveu à pandemia e à crise econômica graças ao fôlego financeiro e à eficiência da gestão municipal. É um modelo de sucesso de gestão local, mas que sinaliza um alerta sobre a sustentabilidade desse sistema se a União e o Estado não retomarem seu papel de co-financiadores reais.

3.1. O Impacto da Inflação e Perda de Poder de Compra

Ao analisar esses valores, é impossível ignorar o impacto do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A inflação não é apenas um número; ela é o aumento do custo do aluguel social, do preço da cesta básica e do combustível das equipes volantes. A "perda de ação" por causa da inflação só não foi total porque o município compensou a estagnação federal e estadual com recursos do próprio tesouro.

Tabela 49 - IPCA - (2019-2024)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Ano	Inflação (IPCA)	Impacto no Poder de Compra
2019	4,31%	Base de comparação.
2020	4,52%	Início da pressão nos custos de higiene e saúde.
2021	10,06%	O ano crítico: explosão de preços de alimentos e energia.
2022	5,79%	Manutenção de patamares elevados.
2023	4,62%	Estabilização em custo de vida já alto.
2024	~4,50% (proj.)	Acúmulo de perdas de anos anteriores.

Fonte: Dados base para o diagnóstico PMAS.

Entre 2019 e 2024, a inflação acumulada ultrapassa os 35%. Qualquer recurso que não tenha crescido acima desse percentual representa, na prática, um corte no atendimento à população.

155

4. A Volatilidade dos Repasses Estaduais e Federais

Ao observarmos os dados, a palavra que define os repasses federais e estaduais é volatilidade.

Tabela 50 – Repasses do Cofinanciamento Federal do SUAS – 2019 a 2025

ANO	FEDERAL				TOTAL
	BÁSICA	ESPECIAL	GESTÃO	PROGRAMAS + SIGTV	
2019	R$ 1.731.120,60	R$ 1.166.875,00	R$ 1.313.409,39	R$ 336.866,60	R$ 4.548.271,59
2020	R$ 2.115.490,52	R$ 1.732.545,68	R$ 1.427.216,34	R$ 1.817.426,06	R$ 7.092.678,60

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2021	R$ 718.537,50	R$ 601.055,62	R$ 1.360.213,41	R$ 666.094,35	R$ 3.345.900,88
2022	R$ 849.093,24	R$ 707.976,69	R$ 1.431.973,70	R$ 5.010.194,15	R$ 7.999.237,78
2023	R$ 1.283.918,58	R$ 1.143.688,78	R$ 1.359.151,37	R$ 483.600,46	R$ 4.270.359,19
2024	R$ 1.143.123,00	R$ 1.135.054,15	R$ 2.143.654,74	R$ 834.966,08	R$ 5.256.797,97
2025	R$ 1.259.832,34	R$ 1.188.578,88	R$ 2.211.971,61	R$ 980.675,28	R$ 5.641.058,11
Total	**R$ 9.101.115,78**	**R$ 7.675.774,80**	**R$ 11.247.590,56**	**R$ 10.129.822,98**	**R$ 38.154.304,12**

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES.

Relativo ao Recurso Federal, observa-se que, em 2019, o repasse era de R$ 4.548.271,59. Em 2023, esse valor caiu para R$ 4.270.359,19. Ou seja, houve uma redução nominal de quase 300 mil reais em um período em que tudo ficou mais caro. Mesmo com a recuperação em 2024 (R$ 5,25 milhões), o valor mal cobre a inflação acumulada desde 2019, resultando em uma estagnação que asfixia o planejamento a longo prazo.

Tabela 51 – Repasses do Cofinanciamento Estadual do SUAS – 2019 a 2025

ANO	ESTADUAL				TOTAL
	BÁSICA	ESPECIAL	BE	GESTÃO	
2019	R$ 274.626,00	R$ 730.620,00	R$ 14.216,64	R$ -	R$ 1.019.462,64
2020	R$ 174.762,00	R$ 468.360,00	R$ 4.900,00	R$ -	R$ 648.022,00
2021	R$ 299.592,00	R$ 817.091,28	R$ 48.000,00	R$ -	R$ 1.164.683,28
2022	R$ 199.728,00	R$ 609.746,00	R$ 7.800,00	R$ -	R$ 817.274,00
2023	R$ 438.792,00	R$ 742.440,00	R$ 24.000,00	R$ -	R$ 1.205.232,00
2024	R$ 804.956,00	R$ 925.240,00	R$ 18.483,80	R$ 10.497,30	R$ 1.759.177,10
2025	R$ 775.126,00	R$ 730.620,00	R$ 42.600,00	R$ 20.000,00	R$ 1.568.346,00

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Total	**R$ 2.967.582,00**	**R$ 5.024.117,28**	**R$ 160.000,44**	**R$ 30.497,30**	**R$ 8.182.197,02**

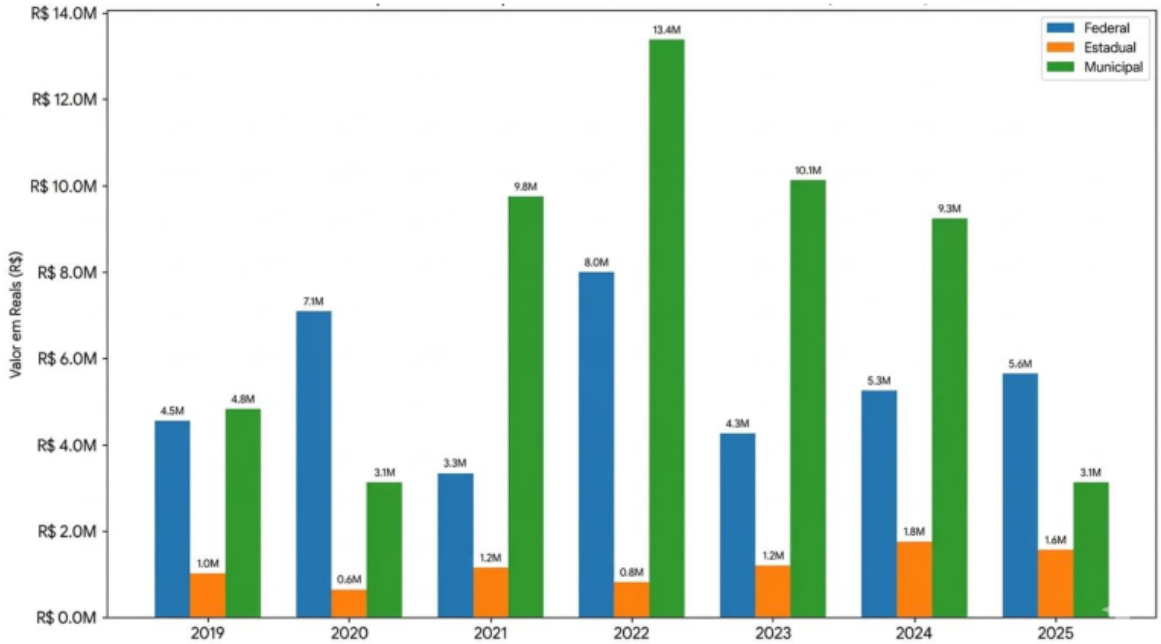
Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES.

No que tange aos Recursos Estaduais, embora apresente um crescimento em 2024, o repasse estadual é historicamente o menor elo da corrente. Em 2020 e 2022, os valores ficaram abaixo do patamar de 2019 (R$ 1,01 milhão), atingindo o piso de R$ 648.022,00 em 2020. Essa falta de regularidade impede que o município conte com o Estado para investimentos estruturais.

5. Representatividade e Sustentabilidade Futura

O gráfico 19 apresenta a comparação, revelando que, a partir de 2021, o Município assumiu o protagonismo do financiamento da Política de Assistência Social assumindo a maior parcela da carga financeira do SUAS no município. O investimento saltou de R$ 3,1 milhões em 2020 para R$ 9,7 milhões em 2021, atingindo o recorde histórico de R$ 13,4 milhões em 2022.

Gráfico 19 – Comparativo de repasses do Cofinanciamento do SUAS (2019-2025)



Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES.

157

Já o investimento federal apresentou picos em 2020 e 2022, mas manteve-se consistentemente abaixo do investimento municipal no período de maior aporte local (2021-2024). Na esfera do cofinanciamento estadual, verifica-se uma participação minoritária, mas constante, com um leve crescimento observado em 2024 (R$ 1,7 milhão) e 2025 (R$ 1,5 milhão) em comparação aos anos anteriores.

Tabela 52 - Representatividade do Financiamento da Política de Assistência Social no Município de Vitória da Conquista - 2019 a 2025

Esfera de Governo	Investimento Total	Representatividade (%)
Municipal	**R$ 53.604.048,44**	**53,6%**
Federal	R$ 38.154.304,12	38,2%
Estadual	R$ 8.182.197,02	8,2%
SOMA TOTAL	**R$ 99.940.549,58**	**100%**

Fonte: Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil/SEMDES.

O atual cenário demonstra que a política de Assistência Social no município é sustentada, majoritariamente, por recursos próprios. Esse protagonismo assegura a execução dos serviços essenciais, protegendo-os das frequentes flutuações nos repasses das demais esferas de governo.

Todavia, a análise técnica sinaliza um estado de alerta orçamentário devido à acentuada corrosão do poder de compra. O sistema enfrentou severos impactos decorrentes da inflação de dois dígitos em 2020 e 2021, sendo que apenas o aporte recorde de R$ 22,2 milhões em 2022 conseguiu superar a inflação acumulada do período. Como o tesouro municipal é o principal financiador da rede, respondendo por 53,6% do total acumulado, qualquer redução nominal — a exemplo da retração observada entre 2024 e 2025 — impacta

qualquer redução nominal — a exemplo da retração observada entre 2024 e 2025 — impacta diretamente a ponta dos serviços, como o CRAS, CREAS e as unidades de acolhimento.

A manutenção do orçamento "congelado" no patamar de R$ 10,3 milhões para o quadriênio 2026-2029 projeta um grave risco de insuficiência financeira. Estima-se que, em 2029, o valor real disponível equivaleria a apenas R$ 8,9 milhões em valores atuais, o que comprometeria seriamente a valorização e manutenção das equipes técnicas via reajustes salariais, a aquisição de insumos e a concessão de benefícios eventuais, ambos sensíveis à variação de mercado, além de inviabilizar a expansão da rede para áreas de nova

vulnerabilidade. Para preservar a sustentabilidade dos serviços, o planejamento estratégico da SEMDES deve estabelecer reajustes anuais mínimos de 4%, além de priorizar a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas no último exercício.

6. Cofinanciamento da Rede Não Governamental do SUAS (OSCs)

A execução da Política de Assistência Social no município de Vitória da Conquista é executada em rede, tendo as Organizações da Sociedade Civil - OSC como importante parceira na oferta de serviços socioassistenciais. Os repasses foram realizados em consonância com a Lei Federal 13.019/2014, sendo concretizados através de Termos de Colaboração e contempladas todas as proteções sociais. As organizações da sociedade civil que recebem recursos provenientes do FMAS são referendadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social através de resoluções específicas.

Um dos serviços prestados no município por Organizações da Sociedade Civil são as ações vinculadas ao Piso de Transição de Média Complexidade, cujo público prioritário no município é a pessoa com deficiências e suas famílias.

Entre 2022 e 2025, o repasse geral consolidado para a rede socioassistencial não governamental totalizou a expressiva marca de R$ 2.960.424,37.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Tabela 53 - Repasses para Organizações da Sociedade Civil por Fonte de Recurso (2022 a 2025)

Anos	Fonte Recurso	Organização da Sociedade Civil	Repasse
2022	MUNICIPAL - Recursos não Vinculados de Impostos	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 59.396,49
		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 62.035,09
		ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 15.603,51
		ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS	R$ 29.613,82
		COMUNIDADE DE ALIANÇA ANUNCIA	R$ 54.280,70
		FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA CRIANÇAS	R$ 38.573,91
		INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV	R$ 30.460,39

		INSTITUTO SOCIAL PADRE BENEDITO SOARES	R$ 33.814,52
		INSTITUTO SOCIAL VIVENDO E APRENDENDO	R$ 45.470,93
		PASTORAL DO MENOR DA PAROQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	R$ 36.430,91
		PASTORAL DO MENOR NOSSA SENHORA DE FATIMA	R$ 20.635,52
		UNIÃO ESPIRITA DE VIT. CONQUISTA	R$ 53.684,21
	2022 Total		R$ 480.000,00

	FNAS - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 438.331,36
		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 210.000,00
		ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 15.968,64

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2023	FEAS - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 24.807,78
		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 290.000,00
		ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 5.972,22
	2023 Total		R$ 985.080,00

2024	FNAS - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 189.220,00
		ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 103.740,00
		UNIÃO ESPIRITA DE VIT. CONQUISTA	R$ 106.500,00
		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 158.000,00
	FEAS - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 120.780,00
		ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 40.260,00
		UNIÃO ESPIRITA DE VIT. CONQUISTA	R$ 103.500,00
		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 158.000,00
	2024 Total		R$ 980.000,00

2025		ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS	R$ 71.428,50

160

	MUNICIPAL - Recursos não Vinculados de Impostos	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA CRIANÇAS	R$ 71.428,50
		INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV	R$ 71.428,50
		INSTITUTO SOCIAL PADRE BENEDITO SOARES	R$ 71.428,50
		INSTITUTO SOCIAL VIVENDO E APRENDENDO	R$ 71.428,50

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

		PASTORAL DO MENOR DA PAROQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	R$ 71.428,50
		PASTORAL DO MENOR NOSSA SENHORA DE FATIMA	R$ 71.428,50
	FNAS - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 15.344,87
	2025 Total		R$ 515.344,37

Total Geral - 2022 A 2025	**R$ 2.960.424,37**

Fonte: Dados base para o diagnóstico PMAS.

Assim como verificado na manutenção da rede própria, o protagonismo da gestão municipal é latente no cofinanciamento das OSCs. O Tesouro Municipal atuou como a âncora financeira para essas instituições em exercícios vitais, garantindo 100% dos repasses orçamentários em 2022 (R$ 480.000,00) e projetando quase a totalidade do esforço financeiro em 2025, com a destinação de R$ 499.999,50 em recursos próprios.

Tabela 54 - Repasse Consolidado por OSC (2022 a 2025)

Ano	Organização da Sociedade Civil	Repasse
2022	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 59.396,49
	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 62.035,09
	ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 15.603,51
	ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS	R$ 29.613,82
	COMUNIDADE DE ALIANÇA ANUNCIA	R$ 54.280,70
	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA CRIANÇAS	R$ 38.573,91
	INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV	R$ 30.460,39
	INSTITUTO SOCIAL PADRE BENEDITO SOARES	R$ 33.814,52

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

	INSTITUTO SOCIAL VIVENDO E APRENDENDO	R$ 45.470,93
	PASTORAL DO MENOR DA PAROQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	R$ 36.430,91
	PASTORAL DO MENOR NOSSA SENHORA DE FATIMA	R$ 20.635,52
	UNIÃO ESPIRITA DE VIT. CONQUISTA	R$ 53.684,21
	2022 Total	**R$ 480.000,00**
2023	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 463.139,14
	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 500.000,00
	ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 21.940,86
	2023 Total	**R$ 985.080,00**
2024	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 310.000,00
	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA	R$ 316.000,00
	ASSOCIAÇÃO CONQUISTENSE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE - ACIDE	R$ 144.000,00
	UNIÃO ESPIRITA DE VIT. CONQUISTA	R$ 210.000,00
	2024 Total	**R$ 980.000,00**
2025	APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R$ 15.344,87
	ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS	R$ 71.428,50
	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA CRIANÇAS	R$ 71.428,50
	INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV	R$ 71.428,50
	INSTITUTO SOCIAL PADRE BENEDITO SOARES	R$ 71.428,50
	INSTITUTO SOCIAL VIVENDO E APRENDENDO	R$ 71.428,50
	PASTORAL DO MENOR DA PAROQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	R$ 71.428,50
	PASTORAL DO MENOR NOSSA SENHORA DE FATIMA	R$ 71.428,50
	2025 Total	**R$ 515.344,37**
	Total - 2022 a 2025	**R$ 2.960.424,37**

Fonte: Dados base para o diagnóstico PMAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

7. Considerações Finais: Teses e Diretrizes para o PMAS 2026-2029

A análise minuciosa da série histórica de 2019 a 2025 permite consolidar um diagnóstico claro sobre a saúde financeira do SUAS em Vitória da Conquista, culminando no levantamento de teses centrais que devem orientar as estratégias do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) para o quadriênio 2026-2029.

Tese 1: O Protagonismo Municipal Salva-Guarda da Política Social

Os dados evidenciam de forma incontestável que o Município se tornou o pilar de sustentação da rede socioassistencial local, assumindo 53,6% do financiamento total da política. O aumento de quase 180% nos investimentos próprios (entre 2019 e 2022) evitou o colapso do atendimento às famílias vulneráveis diante da omissão relativa das outras esferas de governo. Diante de cenários de crise econômica e pandemia, a gestão local optou por blindar a assistência social, sobrevivendo graças ao fôlego financeiro e à eficiência da gestão municipal.

Tese 2: A Corrosão Inflacionária como "Corte Oculto"

A segunda tese fundamenta-se no impacto silencioso, porém devastador, do IPCA. Com uma inflação acumulada que ultrapassa os 35% no período analisado, a estagnação nominal dos repasses das demais esferas atuou, na prática, como um corte orçamentário continuado. O valor real dos repasses reduz o poder de compra da rede a cada ano, impactando diretamente a ponta dos serviços, as aquisições de insumos e a concessão de benefícios eventuais.

Tese 3: A Urgência da Recomposição do Pacto Federativo

Embora o protagonismo do Tesouro Municipal seja um modelo de sucesso de gestão local, ele sinaliza um alerta sobre a sustentabilidade desse sistema se a União e o Estado não retomarem seu papel de co-financiadores reais. A alta volatilidade dos recursos federais

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

não retomarem seu papel de co-financiadores reais. A alta volatilidade dos recursos federais e estaduais impede que o município conte com eles para investimentos estruturais e expansão. O SUAS não pode depender eternamente do esforço isolado do município.

Conclusões e Diretrizes Estratégicas

Diante do exposto, o planejamento orçamentário para o ciclo 2026-2029 projeta um grave risco de insuficiência financeira caso o orçamento seja "congelado". Para garantir a sobrevivência e a expansão qualitativa da política de assistência social, o PMAS 2026-2029 deve adotar as seguintes diretrizes:

1. **Previsão de Reajuste Real:** Estabelecer no planejamento estratégico da SEMDES reajustes anuais mínimos de 4%, além de priorizar a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas no último exercício.
2. **Defesa Político-Institucional do Cofinanciamento:** Utilizar este diagnóstico de corrosão do poder de compra e estagnação federal e estadual como instrumento para cobrar a recomposição dos fundos perdidos.
3. **Manutenção do Fôlego Local:** Continuar assegurando o protagonismo do Tesouro Municipal como rede de segurança para o custeio de serviços essenciais, protegendo-os das flutuações e garantindo a oferta continuada da rede própria e parceira.

163

17. Diretrizes Estratégicas do Diagnóstico Socioterritorial para o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029

As diretrizes resultantes do diagnóstico socioterritorial foram definidas a partir da análise integrada de diferentes fontes de informação, incluindo dados do Cadastro Único, registros administrativos da rede socioassistencial, indicadores sociais e metodologias participativas de leitura do território.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Embora o diagnóstico completo esteja apresentado em anexo a este plano, os principais achados evidenciam a concentração de vulnerabilidades sociais em determinados territórios do município, bem como demandas relacionadas à prevenção de violências, fortalecimento do trabalho social com famílias, qualificação da rede de proteção social e ampliação da articulação intersetorial.

A partir dessa análise, apresentam-se as seguintes diretrizes para o planejamento da política municipal de assistência social.

1. Fortalecer a territorialização da política de assistência social: Aprimorar o planejamento e a organização da rede socioassistencial com base na análise socioterritorial das vulnerabilidades, priorizando territórios com maior concentração de famílias em situação de pobreza e risco social. No município, destacam-se áreas de abrangência dos CRAS da Zona Rural, Jardim Valéria e Vila América, que demandam especial atenção na intensificação das ações da Proteção Social Básica.
2. Ampliar e qualificar a Proteção Social Básica: Fortalecer o acompanhamento familiar no âmbito do PAIF e ampliar ações preventivas e comunitárias nos territórios com maior incidência de famílias inscritas no Cadastro Único.
3. Fortalecer as ações de convivência e o trabalho social com famílias: Qualificar e expandir o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e as estratégias coletivas de trabalho social, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a ampliação das redes de apoio social.

4. Prevenir e enfrentar violências e violações de direitos: Desenvolver estratégias integradas de prevenção e enfrentamento das violências, com base nos dados do diagnóstico socioterritorial, priorizando a proteção de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.
5. Qualificar a Proteção Social Especial: Fortalecer a capacidade de atendimento da Proteção Social Especial de média e alta complexidade, garantindo acompanhamento qualificado a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, adolescentes

em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas em situação de rua.

6. Reordenar e qualificar os serviços de acolhimento: Aprimorar a gestão e a qualidade dos serviços de acolhimento institucional e familiar, priorizando estratégias de reintegração familiar e comunitária e a redução do tempo de permanência em acolhimento institucional.
7. Fortalecer a Vigilância Socioassistencial: consolidar a Vigilância Socioassistencial como instrumento estratégico para a produção, análise e utilização de informações socioterritoriais, subsidiando o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações, serviços, programas e benefícios socioassistenciais no município.
8. Fortalecer a gestão do SUAS: Fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social por meio da implementação de estratégias de educação permanente voltadas à qualificação de gestores, trabalhadores e conselheiros da política de assistência social.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

REFERÊNCIAS

BRASIL. CapacitaSUAS Caderno 2. Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 204, de 4 de dezembro de 1997. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/AS. Brasília, DF: CNAS, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 207, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre ajustes na Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/AS. Brasília, DF: CNAS, 1998.

BRASIL. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS 2002. Documento apresentado para debate público. Brasília, DF: Ministério da Assistência Social, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF: CNAS, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF:

CNAS, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. São Paulo: dinâmica e governo intraurbano. In: SPOSATI, Aldaíza e KOGA, Dirce. São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais. São Paulo: Editora Senac, 2013.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Lei Complementar nº 2.587, de 03 de janeiro de 2022. Dispõe sobre alterações à estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal, 2022.

166

ANEXO I - Sistematização dos Dados Obtidos a Partir da Oficina do Mapa Falado

CRAS 1 – Bruno Bacelar

1. Caracterização do Território

O território de abrangência do CRAS 1 – Bruno Bacelar compreende os bairros e localidades de Ibirapuera/Zabelê (Urbis V), Brasil, Santa Cruz, Santa Helena e Bateias. A sistematização apresentada resulta da Oficina do Mapa Falado realizada em 22 de dezembro de 2025, que possibilitou a escuta qualificada de moradores e lideranças locais acerca das condições de vida, das proteções sociais existentes, das situações de desproteção e das dinâmicas comunitárias presentes no território.

Trata-se de um território marcado por heterogeneidade interna, no qual convivem áreas com maior oferta de equipamentos públicos e serviços e outras com fragilidades estruturais persistentes, especialmente no que se refere à infraestrutura urbana, mobilidade, segurança e saneamento. As percepções registradas revelam tanto a presença de redes

segurança e saneamento. As percepções registradas revelam tanto a presença de redes institucionais e comunitárias relevantes quanto a persistência de vulnerabilidades sociais que impactam o cotidiano das famílias.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, o CRAS 1 foi amplamente reconhecido como uma das principais referências de proteção social do território. As ações desenvolvidas, especialmente aquelas vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foram identificadas como espaços de acolhimento, apoio, convivência e acesso a direitos, sendo o equipamento também reconhecido como lugar de resistência comunitária. Não foram registradas desproteções diretamente associadas à política de Assistência Social, o que indica avaliação positiva quanto à presença e atuação do serviço.

Em relação à habitação, não foram identificadas proteções específicas. Como desproteção, destacou-se a ocupação irregular de uma creche desativada, evidenciando fragilidades na gestão do espaço urbano e a ausência de alternativas habitacionais adequadas para parte da população.

Na área da educação, foram reconhecidas como importantes referências de proteção as escolas Zica Pedral e Peniel, bem como a Creche Zilda Arns. As instituições educacionais também foram identificadas como espaços de resistência e organização comunitária. Entretanto, foram apontadas desproteções relevantes, como a inexistência de escola

168

estadual no território e a baixa escolaridade de parte da população, fatores que limitam as oportunidades educacionais e de inserção social.

No campo da saúde, o Posto de Saúde local e a equipe multiprofissional (Emulti) foram mencionados como referências de proteção. Contudo, os registros evidenciam importantes fragilidades, como atendimento considerado insuficiente, ausência de farmácia no território, ocorrência de problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas e registros de gravidez na adolescência. O Posto de Saúde aparece simultaneamente como

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

proteção e como espaço de conflito, indicando tensões na relação entre serviço e comunidade. Os Conselhos Locais de Saúde foram mencionados como espaços de resistência e participação social.

No que se refere à iluminação pública, a principal referência registrada diz respeito à insuficiência de iluminação nas vias, configurando importante fator de desproteção, especialmente por impactar a sensação de segurança e a circulação noturna no território.

Quanto à mobilidade urbana e ao transporte público, foram identificadas como proteções a existência de transporte coletivo e a presença de algumas vias pavimentadas. Em contrapartida, destacaram-se diversas desproteções, como ruas sem pavimentação, trechos escuros e inseguros, ausência de sinalização, falta de cobertura nos pontos de ônibus, inexistência de piso tátil e acúmulo de lixo nas vias públicas, evidenciando barreiras à acessibilidade e ao deslocamento cotidiano da população.

Na área do lazer, foram reconhecidos como espaços de proteção a Praça do Bruno Bacelar, o campo de futebol, o Estádio Murilo Mármore, com oferta de atividades esportivas, e alguns estabelecimentos comerciais que funcionam como espaços de convivência. Apesar disso, foi apontada a carência de locais adequados e diversificados de encontro e lazer, o que limita as possibilidades de convivência comunitária, especialmente para jovens e adolescentes.

No que se refere aos conflitos familiares e comunitários, o Conselho de Bairro e os grupos de convivência do CRAS foram reconhecidos como importantes referências de apoio. Entretanto, a fragilidade das relações comunitárias foi mencionada como desproteção, com a própria dinâmica comunitária sendo percebida, em alguns momentos, como fator de enfraquecimento dos vínculos sociais.

No campo da religião e de outros aspectos comunitários, igrejas católicas e evangélicas e o Conselho de Bairro foram citados como referências de proteção. Como desproteção, foi mencionado o descarte inadequado de lixo, indicando problemas ambientais e de corresponsabilização coletiva.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

As análises por recortes específicos reforçam essas dinâmicas. No Bairro Brasil, destacam-se proteções nas áreas de assistência social, educação, saúde, lazer e religião, com a presença de equipamentos como o Parque Lagoa das Bateias e as praças. Entretanto, persistem desproteções relacionadas à segurança pública, ocorrência de alagamentos, precariedades na mobilidade urbana e perda de profissionais na rede de saúde. No território da Urbis V, foram reconhecidas proteções associadas ao CRAS, ao transporte coletivo, às praças e ao comércio local, mas permanecem fragilidades importantes relacionadas à oferta de serviços de saúde, uso de drogas em espaços públicos, insuficiência do transporte e presença de terrenos baldios.

3. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 1 evidencia a presença de uma rede de proteções sociais significativa, com destaque para o papel central do CRAS, das unidades educacionais, dos serviços de saúde e de determinados equipamentos comunitários e religiosos. Ao mesmo tempo, as desproteções identificadas revelam vulnerabilidades estruturais persistentes, especialmente nas áreas de infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento, segurança pública e acesso qualificado a serviços de saúde.

Observa-se que, embora existam equipamentos e iniciativas relevantes, parte da população enfrenta barreiras concretas no acesso a direitos, o que reforça a necessidade de ações articuladas e territorializadas que considerem as especificidades internas do território e suas desigualdades intrabairro.

4. Implicações para o PMAS e para o Planejamento Intersetorial

Os resultados da Oficina do Mapa Falado no território do CRAS 1 constituem subsídios estratégicos para o aprimoramento do Plano Municipal de Assistência Social e para o fortalecimento do planejamento intersetorial. As fragilidades relacionadas à saúde, mobilidade, saneamento, segurança pública e lazer indicam a necessidade de atuação articulada entre as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Infraestrutura,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Mobilidade Urbana e Segurança Pública, com foco na ampliação das proteções sociais e na redução das vulnerabilidades identificadas.

No âmbito da Assistência Social, os registros reforçam a importância de manter e fortalecer o CRAS como referência territorial, ampliando ações de convivência, participação comunitária e articulação com lideranças locais. As informações levantadas também apontam para a necessidade de integrar ações preventivas e de promoção de direitos, especialmente voltadas a adolescentes, jovens e famílias em situação de maior vulnerabilidade. 170

5. Áreas sem Registros

A ausência de registros sistemáticos em algumas áreas, como saneamento em determinados recortes, segurança pública no território geral e conflitos comunitários em bairros específicos, indica limites próprios da metodologia participativa utilizada e sinaliza a necessidade de aprofundamento por meio de outras estratégias de diagnóstico, como análise de dados secundários, visitas técnicas e escutas complementares. Essas lacunas não anulam as percepções registradas, mas reforçam a importância de um diagnóstico socioterritorial contínuo e articulado

CRAS 2 – Vila América

1. Caracterização do Território

O território de abrangência do CRAS 2 – Vila América compreende os bairros Ayrton Senna, Boa Vista e Espírito Santo. A sistematização apresentada resulta da Oficina do Mapa Falado realizada em 10 de dezembro de 2025, com a participação de moradores e atores sociais locais, possibilitando a identificação de percepções coletivas sobre as condições de vida, as proteções sociais existentes, as situações de desproteção e as dinâmicas comunitárias presentes nesses territórios.

Trata-se de um território marcado por desigualdades internas significativas, tanto no acesso aos serviços públicos quanto na oferta de equipamentos sociais e urbanos. As

acesso aos serviços públicos quanto na oferta de equipamentos sociais e urbanos. As percepções registradas revelam a coexistência de redes institucionais e comunitárias relevantes com fragilidades estruturais persistentes, especialmente nas áreas de assistência social, educação, saúde, segurança pública, saneamento e mobilidade urbana.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, foram identificadas proteções institucionais relevantes, sobretudo nos bairros Boa Vista e Espírito Santo. No Boa Vista, o CRAS e as atividades vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram reconhecidos como referências importantes de apoio às famílias. No Espírito Santo, destacaram-se o SCFV localizado na Urbis VI e o acesso ao Programa Bolsa Família como mecanismos relevantes de proteção social. Em contrapartida, no bairro Ayrton Senna não foram identificadas proteções nessa área, evidenciando maior fragilidade no acesso às ofertas socioassistenciais. Entre as desproteções, sobressaem dificuldades estruturais que limitam a efetividade da política, como a distância do CRAS em relação a alguns bairros, a insuficiência de recursos humanos, a falta de materiais e a inadequação do espaço físico para atendimento no Boa Vista. No Espírito Santo, foram destacados altos índices de violência doméstica e contra crianças e adolescentes, configurando situações de vulnerabilidade que demandam maior presença e articulação da rede socioassistencial.

171

Na área da educação, foram reconhecidas como proteções a existência de escolas municipais e creches nos bairros Boa Vista e Espírito Santo, sendo que neste último também foram mencionadas escolas particulares e uma unidade de ensino médio, ampliando as possibilidades educacionais. No bairro Ayrton Senna, entretanto, não foram identificadas proteções nessa área, o que evidencia maior precariedade da oferta educacional local. As desproteções educacionais apareceram de forma recorrente nos três bairros, com destaque para a carência de creches, a ausência de escolas de ensino fundamental e médio em determinadas localidades, a falta de vagas, a inexistência de transporte escolar e a inadequação de horários, fatores que comprometem o acesso, a permanência e o percurso

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

educacional de crianças e adolescentes.

No campo da saúde, foram identificadas proteções institucionais importantes, como a presença de Unidades Básicas de Saúde e atuação de Agentes Comunitários de Saúde nos bairros Boa Vista e Espírito Santo, além do PSF CAE II no Ayrton Senna. Entretanto, as desproteções revelam limites significativos na oferta e na qualidade dos serviços, destacando-se a distância das unidades, a insuficiência de vagas para consultas e exames, a ausência de médicos especialistas e o número reduzido de ACS. Em Ayrton Senna e Espírito Santo, foram apontados elevados índices de alcoolismo e uso de substâncias psicoativas, indicando demandas importantes de saúde mental e atenção psicossocial. No Espírito Santo destacou-se ainda a ausência de atendimento em saúde mental, enquanto no Ayrton Senna o atendimento no CAE II foi avaliado como precário pela população.

No que se refere à segurança pública, foram reconhecidas como proteções as ações de ronda da Polícia Militar nos bairros Ayrton Senna e Espírito Santo, sendo que este último também conta com posto policial e ronda escolar. Apesar disso, as desproteções são expressivas e comuns aos três territórios, com destaque para o tráfico de drogas, altos índices de assaltos e forte sensação de insegurança. No Espírito Santo, a insegurança se manifesta de forma mais intensa em espaços públicos como pontos de ônibus, praças e feira livre, indicando fragilidade das estratégias de prevenção e da presença contínua do poder público.

172

Em relação ao saneamento básico, foram identificadas como proteções a coleta diária de lixo e a existência de saneamento nos bairros Ayrton Senna e Boa Vista. Contudo, persistem desproteções relevantes, como a presença de insetos e animais peçonhentos, falhas na limpeza pública e a existência de esgoto a céu aberto no Ayrton Senna e Espírito Santo. Em áreas específicas, como Santa Mônica, Vila Elisa e Parque Imperial, foram relatadas situações mais graves, incluindo ausência ou insuficiência de saneamento básico e falta de água encanada, revelando desigualdades territoriais internas significativas.

No campo da mobilidade urbana e do transporte público, foram reconhecidas como

proteções a pavimentação asfáltica nos residenciais de Ayrton Senna e Boa Vista e a existência de diversas linhas de ônibus no Espírito Santo. Entretanto, foram apontadas desproteções importantes, como a insuficiência de linhas e horários de transporte em todos os bairros, riscos de atropelamento e ausência de dispositivos de segurança viária no anel viário, além da falta de transporte público para acesso ao CRAS e inexistência de oferta no Parque Imperial, comprometendo o direito à mobilidade e o acesso a serviços públicos essenciais.

Quanto ao lazer e à convivência comunitária, as proteções identificadas mostram-se limitadas. No Espírito Santo foram citados uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, enquanto no Boa Vista as atividades do SCFV foram reconhecidas como importante espaço de convivência e resistência comunitária. No bairro Ayrton Senna não foram identificadas proteções nessa área. As desproteções revelam carência generalizada de equipamentos públicos de lazer, com ausência de praças e quadras, falta de manutenção dos espaços existentes e insegurança, inclusive com relatos de uso de drogas em equipamentos esportivos, o que restringe o uso comunitário e a convivência social.

3. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 2 evidencia a presença de proteções institucionais relevantes, especialmente vinculadas à assistência social, à educação e à saúde, concentradas principalmente nos bairros Boa Vista e Espírito Santo. Entretanto, observa-se que o bairro Ayrton Senna apresenta maior concentração de desproteções, indicando desigualdade territorial no acesso a serviços e equipamentos públicos.

As fragilidades identificadas nas áreas de segurança pública, saneamento, mobilidade urbana, lazer e saúde mental impactam diretamente a qualidade de vida da população e reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais que considerem as especificidades e assimetrias internas do território.

173

4. Implicações para o PMAS e para o Planejamento Intersetorial

Os resultados da Oficina do Mapa Falado no território do CRAS 2 constituem

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Os resultados da Oficina do Mapa Falado no território do CRAS 2 constituem subsídios fundamentais para o aprimoramento do Plano Municipal de Assistência Social e para o fortalecimento do planejamento intersetorial. As situações de violência doméstica, uso de substâncias psicoativas, precariedades na mobilidade, no saneamento e na oferta de lazer apontam para a necessidade de articulação entre as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

No âmbito da Assistência Social, os dados reforçam a importância de ampliar a presença territorial do CRAS, fortalecer ações preventivas e comunitárias e intensificar o trabalho articulado com a rede de proteção, especialmente no enfrentamento das violências e na proteção de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade.

5. Áreas sem Registros

Não houve registros significativos nas oficinas referentes às áreas de trabalho e geração de renda, cultura, meio ambiente, habitação e regularização fundiária, direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, esporte e juventude e acesso à justiça e documentação civil. A ausência de apontamentos nessas temáticas indica a necessidade de aprofundamento investigativo em etapas posteriores do diagnóstico socioterritorial, por meio de análise de dados secundários, escutas qualificadas e articulação com outras políticas públicas.

CRAS 3 – Pedrinhas

1. Caracterização do Território

A sistematização apresentada resulta da Oficina do Mapa Falado realizada em 12 de dezembro de 2025, na localidade do Cruzeiro, com mediação de Eliude Silva Bonfim, contemplando o território de abrangência do CRAS 3 – Pedrinhas. A atividade possibilitou a identificação das principais proteções, desproteções, conflitos, potencialidades, bem como de lugares e pessoas de resistência reconhecidos pelos participantes.

O território apresenta características urbanas consolidadas, com presença de equipamentos públicos e comunitários relevantes, mas também com fragilidades associadas

equipamentos públicos e comunitários relevantes, mas também com fragilidades associadas à segurança, à qualidade dos serviços públicos, à mobilidade urbana e à conservação dos espaços coletivos. As percepções registradas evidenciam um território marcado por

174

ambivalências, no qual determinados equipamentos são reconhecidos simultaneamente como espaços de proteção e de conflito.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, o CRAS foi amplamente reconhecido como principal referência de proteção no território, sendo mencionado de forma recorrente pelos participantes. Destacaram-se o acolhimento oferecido, o suporte às famílias e o acesso a informações e orientações, consolidando o equipamento como espaço de apoio, fortalecimento de vínculos e resistência comunitária. Não foram registradas desproteções diretamente associadas à atuação do CRAS.

Na área da educação, escolas e creches foram amplamente citadas como importantes fatores de proteção, sendo também reconhecidas como lugares de resistência no território. Entretanto, emergiram desproteções relevantes, relacionadas à dificuldade de acesso a vagas, à percepção de baixa qualidade do ensino e à necessidade de maior segurança nos ambientes escolares. Mesmo em unidades reformadas, como a Escola Antônia Cavalcanti, foram apontadas fragilidades que comprometem o processo educativo e a permanência dos estudantes.

No campo da saúde, o CAPS e o Posto de Saúde foram identificados como referências centrais de proteção e também como lugares de resistência. Contudo, esses mesmos equipamentos foram citados como espaços de desproteção, especialmente em relação à saúde mental. Os participantes relataram demora no atendimento de casos graves, inclusive situações de risco de suicídio, além de críticas ao acolhimento na recepção e à

postura de alguns profissionais. Essas percepções revelam tensões na relação entre usuários e serviços, indicando a necessidade de qualificação do cuidado e fortalecimento da rede de atenção psicossocial.

A iluminação pública foi majoritariamente percebida como fator de proteção, contribuindo para a circulação e a sensação de segurança no território. Ainda assim, foram registradas desproteções associadas ao vandalismo e à quebra de luminárias, o que compromete a efetividade desse serviço e amplia a sensação de insegurança em determinados pontos.

No que se refere ao saneamento, a maioria dos participantes reconheceu a existência de rede de saneamento em grande parte do bairro, configurando importante proteção. 175 Contudo, foram apontadas desproteções pontuais, indicando que a cobertura e a qualidade dos serviços não são homogêneas em todo o território.

No campo da mobilidade urbana e do transporte público, o transporte coletivo foi reconhecido como proteção por viabilizar o deslocamento da população. Entretanto, foi apontada como desproteção a oferta insuficiente de ônibus, com apenas um veículo atendendo todo o bairro, resultando em superlotação e longos intervalos de espera. Também foram destacadas fragilidades relacionadas à acessibilidade urbana, como ausência de arborização, calçadas intransitáveis e barreiras arquitetônicas que dificultam a circulação de pessoas com deficiência visual ou cadeirantes.

Em relação ao lazer e aos espaços de convivência, foram identificadas proteções e desproteções de forma simultânea. O Cristo, a Praça e a Quadra (Campo de Futebol) foram reconhecidos como importantes espaços de lazer e convivência, mas também como locais marcados por insegurança, especialmente no período noturno. A presença de uso de drogas, vandalismo, quebra de equipamentos e ausência de segurança permanente foram apontadas como fatores que limitam o uso comunitário desses espaços.

O Poço Escuro foi citado como importante potencialidade ambiental e espaço de contato com a natureza, sendo reconhecido como proteção por sua diversidade natural.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Contudo, predominam percepções de desproteção relacionadas à falta de segurança, presença de usuários de drogas, risco de animais e acúmulo de lixo, indicando a necessidade de ações integradas de segurança pública, conservação ambiental e educação ambiental.

No campo da religião, igrejas e terreiros foram reconhecidos como importantes espaços de acolhimento, apoio espiritual e convivência comunitária. Entretanto, emergiu registro pontual de intolerância religiosa em relação aos terreiros, além de críticas à limitação da atuação das igrejas no acompanhamento mais direto das situações vivenciadas pelas famílias, revelando desafios na ampliação do apoio comunitário.

Outras proteções identificadas incluem o mercado local, reconhecido como espaço de acesso a bens essenciais e convivência cotidiana, e a atividade de reciclagem, vista simultaneamente como fonte de sustento para famílias e como desproteção, devido às condições precárias de salubridade e à degradação ambiental observada na região do pé da Serra do Periperi.

3. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 3 – Pedrinhas evidencia a presença de uma rede significativa de equipamentos e iniciativas comunitárias que funcionam como importantes proteções sociais, com destaque para o CRAS, as escolas, os serviços de saúde, os espaços religiosos e as organizações da sociedade civil.

Entretanto, as desproteções relacionadas à segurança pública, à qualidade dos serviços de saúde, à mobilidade urbana e à manutenção dos espaços de lazer revelam fragilidades estruturais que impactam diretamente o cotidiano da população. A coexistência de proteções e conflitos nos mesmos espaços evidencia a necessidade de intervenções qualificadas e permanentes, capazes de fortalecer o uso comunitário e reduzir as situações de risco.

4. Implicações para o PMAS e para o Planejamento Intersetorial

Os resultados da Oficina do Mapa Falado no território do CRAS 3 reforçam a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Os resultados da Oficina do Mapa Falado no território do CRAS 3 reforçam a centralidade do CRAS como equipamento estratégico da Política de Assistência Social e indicam a necessidade de fortalecimento das ações de caráter preventivo, comunitário e intersetorial. As fragilidades identificadas na saúde mental, na segurança dos espaços públicos, na mobilidade e na gestão ambiental demandam articulação entre as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente.

No âmbito do PMAS, os dados apontam para a importância de investimentos na qualificação dos serviços, no fortalecimento das redes locais e na ampliação de estratégias de cuidado territorializadas, especialmente para crianças, adolescentes e pessoas em sofrimento psíquico.

5. Áreas sem Registros

Não houve registros significativos relacionados às áreas de trabalho e geração de renda, habitação, políticas para a pessoa idosa e para pessoas com deficiência, cultura institucionalizada e acesso à justiça. A ausência de informações nesses campos indica a necessidade de aprofundamento investigativo em etapas posteriores do diagnóstico socioterritorial, por meio de dados secundários e novas estratégias de escuta comunitária.

CRAS 4 – Jardim Valéria

1. Caracterização do Território

O presente texto sistematiza os dados qualitativos obtidos a partir da Oficina do Mapa Falado realizada em 11 de dezembro de 2025, no CRAS 4 – Jardim Valéria, com mediação de Lucas e Valdinéia. A atividade contou com a participação de moradores e atores sociais dos bairros Campinhos, Cidade Modelo, Conveima II, Residenciais Margarida, Lagoa Azul, Jardim Valéria e Simão.

177

A metodologia possibilitou identificar, a partir da percepção dos participantes, as

principais proteções, desproteções, conflitos, potencialidades e referências de resistência existentes no território. O conjunto das informações revela um território marcado por forte presença de equipamentos públicos e redes familiares, mas também por tensões relacionadas à segurança pública, à ausência de espaços de lazer seguros e a conflitos concentrados em áreas específicas, sobretudo em conjuntos habitacionais.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, o CRAS 4 – Jardim Valéria foi amplamente reconhecido como importante referência de proteção no território, sendo identificado como porta de entrada para acesso a direitos, benefícios e serviços socioassistenciais. As atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foram destacadas como potencialidades relevantes para o fortalecimento das relações comunitárias e familiares. Não foram registradas desproteções diretamente associadas à política de Assistência Social, o que indica avaliação positiva das ofertas existentes.

Em relação à habitação, a moradia foi mencionada de forma geral como elemento de proteção, evidenciando o valor atribuído à estabilidade residencial para a segurança das famílias. Contudo, foram identificadas desproteções e conflitos associados a determinados conjuntos habitacionais, como Lagoa Azul, Campo Verde, Margarida e Parque das Flores, reconhecidos como áreas que concentram problemas comunitários e tensões sociais. Esses registros apontam desigualdades internas no território e a necessidade de maior atenção das políticas públicas a esses espaços.

Na área da educação, as escolas do território foram reconhecidas como importantes espaços de proteção e referência comunitária. Entretanto, emergiram conflitos relacionados à relação entre professores, estudantes e famílias, indicando fragilidades na mediação de conflitos e no diálogo institucional. Tais aspectos sinalizam a necessidade de estratégias intersetoriais que fortaleçam a articulação entre educação, assistência social e famílias.

No campo da saúde, foram identificadas como referências de proteção a Unidade de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Saúde-Escola Campinhos e o atendimento prestado pelo SAMU 192, percebidos de forma positiva pelos participantes. Não houve registros de desproteções ou conflitos associados diretamente à política de saúde, o que sugere reconhecimento da efetividade dos serviços existentes. 178

A segurança pública apresentou-se como uma das áreas mais críticas do território. A maioria dos participantes não reconheceu a segurança pública como fator de proteção, havendo apenas menção isolada nesse sentido. Foram identificadas como desproteções diversas áreas e equipamentos, como o local conhecido como "a fazenda", de acesso restrito, ruas do bairro, estabelecimentos comerciais – com destaque para a "Casa do Bolo" – e o próprio Batalhão da Polícia Militar. O principal conflito apontado refere-se à violência policial, percebida como elemento gerador de insegurança, medo e tensão no cotidiano comunitário.

No campo da mobilidade urbana e do transporte público, não foram mencionadas proteções diretas. Como desproteção, destacou-se a dificuldade de acesso ao local conhecido como "a fazenda", em função de restrições existentes. Por outro lado, os participantes reconheceram como potencialidade as melhorias recentes no transporte público e nos pontos de ônibus após o asfaltamento das ruas, evidenciando avanços que impactaram positivamente a mobilidade no território.

A área do lazer foi predominantemente identificada como espaço de desproteção. Os participantes afirmaram não reconhecer locais de lazer considerados seguros no território. Quadras esportivas, campos de futebol, bares e a Lagoa das Bateias foram citados como espaços de risco, associados à insegurança e à ausência de controle público. O principal conflito identificado refere-se à inexistência de equipamentos públicos de lazer adequados, revelando carência histórica de investimentos em espaços comunitários seguros e acessíveis.

No âmbito dos conflitos familiares e comunitários, a figura materna foi destacada como principal rede de apoio e proteção, evidenciando o papel central das mães na

organização do cuidado e na sustentação dos vínculos familiares. Em contrapartida, foram relatadas tensões envolvendo comerciantes locais, especialmente em razão da presença constante de policiamento em determinados estabelecimentos, o que gera constrangimentos e conflitos no cotidiano comunitário.

No campo da religião, as igrejas foram reconhecidas como espaços de proteção e referência comunitária. Entretanto, parte dos participantes relatou desconfiança em relação às lideranças religiosas, indicando fragilidades nas relações institucionais e possível distanciamento entre líderes e comunidade.

179

Entre outros aspectos relevantes, foram reconhecidos como elementos de proteção diversos estabelecimentos do comércio local, como açougues, padarias, supermercados, farmácias e o cemitério, evidenciando sua importância como pontos de referência e apoio no território. Como desproteção, foi mencionado o Posto de Lavagem GSL, além da recorrente associação do comércio "Casa do Bolo" a conflitos decorrentes da presença frequente de policiamento.

3. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 4 – Jardim Valéria evidencia a coexistência de importantes referências de proteção, como o CRAS, as unidades de saúde, as escolas e as redes familiares, especialmente maternas, com fragilidades significativas relacionadas à segurança pública, à ausência de espaços de lazer seguros e à concentração de conflitos em áreas e equipamentos específicos.

A percepção negativa da atuação policial e a insegurança associada aos espaços públicos emergem como elementos centrais de vulnerabilidade, impactando diretamente a convivência comunitária e o uso do território.

4. Implicações para o PMAS e para o Planejamento Intersetorial

Os resultados da Oficina do Mapa Falado indicam a necessidade de fortalecimento

Os resultados da Oficina do Mapa Falado indicam a necessidade de fortalecimento das ações territorializadas da Política de Assistência Social, com especial atenção à mediação de conflitos comunitários, ao fortalecimento das redes familiares e ao estímulo ao protagonismo social.

No âmbito do PMAS e do planejamento intersetorial, os dados apontam para a importância de articulação entre Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública, Mobilidade Urbana e Cultura/Lazer, visando à ampliação de espaços de convivência seguros, à qualificação das relações entre comunidade e instituições e à intervenção focalizada nos condomínios e áreas identificadas como focos de desproteção.

5. Áreas sem Registros

Não houve registros de proteções, desproteções, conflitos ou potencialidades nas áreas de iluminação pública e saneamento. A ausência de apontamentos pode indicar invisibilidade desses temas para os participantes ou a necessidade de aprofundamento investigativo por meio de outras estratégias de escuta e levantamento de dados.

180

CRAS 5 – Zona Rural

Povoado da Matinha – CRAS 5

1. Caracterização do Território

A localidade da Matinha, pertencente ao distrito de Inhobim e referenciada ao CRAS 5, caracteriza-se como um território rural com forte identidade comunitária, marcada por vínculos históricos, práticas tradicionais e modos de vida associados à agricultura e às relações de vizinhança. A trajetória da comunidade revela um processo gradual de ocupação, inicialmente marcado pela escassez de infraestrutura básica, especialmente no acesso à água, educação e serviços públicos.

Historicamente, o território se estruturou a partir de trilhas abertas entre a vegetação, pequenas vendas e moradias familiares, com destaque para antigos espaços comunitários como a escola, que ainda hoje permanece como referência simbólica. Apesar de avanços

como a escola, que ainda hoje permanece como referência simbólica. Apesar de avanços pontuais ao longo do tempo, a Matinha mantém características de isolamento territorial, com limitações estruturais que impactam diretamente o acesso a políticas públicas e a qualidade de vida da população.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, foram identificados elementos de proteção associados principalmente às relações de acolhimento comunitário, aos vínculos familiares e às redes informais de solidariedade. A renda proveniente de benefícios socioassistenciais e aposentadorias constitui importante fonte de sustentação para muitas famílias. Entretanto, o território apresenta desproteções relevantes relacionadas à ausência de serviços continuados no próprio local, bem como à escassez de oportunidades de trabalho e geração de renda, agravada pelo encerramento de atividades produtivas tradicionais, como a fazenda de café e a casa de farinha, que anteriormente ofertavam empregos à comunidade.

Em relação à Educação, a existência de uma escola de ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) na localidade é reconhecida como fator de proteção importante. Contudo, a ausência de oferta do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio no território obriga crianças e adolescentes a se deslocarem diariamente para Inhobim, o que se torna especialmente problemático em períodos de chuva, quando as estradas ficam intransitáveis.

Também foi destacada a dificuldade de participação das famílias em reuniões escolares, uma vez que os pais não conseguem acompanhar os filhos no transporte escolar. Soma-se a isso a presença de uma escola antiga desativada, que a comunidade identifica como potencial espaço para reuniões e encontros coletivos, atualmente subutilizado.

181

No eixo da Saúde, o posto de saúde local, com atendimento médico uma vez por semana, configura-se como referência de proteção. Entretanto, predominam desproteções significativas, como a falta de medicamentos, a existência de áreas descobertas por agentes comunitários de saúde e a dificuldade de acesso à ambulância, que permanece localizada em Inhobim, dificultando atendimentos em situações de urgência.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A Iluminação Pública apresenta cobertura de energia elétrica na localidade, o que é reconhecido como proteção. Contudo, foram relatadas falhas frequentes, como postes sem lâmpadas, trechos do povoado em completa escuridão e quedas de energia em períodos de chuva, evidenciando a necessidade de manutenção regular do sistema.

No que se refere ao Saneamento, o abastecimento de água por meio de carro-pipa constitui a principal forma de acesso, sendo complementado, em alguns casos, por cisternas domiciliares e captação de água da chuva. No entanto, a irregularidade no fornecimento do carro-pipa gera situações recorrentes de desabastecimento, obrigando os moradores a recorrerem a longos deslocamentos para buscar água ou a dependerem de cisternas de propriedades vizinhas, configurando importante vulnerabilidade socioambiental.

A Mobilidade Urbana e o Transporte Público concentram um dos principais fatores de desproteção do território. As ruas sem pavimentação, associadas à poeira em períodos secos e à lama em períodos chuvosos, dificultam a circulação de pessoas e veículos. Em dias de chuva, as estradas tornam-se intransitáveis, afetando o transporte escolar, o acesso a serviços de saúde e a mobilidade cotidiana. Embora exista uma linha particular de ônibus, com dois veículos operando de segunda a sábado, os horários e as condições das vias são insuficientes para atender plenamente às necessidades da população. Também foram apontadas demandas por sinalização, limpeza das vias e ampliação da largura das estradas que ligam Matinha a Dantilândia e Inhobim.

No eixo do Lazer, Cultura e Convivência Comunitária, a comunidade reconhece como proteção os eventos anuais promovidos pelas igrejas, os grupos de amizade, rodas de conversa e reuniões informais. Entretanto, a ausência de espaços públicos estruturados de lazer configura desproteção relevante. A localidade dispõe apenas de uma pequena praça e de um campo de terra utilizado nos finais de semana, sendo as atividades recreativas majoritariamente restritas ao ambiente religioso.

No que diz respeito à Religião, a presença de igrejas católica e evangélica foi reconhecida como importante fator de proteção, funcionando como espaços de convivência, apoio e organização comunitária.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Outros aspectos relevantes incluem a agricultura como prática central de subsistência e identidade territorial, bem como o esporte como atividade de interesse da comunidade. Em contrapartida, foram mencionados problemas relacionados ao uso de álcool e drogas, associados à ausência de alternativas de lazer e trabalho no território.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Embora não tenham sido identificados, de forma nominada, lugares ou pessoas específicas reconhecidas como referências de resistência, a própria história da comunidade da Matinha evidencia práticas coletivas de resistência e adaptação. A organização comunitária para acesso à água, o uso compartilhado de cisternas, a valorização da escola como espaço simbólico e a permanência de vínculos solidários entre as famílias configuram formas cotidianas de resistência frente às condições de vulnerabilidade e às ausências do poder público.

4. Síntese Analítica

A análise do território da Matinha revela uma comunidade com fortes vínculos sociais, memória coletiva consolidada e capacidade de organização comunitária, que atua como importante fator de proteção social. Entretanto, as fragilidades estruturais são expressivas, especialmente nos eixos de mobilidade, saneamento, saúde e acesso a oportunidades de trabalho e renda.

A dependência de serviços localizados fora da comunidade, associada às condições precárias das estradas, aprofunda o isolamento territorial e compromete o acesso a direitos. A ausência de espaços adequados de lazer e de políticas de desenvolvimento local também amplia a exposição da população, especialmente de crianças e adolescentes, a situações de vulnerabilidade social.

5. Áreas sem Registros

Durante a Oficina do Mapa Falado, não foram registrados apontamentos específicos relacionados aos eixos de Segurança Pública e Conflitos Familiares e Comunitários. A ausência de registros pode indicar tanto a naturalização dessas temáticas no cotidiano

ausência de registros pode indicar tanto a naturalização dessas temáticas no cotidiano quanto a necessidade de aprofundamento por meio de outras estratégias de escuta e investigação socioterritorial.

- **Lagoa de José Luiz - CRAS 5**

1. Caracterização do Território

A localidade de Lagoa de José Luiz é um distrito da zona rural que apresenta um processo histórico gradual de consolidação de infraestrutura e serviços públicos. Segundo os relatos dos participantes, no mapa falado realizado no dia 06 de maio, o território passou por importantes transformações ao longo do tempo, iniciando com o acesso à água, posteriormente à energia elétrica e, em seguida, à pavimentação de vias principais. A implantação da escola, do ponto de atendimento em saúde e o surgimento de equipamentos comunitários e comerciais contribuíram para a melhoria das condições de vida da população.

183

O território conta atualmente com elementos urbanos relevantes para a zona rural, como campo de futebol, quadra esportiva, parque de vaquejada, igrejas, associação de moradores, pequenas praças e estabelecimentos comerciais. Esses aspectos reforçam o sentimento de pertencimento e orgulho comunitário, frequentemente mencionado pelos moradores, que reconhecem a localidade como um dos distritos mais estruturados da região.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Educação, a existência de escola no território é reconhecida como fator de proteção, garantindo o acesso à educação básica para crianças e adolescentes. Contudo, foi apontada como desproteção a inexistência atual da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), demanda expressa pela comunidade, especialmente por adultos que não concluíram a escolarização formal.

Em relação à Saúde, os participantes reconhecem a existência de atendimento médico como elemento de proteção. No entanto, o serviço funciona em espaço reduzido, que não se configura como uma unidade de saúde estruturada, o que limita a qualidade e a abrangência do atendimento. Soma-se a isso a ausência de atendimento psicológico,

considerada uma desproteção importante, diante do relato de diversas pessoas com sofrimento psíquico na comunidade.

Quanto ao Saneamento, destaca-se como proteção o acesso à água encanada fornecida pela EMBASA. Ainda assim, moradores de áreas mais afastadas do distrito relataram não contar com esse serviço, evidenciando desigualdades internas no território.

Na Mobilidade Urbana e Transporte Público, a pavimentação asfáltica em boa parte do distrito foi reconhecida como avanço significativo e fator de proteção. Entretanto, as ruas internas não asfaltadas configuram importante desproteção, especialmente para pessoas com deficiência e cadeirantes, que enfrentam dificuldades de circulação nos períodos chuvosos, devido à lama, e nos períodos secos, em razão da poeira, que agrava problemas respiratórios. Também foi apontada a ausência de ponto de ônibus coberto, o que impacta o deslocamento diário da população.

No eixo de Lazer, o território apresenta importantes equipamentos de convivência, como campo de futebol, quadra esportiva e parque de vaquejada, reconhecidos como espaços de sociabilidade, eventos culturais e fortalecimento dos vínculos comunitários. Não foram registradas desproteções específicas nesse eixo durante a oficina.

No que se refere à Religião, a presença de igrejas católica e evangélica foi identificada como elemento de proteção, atuando como espaços de convivência, apoio social e organização comunitária.

Outros elementos citados como referências positivas no território incluem pequenos comércios e serviços, como pizzaria, bistrô, bares e praças, que contribuem para a dinâmica econômica e social local.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Embora não tenham sido identificadas pessoas específicas nominadas como lideranças de resistência, a própria organização comunitária, expressa pela associação de moradores, pelos equipamentos esportivos e pelas atividades culturais realizadas no parque

de vaquejada, foi reconhecida como forma coletiva de resistência e fortalecimento do território. Esses espaços e iniciativas contribuem para a manutenção da vida comunitária, da identidade local e da capacidade de mobilização social.

4. Síntese Analítica

A leitura territorial construída a partir da Oficina do Mapa Falado evidencia que a Lagoa de José Luiz apresenta um conjunto expressivo de proteções, especialmente relacionadas à infraestrutura básica, aos equipamentos de lazer e à forte identidade comunitária. O processo histórico de acesso a políticas públicas estruturantes revela avanços importantes na qualidade de vida da população.

Por outro lado, persistem fragilidades relevantes, sobretudo no acesso integral à saúde, na ausência de atendimento psicológico, nas desigualdades internas relacionadas ao saneamento e à mobilidade, e na falta de oferta de EJA. Esses elementos indicam a necessidade de ações intersetoriais que articulem Assistência Social, Saúde, Educação e Infraestrutura, com atenção às especificidades da zona rural.

5. Áreas sem Registros

Durante a oficina, não houve registros específicos relacionados aos eixos de Assistência Social, Segurança Pública, Iluminação Pública e Conflitos Familiares e Comunitários. A ausência de apontamentos pode indicar percepção de estabilidade nesses

185

campos ou necessidade de aprofundamento por meio de outras estratégias de escuta e análise territorial.

Assentamento Caldeirão - CRAS 5

1. Caracterização do Território

O Assentamento Caldeirão integra o território rural de abrangência do CRAS 5,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

localizado no Distrito de Inhobim. Trata-se de uma comunidade vinculada à reforma agrária, com base econômica predominantemente agrícola, destacando-se a produção de mandioca e outros alimentos orgânicos. A oficina do Mapa Falado foi realizada em 20 de maio de 2025, no próprio assentamento, com participação de moradores e mediação técnica, permitindo identificar as principais proteções, desproteções, conflitos e potencialidades a partir da vivência cotidiana da população local.

O território apresenta forte coesão comunitária e participação coletiva nos processos internos, porém convive com limitações estruturais significativas, especialmente no acesso às políticas públicas, o que impacta diretamente as condições de vida e o exercício de direitos sociais básicos.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, foram reconhecidas como referência as políticas de acesso a programas sociais, especialmente o Cadastro Único. Contudo, os participantes apontaram como desproteção relevante a existência de cadastros desatualizados, o que compromete o acesso regular a benefícios e programas, evidenciando fragilidades na cobertura e no acompanhamento socioassistencial do território .

Em relação à Habitação, as moradias padronizadas de alvenaria, oriundas do programa habitacional da reforma agrária, foram identificadas como fator de proteção. Entretanto, essas mesmas moradias apresentam necessidade de reformas estruturais, e muitas famílias relataram não possuir condições financeiras para realizar melhorias, configurando situação de vulnerabilidade habitacional progressiva .

Na área da Educação, a existência de uma escola estadual no território constitui importante referência de proteção. Por outro lado, foram apontadas desproteções relacionadas à precariedade da infraestrutura escolar, com necessidade de reforma,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ausência de acessibilidade, salas com buracos e cerâmicas soltas, o que compromete a segurança e a qualidade do ambiente educacional .

A Saúde foi um dos eixos que concentrou maior volume de desproteções. O atendimento ocorre de forma esporádica em um centro comunitário, com presença da equipe de saúde apenas duas vezes ao mês, número limitado de atendimentos e ausência de estrutura adequada, incluindo falta de água e energia elétrica no local. Foram relatadas múltiplas fragilidades, como inexistência de ambulância, dificuldade de acionar o SAMU em emergências, ausência de atendimento odontológico regular, carência de visitas médicas, inexistência de serviços de saúde mental, falta de planejamento familiar e cobertura incompleta de Agente Comunitário de Saúde. Soma-se a isso a percepção de atendimento desumanizado, com desrespeito por parte de profissionais, o que aprofunda o sentimento de exclusão e desproteção, especialmente considerando a presença de crianças com deficiência, pessoas com depressão, autismo e outras condições que demandam acompanhamento contínuo .

No eixo da Segurança Pública, não foram identificadas referências de proteção institucional, sendo apontada a inexistência de atuação regular das forças de segurança no território, o que reforça a sensação de vulnerabilidade e abandono por parte do poder público .

Quanto ao Saneamento e Abastecimento de Água, o território utiliza predominantemente fossas sépticas. O acesso à água potável foi identificado como uma das principais desproteções, com dependência de carro-pipa que atende parcialmente as famílias, longos intervalos entre abastecimentos e uso de água de açudes e cisternas para fins gerais. A existência de apenas um poço para toda a comunidade e outro ainda sem instalação adequada evidencia fragilidade estrutural, agravada pela dificuldade de acesso às políticas públicas necessárias para análise da qualidade da água e implantação do sistema de distribuição .

A Mobilidade Urbana e o Transporte apresentam-se de forma bastante precária. Não há transporte público regular, sendo utilizado um transporte particular em horários restritos

ou apoio eventual de moradores que possuem veículo. As estradas de terra, com buracos, atoleiros em períodos chuvosos e ausência de manutenção, dificultam o deslocamento, o acesso a serviços e o escoamento da produção agrícola .

No campo do Lazer, foram identificados como referências de convivência a igreja, a escola e a quadra poliesportiva. Apesar disso, observa-se limitação na diversidade de

187

opções de lazer e cultura, especialmente para crianças, adolescentes e jovens, o que aponta para necessidade de fortalecimento de ações comunitárias e intersetoriais nesse eixo .

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Embora não tenham sido nomeados atores específicos como lideranças individuais, o assentamento apresenta como importante elemento de resistência a própria organização comunitária. A união entre os moradores, a participação coletiva nas decisões e a produção agrícola familiar configuram formas concretas de resistência social e econômica, garantindo subsistência, identidade territorial e permanência no campo, mesmo diante das fragilidades no acesso às políticas públicas .

4. Síntese Analítica

A análise do Assentamento Caldeirão evidencia um território marcado por forte coesão comunitária e potencial produtivo agrícola, contrastando com desproteções estruturais significativas, sobretudo nas áreas de saúde, saneamento, abastecimento de água, mobilidade e acesso continuado às políticas públicas. As fragilidades identificadas revelam desigualdades no acesso a direitos entre territórios urbanos e rurais, demandando estratégias específicas de atenção no âmbito do CRAS 5.

Os achados reforçam a necessidade de planejamento intersetorial que articule assistência social, saúde, educação, infraestrutura, saneamento e desenvolvimento rural, de modo a reduzir vulnerabilidades, fortalecer a permanência das famílias no território e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

qualificar as condições de vida da população assentada.

5. Áreas sem Registros

Durante a oficina do Mapa Falado, não foram identificados registros específicos relacionados aos eixos de Iluminação Pública e outros serviços urbanos estruturados, o que pode refletir tanto a inexistência desses serviços no território quanto a naturalização de determinadas precariedades. Recomenda-se aprofundamento dessas dimensões em etapas posteriores do diagnóstico socioterritorial, por meio de outras estratégias de escuta e levantamento técnico.

- **Iguá - CRAS 5**

1. Caracterização do Território

188

A localidade de Iguá integra o território de abrangência do CRAS 5, na zona rural do município, e apresenta características típicas de comunidades rurais em processo de transformação. Observa-se melhoria gradual nas condições habitacionais, com predomínio de casas de alvenaria, substituindo antigas moradias de adobe e taipa. A economia local baseia-se principalmente na agricultura familiar voltada ao autoconsumo, no comércio local e no deslocamento de moradores para trabalho em Vitória da Conquista, sendo os benefícios sociais — como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e aposentadorias — importantes fontes de renda para as famílias.

O território conta com escola, creche, posto de saúde, transporte coletivo e associação de moradores, porém apresenta desigualdades internas, especialmente nos novos loteamentos, que ainda carecem de infraestrutura básica. A vida comunitária é marcada por vínculos históricos e sentimento de pertencimento, embora os participantes percebam o enfraquecimento de antigas referências de liderança e convivência coletiva.

2. Pretensões e Preocupações

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, o acesso aos serviços ocorre principalmente por meio do deslocamento até a sede do CRAS 5. Embora o Bolsa Família seja amplamente reconhecido, há baixo conhecimento da população sobre outros programas e serviços socioassistenciais, o que configura importante desproteção relacionada ao acesso à informação e aos direitos. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecimento da presença territorial e das ações de orientação social na comunidade.

Na Educação, a existência de creche e escola de Ensino Fundamental I e II constitui fator relevante de proteção para crianças e adolescentes. Contudo, a extinção da oferta de Ensino Médio no território, em 2023, obriga os estudantes a se deslocarem diariamente para a sede do município. Apesar da existência de transporte escolar, essa condição amplia o risco de evasão e fragiliza as trajetórias educacionais. Foram ainda relatadas situações de desproteção no ambiente escolar, como episódios de bullying, violência, falhas no cuidado com crianças pequenas na creche, ausência de supervisão adequada e dificuldades de comunicação com as famílias.

No âmbito da Saúde, o posto de saúde local e a atuação dos agentes comunitários são reconhecidos como referências importantes. Entretanto, predominam registros de desproteção relacionados à insuficiência de profissionais, atendimento médico restrito a apenas um dia por semana, dificuldade de acesso a exames pelo SUS e ausência prolongada de atendimento odontológico, considerada uma das principais fragilidades do

189

território. Soma-se a isso o desconhecimento da população sobre a composição da equipe de saúde e a baixa participação no Conselho Local de Saúde, indicando fragilidade no controle social.

Em relação à Segurança Pública, a ausência de base policial e de rondas regulares foi apontada como fator central de insegurança. Os moradores relatam demora no atendimento em situações de ocorrência, o que contribui para a sensação de vulnerabilidade e isolamento territorial.

Quanto à Infraestrutura, Saneamento e Iluminação Pública, observa-se que a água

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

encanada está presente na maior parte da comunidade, configurando importante proteção. No entanto, os novos loteamentos não dispõem desse serviço nem de rede de esgotamento sanitário. A coleta de lixo ocorre apenas uma vez por semana, sendo considerada insuficiente, o que leva parte da população a queimar resíduos, gerando impactos ambientais e à saúde. A iluminação pública é satisfatória apenas nas vias principais, permanecendo precária em ruas mais afastadas e áreas de expansão urbana.

A Mobilidade Urbana também foi apontada como área de desproteção, em razão da insuficiência de horários do transporte coletivo e da precariedade da malha viária. O asfaltamento se restringe à rua principal e a poucas vias laterais, enquanto grande parte dos moradores reside em ruas de terra, o que dificulta a circulação, especialmente em períodos chuvosos.

No campo do Lazer e Convivência, foram citados como referências uma praça em construção, campo de futebol, quadra esportiva e a realização eventual de torneios e jogos. Apesar disso, os participantes relataram a perda gradual de práticas de convivência comunitária e a ausência de opções diversificadas de lazer, sobretudo para adolescentes e jovens. A predominância de bares como alternativa de socialização foi associada a situações de risco social.

No que se refere aos Conflitos Familiares e Comunitários, a comunidade foi descrita como acolhedora, mas marcada pelo enfraquecimento de antigas lideranças. Foram apontados como fatores de desproteção o uso abusivo de álcool e outras substâncias, situações de violência, furtos e relatos de violência sexual em povoados vizinhos, que impactam a sensação de segurança e o bem-estar coletivo.

A Religião aparece como referência comunitária, com presença de igrejas católicas e evangélicas, além da percepção de manifestações religiosas de matriz africana, ainda que pouco visibilizadas.

190

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Foram identificados como importantes espaços de resistência comunitária a associação de moradores, regularizada em 2025, e um espaço coletivo particular onde são desenvolvidas atividades de recreação, dança, zumba, balé e artes marciais. Essas iniciativas cumprem papel relevante no fortalecimento dos vínculos comunitários, na promoção do bem-estar e na oferta de alternativas de convivência, especialmente para crianças, adolescentes e jovens.

4. Síntese Analítica

A leitura territorial de Iguá evidencia um território com avanços importantes nas condições habitacionais, presença de serviços públicos básicos e forte sentimento de pertencimento comunitário. Contudo, persistem fragilidades estruturais significativas, especialmente relacionadas ao acesso qualificado às políticas de Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança Pública. Destacam-se como desafios centrais a baixa informação sobre direitos, a descontinuidade e insuficiência dos serviços, a precariedade da infraestrutura nos novos loteamentos e a escassez de oportunidades de lazer seguro para a juventude.

Os dados apontam para a necessidade de fortalecimento da presença territorial das políticas públicas, ampliação das ações intersetoriais, incentivo à participação social e apoio às iniciativas comunitárias já existentes, de modo a reduzir vulnerabilidades e potencializar as capacidades locais.

5. Áreas sem Registros

Não houve registros específicos relacionados às políticas de Iluminação Pública e Segurança Pública enquanto campos autônomos de proteção, aparecendo de forma transversal associadas à infraestrutura e à sensação de insegurança no território. Essa ausência indica a necessidade de aprofundamento dessas temáticas em futuras estratégias de escuta e diagnóstico.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

- **Povoado do Baixão - CRAS 5**

1. Caracterização do Território

A localidade do Baixão integra a zona rural de abrangência do CRAS 5 e apresenta forte identidade comunitária, marcada pela agricultura familiar, vínculos históricos de pertencimento e organização social por meio de associação comunitária e sindicato rural. O

191

território possui acesso limitado a políticas públicas, com distâncias significativas em relação à sede distrital e à cidade, o que impacta diretamente a garantia de direitos. A economia local baseia-se na produção agrícola para subsistência e comercialização em feiras, complementada por benefícios sociais, aposentadorias e BPC.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, o CRAS 5 é reconhecido como a principal referência de atendimento no território. Contudo, os participantes relataram fragilidades na resolutividade de demandas e na articulação com outras políticas públicas, indicando sensação de insuficiência da presença estatal para atendimento das necessidades locais.

Em relação à Habitação, houve reconhecimento de avanços significativos, com a maioria das moradias atualmente construídas em alvenaria, diferentemente do passado, quando predominavam casas de taipa e adobe. Esse aspecto foi identificado como elemento de proteção, ainda que persistam desigualdades entre domicílios.

Na área da Educação, o território dispõe de duas escolas em funcionamento, porém enfrenta um cenário de desproteção marcado pelo fechamento de outras unidades, precariedade da infraestrutura escolar, ausência de reformas e falta de condições adequadas de ensino. Destacam-se dificuldades no atendimento a estudantes com deficiência, ausência de cuidadores e sobrecarga dos professores. O acesso ao Ensino Médio ocorre fora da localidade, no distrito do Pradoso, dependendo do transporte escolar, que é frequentemente interrompido por falhas mecânicas e condições climáticas adversas.

A Saúde aparece como um dos eixos mais críticos. O atendimento ocorre em espaço improvisado, sem estrutura de Unidade Básica de Saúde. Há presença eventual de médico

improvisado, sem estrutura de Unidade Básica de Saúde. Há presença eventual de médico clínico e equipe itinerante, mas a oferta é insuficiente diante da demanda. Foram relatadas dificuldades de acesso a especialistas, exames, atendimento odontológico e acompanhamento terapêutico, especialmente para pessoas com deficiência. A demora ou ausência do SAMU em situações de emergência e os custos elevados com transporte particular agravam a vulnerabilidade. Também foi mencionada a falta de transparência quanto a recursos destinados à saúde da comunidade quilombola.

No eixo da Segurança Pública, predomina a ausência de policiamento regular. O território é percebido como rota de passagem de pessoas externas à comunidade, gerando sensação de insegurança. Experiências anteriores de rondas policiais foram relatadas como geradoras de medo e conflitos internos, resultando na não adesão da comunidade a projetos de segurança. O atendimento policial, quando solicitado, ocorre de forma irregular.

192

A Iluminação Pública foi avaliada de forma ambígua: embora existam postes e iluminação considerada satisfatória, quedas frequentes de energia em períodos de chuva comprometem a segurança e o cotidiano dos moradores.

No que se refere ao Saneamento e Infraestrutura, as desproteções são expressivas. A coleta de lixo ocorre apenas uma vez por semana e de forma parcial, inexistindo pontos coletivos adequados. A ausência de rede de esgotamento sanitário leva ao uso de fossas individuais e à queima de lixo doméstico. O abastecimento de água é irregular, com longos períodos de desabastecimento e número insuficiente de cisternas, o que obriga famílias a recorrerem à solidariedade entre vizinhos.

A Mobilidade Urbana e o Transporte Público configuram importante fator de vulnerabilidade territorial. O número reduzido de linhas, a inexistência de transporte regular nos fins de semana e feriados e as más condições das estradas dificultam o deslocamento para trabalho, acesso a serviços e escoamento da produção agrícola, especialmente em períodos de chuva.

Na dimensão do Lazer, o território dispõe apenas de uma quadra esportiva e um campo de futebol, com uso restrito e ausência de outros espaços públicos de convivência.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A escassez de opções de lazer é percebida como limitadora da sociabilidade comunitária, sobretudo para crianças e jovens.

Os Conflitos Familiares e Comunitários emergem de forma sensível, com relatos de violência sexual, violência doméstica e conflitos associados ao consumo de álcool e ao machismo estrutural. O medo de retaliação e a ausência de mecanismos de proteção às vítimas resultam em subnotificação e silêncio comunitário, revelando fragilidade das redes de proteção.

A Religião aparece como elemento presente no território, com diversidade de expressões religiosas, embora com predominância da religião católica, sendo reconhecida como espaço de referência simbólica e comunitária.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

A associação comunitária, o sindicato rural e o conselho de saúde foram identificados como importantes espaços de organização e resistência, atuando na mediação de demandas coletivas e no diálogo com o poder público. Apesar disso, os participantes apontaram fragilidade na atuação de políticas setoriais como agricultura, mulheres e igualdade racial, bem como baixa participação política da comunidade, o que limita a incidência territorial nas decisões públicas.

193

4. Áreas sem Registros

Não houve registros específicos relacionados a políticas culturais estruturadas, ações sistemáticas de igualdade racial e iniciativas contínuas de juventude, o que pode indicar tanto ausência de ofertas quanto necessidade de aprofundamento da escuta territorial.

5. Síntese Analítica

A leitura territorial construída a partir da oficina de mapa falado evidencia um território marcado por fortes vínculos comunitários, memória coletiva e capacidade de organização social, coexistindo com profundas desigualdades no acesso às políticas públicas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

As principais desproteções concentram-se nas áreas de saúde, saneamento, mobilidade e proteção às vítimas de violência, enquanto as proteções estão fortemente ancoradas nas redes comunitárias, na agricultura familiar e na organização social local.

Os achados reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais, ampliação da presença do Estado no território e fortalecimento das redes de proteção social, considerando as especificidades da zona rural e os modos de vida da comunidade do Baixão.

- **São João da Vitória - CRAS 5**

1. Caracterização do Território

A localidade de São João da Vitória integra a área de abrangência do CRAS 5 e apresenta características predominantemente rurais, com dinâmica comunitária fortemente vinculada à agricultura familiar, especialmente ao cultivo da mandioca e à atividade das casas de farinha. A história do território revela um processo de ocupação gradual a partir da avenida principal, articulado à presença de equipamentos comunitários, como a igreja e, mais recentemente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Atualmente, estima-se que a comunidade possua entre 3.500 e 4.000 habitantes, com forte identidade territorial, vínculos familiares extensos e relações de vizinhança marcadas por práticas solidárias. Ao mesmo tempo, o território apresenta fragilidades estruturais significativas, especialmente no acesso a políticas públicas, na mobilidade e nas condições socioambientais.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, a presença do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar e do Cadastro Único é reconhecida como importante fator de proteção. Contudo, os

194

participantes apontaram a insuficiência das equipes, especialmente do CadÚnico, e a necessidade recorrente de deslocamento até a sede municipal de Vitória da Conquista para resolução de demandas, o que impõe barreiras adicionais ao acesso aos direitos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

socioassistenciais.

Em relação à Habitação, observa-se avanço na melhoria das moradias, com a substituição gradual de casas de adobe por construções em bloco. Ainda assim, persistem situações de vulnerabilidade, especialmente relacionadas a alagamentos em períodos chuvosos, agravados por conflitos entre vizinhos decorrentes de aterramentos irregulares de terrenos, que impactam diretamente a drenagem e a segurança das residências.

Na Educação, a existência de uma escola de ensino fundamental completo constitui referência de proteção. Entretanto, a ausência de creche no território foi apontada como desproteção crítica, afetando sobretudo mães jovens, que acabam abandonando os estudos por falta de local adequado para deixar ou amamentar seus filhos. Soma-se a isso a inexistência de ensino médio local — com previsão de transferência das turmas para Inhobim — e a falta de políticas de incentivo ao acesso ao ensino superior, como transporte estudantil e cursos preparatórios. Relatos de discriminação vivenciados por jovens que utilizam transporte de municípios vizinhos reforçam a dimensão simbólica da exclusão educacional.

No âmbito da Saúde, o território conta com posto de saúde, agentes comunitários e atendimento médico periódico, reconhecidos como importantes proteções. Contudo, predominam desproteções relacionadas à insuficiência de profissionais, limitação de atendimentos, falta de medicamentos e vacinas, dificuldades de acesso ao CAPS Infantojuvenil e inexistência de ambulância para emergências. A rigidez nos horários de atendimento, a fragmentação das funções da equipe de enfermagem e relatos de atendimento desumanizado na recepção aprofundam a sensação de desassistência. Destaca-se ainda a ausência de casa de apoio em Vitória da Conquista para usuários que necessitam realizar exames ou tratamentos fora da localidade.

A Segurança Pública é percebida de forma ambígua. Embora haja rondas frequentes, não existe ponto fixo de policiamento, o que gera sensação de insegurança. Foram relatadas abordagens consideradas omissas frente a situações de uso de drogas e, em contrapartida, episódio de violência policial em abordagem sem justificativa, evidenciando fragilidades na relação entre comunidade e forças de segurança.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Quanto à Iluminação Pública, as áreas centrais apresentam cobertura satisfatória, enquanto regiões mais afastadas, como o Recanto, permanecem com ruas escuras e

195

número insuficiente de postes, obrigando moradores a arcar com custos para extensão da rede elétrica, o que amplia desigualdades internas no território.

O eixo de Saneamento e Meio Ambiente concentra desproteções relevantes. Apesar da coleta regular de lixo e da presença de água encanada na maioria das residências, há descarte irregular de resíduos, escoamento de águas servidas a céu aberto, uso generalizado de fossas, mau cheiro proveniente de casas de farinha e áreas alagadas que recebem esgoto. Em períodos chuvosos, a qualidade da água é comprometida, tornando-se escura e barrenta, o que agrava riscos à saúde.

A Mobilidade Urbana é um dos principais fatores de vulnerabilidade. Não há transporte público regular, apenas opções particulares com custo elevado, dificultando o acesso a serviços de saúde, educação e outros direitos na sede municipal. A ausência de abrigos nos pontos de ônibus expõe usuários ao sol e à chuva, tanto no território quanto em Vitória da Conquista.

No campo do Lazer, a inexistência de praças e equipamentos públicos adequados limita as possibilidades de convivência comunitária, especialmente para crianças e adolescentes. O lazer ocorre majoritariamente no espaço doméstico ou em campo particular cedido informalmente, reforçando a dependência de iniciativas individuais.

Os Conflitos Familiares e Comunitários aparecem associados principalmente ao uso abusivo de álcool e drogas, com relatos de brigas, adoecimentos e até mortes. Por outro lado, o território demonstra forte capacidade de solidariedade, com mobilização comunitária para apoio mútuo em situações de necessidade. Observa-se, entretanto, baixa participação em espaços formais de controle social, como reuniões e conselhos.

A Religião configura importante dimensão da vida comunitária, com presença de igrejas católicas, evangélicas e de matriz africana. Apesar de críticas pontuais e conflitos, predomina o respeito entre as diferentes expressões religiosas.

predomina o respeito entre as diferentes expressões religiosas.

No eixo da Economia, a subsistência está vinculada à agricultura, casas de farinha, trabalho informal, benefícios sociais e pequeno comércio. A dificuldade de acesso ao emprego formal é reconhecida como fragilidade estrutural do território.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Embora não tenham sido amplamente nomeados como tal, emergem como referências de resistência a própria rede de solidariedade comunitária, a atuação de lideranças locais — como o representante comunitário citado pelos participantes — e os espaços coletivos vinculados à religião e ao SCFV. Esses elementos sustentam práticas de cuidado, acolhimento e organização comunitária diante das fragilidades estruturais existentes.

196

4. Síntese Analítica

A análise socioterritorial de São João da Vitória evidencia um território com forte identidade comunitária, vínculos solidários e importante reconhecimento das políticas de assistência social e saúde como referências de proteção. Entretanto, as desproteções relacionadas à mobilidade, saneamento, educação infantil, saúde especializada e segurança pública revelam desigualdades territoriais persistentes, que impactam diretamente o acesso a direitos e a qualidade de vida da população.

Os achados reforçam a necessidade de ações intersetoriais que articulem assistência social, saúde, educação, infraestrutura e mobilidade, com estratégias específicas para territórios rurais, considerando suas particularidades geográficas, econômicas e culturais.

5. Áreas sem Registros

Não foram identificados registros específicos relacionados aos eixos de Iluminação Pública (em parte do território central) e Organização Comunitária formal, além das referências já mencionadas, indicando a necessidade de aprofundamento dessas temáticas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

em etapas posteriores do diagnóstico.

- **Caiçara – CRAS 5**

1. Caracterização do Território

A localidade de Caiçara integra a área de abrangência do CRAS 5 e apresenta características típicas de território rural, com formação histórica vinculada ao trabalho em fazendas da região. Segundo relatos da oficina, as primeiras famílias se estabeleceram na área em busca de trabalho na antiga fazenda de Zeferino, dando início ao processo de ocupação e consolidação comunitária. O crescimento populacional ocorreu de forma gradual, a partir da ampliação dos núcleos familiares descendentes dos primeiros moradores.

O território preserva forte identidade comunitária, com presença de famílias tradicionais e vínculos intergeracionais. A economia local é marcada por trabalho assalariado em indústrias e fábricas situadas em Vitória da Conquista, além de atividades informais, produção artesanal e acesso a benefícios socioassistenciais.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, observa-se evolução no acesso às políticas públicas ao longo do tempo. A comunidade relata que anteriormente não havia oferta local de serviços, sendo posteriormente implantado o PETI, seguido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, mais recentemente, pelo atendimento do CRAS e do Cadastro Único, ainda que em periodicidade reduzida. Essa presença, mesmo que limitada a uma ou duas vezes por mês, é reconhecida como importante fator de proteção, pois reduz a necessidade de deslocamento até a sede municipal. Não foram apontadas desproteções específicas nesse eixo, além da limitação da frequência dos atendimentos.

Em relação à Habitação, o território apresenta diversidade nas tipologias construtivas, coexistindo casas de adobe, tijolo e bloco. Embora se observe melhoria gradual das

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

estruturas, ainda há moradias com padrões construtivos mais frágeis, o que pode representar vulnerabilidade em períodos de chuva ou intempéries.

No eixo da Educação, a presença de escola de ensino fundamental até o 5º ano constitui proteção relevante, assim como a oferta de transporte escolar. Entretanto, a ausência de continuidade do ensino no próprio território configura desproteção significativa: estudantes do 6º ao 9º ano precisam se deslocar para localidades vizinhas, e o ensino médio exige deslocamento até Vitória da Conquista. A inexistência de creche também foi apontada como lacuna importante, impactando principalmente famílias com crianças pequenas. Relatos de bullying no ambiente escolar revelam ainda fragilidades nas relações escolares e na garantia de um ambiente educativo seguro.

No campo da Saúde, a presença semanal da equipe de saúde e a oferta de vacinação são reconhecidas como avanços em relação ao passado, quando o atendimento médico ocorria apenas uma vez por mês. Contudo, persistem desproteções, como a inexistência de ambulância na localidade e a necessidade de acionamento externo em situações de urgência, além da limitação de senhas para atendimento.

A Segurança Pública é percebida de forma ambígua. A realização de rondas semanais e o comparecimento da polícia quando solicitada são considerados fatores de proteção. No entanto, foram relatadas situações de lentidão no atendimento e registros anteriores de patrulhamento com abuso de autoridade, que geraram conflitos com a comunidade, evidenciando fragilidades na relação entre moradores e forças de segurança.

Quanto à Iluminação Pública, embora haja postes e lâmpadas em parte das ruas, ainda existem trechos com iluminação precária ou inexistente, configurando pontos de insegurança, especialmente no período noturno.

198

No eixo de Saneamento, a comunidade dispõe de abastecimento de água tratada e coleta de resíduos sólidos realizada a cada oito dias, ainda que restrita a determinadas ruas. Apesar disso, foram relatadas interrupções no fornecimento de água, revelando instabilidade no serviço.

A Mobilidade Urbana representa um dos principais desafios do território. O transporte

A Mobilidade Urbana representa um dos principais desafios do território. O transporte existente é exclusivamente particular, com horários restritos, funcionamento reduzido aos sábados e inexistência de serviço aos domingos. A ausência de transporte público regular limita o acesso a trabalho, saúde, educação e outros serviços na sede municipal, impactando diretamente a dinâmica cotidiana da população.

No campo do Lazer, destacam-se atividades como futebol, festas juninas, eventos em bares e as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Contudo, observa-se forte centralidade do lazer em espaços privados, especialmente bares, o que se articula com relatos de consumo excessivo de álcool e ocorrência de brigas, configurando fator de risco nas relações comunitárias.

A dimensão dos Conflitos Familiares e Comunitários aparece associada principalmente ao uso abusivo de álcool, que desencadeia episódios de violência e desentendimentos.

No eixo da Religião, a presença de igrejas católica e evangélica constitui referência importante de organização e convivência comunitária.

Quanto à Economia, o território depende significativamente de benefícios sociais (Bolsa Família, BPC, aposentadorias) e do deslocamento diário de moradores para trabalhar em indústrias e fábricas em Vitória da Conquista. A ausência de atividades produtivas locais estruturadas — como a antiga fabricação de tijolos — evidencia retração das oportunidades de geração de renda no próprio território. Iniciativas individuais, como produção artesanal em crochê, enfrentam dificuldades de comercialização.

A Organização Comunitária conta com associação formalmente legalizada, embora haja relatos de baixa participação de parte da população nas reuniões, o que fragiliza a mobilização coletiva.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Embora não tenham sido identificadas lideranças formais de maneira detalhada, a própria permanência das famílias fundadoras e a manutenção da associação comunitária configuram elementos de resistência territorial. O SCFV também se destaca como espaço

configuram elementos de resistência territorial. O SCFV também se destaca como espaço estruturante de convivência, fortalecimento de vínculos e articulação comunitária.

4. Síntese Analítica

A leitura socioterritorial de Caiçara evidencia avanços importantes no acesso às políticas de assistência social e saúde, bem como a consolidação de equipamentos comunitários que fortalecem os vínculos locais. Contudo, persistem fragilidades estruturais relacionadas à mobilidade, continuidade da educação, oferta de creche, transporte público e geração de renda local.

O território apresenta forte dependência da sede municipal para acesso a direitos básicos, o que amplia desigualdades quando considerado o custo e a limitação do transporte. A presença de conflitos associados ao uso de álcool e a precariedade de parte da infraestrutura urbana indicam a necessidade de ações intersetoriais que articulem assistência social, saúde, educação, mobilidade e desenvolvimento econômico local.

5. Áreas sem Registros

Não foram identificados registros específicos relativos a conflitos estruturais de maior gravidade ou a demandas explícitas relacionadas à ampliação de políticas culturais formais. Recomenda-se aprofundamento futuro acerca das condições habitacionais e da situação de jovens no território, especialmente no que se refere à permanência escolar e inserção produtiva.

- **Cercadinho – CRAS 5**

Sistematização Analítica da Oficina do Mapa Falado

1. Caracterização do Território

A localidade de Cercadinho integra a área rural de abrangência do CRAS 5 e apresenta trajetória histórica vinculada inicialmente à exploração mineral. Conforme relato dos participantes, o território teve origem em torno de um ponto de abastecimento de água

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

cercado para proteção do açude — característica que deu nome à comunidade. Os primeiros moradores foram garimpeiros atraídos pela extração de pedras na região, que posteriormente se fixaram, constituindo famílias e estruturando gradualmente o núcleo comunitário.

A igreja desempenhou papel central no processo de organização territorial, funcionando inclusive como espaço de escolarização em período anterior à construção de equipamento próprio. Ao longo do tempo, a comunidade passou a contar com alguns serviços públicos e infraestrutura básica, embora ainda apresente fragilidades significativas, especialmente relacionadas ao saneamento, mobilidade e atendimento de urgência em saúde.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, observa-se fragilidade na presença sistemática das equipes, especialmente no que se refere às visitas do Cadastro Único. Alguns moradores relataram desconhecimento de serviços socioassistenciais, chegando a arcar com custos de emissão de certidões que poderiam ser acessadas por meio da política pública. A necessidade de deslocamento periódico até Vitória da Conquista para atualização cadastral ou resolução de demandas evidencia barreiras de acesso. Não foram mencionadas ações continuadas no território, indicando cobertura ainda limitada.

Em relação à Habitação, predominam construções de adobe, com menor presença de casas de tijolo e persistência de moradias de enchimento na zona interiorana, o que pode representar maior vulnerabilidade estrutural em períodos de chuva.

No eixo da Educação, a existência de escola que atende do 1º ao 9º ano do ensino fundamental constitui importante fator de proteção, sendo os professores reconhecidos positivamente pela comunidade. A melhoria da infraestrutura escolar ao longo do tempo também foi destacada. Contudo, a ausência de creche representa desproteção relevante, especialmente para famílias com crianças pequenas. O ensino médio, ofertado desde 2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

na modalidade on-line sob responsabilidade do Estado, tem se mostrado pouco eficiente segundo os relatos, com baixa adesão e desistência de estudantes, agravadas pela limitação de espaços adequados para acompanhamento das teleaulas. Também foram mencionados conflitos entre crianças no ambiente escolar.

No campo da Saúde, a comunidade dispõe de posto de saúde, agente comunitário, enfermeiro, dentista e atendimento médico uma a duas vezes por semana mediante agendamento. Há ainda oferta mensal de fisioterapia e psicologia. Esses elementos configuram proteções importantes. Entretanto, a ausência de ambulância fixa é uma das principais desproteções apontadas. Em situações de urgência, a ambulância de Inhobim é acionada, o que compromete a agilidade do socorro. Relatos indicam demora ou não comparecimento do SAMU e necessidade de pagamento de transporte particular — com custo aproximado de 300 reais — para deslocamento até Vitória da Conquista. Também foi registrada limitação no atendimento odontológico em razão da demora na marcação.

201

A Segurança Pública é percebida como relativamente estável, sendo o território considerado tranquilo. Contudo, as rondas policiais são esporádicas e há relatos de demora no atendimento quando acionada.

Quanto à Iluminação Pública, a sede conta com iluminação em LED, configurando proteção significativa. Já nas áreas mais internas, observa-se iluminação defasada, com grande distância entre postes, comprometendo a segurança e a circulação noturna.

O eixo de Saneamento concentra importantes vulnerabilidades. Apesar da elaboração de projeto pela EMBASA para implantação do sistema de abastecimento, a comunidade ainda não dispõe de água tratada nem de rede de esgotamento sanitário. A coleta de resíduos ocorre de forma informal, por meio de carroceiro que encaminha o lixo a ponto de coleta pública, mas há registros de acúmulo excessivo de resíduos, gerando transtornos ambientais e sanitários.

A Mobilidade Urbana apresenta limitações expressivas. A comunidade conta com transporte particular que funciona de segunda a sábado, com saída às 6h e retorno às 14h

transporte particular que funciona de segunda a sábado, com saída às 6h e retorno às 14h, ao custo de vinte reais por passagem. Não há transporte público regular, e algumas localidades internas ficam sem atendimento devido às condições precárias das estradas, especialmente no período chuvoso. Em situações emergenciais ou fora dos horários disponíveis, o custo do transporte particular pode chegar a 300 reais, o que representa obstáculo significativo ao acesso a direitos.

No campo do Lazer, o território dispõe de campo iluminado onde ocorrem partidas de futebol três vezes por semana, além da Praça da Amizade como espaço de convivência. Contudo, a praça apresenta vegetação alta e falta de manutenção, evidenciando necessidade de conservação adequada.

Em relação aos Conflitos Familiares e Comunitários, destacam-se tensões associadas à ausência de ambulância fixa, à dificuldade de retorno de pacientes transportados e à escassez de água, indicando que as vulnerabilidades estruturais impactam diretamente as relações comunitárias.

No eixo da Religião, a presença de comunidades católicas e evangélicas constitui referência de organização social e convivência.

A Economia local está fortemente vinculada ao trabalho rural, plantio de mandioca, produção de farinha, cultivo de melancia e criação de gado leiteiro, além do acesso a benefícios sociais como Bolsa Família e BPC. Observa-se também processo de articulação para implantação de cooperativa de agricultores, o que pode representar potencialidade para fortalecimento produtivo.

202

No que se refere à Organização Comunitária, a comunidade realiza reuniões locais e mantém liderança atuante que sistematiza demandas e encaminha ofícios às secretarias competentes. Essa prática revela capacidade organizativa e busca ativa por interlocução institucional.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

A igreja, historicamente utilizada também como espaço escolar, configura importante

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

símbolo de resistência e organização social no território. A mobilização comunitária em torno da futura cooperativa agrícola e a atuação da liderança local que articula demandas junto ao poder público também emergem como expressões contemporâneas de resistência e protagonismo comunitário.

4. Síntese Analítica

A análise socioterritorial de Cercadinho evidencia avanços na oferta de educação fundamental e presença regular de serviços básicos de saúde. Entretanto, persistem fragilidades estruturais significativas, sobretudo no saneamento básico, abastecimento de água tratada, atendimento de urgência em saúde e mobilidade.

A dependência de transporte particular oneroso e a inexistência de ambulância fixa ampliam a vulnerabilidade em situações emergenciais. A oferta de ensino médio exclusivamente on-line revela-se insuficiente para garantir permanência e qualidade educacional. Por outro lado, a organização comunitária ativa e a articulação para implantação de cooperativa agrícola demonstram potencial de fortalecimento do desenvolvimento local.

5. Áreas sem Registros

Não foram identificados registros específicos de conflitos graves relacionados à violência comunitária ou demandas expressivas por ampliação de equipamentos culturais formais. Recomenda-se aprofundamento posterior acerca das condições habitacionais e dos impactos da ausência de saneamento estruturado sobre a saúde da população.

- **Dantilândia – CRAS 5**

1. Caracterização do Território

Dantilândia integra a área rural de abrangência do CRAS 5 e apresenta trajetória histórica marcada por transformações identitárias e organizativas. Anteriormente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

denominada Abacaxi, a localidade passou a se chamar Dantilândia em homenagem ao professor Dante Menezes, reconhecido como figura de relevância para a história comunitária. O território também contou com representantes políticos que contribuíram para sua organização ao longo do tempo.

A comunidade apresenta características predominantemente rurais, com base econômica vinculada à agricultura, à produção de farinha e ao cultivo de café. Observa-se forte sentimento de pertencimento entre os moradores, que descrevem o território como tranquilo e acolhedor.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, a presença do CRAS é reconhecida como avanço significativo para a comunidade, ampliando os espaços de escuta e atendimento à população. Antes da implantação do serviço, os moradores relatam que não dispunham de canais institucionais para apresentar demandas e buscar orientações. Não foram apontadas desproteções específicas nesse eixo, embora não tenham sido detalhadas ações continuadas no território.

Quanto à Habitação, verifica-se predominância de moradias em alvenaria, ainda coexistindo construções em adobe, taipa e enchimento. Apesar dessa diversidade, não foram relatadas situações críticas estruturais durante a oficina.

No eixo da Educação, não foram mencionadas proteções específicas além da convivência escolar regular. Entretanto, foram registrados episódios de conflitos interpessoais entre alunos, indicando necessidade de ações voltadas à mediação de conflitos e fortalecimento da convivência escolar.

Em relação à Saúde, a comunidade conta com posto de saúde em funcionamento e atendimento médico diário, sendo as consultas realizadas mediante agendamento. Uma vez por semana o atendimento ocorre em Dantilândia, e nos demais dias a equipe atende outras localidades. A existência do equipamento e da oferta regular de atendimento configura importante fator de proteção. Não foram relatadas ausências graves de serviços, embora

não haja menção a atendimento de urgência estruturado.

A Segurança Pública apresenta atuação por meio de rondas, em média uma vez ao dia. Contudo, a população relatou dificuldade de acesso direto ao contato da polícia local e baixa resolutividade quando acionado o número 190, com não comparecimento em algumas situações, o que fragiliza a sensação de segurança institucional.

204

No que se refere à Iluminação Pública, a maioria das vias possui postes em funcionamento adequado, configurando proteção importante para a circulação noturna.

O eixo de Saneamento concentra fragilidades relevantes. Embora haja coleta diária de lixo por meio de carroceiro que destina os resíduos a local específico, a comunidade não dispõe de sistema de esgotamento sanitário. Os dejetos são descartados diretamente nas vias públicas e, em períodos chuvosos, ocorrem alagamentos na praça e em residências da rua principal, agravados por desvio realizado sem manutenção adequada. Essa situação evidencia vulnerabilidade socioambiental significativa.

A Mobilidade Urbana é atendida exclusivamente por transporte particular da empresa Sol Nascente, com horários restritos e tarifa de nove reais por passagem. Existem também micro-ônibus provenientes de Inhobim e Matinha, que complementam o atendimento. Contudo, não há transporte público regular, o que limita o acesso mais amplo e acessível à sede municipal.

No campo do Lazer, a comunidade dispõe de jogos esportivos, clube e salão do centro comunitário, que pode ser utilizado mediante autorização da prefeitura. Entretanto, o antigo parquinho infantil não está mais disponível, reduzindo as opções de lazer para crianças.

Em relação aos Conflitos Familiares e Comunitários, os moradores caracterizam o território como tranquilo, com forte sentimento de pertencimento e satisfação em residir na localidade. Não foram registrados conflitos estruturais relevantes.

No eixo da Religião, a presença da igreja católica — com devoção à padroeira Santa Luzia — e de igrejas evangélicas constitui importante referência de convivência e organização social.

organização social.

A Economia local está baseada na produção agrícola (mandioca, café), na fábrica de farinha e no trabalho de moradores em Vitória da Conquista, além do acesso a benefícios como Bolsa Família e BPC.

A comunidade conta com associação registrada e demonstra capacidade de organização e mobilização para reivindicação de direitos.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

O centro comunitário configura importante espaço de articulação social, realização de eventos e fortalecimento de vínculos. A própria associação registrada representa instrumento formal de organização e reivindicação coletiva, evidenciando capacidade de mobilização social do território.

205

4. Síntese Analítica

A análise de Dantilândia revela território com relativa estabilidade nas dimensões de assistência social, saúde e organização comunitária, apresentando sentimento coletivo de pertencimento e coesão social. Contudo, persistem vulnerabilidades estruturais importantes, sobretudo relacionadas à ausência de sistema de esgotamento sanitário e aos impactos de alagamentos em períodos chuvosos.

A dependência de transporte particular e a limitação de canais efetivos de comunicação com a segurança pública também configuram fragilidades. De modo geral, o território demonstra potencial organizativo relevante, que pode ser fortalecido por meio de investimentos estruturais em saneamento e ampliação das políticas públicas de infraestrutura.

5. Áreas sem Registros

Não foram registrados apontamentos específicos relacionados à ausência de serviços de educação formal ou saúde especializada, tampouco menções a conflitos familiares

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

estruturais. Recomenda-se aprofundamento posterior acerca da situação do saneamento e dos impactos ambientais associados aos alagamentos recorrentes.

- **São Sebastião - CRAS 5**

1. Caracterização do Território

São Sebastião é uma comunidade rural vinculada ao CRAS 5, com trajetória histórica marcada por forte identidade cultural e vínculos comunitários consolidados. Sua origem remonta à antiga Fazenda Caldeirão, período em que não havia energia elétrica nem abastecimento de água encanada. As casas de farinha desempenharam papel central na organização econômica inicial e na subsistência das famílias.

A localidade, inicialmente conhecida como "Cachorros", recebeu essa denominação a partir de um episódio da memória coletiva envolvendo a suposta presença de uma onça próxima ao Olho d'água, posteriormente identificada como um cachorro. Com o tempo, a comunidade passou a se chamar São Sebastião, em homenagem ao santo, reforçando sua identidade cultural e religiosa.

Atualmente, a economia local é sustentada principalmente pela produção agrícola (eucalipto, hortaliças e café), além de atividades complementares como costura e produção de biscoitos. A Empresa Confrigo também foi mencionada como geradora de empregos.

206

Apesar de possuir infraestrutura urbana parcialmente consolidada, a comunidade apresenta desafios estruturais e limitações na oferta de políticas públicas.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, o CRAS é amplamente reconhecido como referência positiva, com avaliação excelente por parte dos moradores. Destaca-se o impacto do programa Todos pela Alfabetização (TOPA) na escolarização de adultos. Entretanto, o espaço físico do equipamento é considerado pequeno e insuficiente para atender

adequadamente à demanda.

Na Educação, há reconhecimento da qualidade dos professores e da merenda escolar. Contudo, persistem desproteções importantes: ausência de vagas suficientes em creche, inexistência de oferta de Ensino Médio na própria comunidade e necessidade de deslocamento dos estudantes para Vitória da Conquista ou José Gonçalves. O transporte escolar foi apontado como fator de risco, devido à velocidade excessiva e à irregularidade na oferta.

Na área da Saúde, o posto permanece em funcionamento, mas sob forte sobrecarga, atendendo também moradores de São Domingos e Caldeirãozinha. A população avalia o atendimento como insatisfatório, relatando falta constante de medicamentos, insuficiência de profissionais, estrutura física inadequada e inexistência de atendimento de emergência. Há apenas uma vaga mensal para psicólogo e ausência de atendimento regular em pediatria, nutrição e ginecologia. Também foram relatadas situações de usuários que chegam de madrugada para tentar garantir atendimento, permanecendo expostos por longos períodos.

Quanto à Segurança Pública, há registro de rondas da Polícia Militar quando acionada, mas predomina a preocupação com o tráfico de drogas nas proximidades da escola e da quadra esportiva. O medo de represálias leva a comunidade ao silêncio diante dessas situações.

A Iluminação Pública foi avaliada como satisfatória de modo geral, com atendimento ágil quando há problemas pontuais, embora existam trechos com iluminação insuficiente.

No eixo de Saneamento, o abastecimento de água e a coleta de lixo (realizada duas vezes por semana) são reconhecidos como pontos positivos. Contudo, não há rede de esgotamento sanitário, e o descarte de águas servidas diretamente nas ruas tem provocado impactos ambientais, sanitários e conflitos entre moradores.

207

Em relação à Mobilidade Urbana, grande parte das vias encontra-se asfaltada e em boas condições. Há transporte coletivo regular e presença de transportes particulares

boas condições. Há transporte coletivo regular e presença de transportes particulares. Entretanto, nos finais de semana a oferta é reduzida, há limitação do trajeto até a praça (não contemplando a Malvina), ocorrência de engarrafamentos próximos a bares e escassez de infraestrutura de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência.

No campo do Lazer, as principais atividades concentram-se nas manifestações culturais juninas (quadrilhas e reisado) e em iniciativas voluntárias, como aulas esporádicas de dança e alongamento promovidas por um morador. Os bares configuram importante espaço de socialização. Contudo, não há espaços públicos gratuitos estruturados para lazer, nem atividades permanentes voltadas à população idosa.

Quanto à Habitação, a maioria das casas é atualmente de alvenaria, indicando melhoria estrutural ao longo do tempo.

No âmbito dos Conflitos Familiares e Comunitários, a convivência é descrita como harmoniosa, embora haja preocupação com o uso de drogas ilícitas e o consumo excessivo de álcool.

A comunidade possui diversidade religiosa, com presença de Candomblé, Umbanda, igrejas evangélicas e comunidade católica.

Não há Associação de Moradores, e a organização comunitária é fragilizada por divisões políticas internas. Também foram mencionadas preocupações com a necessidade de maior atenção à população idosa, impactos da privatização do transporte (que gerou desemprego) e necessidade de melhoria na entrega de correspondências.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

O CRAS constitui importante referência institucional de proteção. O posto de saúde, apesar das limitações, permanece como ponto central de atendimento. As manifestações culturais juninas fortalecem a identidade coletiva e a coesão comunitária. Destaca-se ainda a iniciativa voluntária de morador que promove atividades físicas, evidenciando práticas locais de cuidado e mobilização social.

Historicamente, a contribuição de Manuel Aires, que doou terrenos para construção

de equipamentos comunitários, e reconhecida como marco de desenvolvimento local.

4. Síntese Analítica

São Sebastião apresenta um território com identidade histórica consolidada, economia agrícola ativa e reconhecimento positivo de alguns serviços públicos, especialmente o CRAS e a escola. Entretanto, as desproteções estruturais são expressivas, sobretudo nas áreas de saúde, saneamento, segurança e oferta educacional de nível médio. 208

Observa-se sobrecarga dos serviços, ausência de equipamentos estratégicos e fragilidade na organização comunitária formal, o que limita a capacidade de incidência política local. A juventude aparece particularmente exposta a riscos associados à ausência de oportunidades estruturadas de lazer e à presença do tráfico de drogas.

O território evidencia avanços importantes em infraestrutura (pavimentação, habitação em alvenaria), mas ainda demanda ampliação e qualificação das políticas públicas, especialmente no campo da saúde, saneamento básico e fortalecimento da participação comunitária.

5. Áreas sem Registros

Não houve registros específicos relacionados a políticas de cultura estruturadas, programas ambientais ou iniciativas formais de geração de renda além das atividades produtivas já mencionadas.

- **Comunidade Quilombola do Boqueirão – CRAS 5**

1. Caracterização do Território e do Público

A Comunidade Quilombola do Boqueirão possui forte identidade cultural e histórica, com organização comunitária reconhecida pela existência de uma associação local. O território apresenta características rurais, dispersão geográfica e acesso limitado a serviços públicos essenciais, sendo dependente de equipamentos concentrados em José Gonçalves e na zona urbana, especialmente para políticas de Assistência Social, Educação e Saúde.

A população é atendida pelo CRAS e tem vínculos com a Subprefeitura, mas enfrenta barreiras significativas de mobilidade e transporte.

2. Proteções e Desproteções

A análise do Mapa Falado da Comunidade Quilombola do Boqueirão evidencia que, no campo da Assistência Social, a população reconhece o CRAS da zona urbana e a Subprefeitura de José Gonçalves como referências institucionais de proteção, sendo esses equipamentos responsáveis pelo acesso a serviços e orientações essenciais. Entretanto, a dificuldade de transporte para deslocamento até esses equipamentos constitui uma importante desproteção, comprometendo o acesso pleno aos serviços ofertados. No eixo da

209

Habitação, a presença de agrovilas com 84 casas contribui para estabilidade familiar e segurança material, representando um fator de proteção central para a comunidade.

No campo da Educação, os participantes relataram ausência de oferta educacional local, com a escola mais próxima localizada em José Gonçalves, o que gera dependência de transporte, especialmente em dias de chuva ou quando o veículo quebra. Além disso, foram apontadas lacunas na educação de adultos e a falta de cuidador para crianças com deficiência, reforçando vulnerabilidades importantes. Quanto à Saúde, o atendimento se dá por meio do agente de saúde comunitário e da ambulância de José Gonçalves, mas o número limitado de atendimentos médicos, a ausência de dentista e de especialista representam fragilidades relevantes, apesar do esforço institucional em garantir o acesso básico à população.

No eixo da Segurança Pública, a ausência de serviços regulares gera vulnerabilidade, tornando o território mais exposto a situações de risco. A iluminação pública existe, mas a falta de manutenção das lâmpadas queimadas compromete a percepção de segurança. O saneamento apresenta proteção parcial, com água fornecida por cisternas, enquanto o poço comunitário está desativado, apenas dois carros-pipa são liberados por mês, não há

esgotamento sanitário e o lixo é queimado, configurando desproteções que impactam a saúde da população. A mobilidade urbana depende de transporte particular, que funciona de segunda a sábado e tem custo elevado, restringindo o acesso a serviços essenciais e evidenciando a vulnerabilidade econômica.

As oportunidades de lazer são limitadas à atuação das igrejas católica e evangélica e ao campo de futebol, enquanto a ausência de espaços públicos estruturados configura uma fragilidade significativa.

Conflitos familiares e comunitários emergem sobretudo em razão de problemas com álcool e drogas, ainda que os vínculos familiares permaneçam fortalecidos, indicando resiliência comunitária.

As redes religiosas, além de atuarem como proteção social, contribuem para a coesão comunitária, reforçando vínculos e apoio em momentos de vulnerabilidade.

No campo da Economia, o acesso a aposentadorias e ao Bolsa Família garante subsistência, embora limite a autonomia financeira. A associação comunitária existe como espaço de mobilização, mas enfrenta dificuldades de organização e valores de mensalidade altos, o que compromete o fortalecimento coletivo.

No conjunto, a análise revela que o território da Comunidade Quilombola do Boqueirão apresenta tanto fatores de proteção quanto vulnerabilidades estruturais, com desproteções significativas relacionadas à acessibilidade de serviços, infraestrutura, saúde e lazer, enquanto as redes familiares, religiosas e associativas se configuram como elementos de resistência e potencialidades importantes para o enfrentamento das limitações do território.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Na Comunidade Quilombola do Boqueirão, os principais elementos de resistência estão associados à coesão familiar, à associação comunitária e às redes religiosas. A população organiza-se coletivamente para enfrentar limitações de acesso a direitos e serviços, fortalecendo vínculos internos e estratégias de sobrevivência em um território rural

serviços, fortalecendo vínculos internos e estratégias de sobrevivência em um território rural com escassez de equipamentos públicos. Não foram identificadas pessoas individuais ou lideranças locais com destaque formal como referência de resistência fora desses espaços comunitários.

4. Síntese Analítica

A Comunidade Quilombola do Boqueirão apresenta fortes elementos de proteção social, como acesso ao CRAS, Subprefeitura, agrovilas estruturadas, associações comunitárias e presença religiosa consolidada. Ao mesmo tempo, evidencia vulnerabilidades significativas: transporte limitado, ausência de educação e saúde suficientes, precariedade do saneamento, ausência de segurança pública e lacunas na infraestrutura de lazer.

O território mostra resistência comunitária, principalmente por meio da coesão familiar, associações e redes religiosas, mas enfrenta barreiras estruturais que demandam ações intersetoriais integradas, articulando Assistência Social, Educação, Saúde, Transporte e Segurança Pública para garantir proteção integral e efetiva.

5. Áreas sem Registros

Durante a oficina do Mapa Falado, não foram registrados apontamentos específicos nas áreas de Educação infantil formal local, Iluminação Pública (além da presença de lâmpadas), Saneamento (além das cisternas), Lazer formal estruturado, Conflitos Familiares e Comunitários (além do álcool e drogas) e Segurança Pública (além da ausência de policiamento). A falta de registros indica a necessidade de aprofundamento dessas temáticas em etapas futuras do diagnóstico socioterritorial.

CRAS 6

1. Caracterização do Território

211

O território de abrangência do CRAS 6 apresenta elevada diversidade socioespacial, englobando bairros urbanos consolidados, condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, loteamentos em processo de ocupação, áreas com urbanização precária e o Povoado

da Estiva, de característica rural. Entre as localidades atendidas destacam-se Panorama, Alto Panorama, Nova Cidade, Condomínios América Unida e Europa Unida, Loteamento José de Anchieta, Vivendas da Serra, além de áreas descobertas como Alto Maron e Bruno Bacelar.

As informações analisadas foram produzidas a partir das oficinas do Mapa Falado, com participação de moradores, lideranças comunitárias e trabalhadores da rede socioassistencial. O processo permitiu identificar proteções, desproteções, conflitos e potencialidades, revelando um território marcado por vulnerabilidades estruturais importantes, mas também por forte organização comunitária e presença de iniciativas locais de apoio social.

Trata-se de um território estratégico para a política de Assistência Social, que concentra demandas relacionadas à precariedade urbana, dificuldades de acesso aos serviços públicos e desigualdades internas significativas entre os diferentes recortes territoriais.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, o território de abrangência do CRAS 6 apresenta o equipamento socioassistencial como a principal referência de proteção social, amplamente reconhecida pelos participantes como espaço de acolhimento, orientação, acesso a direitos e fortalecimento dos vínculos comunitários. As ações desenvolvidas pelo CRAS, em especial aquelas vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, são percebidas como fundamentais para a mitigação das vulnerabilidades sociais existentes no território. Além do equipamento público, destacam-se como importantes referências de proteção a atuação de organizações religiosas, projetos sociais, como a ONG CASBS e o Projeto Restituindo Conquista, bem como iniciativas comunitárias conduzidas por lideranças locais, que cumprem papel estratégico no suporte material e emocional às famílias, sobretudo em contextos de fragilidade socioeconômica.

Apesar desse reconhecimento, a análise evidencia desproteções relevantes

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Apesar desse reconhecimento, a análise evidencia desproteções relevantes relacionadas à cobertura da política de Assistência Social, especialmente no que se refere à distância física do CRAS em relação a parte dos territórios atendidos, às dificuldades de deslocamento da população, à insuficiência do transporte público e à necessidade de ampliação da estrutura física e do quadro de profissionais. Tais limitações impactam diretamente o acesso aos serviços e indicam a necessidade de fortalecimento da presença territorial da política socioassistencial.

212

No campo da educação, a presença de escolas e creches é reconhecida como fator importante de proteção para crianças e adolescentes. Contudo, o território apresenta lacunas estruturais significativas, como a ausência de escola de Ensino Médio, número insuficiente de creches e inexistência de oferta de Educação de Jovens e Adultos em algumas localidades. Situações específicas agravam esse cenário, como a existência de uma creche abandonada no bairro Panorama, a ausência de equipamentos educacionais no Povoado da Estiva e a elevada demanda reprimida nos condomínios residenciais, o que amplia o risco de evasão escolar e compromete as trajetórias educacionais, especialmente da juventude.

Em relação à saúde, os serviços existentes são reconhecidos como referências importantes para a população, com destaque para o Posto de Saúde e a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde. No entanto, predominam registros de desproteção relacionados à insuficiência de profissionais, demora no atendimento, estrutura física inadequada e dificuldades de acesso aos serviços. No Povoado da Estiva, a desativação do posto de saúde obriga os moradores a buscarem atendimento em outras localidades, aprofundando desigualdades territoriais no acesso à política de saúde.

No que se refere à segurança pública, a Base Comunitária de Segurança é identificada como referência institucional, porém considerada insuficiente para responder às demandas do território. A percepção predominante é de insegurança, associada à presença de pontos de tráfico e uso de drogas, à iluminação pública precária, à ausência de rondas

regulares e ao medo de circulação em determinados locais, especialmente no período noturno. No Povoado da Estiva, a inexistência de policiamento sistemático intensifica a sensação de vulnerabilidade e isolamento territorial.

As desproteções relacionadas ao saneamento, à infraestrutura urbana e ao meio ambiente concentram parte expressiva dos apontamentos do grupo. Foram recorrentes os registros de esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo e entulho, terrenos baldios com mato alto, ausência de pavimentação, drenagem insuficiente e falta de locais adequados para armazenamento de materiais recicláveis. Nos condomínios América Unida e Europa Unida destacam-se problemas relacionados ao esgoto exposto e à iluminação precária. Nos bairros

213

Panorama e Alto Panorama, a presença de áreas utilizadas como lixão foi apontada como fator crítico de degradação ambiental. Já no Povoado da Estiva, a inexistência de rede de esgotamento sanitário constitui uma das principais vulnerabilidades socioambientais identificadas.

A mobilidade urbana e a acessibilidade configuram-se como importantes fatores de desproteção territorial. O transporte público foi apontado como insuficiente, com registros de horários irregulares, alterações de itinerários sem diálogo com a comunidade e ausência de transporte coletivo regular para o Povoado da Estiva. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura viária, evidenciada por ruas esburacadas, ausência de sinalização, falta de redutores de velocidade em áreas próximas a escolas e pontos de acúmulo de água que dificultam a circulação de pedestres, especialmente idosos e pessoas com deficiência.

Por fim, no eixo do lazer, da cultura e do esporte, quadras, campos de futebol e praças são reconhecidos como espaços importantes de convivência e integração comunitária. Entretanto, a falta de manutenção desses equipamentos, a escassez de projetos permanentes de esporte e lazer e a ausência de atividades culturais regulares, sobretudo voltadas à juventude, configuram desproteções relevantes. A carência de alternativas de lazer aparece associada ao aumento da exposição de adolescentes e jovens a situações de risco social, reforçando a necessidade de investimentos intersetoriais nessas áreas.

risco social, reforçando a necessidade de investimentos intersetoriais nessa área.

3. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 6 revela um contexto marcado por vulnerabilidades estruturais relacionadas ao saneamento, à mobilidade urbana, à segurança pública e à insuficiência de equipamentos públicos próximos às comunidades. As desigualdades internas entre bairros, condomínios e área rural evidenciam a necessidade de estratégias territorializadas e diferenciadas.

Ao mesmo tempo, destaca-se o forte reconhecimento do CRAS como referência de proteção social e a existência de uma rede comunitária ativa, composta por organizações religiosas, projetos sociais e lideranças locais, que constituem importantes ativos territoriais para a construção de respostas intersetoriais.

4. Implicações para o PMAS e para o Planejamento Intersetorial

A leitura integrada das proteções e desproteções do território do CRAS 6 evidencia a necessidade de que o planejamento da política de Assistência Social seja articulado a

estratégias intersetoriais e territorializadas. A centralidade do CRAS como referência de proteção social reforça a importância de seu fortalecimento institucional, tanto no que se refere à ampliação da equipe técnica quanto à intensificação da presença territorial junto às comunidades mais distantes e com maior grau de vulnerabilidade.

Os dados apontam que as fragilidades relacionadas à mobilidade urbana, ao saneamento básico, à saúde e à segurança pública extrapolam a capacidade de resposta isolada da Assistência Social, exigindo articulação permanente com as políticas de Saúde, Educação, Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Segurança Pública. Nesse sentido, o território do CRAS 6 demanda planejamento integrado que considere as especificidades de bairros, condomínios e área rural, bem como estratégias diferenciadas de intervenção.

A escassez de equipamentos educacionais, especialmente de Ensino Médio e EJA,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

a precariedade do transporte público e a ausência de espaços estruturados de esporte, cultura e lazer indicam a necessidade de ações intersetoriais voltadas à juventude, com foco na prevenção de riscos sociais e no fortalecimento de trajetórias de inclusão. Tais elementos devem orientar a definição de prioridades no Plano Municipal de Assistência Social, articulando proteção social básica, ações comunitárias e políticas públicas complementares, de forma a reduzir desigualdades territoriais e ampliar o acesso a direitos.

5. Áreas sem Registros

Na sistematização das oficinas do Mapa Falado realizadas no território do CRAS 6, não foram identificados registros significativos relacionados às políticas de geração de trabalho e renda, às políticas voltadas especificamente à pessoa idosa, às políticas para pessoas com deficiência — para além das questões de acessibilidade urbana —, aos programas de habitação formal e à política cultural institucionalizada.

A ausência de registros nesses campos não indica inexistência de demandas, mas aponta limites da metodologia aplicada naquele momento e a necessidade de aprofundamento diagnóstico em etapas posteriores. Recomenda-se que essas áreas sejam objeto de investigações complementares, seja por meio de novos processos participativos, seja pela análise de dados secundários e articulação com outras políticas setoriais, de modo a qualificar o planejamento municipal e ampliar a compreensão das vulnerabilidades e potencialidades do território.

CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida

215

1. Caracterização do Território

O território de abrangência do CRAS 7 – Nossa Senhora Aparecida compreende os bairros e localidades de Nossa Senhora Aparecida, Lagoa das Flores, Vale das Flores e Choça, configurando-se como um território heterogêneo, marcado por contrastes

significativos entre áreas com maior presença de equipamentos públicos e outras com fragilidades estruturais persistentes.

As análises apresentadas resultam da Oficina do Mapa Falado realizada em 22 de dezembro de 2025, com a participação de moradores e lideranças comunitárias, sob mediação técnica. A metodologia possibilitou a identificação das principais proteções, desproteções e recursos de resistência existentes no território, a partir da percepção direta da população, constituindo subsídio relevante para o diagnóstico socioterritorial e para o planejamento das políticas públicas locais.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, a atuação do CRAS e dos serviços vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi reconhecida como a principal referência de proteção social no território. O equipamento é percebido como espaço de apoio, orientação e acesso a direitos, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade. Contudo, foi apontada como desproteção relevante a inexistência de uma unidade física do CRAS na localidade de Lagoa das Flores, o que impõe barreiras de acesso aos serviços socioassistenciais e exige deslocamentos para outros bairros, agravando dificuldades já enfrentadas pela população.

Em relação à habitação, não foram identificados registros de proteção. As desproteções concentram-se na vulnerabilidade ambiental associada à possibilidade de alagamentos em períodos de chuvas intensas, evidenciando fragilidades na infraestrutura urbana e riscos à segurança habitacional de parte dos moradores.

Na área da educação, o território apresenta um conjunto expressivo de equipamentos educacionais, como escolas e creches distribuídas entre as localidades, reconhecidos como importantes fatores de proteção para crianças e adolescentes. A presença dessas instituições contribui para a garantia do direito à educação e para a organização da vida comunitária. Entretanto, os participantes destacaram como desproteção a insuficiência do número de vagas frente à demanda existente, o que gera dificuldades de acesso e pressiona

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

as famílias, sobretudo nas áreas com maior crescimento populacional.

216

A saúde foi identificada como um campo que conta com equipamentos de referência, como as Unidades Básicas de Saúde Maria Madalena, Lagoa I e Lagoa II, reconhecidas como fundamentais para o atendimento da população. Apesar disso, foi apontada como desproteção a insuficiência das equipes de saúde para atender adequadamente às demandas do território, comprometendo a regularidade e a qualidade do atendimento prestado.

No eixo da segurança pública, a existência do posto policial na Lagoa das Flores foi mencionada como elemento de proteção institucional. Ainda assim, os relatos indicam ausência de policiamento sistemático em determinadas áreas, especialmente na chamada Lagoa Parcial, o que contribui para a sensação de insegurança e para a fragilização da convivência comunitária.

No que se refere à iluminação pública, não foram registrados fatores de proteção. A localidade da Choça foi destacada como área com iluminação precária, condição que compromete a mobilidade no período noturno e amplia a percepção de insegurança entre os moradores.

O saneamento básico revelou desigualdades internas significativas. Enquanto no bairro Nossa Senhora Aparecida há reconhecimento da existência de infraestrutura adequada, nas localidades de Lagoa das Flores e Choça foram apontadas graves desproteções, caracterizadas pela ausência de rede de esgotamento sanitário e pela utilização predominante de fossas. Essa situação configura importante vulnerabilidade socioambiental, com impactos diretos sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

No campo da mobilidade urbana e do transporte público, a existência de linha de transporte coletivo municipal foi reconhecida como proteção relevante. Todavia, foram apontadas diversas fragilidades, como o número insuficiente de ônibus, o tempo excessivo de espera, a demora nos percursos e a consequente dependência do transporte clandestino.

Soma-se a isso a precariedade das vias, especialmente na Lagoa das Flores, com ruas sem pavimentação, buracos e pontos de alagamento, dificultando a circulação de pessoas e veículos.

A área de lazer, cultura e convivência comunitária apresenta como proteção a existência de campo de futebol e quadra poliesportiva, reconhecidos como espaços de socialização e integração. No entanto, foi enfatizada a ausência de praças e de locais adequados de convivência comunitária, sobretudo na Lagoa das Flores, evidenciando carência de equipamentos públicos voltados ao lazer e à convivência social.

217

No campo da religião, as igrejas católicas, evangélicas e os centros de Umbanda e Candomblé foram amplamente reconhecidos como importantes espaços de apoio, acolhimento e fortalecimento dos vínculos comunitários, desempenhando papel relevante como redes de proteção social informal no território.

Outros aspectos positivos mencionados referem-se à presença de comércio local diversificado, especialmente aos domingos, contribuindo para o abastecimento da população e para a dinâmica econômica local. Não foram registrados elementos de desproteção associados a esse eixo.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

No que se refere aos lugares e pessoas de resistência, foram identificadas como referências importantes no território lideranças comunitárias e iniciativas sociais, como o Projeto Gota de Esperança e o Projeto Bom Samaritano, além das igrejas locais. Esses atores e espaços constituem redes fundamentais de apoio comunitário, fortalecendo a solidariedade, a organização social e a capacidade de enfrentamento das vulnerabilidades existentes.

4. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 7 evidencia a presença de proteções

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

significativas nas áreas de assistência social, educação, saúde e religião. Em contrapartida, destacam-se desproteções relevantes relacionadas ao saneamento básico, à mobilidade urbana, à segurança pública e à escassez de equipamentos de lazer, com maior concentração de fragilidades nas localidades de Lagoa das Flores e Choça.

Essas desigualdades internas indicam a necessidade de intervenções territorializadas e de ações intersetoriais que articulem assistência social, saúde, educação, infraestrutura urbana e segurança pública, de modo a reduzir vulnerabilidades e ampliar as proteções sociais.

5. Áreas sem Registros

Não foram registrados apontamentos específicos relativos a conflitos familiares e comunitários. A ausência de informações nesse eixo indica a necessidade de aprofundamento investigativo em etapas posteriores do diagnóstico socioterritorial, por meio de outras estratégias de escuta e levantamento de dados.

218

CRAS 8 – Miro Cairo

1. Caracterização do Território

O território de abrangência do CRAS 8 – Miro Cairo compreende os bairros Henriqueta Prates, São Pedro, Terra dos Remansos, Cidade Maravilhosa, Vilas Serranas, URBIS IV, Senhorinha Cairo e Miro Cairo. A análise apresentada resulta da Oficina do Mapa Falado realizada em 12 de dezembro de 2025, que contou com a participação de 19 usuários, incluindo crianças, adolescentes, idosos e lideranças comunitárias.

A atividade possibilitou a identificação de referências de proteção social, situações de desproteção, conflitos territoriais e potencialidades comunitárias, a partir da percepção dos próprios moradores. O território apresenta características de forte organização comunitária, diversidade de equipamentos públicos e iniciativas sociais, ao mesmo tempo em que convive

com fragilidades estruturais que impactam o acesso a direitos e a qualidade de vida da população.

2. Proteções e Desproteções

No campo da assistência social, o CRAS Miro Cairo foi amplamente reconhecido como a principal referência de proteção social no território, sendo percebido como espaço de acolhimento, orientação e apoio às famílias. Além do equipamento público, projetos e iniciativas socioassistenciais e comunitárias, como o Projeto Falcão, o Projeto Criança Cidadão e a ACAEPA, foram mencionados como dispositivos importantes de suporte, especialmente voltados a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. Apesar desse reconhecimento positivo, foi registrada percepção pontual de fragilidade relacionada à necessidade de ampliação e qualificação do atendimento do próprio CRAS, frente à complexidade e ao volume das demandas existentes no território.

Em relação à habitação, os participantes identificaram como fatores de proteção os conjuntos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida, bem como aspectos da organização urbana do Miro Cairo, a exemplo do traçado das ruas circulares e da estrutura do bairro Vila Serrana. Esses elementos foram associados à melhoria das condições de moradia e à organização do espaço urbano. Não foram registrados apontamentos de desproteção nesse eixo durante a oficina.

219

No âmbito da educação, escolas e equipamentos educacionais, como o CAIC, o CMEI Senhorinha Cairo e a Escola Lizete Mármore, foram reconhecidos como referências importantes de proteção, contribuindo para o acesso à educação básica no território. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) também foi mencionada como referência positiva, indicando reconhecimento da presença institucional no entorno. Por outro lado, foram apontadas fragilidades relacionadas ao funcionamento de algumas unidades escolares, expressando percepção de insuficiência na qualidade do atendimento educacional, ainda

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

que sem detalhamento específico.

Na área da saúde, a Unidade de Saúde do Miro Cairo foi identificada como referência central de proteção, assim como a utilização de um quiosque como espaço de apoio às ações de saúde no território. Entretanto, os relatos evidenciaram desproteções relevantes, associadas à percepção de atendimento insuficiente na própria unidade, indicando sobrecarga dos serviços e a necessidade de fortalecimento da rede local de saúde para responder adequadamente às demandas da população.

No campo da segurança pública, a presença da Base da Polícia Militar – CAESG e do Posto da Polícia Militar do Miro Cairo foi reconhecida como elemento institucional de proteção. Contudo, essa presença não se traduz plenamente em sensação de segurança no cotidiano, tendo sido registrada percepção de insegurança no território, o que evidencia contradições entre a existência do aparato policial e a vivência concreta dos moradores.

No que se refere à iluminação pública, a iluminação existente foi reconhecida como aspecto positivo do território, não havendo registros de desproteções nesse eixo durante a oficina.

A mobilidade urbana apresentou caráter ambíguo. A existência de linhas de ônibus foi identificada como fator de proteção, garantindo algum nível de deslocamento da população. Entretanto, foram apontadas desproteções relacionadas ao anel viário e à oferta considerada insuficiente de transporte público, indicando dificuldades de acesso e circulação, especialmente para determinadas áreas do território.

No campo do lazer, foram reconhecidos como referências de proteção equipamentos e espaços como o Ginásio Poliesportivo, o Museu Allan Kardec, os quiosques dos condomínios, a Biblioteca Comunitária e as praças existentes. Esses espaços foram associados a oportunidades de convivência, cultura e lazer. Contudo, também foram registrados apontamentos de inadequações em alguns desses equipamentos, sugerindo limitações relacionadas à infraestrutura, à manutenção ou ao acesso.

No eixo da religião, igrejas católicas e terreiros de religiões de matriz africana foram

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

reconhecidos como importantes referências de proteção social informal, acolhimento e fortalecimento dos vínculos comunitários, contribuindo para a coesão social do território.

Outros elementos de proteção mencionados incluem o comércio local, a horta comunitária do Henriqueta e a oferta de serviços diversos, reconhecidos como fundamentais para o cotidiano das famílias e para a dinâmica socioeconômica local.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Embora não tenham sido formalmente registrados na tabela-síntese lugares ou pessoas de resistência, os relatos evidenciaram de forma transversal um forte sentimento de pertencimento, protagonismo comunitário e valorização das conquistas coletivas. A própria comunidade organizada, os vínculos de vizinhança e as iniciativas construídas ao longo do tempo foram identificados como importantes fontes de resistência, resiliência social e capacidade de enfrentamento das vulnerabilidades presentes no território.

4. Síntese Analítica

A análise integrada do território do CRAS 8 – Miro Cairo evidencia a existência de uma rede expressiva de proteções, com destaque para a assistência social, a educação, o lazer, a organização comunitária e os vínculos territoriais. As desproteções concentram-se sobretudo nas áreas de saúde, mobilidade urbana e na percepção de segurança pública, indicando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e de ações intersetoriais voltadas à ampliação das condições de proteção social.

5. Áreas sem Registros

Durante a Oficina do Mapa Falado, não houve registros de proteções, desproteções, conflitos ou potencialidades relacionadas aos eixos de saneamento básico e conflitos familiares e comunitários. A ausência de apontamentos nesses campos pode indicar invisibilidade dessas temáticas para o grupo participante ou a necessidade de aprofundamento por meio de outras estratégias metodológicas no processo de diagnóstico

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

socioterritorial.

SISTEMATIZAÇÃO ANALÍTICA DA OFICINA DO MAPA FALADO - CREAS

CREAS Rural 2 – Bate Pé

1. Caracterização do Território

O território de abrangência do CREAS Rural 2 – Bate Pé compreende as localidades de Bate Pé, Fazenda Mota, Mamãos, Pau Ferro II e São Joaquim, caracterizando-se por uma configuração predominantemente rural, com dispersão territorial, limitações de acesso a serviços públicos e forte dependência de equipamentos concentrados no núcleo distrital.

As informações analisadas resultam do Grupo Focal realizado em 17 de dezembro de 2025, metodologia adotada para a construção do Mapa Falado, com a participação de moradores e atores sociais do território. A atividade foi mediada pelas Técnicas de Referência Maria de Fátima Silva Rocha e Rosyane Damiana Teixeira de Melo, com apoio do Educador Social Jaimilton Silva Sales, nas dependências da Subprefeitura de Bate Pé.

A escuta coletiva possibilitou identificar percepções sobre proteções, desproteções e fragilidades relacionadas ao acesso a direitos, à oferta de políticas públicas e às dinâmicas de convivência comunitária, com especial atenção às situações que demandam acompanhamento pela Proteção Social Especial.

2. Proteções e Desproteções

No âmbito da Assistência Social, o CRAS, especialmente por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e o próprio CREAS foram reconhecidos como as principais referências institucionais de proteção social no território. Esses equipamentos são percebidos como espaços de acolhimento, orientação e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Contudo, foram apontadas desproteções importantes, como a insuficiência da equipe do Cadastro Único para atender à demanda existente e a ausência

ou baixa presença de outros órgãos do sistema de garantia de direitos, especialmente do Judiciário, o que limita respostas mais efetivas diante de situações de violação de direitos.

Na área da Habitação, não foram registrados apontamentos específicos de proteção ou desproteção durante a oficina, o que pode indicar ausência de problematização desse tema pelo grupo participante ou necessidade de aprofundamento posterior no diagnóstico socioterritorial.

No campo da Educação, a Escola Municipal Eurípedes Peri Rosa foi reconhecida como referência de proteção no território, especialmente por garantir o acesso à educação básica. Entretanto, o espaço escolar também foi identificado como local de vulnerabilidade, em razão de relatos de bullying e outras situações de violação no ambiente educacional, evidenciando a coexistência de fatores de proteção e desproteção.

222

Em relação à Saúde, a Unidade Básica de Saúde de Bate Pé foi apontada como principal fator de proteção institucional. Como desproteção, destacou-se a ausência de serviços de saúde mental no próprio território, como CAPS ou oferta de psicoterapia, o que dificulta o acompanhamento de demandas relacionadas ao sofrimento psíquico e a situações de maior complexidade social.

No eixo da Segurança Pública, a existência de um posto policial foi reconhecida como fator de proteção. Contudo, sua atuação foi considerada descontínua, com percepção de ausência frequente da polícia no cotidiano da comunidade, configurando sensação de insegurança e fragilização da proteção territorial.

Quanto à Mobilidade Urbana e Transporte Público, a chegada do asfalto novo foi reconhecida como importante proteção, ao facilitar o acesso ao distrito e melhorar a circulação. Em contrapartida, foram apontadas desproteções relacionadas à falta de sinalização viária e ao uso inadequado da via, com relatos de excesso de velocidade, ausência de equipamentos de segurança e uso de substâncias, aumentando os riscos de acidentes.

No campo do Lazer, foram reconhecidas como proteções espaços de convivência

No campo do Lazer, foram reconhecidos como proteções espaços de convivência como praça, parque, quadra esportiva e estabelecimentos comerciais (sorveterias, bares, lanchonetes e trailers). Contudo, esses mesmos espaços foram apontados como desproteção, sobretudo no período noturno. A quadra e a praça foram identificadas como locais inseguros à noite, e os bares foram associados ao consumo de álcool, sendo percebidos como fatores que potencializam situações de risco.

No eixo dos Conflitos Familiares e Comunitários, os espaços comunitários foram reconhecidos como elementos de proteção, por favorecerem a convivência e o diálogo. Por outro lado, foi relatado que a melhoria das vias, associada à ausência de policiamento constante, tem contribuído para a prática do chamado "grau", que refere-se ao ato de empinar as motos, configurando situação recorrente de risco e conflito no território.

No campo da Religião, a igreja católica foi reconhecida como espaço seguro, acolhedor e de apoio comunitário, não tendo sido identificadas desproteções relacionadas a esse eixo.

Outros elementos de proteção mencionados referem-se ao comércio local, como supermercados, farmácia, sorveterias e lanchonetes, além da Subprefeitura, reconhecida pela oferta de serviços como Correios, atendimento do Cadastro Único e apoio do CRAS.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

223

Conforme registrado na oficina do Mapa Falado, não foram identificados de forma explícita lugares ou pessoas reconhecidas como referências de resistência comunitária nas áreas temáticas abordadas. Essa ausência pode indicar fragilidade na organização comunitária formal ou baixa visibilidade das iniciativas existentes, apontando para a necessidade de fortalecimento do protagonismo social no território.

4. Síntese Analítica

A análise do território do CREAS Rural 2 – Bate Pé evidencia a centralidade da Assistência Social como principal eixo de proteção, especialmente por meio do CRAS e do

CREAS, que se constituem como referências fundamentais de apoio às famílias. Ao mesmo tempo, revelam-se fragilidades significativas relacionadas à insuficiência de equipes, à ausência de serviços especializados, especialmente na área da saúde mental, e à descontinuidade da presença do poder público em áreas como segurança e mobilidade.

As situações de risco associadas ao uso inadequado das vias, à prática de empinar as motos e à vulnerabilidade de espaços de lazer no período noturno indicam a necessidade de ações intersetoriais que articulem assistência social, segurança pública, saúde e educação, com foco na prevenção de violências e na proteção integral de indivíduos e famílias.

5. Áreas sem Registros

Durante a oficina do Mapa Falado, não foram registrados apontamentos específicos relacionados aos seguintes eixos:

- Habitação;
- Iluminação Pública;
- Saneamento Básico.

A ausência de registros nessas áreas pode indicar invisibilidade dessas temáticas para o grupo participante ou a necessidade de aprofundamento investigativo em etapas posteriores do diagnóstico socioterritorial, por meio de outras estratégias de escuta e levantamento de dados.

CENTRO POP ADULTO

1. Caracterização do Território e do Público Atendido

224

As informações analisadas resultam do Grupo Focal realizado em 11 de dezembro de 2025, por meio da metodologia do Mapa Falado, no Centro Pop Adulto. A atividade contou

com a participação de usuários e atores vinculados ao território de vivência da população em situação de rua, possibilitando a identificação das dinâmicas de proteção, desproteção, conflitos, potencialidades e estratégias de resistência a partir da percepção dos próprios sujeitos.

Diferentemente dos territórios de base residencial, o território de referência do Centro Pop caracteriza-se pela circulação constante, pela ocupação de espaços públicos e privados para sobrevivência, descanso e acesso a serviços, e pela relação direta com políticas de Proteção Social Especial, saúde, segurança pública e iniciativas da sociedade civil. O Centro Pop se configura, nesse contexto, como equipamento central de referência, acolhimento e mediação do acesso a direitos.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, o Centro Pop foi amplamente reconhecido como principal referência de proteção, sendo descrito como espaço que atende necessidades básicas, promove acolhida, convivência e sensação de segurança. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) também foi mencionada como proteção, pela capacidade de atender demandas diversas da população.

Como desproteção, foi apontada a abordagem da Guarda Municipal na entrada do Centro Pop, percebida como fator de constrangimento e violação, gerando insegurança e tensão no acesso ao serviço. No eixo dos conflitos, o narcotráfico foi identificado como elemento presente no território, impactando a vivência cotidiana. Apesar disso, o Centro Pop foi reconhecido como potencialidade, por se constituir como espaço seguro, pacífico e de proteção frente às violências externas.

Na área da Habitação, considerando a realidade da população em situação de rua, foram identificados como fatores de proteção os locais utilizados para pernoite e descanso, como o Abrigo Pernoite, a Casa do Andarilho, a UPA, a Feira da CEASA e praças públicas como Vitor Brito, Praça da Bandeira e Praça Barão do Rio Branco.

Entretanto, esses mesmos espaços também concentram desproteções. As praças

foram associadas à abordagem violenta da Guarda Municipal, e o Abrigo Pernoite foi identificado como insuficiente frente à demanda existente, em razão do número limitado de vagas. Como conflito específico, a Rodoviária foi mencionada como local onde os

225

participantes se sentem constrangidos, reforçando experiências recorrentes de exclusão e vigilância.

No campo da Educação, não foram registrados apontamentos de proteção, desproteção, conflitos ou potencialidades, o que indica ausência de vínculo significativo dessa política com o cotidiano do público participante.

Em relação à Saúde, o Consultório na Rua (CnaR) foi reconhecido como importante proteção, especialmente pelo atendimento clínico e de enfermagem. O CAPS AD III também foi amplamente valorizado, sendo descrito como espaço de acolhimento, bom trabalho técnico e relações positivas com os usuários.

Como desproteções, foram relatadas fragilidades no próprio CnaR, como burocracia para agendamento de exames e dificuldade de acesso a tratamentos odontológicos. Como potencialidade, foram citadas as instituições UNEX e FAINOR, reconhecidas pela oferta de atendimento odontológico.

Na área da Segurança Pública, a Polícia Militar foi mencionada como fator de proteção institucional. Em contrapartida, a Guarda Municipal foi identificada de forma recorrente como desproteção e conflito, em razão de abordagens violentas e constrangedoras dirigidas à população em situação de rua.

Quanto à Mobilidade Urbana e Transporte Público, o Passe Livre foi reconhecido como proteção para aqueles que possuem acesso ao benefício, possibilitando deslocamento no território urbano. Entretanto, a falta de recursos financeiros para pagamento da tarifa foi apontada como desproteção significativa, restringindo o acesso a serviços, oportunidades e equipamentos públicos.

No eixo do Lazer, a Praça Tancredo Neves e o próprio Centro Pop foram

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

reconhecidos como espaços de proteção e convivência. Contudo, foi apontada a escassez de opções de lazer acessíveis, evidenciando limitação de espaços seguros e inclusivos para essa população.

No campo da Religião, diversas instituições religiosas foram identificadas como importantes redes de proteção, especialmente pela oferta de doações de alimentos, roupas e cobertores. Como potencialidade, destacou-se o apoio oferecido principalmente no período noturno, quando as vulnerabilidades se intensificam.

No eixo de Trabalho e Renda, não foram identificadas proteções estruturadas. Como desproteção, foi apontada a ausência de perspectivas de trabalho, associada à ociosidade e à dificuldade de construção de autonomia. Como potencialidade, surgiram sugestões de

trabalho comunitário, como atuação em hortas, e parcerias entre o poder público e empresas como estratégias possíveis de inclusão produtiva.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Foram identificadas como formas e espaços de resistência a própria ocupação de locais que, embora não destinados a esse fim, são apropriados como estratégia de sobrevivência, tais como a UPA, praças públicas e marquises de estabelecimentos comerciais.

Também foi mencionada a circulação a pé pelo território como forma de resistência cotidiana frente à ausência de recursos financeiros para o transporte público, evidenciando estratégias de enfrentamento das limitações impostas pela exclusão social.

4. Síntese Analítica

A análise do Mapa Falado do Centro Pop Adulto evidencia a centralidade do equipamento como principal referência de proteção, acolhimento e convivência para a população em situação de rua. As políticas de saúde, especialmente por meio do Consultório na Rua e do CAPS AD III, também se destacam como eixos fundamentais de proteção, ainda

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

que apresentem fragilidades operacionais.

Por outro lado, sobressaem desproteções estruturais relacionadas à violência institucional, especialmente nas abordagens da Guarda Municipal, à insuficiência de vagas em serviços de acolhimento, à ausência de políticas efetivas de trabalho e renda e às limitações de acesso ao transporte público. Esses elementos reforçam a condição de vulnerabilidade e indicam a necessidade de fortalecimento das ações da Proteção Social Especial, articuladas de forma intersetorial com saúde, segurança pública, habitação e políticas de inclusão produtiva.

5. Áreas sem Registros

Durante a Oficina do Mapa Falado realizada no Centro Pop Adulto, não foram registrados apontamentos relacionados às áreas de educação, iluminação pública, saneamento básico e conflitos familiares e comunitários. A ausência de manifestações nesses eixos pode estar associada às especificidades do público atendido e à forma como essas políticas se apresentam no cotidiano da população em situação de rua, muitas vezes de maneira fragmentada ou indireta. Tal lacuna indica a necessidade de aprofundamento dessas temáticas em etapas posteriores do diagnóstico socioterritorial, por meio de estratégias metodológicas complementares que permitam ampliar a compreensão sobre como esses direitos são acessados, percebidos ou negados no contexto da Proteção Social Especial.

227

CREAS Novo Olhar – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC)

As análises apresentadas a seguir referem-se às percepções de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto — Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) — acompanhados pelo CREAS Novo Olhar. A leitura territorial foi construída a partir da metodologia do Mapa Falado, considerando os

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

territórios de residência dos adolescentes, vinculados às áreas de abrangência dos CRAS I – Bruno Bacelar, CRAS III – Pedrinhas e CRAS IV – Jardim Valéria. O processo possibilitou a identificação de proteções, desproteções, conflitos, potencialidades e referências de resistência a partir da vivência cotidiana dos próprios adolescentes, evidenciando tanto elementos comuns quanto especificidades territoriais que impactam diretamente suas trajetórias, relações comunitárias e condições de proteção social.

Adolescentes do território do CRAS I – Bruno Bacelar (Bairro Brasil)

1. Caracterização do Território

O território de referência dos adolescentes participantes corresponde à área de abrangência do CRAS I – Bruno Bacelar, localizado no Bairro Brasil. A leitura territorial apresentada reflete vivências cotidianas marcadas por forte presença da família, uso frequente de espaços públicos como praças, quadras e campos de futebol, além de circulação por ruas e equipamentos comunitários do bairro. Os adolescentes demonstram vínculo com o território, especialmente com espaços que marcaram sua infância, ao mesmo tempo em que reconhecem áreas e situações geradoras de insegurança.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, o CRAS I – Bruno Bacelar foi reconhecido como principal referência de proteção no território. Não foram identificadas, pelos participantes, situações de desproteção ou conflitos associados diretamente a essa política.

Em relação à Habitação, a casa e a própria rua onde residem foram apontadas como fatores de proteção, associados ao suporte familiar, especialmente da família nuclear e

extensa. Como desproteção, foram mencionados bares localizados no território, percebidos como espaços que podem gerar riscos.

Na área da Educação, creches e escolas foram identificadas como espaços de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

proteção. Contudo, foi apontada como fragilidade a necessidade de melhoria na limpeza desses equipamentos, indicando insatisfação com aspectos da infraestrutura escolar.

Quanto à Saúde, a Unidade de Saúde de referência foi reconhecida como fator de proteção. Não houve registros de desproteções, conflitos ou potencialidades adicionais nesse campo.

A Segurança Pública apareceu de forma ambígua. Foram citados como elementos de proteção o posto policial, a presença de policiais e algumas câmeras de segurança, além da possibilidade de registro de ocorrências em casos de violência em via pública. Por outro lado, parte dos adolescentes afirmou que o território é dominado pelo tráfico, o que evidencia percepção de conflito e insegurança. Chama atenção o fato de o tráfico ter sido citado simultaneamente como elemento associado à segurança, revelando contradições na leitura territorial.

No que se refere à Iluminação Pública, os participantes avaliaram a situação geral como satisfatória, porém destacaram a falta de iluminação na Praça Norberto Aurich, identificada como espaço perigoso.

Em Saneamento, a avaliação foi predominantemente positiva, sendo considerado satisfatório, sem apontamentos de desproteção.

A Mobilidade Urbana e o Transporte Público também foram avaliados como satisfatórios. Entretanto, foi apontada como fragilidade a ausência de quebra-molas em determinadas vias, o que representa risco para a segurança.

No campo do Lazer, foram citados como espaços de proteção a Praça do Boneco (ou Praça dos Verdes), quadras, campo de futebol — associado a memórias da infância — e a Praça Norberto Aurich. Apesar disso, foi destacada a falta de equipamentos adequados nas praças, como brinquedos e estruturas esportivas, configurando importante fragilidade.

Em relação aos Conflitos Familiares e Comunitários, a família nuclear, a família extensa (com destaque para a tia paterna) e os vizinhos foram reconhecidos como fatores de proteção. Como desproteções, foram citados bares e algumas ruas do Loteamento Santa Cruz. O Caminho 7 desse loteamento foi apontado como espaço específico de conflito,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

sendo corroborado por mais de um participante.

No âmbito da Religião, as igrejas foram mencionadas como espaços de proteção. Contudo, apenas uma minoria reconhece esses espaços como locais efetivos de apoio e segurança. A maioria dos adolescentes relatou desconfiança em relação às lideranças religiosas do território, percebendo incoerência entre discurso e prática. 229

Por fim, em Outros Aspectos, os mercados locais foram identificados como proteção, enquanto o Bar Paredão foi citado como desproteção. Como potencialidade, foi mencionada a "feira do rolo", onde os adolescentes conseguem adquirir peças de bicicleta a preços acessíveis.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Os adolescentes identificaram algumas pessoas e espaços como referências de apoio e resistência no território. Entre as pessoas citadas, destacam-se Lúcia Rocha, mencionada por um adolescente como alguém que presta apoio na comunidade; o dono de uma lan house, reconhecido pela disponibilidade em auxiliar quando necessário; e o proprietário de um comércio local que oferece água às crianças e adolescentes que frequentam o campo. Também foi citado, por um dos participantes, o "chefe do tráfico" como alguém que garante segurança no território, evidenciando novamente a leitura ambígua sobre proteção e poder local.

Quanto aos lugares de resistência, foram mencionados o posto policial, a Guarda Municipal e a Lagoa do Bateias, espaço onde ocorrem ações de igrejas, como distribuição de lanches.

4. Síntese Analítica

A leitura territorial realizada pelos adolescentes revela um território marcado por vínculos familiares e comunitários relevantes, além do reconhecimento de equipamentos públicos como o CRAS, escolas e unidade de saúde enquanto referências de proteção. Ao mesmo tempo, emergem fragilidades importantes relacionadas à segurança pública, ao uso

de espaços de lazer e à infraestrutura urbana, especialmente iluminação e sinalização viária.

Destaca-se a presença de contradições na percepção da segurança, com o tráfico sendo citado simultaneamente como fonte de conflito e de proteção, o que aponta para dinâmicas complexas de poder e controle no território. As falas também evidenciam carência de investimentos em equipamentos de lazer qualificados e seguros, bem como a necessidade de ações de prevenção e mediação de conflitos comunitários.

5. Áreas sem Registros

230

Não foram identificados apontamentos específicos de potencialidades, desproteções ou conflitos adicionais nas áreas de Assistência Social (além do reconhecimento do CRAS), Saúde, Saneamento e Mobilidade Urbana, o que pode indicar percepção de atendimento satisfatório ou dificuldade de aprofundamento dessas temáticas pelo grupo. Recomenda-se que tais áreas sejam revisitadas em outras estratégias de escuta, a fim de ampliar e qualificar o diagnóstico socioterritorial.

Adolescentes do território do CRAS 3 – Pedrinhas (Bairro Cruzeiro)

1. Caracterização do Território

O território de referência dos adolescentes participantes corresponde à área de abrangência do CRAS 3 – Pedrinhas, localizado no bairro Cruzeiro. A leitura territorial apresentada evidencia forte vínculo dos participantes com o local de moradia, marcado por relações comunitárias consolidadas e sentimento de pertencimento, especialmente em função da permanência no bairro desde a infância. Ao mesmo tempo, os adolescentes reconhecem desigualdades internas no território, que impactam diretamente a vivência cotidiana, a circulação e a sensação de segurança.

2. Proteções e Desproteções

No âmbito da Assistência Social, o CRAS foi reconhecido de forma unânime como equipamento de referência e proteção no território. A unidade é percebida como espaço de apoio, orientação e acesso a direitos, não havendo registros de desproteções ou conflitos associados a essa política, o que indica avaliação positiva dos serviços socioassistenciais ofertados.

Em relação à Habitação, a moradia foi identificada como importante fator de proteção. A referência à "casa" aparece como elemento central de segurança material e simbólica. Como potencialidade, destacou-se o forte vínculo histórico com o território, evidenciado por relatos de moradia no bairro desde a infância, o que reforça sentimentos de pertencimento, identidade territorial e redes de apoio comunitário. Não foram apontadas situações de desproteção relacionadas à habitação.

No campo da Saúde, o Posto de Saúde local foi mencionado como importante equipamento de proteção, reconhecido como referência de cuidado e atendimento à comunidade. A ausência de registros de desproteções ou conflitos nessa área sugere percepção positiva quanto à presença e atuação da política de saúde no território.

231

A área do Lazer apresentou-se como um dos aspectos mais ambíguos do diagnóstico. Foram citados como espaços de lazer o campo de futebol, a quadra esportiva, bares e adegas. Esses locais aparecem simultaneamente como espaços de proteção e desproteção, revelando contradições no uso e na apropriação dos espaços comunitários. Campo e quadra foram considerados seguros apenas em determinados horários, passando a gerar sensação de insegurança em outros períodos devido à presença de pessoas associadas ao crime. Bares e adegas, embora citados como alternativas de lazer, não são reconhecidos como ambientes adequados para adolescentes, o que leva os participantes a buscarem opções de lazer em outros bairros, tanto pela sensação de maior segurança quanto pela possibilidade de novos vínculos. Esses relatos evidenciam a fragilidade da oferta de equipamentos públicos de lazer seguros, acessíveis e adequados à faixa etária.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

No que se refere aos Conflitos Familiares e Comunitários, foram identificados como proteção os bons vínculos com vizinhos, indicando presença de relações de solidariedade e apoio mútuo. Por outro lado, foram mencionadas desproteções associadas a áreas do bairro consideradas de maior risco. Os adolescentes descreveram o território como dividido em duas partes: uma região mais baixa, percebida como mais segura, e uma região mais alta, associada a maiores situações de vulnerabilidade e insegurança. Essa leitura aponta para desigualdades territoriais internas, com impactos diretos na circulação, na convivência comunitária e na sensação de proteção.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Não foram mencionados, de forma específica, lugares ou pessoas reconhecidos como referências de resistência comunitária no território. A ausência desse reconhecimento pode indicar fragilidade na visibilidade de lideranças locais, coletivos ou iniciativas comunitárias, sinalizando a necessidade de ações futuras de mobilização social e fortalecimento do protagonismo juvenil e comunitário.

4. Síntese Analítica

A leitura territorial realizada pelos adolescentes do território do CRAS 3 – Pedrinhas evidencia a presença de importantes fatores de proteção, especialmente relacionados ao CRAS, ao Posto de Saúde e aos vínculos comunitários e de vizinhança. Destaca-se também o forte sentimento de pertencimento ao território, construído a partir de trajetórias de vida marcadas pela permanência no bairro desde a infância.

232

Por outro lado, emergem fragilidades relevantes associadas à segurança e ao uso dos espaços de lazer, bem como às desigualdades internas do território, que produzem diferentes experiências de proteção e desproteção entre os moradores. Tais elementos indicam a necessidade de ações intersetoriais que qualifiquem os espaços públicos, ampliem as oportunidades de lazer seguro e enfrentem as desigualdades territoriais

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

identificadas.

5. Áreas sem Registros

Durante a oficina, não houve manifestações dos participantes quanto a proteções, desproteções, conflitos ou potencialidades nas áreas de Educação, Segurança Pública, Iluminação Pública, Saneamento, Mobilidade Urbana/Transporte Público e Religião. Essa ausência de registros pode estar relacionada à baixa percepção da influência direta dessas políticas no cotidiano dos adolescentes, à dificuldade de mobilização do grupo para discutir determinados temas ou à invisibilidade de problemas e recursos existentes. Recomenda-se o aprofundamento dessas áreas por meio de outras estratégias de escuta e levantamento de dados.

Adolescentes do território do CRAS 04 – Jardim Valéria

1. Caracterização do Território

O território de referência dos adolescentes participantes corresponde à área de abrangência do CRAS IV – Jardim Valéria. A leitura territorial apresentada evidencia um contexto marcado por fortes vínculos familiares, especialmente maternos, e por uma rede de equipamentos públicos relevantes, como o CRAS, unidades de saúde e escolas. Ao mesmo tempo, o território apresenta importantes tensões comunitárias, desigualdades internas e conflitos relacionados à segurança pública, ao uso dos espaços de lazer e a determinados conjuntos habitacionais, que impactam diretamente a vivência cotidiana dos adolescentes.

2. Proteções e Desproteções

No campo da Assistência Social, o CRAS IV – Jardim Valéria foi reconhecido como importante referência de proteção social, sendo percebido como porta de entrada para acesso a direitos e serviços. Destacaram-se como potencialidades o acesso a benefícios socioassistenciais e as atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

socioassistenciais e as atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e

233

Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Não foram apontadas desproteções diretamente relacionadas a essa política, indicando reconhecimento positivo das ofertas existentes.

Em relação à Habitação, a moradia foi mencionada como principal elemento de proteção, evidenciando a importância de um espaço residencial estável para a segurança das famílias. Contudo, foram identificadas desproteções e conflitos associados a conjuntos habitacionais específicos — Lagoa Azul, Campo Verde, Margarida e Parque das Flores — citados como locais que concentram tensões e problemas comunitários, demandando maior atenção das políticas públicas.

No eixo da Educação, as escolas do território foram reconhecidas como espaços de proteção e referência comunitária. Entretanto, foram relatados conflitos com professores, revelando fragilidades nas relações entre estudantes, famílias e instituições escolares, o que aponta para a necessidade de estratégias de mediação de conflitos e fortalecimento do diálogo entre a comunidade e a rede educacional.

No âmbito da Saúde, foram identificados como referências de proteção a Unidade de Saúde–Escola Campinhos, a UBS de referência do território e o SAMU 192. A presença desses equipamentos foi percebida de forma positiva, não havendo registros de desproteções ou conflitos associados a essa política.

A Segurança Pública apresentou-se de maneira fortemente contraditória. A maioria dos participantes não reconhece essa política como fator de proteção, havendo apenas menções pontuais nesse sentido. Foram identificadas como desproteções o local conhecido como "a fazenda", de acesso restrito, diversas ruas do bairro, estabelecimentos comerciais — especialmente a "Casa do Bolo" — e o próprio Batalhão da Polícia Militar. O principal conflito apontado refere-se à violência policial, percebida como geradora de insegurança, medo e tensão no território.

No que se refere à Mobilidade Urbana e Transporte Público, não foram mencionadas proteções diretas. Como desproteção, destacou-se a dificuldade de acesso ao local

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

conhecido como "a fazenda", em razão das restrições existentes. Como potencialidade, foi reconhecida a melhoria no transporte público e nos pontos de ônibus após o asfaltamento das ruas, evidenciando avanços recentes na mobilidade local.

A área do Lazer foi identificada predominantemente como espaço de desproteção. Os participantes afirmaram não reconhecer nenhum local de lazer considerado seguro no território. Foram citados como espaços de risco quadras esportivas, campos de futebol, bares e a Lagoa das Bateias. O principal conflito identificado refere-se à ausência de

equipamentos públicos adequados de lazer, indicando carência de investimentos em espaços comunitários seguros e qualificados.

No eixo dos Conflitos Familiares e Comunitários, a figura materna foi destacada como principal rede de apoio e proteção, evidenciando o papel central das mães na organização do cuidado e da vida familiar. Por outro lado, foram relatadas desproteções e conflitos envolvendo comerciantes locais, especialmente em função da presença constante da polícia em determinados estabelecimentos, o que gera constrangimentos e tensões no cotidiano comunitário.

No campo da Religião, as igrejas foram reconhecidas como espaços de proteção e referência comunitária. Contudo, parte dos adolescentes demonstrou desconfiança em relação às lideranças religiosas, indicando fragilidade na relação institucional e possível distanciamento entre líderes e comunidade.

Entre Outros Aspectos Relevantes, foram citados como elementos de proteção diversos estabelecimentos do comércio local — açougues, padarias, supermercados, farmácias e o cemitério — reconhecidos como pontos de referência no cotidiano. Como desproteção, foi mencionado o Posto de Lavagem GSL, além da recorrente associação da "Casa do Bolo" a conflitos decorrentes da presença policial frequente.

3. Lugares e Pessoas de Resistência

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Foram identificados poucos elementos associados a lugares e pessoas de resistência no território. Destacam-se o reconhecimento do CRAS IV – Jardim Valéria como espaço de referência e apoio, a menção aos professores como figuras relevantes na comunidade e a percepção de que a presença constante de policiamento contribuiu, em alguns momentos, para a redução de casos de violência. Nas demais áreas, não houve identificação de atores ou espaços reconhecidos como referências de resistência comunitária, indicando fragilidade no protagonismo social e nas lideranças locais.

4. Síntese Analítica

A leitura territorial dos adolescentes do CRAS 04 – Jardim Valéria revela um território que concentra importantes referências de proteção, como o CRAS, as unidades de saúde, as escolas e, sobretudo, as redes familiares, com destaque para a centralidade das mães. Em contrapartida, emergem fragilidades significativas relacionadas à segurança pública, à ausência de espaços de lazer seguros e aos conflitos comunitários concentrados em áreas e equipamentos específicos.

Os achados apontam para a necessidade de ações intersetoriais voltadas ao fortalecimento das redes de convivência, à mediação de conflitos, à ampliação e qualificação de equipamentos públicos de lazer, ao aprimoramento do diálogo entre comunidade, escolas e órgãos de segurança e à construção de estratégias específicas de intervenção nos conjuntos habitacionais e locais identificados como focos de desproteção.

235

5. Áreas sem Registros

Durante a oficina, não houve registros de proteções, desproteções, conflitos ou potencialidades nos eixos de Iluminação Pública e Saneamento. A ausência de apontamentos pode indicar invisibilidade dessas temáticas para os adolescentes ou a necessidade de aprofundamento por meio de outras estratégias de escuta e levantamento de informações.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

236

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO Nº 001/2026 - EMPRESA: SALVADOR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -